

FÁBIO ARESI

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE NA REFLEXÃO TEÓRICA DE
ÉMILE BENVENISTE**

PORTO ALEGRE

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE NA REFLEXÃO TEÓRICA DE
ÉMILE BENVENISTE

FÁBIO ARESI
ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Helena Lucas Pranke

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Carmem Luci da Costa Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Márcia Montenegro Velho

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Maycke Young de Lima

CIP - Catalogação na Publicação

Aresi, Fábio

A relação entre língua e sociedade na reflexão
teórica de Émile Benveniste / Fábio Aresi. -- 2020.
285 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Linguística. 2. Língua. 3. Sociedade. 4. Émile
Benveniste. I. do Nascimento Flores, Valdir, orient.
II. Título.

Fábio Aresi

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE NA REFLEXÃO TEÓRICA DE
ÉMILE BENVENISTE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Estudos da Linguagem.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2020

Resultado: Aprovado com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
(orientador)

Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

Prof^ª. Dr^ª. Carmem Luci da Costa Silva
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Carolina Knack
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Elisa Marchioro Stumpf
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

Em memória de minha avó, Eliza Aguirre Medeiros.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de um trabalho coletivo, que conta com a participação, direta ou indireta, de um grande número de pessoas, por quem tenho muito carinho, e a quem sou muito grato.

Ao professor e orientador Dr. Valdir do Nascimento Flores, por ter me acolhido, ainda em 2006, como seu bolsista de Iniciação Científica, e por ter sido, desde então, o meu grande modelo de professor, de pesquisador e, sobretudo, de ser humano. Não há palavras que expressem o quanto eu te sou grato por permitir que eu trilhasse por este longo caminho ao teu lado. Muito obrigado pelos ensinamentos, pelo zelo e pelo carinho.

Às professoras Dra. Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS) e Dra. Carolina Knack (UFRGS) por aceitarem o convite para a banca de qualificação desta tese. Suas leituras e contribuições foram valiosas para a conclusão deste trabalho.

Ao professor Dr. Carlos Alberto Faraco (UFPR) e às professoras Dra. Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS), Dra. Carolina Knack (UFRGS) e Dra. Elisa Marchioro Stumpf (UFPEL), por se disporem a dialogar comigo enquanto membros da banca avaliadora desta tese. É um privilégio poder contar com a interlocução de vocês!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Letras desta Universidade, por me acolherem, fornecerem-me uma formação de excelência, e fazer de mim uma pessoa que jamais pensei que seria.

À CAPES, pelo apoio financeiro, mesmo em tempos tão adversos, sem o qual não haveria a possibilidade de realização deste estudo.

Aos meus queridos pais, Júlio César Aresi e Imara Isabel da Silva Aresi, por serem os pilares sobre os quais se sustentam todas as minhas realizações, e a quem devo absolutamente tudo! Eu amo vocês!

Aos meus queridos irmãos, Diogo da Silva Aresi e Inajara da Silva Aresi, pelo incentivo e por sempre terem estado presentes (mesmo que à distância).

Ao querido Imar Borges, por ter estado lá quando minha família mais precisou.

Aos inúmeros colegas e professores com os quais tive o privilégio de estudar e trocar maravilhosas ideias durante o Doutorado, dentro e fora da sala de aula: Sara Hoff, Heloisa

Rosário, Giovane Oliveira, Luiza Milano, Daniel Silva, Gabriela Barboza, Aline Moretto, Aline Stawinski, Fábio Bonfíglio, Janáina Nazzari, Silvana Silva, Charlies Uilian Silva, Márcio Battisti, Gabriela Prym.

Às pessoas que atravessaram este momento todo comigo: Bruno Florenço e Shanna Mello (o Trio Chandelier!), Eduardo Beckenkamp, Viviane Rocha, Rodrigo Albuquerque, Fabrizio Schmitt (obrigado pelas lições de Economia!), Tony Youssef, Camila Bartz, Lourdes Bartz, Eugênio Araújo, Bernardo Araújo, Alex Philipp, Daniel Francelino e Ângela Dambros.

À Jéssica Oliveira Bartz, que vibrou mais do que eu próprio quando fui selecionado para o Doutorado (eu jamais vou esquecer), que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e desesperançosos, que foi a companhia que eu *precisava* ter. Amor, muito obrigado por todo o incentivo, pela compreensão, pelo carinho, pela cumplicidade, pelas ideias, pelos puxões de orelha (a maioria merecidos), e por sempre acreditar no meu potencial, mesmo quando o maior desacreditador era eu mesmo. Este trabalho não aconteceria sem ti. Eu te amo muito!

A todos, muito obrigado!

Loin que la langue s'abolisse dans la société, c'est la société qui commence à se reconnaître comme « langue ».

Émile Benveniste

RESUMO

O presente trabalho aborda o lugar epistemológico da relação língua-sociedade no pensamento do linguista Émile Benveniste. Busca-se desenvolver três objetivos gerais: a) examinar a natureza, em termos teóricos, da relação entre língua e sociedade no conjunto do pensamento do autor; b) investigar o modo como a relação entre língua e sociedade se faz presente nas análises linguísticas benvenistianas; c) delinear as linhas de reflexão que o tema permite trilhar na ótica de Benveniste. Para tanto, a pesquisa se encontra organizada em quatro capítulos, distribuídos em duas partes. Na primeira delas, estabelece-se uma leitura de caráter teórico-conceitual da obra de Benveniste, tomando como texto norteador o artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), através da qual se busca determinar as noções de “língua” (primeiro capítulo) e de “sociedade” (segundo capítulo) que subjazem à perspectiva semiológica expressa através da proposição axiomática “a língua contém a sociedade”. Na segunda parte, busca-se examinar a relação língua-sociedade desde o ponto de vista da análise, averiguando, em um primeiro momento, em que medida ela se encontra implicada nas descrições de línguas efetuadas por Benveniste em diferentes épocas de sua produção intelectual (terceiro capítulo), para então apresentar, no quarto capítulo, mediante a sistematização das conclusões obtidas nos três capítulos anteriores, princípios teórico-metodológicos que permitam identificar, no interior da teorização benvenistiana sobre a linguagem, o esboço de uma “linguística da língua que contém a sociedade”.

Palavras-chave: Émile Benveniste; estudos da linguagem; língua; sociedade.

ABSTRACT

The aim of this study is to address the epistemological place of the language(*langue*)-society relation within Émile Benveniste's thinking. Three general objectives are developed throughout the research: a) the inquiry about the nature, in theoretical terms, of the relation between language (*langue*) and society in the author's reflection as a whole; b) the investigation of the way this relation presents itself in the Benvenistian linguistic analysis; c) the delineation of theoretical possibilities offered by this issue in the scope Benveniste's view. In order to to this, the research is organized in four chapters, which are distributed in two parts. In the first part, a theoretical-conceptual reading of Benveniste's work is performed, having as guiding text the article *Structure de la langue et structure de la société* (1968), whereby one tries to determine the notions of "language (*langue*)" (first chapter) and "society" (second chapter) that underlie the semiological perspective expressed by the axiomatic proposition "language (*langue*) contains society". In the second part, the goal is to look at the language(*langue*)-society relation from an analytical point of view, investigating, at a first moment, in which extent this relation finds itself implied in the linguistic descriptions performed by Benveniste in different periods of his intellectual production (third chapter), so that we can present, in the fourth chapter, by systematizing the conclusions obtained along the previous three chapters, theoretical-methodological principles that allow us to identify, within Benveniste's theorization of language, the outlines of a "linguistics of language (*langue*) that contains society".

Keywords: Émile Benveniste; language studies; language (*langue*); society.

RÉSUMÉ

Le présent travail aborde la place épistémologique de la relation langue-société dans la pensée du linguiste Émile Benveniste. On cherche à développer trois objectifs généraux : a) examiner la nature, en termes théoriques, de la relation entre la langue et la société dans l'ensemble de la pensée de l'auteur ; b) étudier comment la relation entre la langue et la société se fait présente dans les analyses linguistiques de Benveniste ; c) dessiner les lignes de réflexion que le thème permet de développer dans la perspective de Benveniste. Pour ce faire, la recherche est organisée en quatre chapitres, répartis en deux parties. Dans la première partie, une lecture théorique et conceptuelle de l'œuvre de Benveniste est établie, en prenant comme guide l'article « Structure de la langue et structure de la société » (1968), à travers laquelle on cherche à déterminer les notions de *langue* (premier chapitre) et de *société* (deuxième chapitre) qui sous-tendent la perspective sémiologique exprimée par la proposition axiomatique « la langue contient la société ». Dans la deuxième partie, on cherche à examiner la relation langue-société du point de vue de l'analyse, en vérifiant, dans un premier temps, dans quelle mesure elle est impliquée dans les descriptions de langues faites par Benveniste à différents moments de sa production intellectuelle (troisième chapitre), pour alors présenter, dans le quatrième chapitre, à travers la systématisation des conclusions obtenues dans les trois chapitres précédents, les principes théoriques et méthodologiques qui permettent d'identifier, dans la théorisation de Benveniste sur le langage, l'esquisse d'une « linguistique de la langue qui contient la société ».

Mots-clés : Émile Benveniste ; études du langage ; langue ; société.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização das partes do trabalho.....	45
Quadro 2 – Diferenciação formal e semântica dos nomes de agente no védico.....	146
Quadro 3 – Diferenciação formal e semântica dos nomes de agente no grego.....	148
Quadro 4 – A relação de parentesco em casamentos entre primos cruzados.....	211
Quadro 5 – A linguística da língua que contém a sociedade.....	277

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
------------------------	-----------

PARTE I

LÍNGUA E SOCIEDADE: DELINEANDO UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

1. A noção de língua em sua relação com a sociedade.....	47
1.1. Língua: nível histórico x nível fundamental.....	48
1.1.1. Língua: um sistema de formas significantes.....	50
1.1.2. Língua: condição primeira da comunicação.....	54
1.2. A língua em nível fundamental: o que revelam suas homologias em relação à sociedade?.....	57
1.3. Uma visada semiológica: a língua como meio de análise da sociedade	66
1.4. As condições de uma língua “interpretante”.....	68
1.5. As propriedades semânticas da língua: a significação no âmago do problema.....	73
1.5.1. A questão da “interpretância”: propriedade e relação.....	85
1.6. Uma língua que contém a sociedade: o semantismo social.....	88
1.7. Uma língua que contém a sociedade: a base da diferenciação entre o individual e o coletivo.....	91
1.8. Enfim, de que “língua” estamos falando?.....	97
2. A noção de sociedade em sua relação com a língua.....	102
2.1. Sociedade em nível histórico.....	105
2.2. Sociedade em nível fundamental.....	111
2.2.1. O eu e o outro: a sociedade como realidade dialética.....	114
2.2.2. Um composto de natureza e experiência.....	119

2.2.3. Um Benveniste leitor de Lévi-Strauss e Marx: a sociedade como estrutura.....	126
2.3. Um terceiro termo: a cultura.....	131
2.4. Enfim, de que “sociedade” estamos falando?.....	137

PARTE II

A LÍNGUA CONTÉM A SOCIEDADE: DELINEANDO POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

3. Língua e sociedade na descrição linguística de Benveniste.....	141
3.1. Noms d’agent et noms d’action en indo-européen.....	143
3.2. Problemas de linguística geral I.....	153
3.2.1. <i>A frase nominal</i>	153
3.2.2. <i>Problemas semânticos da reconstrução</i>	163
3.2.3. <i>Dom e troca no vocabulário indo-europeu</i>	171
3.2.4. <i>A noção de “ritmo” na sua expressão linguística</i>	177
3.3. Problemas de linguística geral II.....	182
3.3.1. <i>Difusão de um termo de cultura: o latim orarium</i>	182
3.3.2. <i>Gênese do termo “scientificque”</i>	186
3.3.3. <i>A blasfemia e a eufemia</i>	191
3.3.4. <i>Dois modelos linguísticos da cidade</i>	196
3.4. O vocabulário das instituições indo-europeias I.....	204
3.4.1. <i>O gado e o dinheiro: pecu e pecûnia</i>	204
3.4.2. <i>O princípio da exogamia e suas aplicações</i>	210
3.4.3. <i>O homem livre</i>	215
3.5. O vocabulário das instituições indo-europeias II.....	219
3.5.1. <i>Rex</i>	219

3.5.2. <i>Thémis</i>	223
3.5.3. <i>Religião e superstição</i>	227
3.6. O que tais análises permitem concluir?.....	234
3.6.1. As descrições linguísticas de Benveniste supõem a sistematicidade da língua.....	234
3.6.2. A análise da língua enseja uma análise da sociedade.....	236
3.6.3. O par <i>significação-designação</i> faz articular os níveis fundamental e histórico da língua em um estudo de caráter semântico.....	237
3.6.4. O falante ocupa um lugar fundamental nas análises benvenistianas.....	239
3.6.5. A tradução constitui, a um só tempo, uma ferramenta analítica e um fenômeno implicado nas diferenciações semânticas.....	240
4. Uma linguística da língua que contém a sociedade	243
4.1. A propriedade de interpretância da língua como fundamento de uma linguística da língua que contém a sociedade.....	244
4.2. Os aspectos metodológicos de uma linguística da língua que contém a sociedade.....	246
4.2.1. O aspecto do semantismo social: a língua como testemunho da sociedade.....	248
4.2.2. A variação da referência na estabilidade da significação: a polissemia como aspecto analítico da relação língua-sociedade.....	252
4.2.3. O aspecto da língua enquanto prática humana: a enunciação como possibilidade de estudo da relação língua-sociedade.....	258
4.3. Analogias menos visíveis, comparações sumárias, homologias amplas.....	264
4.4. Enfim, de que “linguística” estamos falando?.....	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS	278

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	280
--	------------

INTRODUÇÃO

Normalmente, espera-se brevidade de um texto introdutório, uma vez que ele consiste, como o próprio nome diz, em uma introdução de trabalho, através da qual são apresentados, objetivamente, o tema a ser abordado, as justificativas e os objetivos da empreitada, o método utilizado, a organização interna da obra, etc. Pois bem, o leitor deste texto já deve ter notado, na leitura do sumário que o antecede, que a presente introdução não segue o padrão acima descrito. O motivo disso é o fato de que este texto não se resume a uma introdução, ou, se assim se preferir, é porque este é um texto que não se basta em sua função de apresentar com objetividade os itens que listamos acima. Ele cumpre, antes de tudo, a necessária tarefa de contextualizar a atualidade teórica a partir da qual este estudo nasce, na qual ele se insere, e com a qual se propõe a contribuir. Acreditamos, assim, que a melhor forma de iniciar esta tese seja através da apresentação do estado de coisas que a provoca, o que, aqui, significa jogar luz sobre a amplitude dos atuais estudos que tomam por objeto o pensamento teórico do linguista sírio-francês¹ Émile Benveniste (1902-1976), e que permitem explicar a sua gênese e pertinência. Tomamos, assim, como ponto de partida deste estudo, uma constatação simples e fundamental, da qual decorre toda nossa reflexão: a leitura de Benveniste constitui sempre um desafio.

Tal afirmação pode soar como um chavão – e talvez até mesmo o seja (já não são poucos os trabalhos em que ela ocorre). Porém, assim como Benveniste reconhece em um texto seu a utilidade de se “pedir à evidência que se justifique”², acreditamos que também seja pertinente, às vezes, pedir a mesma coisa ao *cliché*. Ora, se dizer que Benveniste é um autor de difícil leitura tem se tornado lugar-comum entre seus estudiosos, o que fundamenta uma tal afirmação? Afinal, uma frase não se torna chavão por acaso. Não se trata aqui de contradizer

¹ Émile Benveniste nasceu Ezra Benveniste, na cidade síria de Alepo, em 1902. No entanto, foi enviado a Paris pelos pais ainda criança, em 1913, naturalizando-se sob o nome Émile Benveniste em 1924. Para Rosário (2018), “se o nome francês vem com a naturalização francesa, uma necessidade para ele, sua relação com a língua e cultura francesas vem desde a infância. Essas considerações tornam, aliás, sem sentido a denominação ‘linguista sírio’ que lhe é frequentemente atribuída” (ROSÁRIO, 2018, p. 22, em nota). Estamos de pleno acordo com a autora no que se refere a esse assunto, e, se remetemos a Benveniste através da expressão fonte desta nota (a qual não voltará a se repetir ao longo deste trabalho), fazemo-lo apenas a título de resumo desta breve informação de caráter biográfico.

² Trata-se do artigo *Da subjetividade na linguagem* (1958), o qual constitui o capítulo 21 de *Problemas de linguística geral I* (PLG I).

ou de refutar sua veracidade, mas sim de reiterá-la mediante análise. Mais ainda: trata-se de dar ao chavão um aspecto positivo, de torná-lo o articulador de toda uma abertura que o estudo do linguista tem possibilitado nos últimos anos.

Restringindo-nos especificamente ao célebre conjunto de textos de Benveniste que constituem os dois volumes de *Problemas de linguística geral*³ (doravante *PLG I* e *PLG II*), podemos dar inúmeras explicações para a complexidade envolvida na leitura do linguista: a flutuação terminológica de noções e conceitos que marca a relação entre os textos do autor – muitas vezes, inclusive, presente no interior de um mesmo texto; o fato de os textos reunidos nos dois volumes possuírem interlocutores de diferentes áreas do conhecimento; a diacronia que caracteriza a reunião dos textos; o aspecto de prospecção e de incompletude das reflexões propostas pelo linguista; a necessidade de se instaurar uma perspectiva de leitura em virtude da amplitude teórica da obra. São todas elas explicações suficientes para atestar a dificuldade de se empreender o estudo do pensamento de Benveniste⁴. Mas é, sobretudo, este último aspecto da problemática – a saber, amplitude teórica do pensamento de Benveniste – o tema a partir do qual se dará o presente estudo. É ele o ponto de partida da reflexão que pretendemos desenvolver nesta tese.

Apesar de não constituir propriamente uma novidade, acreditamos que a questão da amplitude teórica de Benveniste nunca foi tanto o centro da discussão em torno da obra do linguista quanto hoje. Até poucos anos atrás, o alcance do linguista, ao menos no cenário brasileiro, limitava-se aos estudos linguísticos da enunciação, especialmente no âmbito do texto⁵. Embora a transcendência de seu pensamento em relação à enunciação (e até mesmo à linguística *stricto sensu*) fosse por vezes merecidamente reconhecida por seus estudiosos, ela resumia-se apenas a isso, a um mero reconhecimento: Benveniste falou de muita coisa, mas o que dele nos interessa mesmo é a enunciação, ou melhor, as marcas da enunciação no enunciado. Atualmente, o que se percebe é que algo mudou no estado da arte. Não só passamos por um alargamento epistemológico da teoria enunciativa (cf. Flores, 2017a), como

³ Sabemos muito bem que o conjunto da obra benvenistiana não se resume aos dois volumes de *PLG*, muito pelo contrário: O conhecimento que se tem é o de uma vasta produção intelectual de Émile Benveniste. Uma lista bibliográfica organizada por Mohammad Djafar Moïnfâr em 1975 registra a publicação, por parte de Benveniste, de 18 obras, 291 artigos, 300 resenhas e 34 comunicações na *Société Linguistique de Paris*.

⁴ Todas essas questões envolvendo a leitura da obra de Benveniste se encontram problematizadas na obra *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* (Flores, 2013).

⁵ Para mais sobre a recepção da obra de Benveniste no Brasil, ver Flores (2017a).

também – e é disso que nos convém falar aqui – reconhecemos hoje a enunciação como sendo apenas uma dentre as temáticas através das quais Benveniste formula, como ele mesmo afirma no primeiro parágrafo de seu prefácio de *PLG I*, “o grande problema da linguagem”⁶. Não se trata de uma minimização da importância dada à enunciação nos estudos empreendidos por Benveniste. O mais correto é falar de um redimensionamento, conforme afirma Flores (2017a):

É evidente que a noção de enunciação também é chamada ao centro do debate nesses estudos. No entanto, desta vez, essa noção é redimensionada por uma leitura de conjunto da teoria de Benveniste. A enunciação comparece de uma maneira diferente nos estudos que veem uma teoria da linguagem em Benveniste se os comparamos com a forma como a enunciação é tratada nos estudos linguísticos *stricto sensu*, que enfatizam uma teoria da enunciação (FLORES, 2017a, p. 80).

Ainda na mesma página, o autor pontua:

Há uma grande diferença entre considerar que há, em Benveniste, uma teoria da linguagem que supõe a noção de enunciação e considerar que a teoria da enunciação é o centro do pensamento de Benveniste (FLORES, 2017a, p. 80).

Percebe-se, assim, que é justamente na direção dessa amplitude teórica – e certamente à luz dela – que os estudos em Benveniste parecem cada vez mais se encaminhar, o que necessariamente constitui um desafio crescente. Desse modo, quando abrimos esta introdução dizendo que ler Benveniste tem se tornado uma tarefa cada vez mais desafiadora, de forma nenhuma tomamos isso como sendo algo prejudicial. Pelo contrário: a cada nova leitura, damos-nos mais conta da dimensão do pensamento de Benveniste. Cada vez mais, forçamo-nos a reconhecer a necessidade de se retornar aos textos do linguista, apenas para descobrir que eles abrigam questões mais complexas, que nos colocam diante de novos problemas, e nos instigam assim sempre a um novo retorno. A cada nova leitura, somos tomados por novas surpresas.

⁶ Segue a passagem na íntegra: “Os estudos reunidos nesta obra foram escolhidos entre muitos outros, mais técnicos, que o autor publicou nestes últimos anos. Se os apresentamos sob a denominação de *problemas* isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem, que se formula nos principais temas tratados” (PLG I, Prefácio, grifo do autor). É interessante destacar que, no original em francês, a expressão utilizada por Benveniste não é propriamente o “grande problema da linguagem”, e sim “*la grande problématique du langage*”, o que evidencia ainda mais a abrangência da reflexão.

Com efeito, o que as atuais leituras de Benveniste têm mostrado é que, até mesmo nos textos mais “canônicos” do que tradicionalmente se convencionou chamar de “teoria da enunciação”⁷, encontramos indícios de uma reflexão que vai muito além do fenômeno enunciativo propriamente dito. Para elucidar isso de forma mais pontual, tomemos, muito brevemente, dois textos desse grupo como exemplo.

O primeiro deles diz respeito àquele que talvez possa ser considerado o trabalho de Benveniste sobre a enunciação por excelência. Falamos aqui do texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), cujo título é o único da obra benvenistiana a conter o termo “enunciação”, e onde, sem dúvida, o fenômeno da enunciação é mais especificamente tratado (vale lembrar que ele é o único no qual Benveniste formula textualmente uma definição teórica para a enunciação, o que não é pouco). Neste curto artigo, vemos Benveniste dialogar com estudiosos de sua própria área⁸, em uma espécie de síntese metodológica para uma reflexão desenvolvida ao longo de quatro décadas sobre a enunciação. No entanto, somos surpreendidos na parte final do artigo por uma súbita quebra. Como afirma Flores (2013):

[...] as duas páginas finais do artigo são intrigantes: nelas, Benveniste fala sobre coisas que, aparentemente, têm pouca coesão com o caminho adotado no texto. Se o leitor está bem lembrado, trata-se especialmente da referência à disputa verbal praticada pelos merinas – o *hain-teny* – e à comunhão fática definida por B. Malinowski. Ora, esses temas têm mais proximidade com as questões antropológicas da reflexão de Benveniste do que propriamente com as discussões em torno do projeto enunciativo (FLORES, 2013, p. 176).

Como explicar essa aparente discordância interna do texto? Por que, no final de um texto de ordem sintética cujo objetivo é, até então, o de “definir a enunciação no quadro formal de sua realização” (PLG II, p. 83), Benveniste se volta para os “limites do diálogo”, abrindo de maneira prospectiva o horizonte teórico da enunciação para amplas perspectivas de análise das “formas complexas do discurso” (PLG II, p. 90)?⁹ Uma maneira de explicar isso é dizer que Benveniste visava, a partir dos últimos anos da década de 60, a uma perspectiva

⁷ Podemos estabelecer como textos deste tipo principalmente aqueles que constituem a segunda e a quinta parte de ambos os *PLG I e PLG II*. São elas, respectivamente, “A comunicação” e “O homem na língua”.

⁸ Embora seja mais conhecido por sua publicação em *PLG II* (1974), do qual constitui o quinto capítulo, o texto *O aparelho formal da enunciação* foi publicado originalmente em março de 1970, a pedido do linguista Tzvetan Todorov, no décimo sétimo número de *Langages*, revista francesa voltada para o campo da linguística.

⁹ Tratamos especificamente deste artigo de Benveniste em *Síntese, organização e abertura: uma exegese de O aparelho formal da enunciação* (Aresi, 2012), trabalho no qual buscamos articular o texto benvenistiano de 1970 com o conjunto de sua teorização enunciativa, vendo, nesta última publicação do linguista, um esforço de organização e síntese, mas também um gesto de abertura da perspectiva enunciativa a novas possibilidades de análise, como sua parte final deixa muito evidente.

mais ampla do estudo da linguagem. Basta lembrar que *O aparelho formal da enunciação* é contemporâneo do artigo *Semiologia da língua* (1969), texto no qual Benveniste situa a língua no centro de um debate que vai muito além da investigação linguística. Não é à toa que Flores (2013) constata: “Os temas que encerram *O aparelho...* estão muito melhor abrigados na teorização de *Semiologia da língua*” (FLORES, 2013, p. 176, grifos do autor). É essa visão “macro”, de conjunto, dos estudos da linguagem que também se intui a partir da leitura da entrevista que Benveniste dá a Guy Damur em 1968. Em uma passagem dela, surpreendemos o linguista afirmando que vê “todo o conjunto das ciências humanas se desenvolver, formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de ‘ciência geral do homem’)” (PLG II, p. 38). Estamos plenamente de acordo com essa interpretação, e não acreditamos que caiba, como acontece ainda hoje, tomar de maneira redutora a reflexão de Benveniste, limitada a meras marcas formais no enunciado. Benveniste introduziu à linguística uma nova perspectiva, na qual o estudo da linguagem está indissociavelmente ligado ao homem. A “um homem falando com outro homem” (PLG I, p. 285), como ele mesmo afirma. E, conseqüentemente, também ao mundo do homem, à cultura.

No entanto, tomar assim isoladamente as produções mais tardias de Benveniste poderia nos levar a crer que os textos cronologicamente anteriores a elas pouco ou nada compartilhariam dessa amplitude teórica da qual discorreremos aqui. Ledo engano. A própria citação que acabamos de realizar acima é prova disso, uma vez que ela pertence ao artigo *Da subjetividade na linguagem*, publicado doze anos antes de *O aparelho formal da enunciação*, em 1958, e que constitui o nosso segundo exemplo. Trata-se, agregado a outros trabalhos que compõem a quinta parte de *PLG I* (O homem na língua), de um dos principais textos relacionados à teorização de noções enunciativas como “intersubjetividade”, “categoria de pessoa” e “referência linguística” em Benveniste¹⁰. Nele, o linguista parte da rejeição de uma concepção instrumentalista de linguagem, para concebê-la como condição intrínseca e fundante do homem. Cito-o, complementando o trecho recém-trazido:

¹⁰ Flores (2013), ao reconhecer uma espécie de itinerário (não necessariamente cronológico) do pensamento de Benveniste a respeito da enunciação, realiza uma organização temática na qual distingue três grandes “momentos” da teoria enunciativa: a) a distinção pessoa/ não pessoa; b) distinção semiótico/semântico; c) a formulação do aparelho formal da enunciação. Os textos que compõem a quinta parte de *PLG I* fazem parte, segundo o autor, do primeiro desses “momentos” teóricos. Tal constatação é outra evidência que nos previne de restringir o caráter de amplitude teórica apenas aos textos mais tardios de Benveniste.

Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (PLG I, p. 285).

A que se deve essa condição singular do homem e da linguagem? Homem e linguagem definem-se mutuamente pois “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (PLG I, p. 286, grifo do autor), sendo a noção de *pessoa* o próprio fundamento dessa subjetividade, tomada aqui como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286). Vemos, portanto, a linguagem como o próprio lugar da emergência do sujeito, que se constitui como *eu* no seu discurso e, ao fazê-lo, instaura imediata e necessariamente um *tu* diante de si:

A consciência de si só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções (PLG I, p. 286, grifos do autor).

É de se surpreender que uma reflexão como esta, de caráter explicitamente interdisciplinar¹¹ e portadora de um potencial teórico de alcance tão longo (como evidencia a última frase da citação acima), possa ter sido tomada de maneira tão redutora. Frequentemente, o que se vê, ao menos no Brasil, é uma leitura de Benveniste que se circunscreve quase que exclusivamente ao fenômeno da enunciação, e mesmo aí não é difícil flagrarmos a reflexão do linguista sendo restringida à problematização de marcas gramaticais no enunciado, como os pronomes pessoais, tempos verbais e demais “índices de ostensão”. Ainda no mesmo parágrafo do trecho citado, Benveniste afirma: “A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática” (PLG I, p. 286). Infelizmente, é comum essa frase ficar à sombra da descrição formal nos estudos que recorrem à teoria da enunciação de Benveniste, o que implica justamente limitar-se à consequência pragmática sobre a qual o próprio autor adverte. É essa a crítica de Dessons (2016):

¹¹ Basta lembrar que *Da subjetividade na linguagem* foi originalmente publicado em um periódico dirigido a psicólogos, o *Journal de psychologie*, na edição de julho-setembro de 1958.

[...] o pensamento de Benveniste se vê frequentemente atenuado e desnaturado pela vulgarização de sua teoria linguística somente às análises das marcas formais da enunciação, em detrimento de considerações teóricas de ordem mais geral, cujo escopo revela uma concepção forte e original entre a linguagem e o homem (DESSONS, 2006, p. 26, tradução nossa)¹².

“Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções”, diz Benveniste ao falar da polaridade eu-tu (PLG I, p. 286). Como evidenciaria dez anos mais tarde o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), as consequências de tal princípio possuem de fato um alcance muito amplo. Será a partir do mecanismo linguístico da pessoa que o linguista afirmará, em sua análise das relações entre língua e sociedade, que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (PLG II, p. 98). No entanto, uma leitura atenta do texto *Da subjetividade na linguagem* permite mostrar que, mesmo ali, Benveniste já deixava indícios – ainda que de maneira embrionária – das grandes implicações dessa análise linguística:

Caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do ‘próximo’, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (PLG I, p. 287).

Do que foi dito até aqui a partir dos dois exemplos trazidos acima, podemos tirar duas conclusões: a) A reflexão de Benveniste é de uma amplitude teórica que, embora suponha sempre a enunciação, não se deixa limitar ao estudo desta; b) Mesmo nos textos em que Benveniste trata mais especificamente de questões relacionadas à enunciação, ela parece estar a serviço – ou, pelo menos, figurar como o ponto de partida – de problemas de ordem mais ampla. O título dado aos dois volumes de *Problemas de linguística geral* não tem a palavra “problemas” por acaso¹³.

¹² No original: “[...] la pensée de Benveniste se voit fréquemment atténuée et dénaturée par la vulgarisation de sa théorie linguistique aux seules analyses des marques formelles de l’énonciation, au détriment des considérations théoriques d’ordre plus general, dont la portée révèle pourtant une conception forte et originale entre le langage et l’homme”.

¹³ Servem de exemplos de tais “problemas” a semiologia, a relação entre forma e sentido, a enunciação, a relação entre a linguagem humana e a comunicação animal, os estudos comparativos do léxico, entre outros. Vale também destacar o valor teórico da noção de “problema” em Benveniste. Dessons (2016) afirma que, em Benveniste, o termo “problema” é imbuído de um duplo valor, que evidencia ao mesmo tempo a dificuldade dos temas abordados e uma posição de questionamento. Assim, em Benveniste, a arte de pensar é, antes de tudo, a

É essa dupla constatação, cada vez mais evidente, que nos leva a reforçar a ideia de que há, em Benveniste, um princípio geral que perpassa toda sua produção intelectual, o qual podemos sintetizar na forma do seguinte axioma¹⁴: *o homem está na língua/linguagem*¹⁵. Dizer “o homem está na língua/linguagem” significa dizer que o homem só é homem porque tem língua/linguagem. Ele é, desde já um homem falante. *Homo loquens*. Por que teria de ser assim? Respondemos com as próprias palavras de Benveniste: “Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*” (PLG I, p. 27, grifo do autor). Tudo resulta disso. A língua, realização por excelência da linguagem, *significa*, isto é, produz sentido, e, ao fazê-lo, determina mutuamente o homem e a sociedade. Assim, quando Benveniste afirma que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (PLG I, p. 285), ele faz mais do que apenas expor um dado de evidência empírica; Benveniste dá a essa evidência um estatuto teórico, fazendo dela um princípio de base da reflexão desenvolvida em *Da subjetividade na linguagem*. Assim, é de consenso que, para o autor, homem e linguagem são mutuamente constitutivos, sendo um a condição e a finalidade do outro. Esse princípio de base, facilmente verificável em diversos textos do linguista, leva alguns estudiosos da atualidade a defender a existência de uma “antropologia da linguagem” em Émile Benveniste¹⁶. Entretanto, ainda que já tenha sido evidenciada por alguns de seus atuais leitores, essa premissa parece ainda não ter recebido sua

arte do problema: “São portanto enquanto problemas que os objetos da linguística são tratados” (Dessons, 2016, p. 10, tradução nossa). No original: “*C’est donc en tant que problèmes que les objets de la linguistique sont traités*”.

¹⁴ Cabe aqui precisar o que entendemos pelo termo “axioma”, dado o papel epistêmico fundamental que ele cumpre em nossa reflexão. Tomamos, para tanto, a mesma definição de Flores (2013), o qual entende “por *axioma* a(s) proposição(ões) de base que se refere(m) ao objeto e que não exige(m) demonstração: o *axioma* é um princípio de evidência da teoria” (FLORES, 2013, p. 44, grifos do autor). Trata-se, portanto, de uma premissa ou postulado, por si próprio indemonstrável, mas que, uma vez assumido, torna-se um consenso inicial necessário para a construção ou aceitação de uma teoria.

¹⁵ Fazemos referência aqui à expressão que é título da quinta parte de ambos os volumes de *Problemas de Linguística Geral*: “o homem na língua”. No entanto, estendemos o sintagma para “o homem está na língua/linguagem”, tornando-o uma afirmação de valor axiomático e adicionando o termo “linguagem” à fórmula. Justificamos tais deslocamentos através do próprio prefácio de *PLG I*, assinado pelo próprio Benveniste, no qual surpreendemos o autor se referindo à quinta parte da obra como “o homem na linguagem”. Flores (2017b) vê nesse lapso “um valor heurístico, na medida em que ele permite certa aproximação progressiva de um aspecto fundamental da teoria benvenistiana tomada em seu conjunto: o aspecto antropológico da teoria” (p. 11). Assim, tomamos o par numa relação de reciprocidade, isto é, o homem está na língua porque está, antes de tudo, na linguagem, e, inversamente, só está na linguagem porque a língua lhe fornece as formas apropriadas para isso. Para nós, essa formulação está na base de todas as análises empreendidas pelo linguista. Sobre esse tema, aconselhamos também a leitura do primeiro capítulo de Flores (2019), intitulado “A linguagem e as línguas”.

devida consideração, o que nos leva novamente a reiterar a incessante necessidade de se voltar aos textos benvenistianos. Tal parece ser o sentimento de Flores (2013):

Este tema, porém – o viés antropológico da teoria da linguagem de Benveniste – é, para mim, o que merece maior aprofundamento na atualidade porque dele, sem dúvida, decorrerá um horizonte para os estudos da linguagem, cuja importância apenas agora se começa a vislumbrar (FLORES, 2013, p. 191).

Como já afirmamos no início dessa apresentação, talvez o maior dos desafios à leitura de Benveniste consista na necessidade de se instaurar uma perspectiva de leitura da obra em virtude de sua amplitude teórica. Constatamos então, por um lado, que há um viés antropológico¹⁷ que perpassa toda a produção intelectual de Benveniste e que a unifica, dando-nos essa fascinante impressão de que os textos do linguista, por mais diversificados que sejam em termos de tema, de diacronia, interlocução ou de abordagem, de alguma forma parecem dialogar entre si¹⁸. Por outro lado, e talvez em função mesmo do que foi dito acima,

¹⁶ Dentre estes autores, destacamos Henri Meschonnic, o qual, em sua *Critique du rythme* (Meschonnic, 1982), concede à teorização de Benveniste o estatuto de uma “antropologia histórica da linguagem”. Também Déssons (2006) se refere ao pensamento benvenistiano como uma “antropologia da linguagem”. Para ele, Benveniste coloca em relevo o papel da linguagem como “a realidade antropológica por excelência” (DESSONS, 2006, p. 99, tradução nossa). Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio, por sua vez, definem Benveniste como um “antropólogo da linguagem”, em sua introdução de *Últimas aulas no Collège de France* (BENVENISTE, 2014, p. 69). Podemos perceber este enfoque antropológico da linguagem também nas notas manuscritas de Benveniste acerca da poética de Baudelaire, trazidos à luz pela sua publicação póstuma sob o título de *Baudelaire* (Benveniste, 2011), publicação esta organizada por Chloé Laplantine, pesquisadora que também destaca a dimensão antropológica da reflexão de Benveniste. No Brasil, autores como Flores (2013), Teixeira (2012), Flores; Teixeira (2013), Farias (2014), entre outros, também já apontaram para a existência de um viés antropológico que atravessa toda a reflexão do linguista.

¹⁷ Há de se tomar certo cuidado aqui com o emprego do termo “antropologia” e de seus derivados, evitando ao máximo aproximá-lo do campo da Antropologia. Para tanto, fazemos uso da definição de Flores (2017b): “[...] *antropológico* precisa ser entendido no sentido de um saber geral sobre o homem, sobre o humano, saber que é subjacente a todo e qualquer conhecimento acerca do homem, seja de sua natureza, seja de sua cultura” (FLORES, 2017b, p. 13, grifo do autor). Também nos fazemos valer da definição de Malamoud (2016): “[...] antropologia de Émile Benveniste. O que tenho em mente quando digo isso é que, de uma parte, Benveniste enuncia por fragmentos, por avanços sucessivos, por construções parciais que acabam por constituir um todo, uma espécie de doutrina do homem que se resume, que está mesmo declarada nesse título que ele dá a um grupo de seus textos: ‘o homem na língua’. ‘O homem na língua’ é uma maneira filosófica de falar de antropologia” (MALAMOUD, 2016, p. 245-246, tradução nossa). No original: “*l’anthropologie d’Émile Benveniste. Ce que j’ai en tête quand je dis cela, c’est que d’une part Benveniste énonce par fragments, par percées sucessives, par constructions partielles qui finissent par former un tout, une sorte de doctrine de l’homme qui se résume, qui est même déclarée dans ce titre qu’il donne à un groupe de ses textes : « L’homme dans la langue ». « L’homme dans la langue » est une manière philosophique de parler d’anthropologie*”. Evidencia-se, portanto, o caráter filosófico da expressão, o que nos permite distanciar da noção mais tradicional do termo, de caráter etnográfico.

¹⁸ Teixeira e Messa (2015), reconhecendo a diversidade da produção teórica de Benveniste, chamam a atenção para este ponto importante: “[...] é preciso tomar cuidado para não entender o legado de Benveniste como disperso. O trânsito pela obra do autor requer entender o que, neste item, procuramos mostrar: esse pensamento aparentemente tão plural, essas inúmeras incursões no campo de estudo da linguagem encontram seu ponto de convergência na preocupação com a significação” (TEIXEIRA; MESSA, 2015, p. 104). Para as autoras, é a

olhar para a obra de Benveniste seguindo por este viés implica necessariamente assumir um ponto de vista. O que queremos dizer com isso é que o pensamento de Benveniste, ao contemplar a linguagem buscando situar seu lugar e importância em relação às diferentes problemáticas do homem¹⁹, exige de nós que, ao estudá-lo, operemos recortes teóricos. Olhar para a enunciação é, sem dúvida, contemplar um aspecto dessa reflexão (e mesmo no interior desse tema, como sabemos, o recorte se faz necessário). Estudar o projeto semiológico de Benveniste é olhar para um outro aspecto, sem dúvida relacionado à enunciação (ela é inclusive parte constitutiva dessa formulação teórica), mas também, sem dúvida, dela distinto. A reflexão benvenistiana sobre as relações que se podem estabelecer entre língua e sociedade, mesmo que claramente relacionada aos dois problemas anteriores, aparece ainda como um problema de outra ordem, o qual – adiantemos –, constitui o objeto deste trabalho. Assim, estabelecer uma perspectiva de estudo que contemple esse viés antropológico caracterizador da obra benvenistiana significa, antes de tudo, delimitar um objeto no conjunto dessa obra, reconhecendo, é claro, a necessária relação que ele estabelecerá com as demais problemáticas que a constituem. Em última instância, será em função desse recorte que se poderá construir o *corpus textual*²⁰ do estudo.

Feito esse importante percurso de esclarecimento quanto ao abrangente escopo da reflexão benvenistiana e a conseqüente necessidade de se assumir um ponto de vista ao abordá-la, trataremos, a partir de agora, de expor o tema do presente trabalho.

problemática da *significação* que está na base da visão antropológica de linguagem de Benveniste, ideia com a qual estamos de pleno acordo.

¹⁹ Cabe dar destaque para esse posicionamento de Benveniste, enquanto linguista, em relação aos muitos temas – geralmente estranhos à linguística – com os quais ele dialoga em suas reflexões sobre a linguagem. Vale citar, apenas como alguns exemplos, a comunicação das abelhas em *Comunicação animal e linguagem humana* (1952), o pensamento em *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958), a subjetividade e a experiência do tempo em *A linguagem e a experiência humana* (1965), e a sociedade/cultura em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Percebe-se nitidamente algo de comum em todos estes títulos, certo paralelismo, como que num gesto de colocar a linguagem/língua sempre em relação com outros aspectos da vida humana.

²⁰ Orientamo-nos, aqui, a partir das palavras de Flores (2013), o qual afirma: “[...] quando se estuda Benveniste, é necessário precisar qual parte de sua obra está em exame, porque Benveniste tem uma obra que ultrapassa o campo da enunciação. Estudá-la implica fazer recortes e, antes de tudo, constituir um *corpus* textual de referência a partir do qual uma pesquisa pode ser desenvolvida. Em outros termos: não é nem correto, nem justo, falar em Benveniste sem fazer recortes na infinidade de textos que integram o que se poderia chamar de *a obra benvenistiana*. Do conjunto da obra – entendido como um *corpus inicial* formado por fontes de diferentes naturezas – recorta-se, com base em objetivos específicos, um *corpus textual de pesquisa*” (FLORES, 2013, p. 21, grifos do autor).

Tendo em vista o que foi dito nas páginas anteriores acerca da amplitude teórica de Benveniste, e partindo da premissa fundamental de que há, no conjunto de sua obra, um princípio de base que perpassa toda sua reflexão e evidencia uma abordagem antropológica da linguagem (o qual sintetizamos sob o axioma *o homem está na língua/linguagem*), tomamos como objeto da presente tese uma das formas possíveis de se olhar para esse aspecto antropológico. Trata-se, mais precisamente, da reflexão que se vê elaborar, em muitos dos textos de Benveniste (diversos tanto em questão de temática quanto de época de publicação), acerca da *relação entre língua e sociedade*.

Uma questão logo emerge da proposição acima: por que elaborar uma tese cujo tema é “língua e sociedade” com base em Benveniste? A pergunta aponta para duas direções distintas, e exige, portanto, uma dupla justificativa. De um lado, ela questiona: Benveniste tem lugar em uma reflexão sobre língua e sociedade? Trata-se, pois, de uma justificativa externa, de caráter epistemológico. De outro lado, ela indaga: a reflexão sobre língua e sociedade tem lugar na formulação teórica de Benveniste? Neste caso, trata-se de uma justificativa interna, de caráter intrateórico.

No que diz respeito ao primeiro caso, a pertinência da questão reside no fato de que a relação entre língua e sociedade constitui um tema intrinsecamente interdisciplinar, tradicionalmente debatido em campos como a Sociologia e a Antropologia, e que, na linguística, deu origem a

todo um conjunto de proposições e pesquisas cuja incoerência se reflete até na multidão de denominações: Sociologia da Linguagem, Sociolinguística, Etnolinguística, Antropologia Linguística, Linguística Antropológica, etc (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 69).

Assim sendo, é possível atribuir um lugar à Benveniste em uma discussão dessa ordem?

Em relação ao primeiro destes dois pontos, acreditamos que não constitui nenhum equívoco afirmar que a interdisciplinaridade sempre foi uma marca registrada de Benveniste. Ora, se existe um traço que identifique a prática acadêmica do linguista francês, esse traço pode ser descrito, nas palavras de Dessons (2006), como um “gosto pelo risco teórico” (DESSONS, 2006, p. 16, tradução nossa)²¹. Benveniste apresentou importantes reflexões

²¹ Diz o autor: “Émile Benveniste é um linguista à parte. Seus trabalhos no domínio da linguística geral mudaram algo na paisagem das ciências humanas, mas como ele buscava uma antropologia – histórica – da linguagem, isto é, uma teoria de conjunto, teve que tratar de temas que, *a priori*, não lhe interessariam: arte, filosofia, sociologia,

linguísticas em eventos voltados para outras áreas do conhecimento²², e também publicou boa parte de seus trabalhos em revistas que não eram restritas à linguística²³. Neles, o linguista sempre buscou estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento através de suas reflexões sobre a linguagem. Os exemplos abundam os dois volumes de *Problemas de linguística geral*. Para trazer aqui apenas alguns deles, podemos citar o texto *Comunicação animal e linguagem humana* (1952), no qual Benveniste estabelece um rico debate com o zoólogo alemão Karl von Frisch (1886-1982) acerca do estatuto da comunicação das abelhas²⁴, e o artigo *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958), no qual a discussão sobre linguagem e pensamento se dá com base em ninguém menos que Aristóteles. De fato, o lugar de interlocução de Benveniste é tão marcadamente interdisciplinar que não chega a ser uma surpresa que ele tenha sido parte da banca examinadora da tese *Les structures élémentaires de la parenté*, do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009), em 1948, com quem co-redige, décadas mais tarde, a revista *L'Homme* (cf. DOSSE, 2007, p. 49; DOSSE, 1994, p. 61), e que tenha sido convocado por Jacques Lacan (1901-1981), em 1956, para colaborar com o primeiro número da revista *La Psychanalyse*, cujo resultado é o artigo *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (cf. DOSSE, 1994, p. 63). Para Dosse (1994), esse reconhecimento fora do âmbito da linguística se deu, entre outros motivos, pelo não reconhecimento de Benveniste no interior da própria linguística, dominada à época pela corrente estruturalista que excluía de sua reflexão tudo o que fosse exterior à

etnologia, psicanálise, literatura” (DESSONS, 2006, p. 16, tradução nossa). No original: “*Émile Benveniste est un linguiste à part. Ses travaux dans le domaine de la linguistique générale ont changé quelque chose dans le paysage des sciences humaines, mais comme il a visé une anthropologie – historique – du langage, c’est-à-dire une théorie d’ensemble, il a dû se mêler de ce qui, a priori, ne le regardait pas : art, philosophie, sociologie, ethnologie, psychanalyse, littérature*”.

²² Cabe citar, como exemplo, o texto *A forma e o sentido na linguagem*, apresentado pela primeira vez para filósofos, em 1966, no XIII Congresso das *Sociétés de Philosophie de langue française* (cf. PLG II, p. 220, em nota).

²³ Como, por exemplo, o texto *Da subjetividade na linguagem*, publicado originalmente em 1958 na revista de psicologia *Journal de psychologie* (cf. PLG I, p. 284, em nota).

²⁴ Debate este que, como se sabe, estendeu-se entre os dois pesquisadores para além do artigo de 1952, conforme pontua Dessons (2006): “A revista *Diogène* publicou, em seu número 7 (1954), uma carta de Karl von Frisch que respondia ao artigo de Benveniste publicado em seu primeiro número (1952), a qual foi seguida de uma resposta de Benveniste solicitada pela redação da revista” (DESSONS, 2006, p. 45, tradução nossa). No original: “*La revue Diogène publiait, dans son numéro 7 (1954), une lettre de Karl von Frisch qui répondait à l’article de Benveniste publié dans son premier numéro (1952), lettre elle-même suivie de la réponse de Benveniste sollicitée par la rédaction de la revue*”. Além disso, Benveniste volta a mencionar a investigação de Karl von Frisch em 1963, em seu artigo *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, ao falar sobre a função da linguagem na vida humana.

estrutura da língua²⁵. A linguagem e suas relações com o que não é ela eram, portanto, assuntos que Benveniste, pela maior parte de sua produção acadêmica, só pôde discutir com pesquisadores de fora da linguística. Foram estes, mais do que os próprios linguistas, que atribuíram a ele o devido lugar de fala sobre a relação entre língua e sujeito, língua e pensamento, língua e sociedade, entre outros²⁶. Ainda na atualidade, apesar de ser indiscutível a consolidação de Benveniste no campo dos estudos da linguagem, sendo um dos grandes nomes quando se fala em linguística do discurso ou da enunciação, é curioso notar que as ideias do linguista continuam sendo convocadas por autores de fora do âmbito da linguística, como os filósofos Dany-Robert Dufour²⁷ e Giorgio Agamben²⁸, por exemplo, para os quais as ideias de Benveniste ocupam um lugar central em suas respectivas reflexões. Sobre isso, vale citar a seguinte passagem do trabalho de Rosário (2018):

“Linguista à parte”, para Dessons, “antropólogo da linguagem”, para Coquet e Fenoglio, Benveniste desperta, sem sombra de dúvida, um imenso interesse. Seja por suas diferentes facetas – a do erudito, do pesquisador e do professor –; seja por suas filiações teóricas e por seu percurso em importantes instituições acadêmicas; seja, ainda, pela peculiaridade e profundidade de suas reflexões sobre as línguas e a linguagem – reflexões essas, desde sempre pautadas em uma visão antropológica da linguagem, que, objetivando compreender como a língua significa, relacionam língua, homem, cultura e sociedade. Explica-se, assim, o crescente interesse pela teoria benvenistiana dentro e fora do campo da linguística; interesse esse que extrapola, é claro, um estudo restrito às formas linguísticas e que busca todo o transbordamento que o pensamento de Benveniste provoca (ROSÁRIO, 2018, p. 29).

Jean-Claude Milner, em um belíssimo texto que entrelaça a vida e a obra de Benveniste, chega mesmo a afirmar que, nas entrelinhas de sua produção científica, tem-se por vezes a impressão de haver mensagens políticas lançadas na direção de quem souber

²⁵ Nas palavras de Dosse (1994): “Mas até então, e apesar da publicação pela Gallimard em 1966 dos *Problèmes de linguistique générale*, Benveniste foi cuidadosamente ignorado pelos outros linguistas franceses. [...] Acontece que Benveniste não é ignorado por desconhecimento: foi deliberadamente que a linguística estrutural barrou na época o caminho de acesso ao sujeito. A ruptura com o psicologismo, com a fenomenologia ou a hermenêutica, teve que ser realizada por esse preço por todos os defensores do paradigma estrutural” (DOSSE, 1994, p. 65-66).

²⁶ Sobre essa característica marcante da obra de Benveniste, Teixeira (2012) afirma, em tom confessional: “[...] impressionou-me a extraordinária potência do pensamento do autor, e me senti convocada a ir atrás de indicações presentes em pensadores como, por exemplo, Paul Ricoeur, Roland Barthes e Jacques Lacan, que perceberam desde sempre que Benveniste não se ocupa apenas de aspectos avulsos de morfologia e sintaxe. Sob a descrição linguística miúda e pormenorizada, estão colocadas questões de interesse muito amplo” (TEIXEIRA, 2012, p. 72).

²⁷ Ver DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

²⁸ Ver AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

reconhecê-las²⁹. O autor ilustra inúmeros pontos de textos célebres de Benveniste, nos quais identificamos noções advindas do pensamento de Karl Marx (1818-1883), como “dialética”, “valor” e “classe”, por exemplo. De fato, uma leitura cuidadosa dos textos benvenistianos nos permite surpreender passagens inteiras nas quais Benveniste parece dialogar mais com leitores da filosofia marxista do que propriamente com linguistas. Basta, para isso, que tomemos o seguinte trecho de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), no qual Benveniste declara:

Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção (PLG II, p. 101-102).

Um pouco mais adiante, ao falar sobre as analogias possíveis entre o funcionamento da língua e os princípios da atividade social, Benveniste introduz noção de “sistema produtivo”: “A língua pode ser encarada no interior da sociedade como um sistema produtivo: ela produz sentido, [...]; ela cria objetos linguísticos que são introduzidos no circuito da comunicação” (PLG II, p. 103). E finaliza: “Estamos aí no domínio da economia” (PLG II, p. 103). Para Milner (2003), proposições como essas, de caráter marcadamente marxista, tornam evidente o fato de que, para Benveniste, a dialética materialista é um método científico³⁰. É curioso notar, a esse respeito, que Milner não tenha incluído em seu texto o seguinte trecho da entrevista dada por Benveniste a Pierre Daix em 1968, intitulada *Estruturalismo e linguística*, no qual vemos o linguista colocar explicitamente a possibilidade de utilização de conceitos marxistas em uma investigação de caráter bastante amplo sobre o papel da significação na organização da social:

Na verdade, não é isto que é importante, é o mecanismo da significação. É neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência piloto esclarecendo-nos sobre a organização mental que resulta da experiência do mundo ou à qual a experiência do mundo se adapta, não sei muito bem qual dos dois. Há, em particular, uma maneira de organizar relações lógicas que aparecem muito cedo na criança. Piaget insistiu muito sobre essa capacidade de formar esquemas operatórios e isto vai de par com a aquisição da língua.

²⁹ Nas palavras de Milner (2003), “Depois de 1925, não há mais declarações públicas; no entanto, lendo as contribuições científicas, tem-se, por vezes, a impressão de mensagens políticas lançadas na direção de quem souber reconhecê-las” (MILNER, 2003, p. 93, tradução nossa). No original: “*Después de 1925 no hay más declaraciones públicas; sin embargo, leyendo las contribuciones científicas se tiene a veces una impresión de mensajes políticos lanzados en dirección de que sepa reconocerlos*”.

³⁰ Milner (2003) é categórico: “A conclusão se impõe: segundo Benveniste, a dialética materialista é um método científico” (MILNER, 2003, p. 101, tradução nossa). No original: “*La conclusión se impone: según Benveniste, la dialéctica materialista es un método científico*”.

Esta rede complexa se reencontraria em um nível profundo em grandes procedimentos intelectuais, na estrutura das matemáticas, nas relações que são o fundamento da sociedade. Penso que certos *conceitos marxistas* poderiam por sua vez entrar pouco a pouco, uma vez devidamente elaborados, neste círculo de noções articuladas pelas mesmas relações de base das quais a língua oferece a imagem a mais facilmente analisável (PLG II, p. 24-25, grifo nosso).

Mostrar mais detidamente como e em que medida conceitos e ideias marxistas comparecem na formulação teórica de Benveniste sobre a linguagem é ainda uma investigação que está por ser realizada, e que poderá, talvez, lançar nova luz sobre sua teoria da linguagem³¹. Nosso intuito aqui, no entanto, foi apenas o de salientar o caráter dialógico do pensamento benvenistiano com questões de ordem social, mostrando seu interesse pelo debate, e o quanto isso faz dele um autor convocado por pesquisadores externos à linguística.

No que tange à discussão sobre língua e sociedade no âmbito da própria linguística, Benveniste é hoje, sem dúvida, citado como um de seus expoentes. Em uma breve análise da sessão intitulada “Sociolinguística” de *Introdução à linguística – domínios e fronteiras* (MUSSALIN; BENTES, 2001), encontramos a seguinte passagem:

A tradição de relacionar língua e sociedade, ou, mais precisamente, língua, cultura e sociedade, está inscrita na reflexão de vários autores do século XX. Integrados ou não à grande corrente estruturalista, que ocupou o centro da cena teórica, particularmente, a partir dos anos 1930, encontramos linguistas cujas obras são referências obrigatórias, quando se trata de pensar a questão do social no campo dos estudos linguísticos. Não caberia, aqui, enumerar todos esses estudiosos, mas uma breve referência a alguns nomes, ligados ao contexto europeu, impõe-se: Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin, Marcel Cohen, *Émile Benveniste* e Roman Jakobson (MUSSALIN; BENTES, 2001, p. 24, grifo nosso).

Assim, mesmo não fazendo parte da corrente de estudos que se convencionou chamar de “Sociolinguística Variacionista”, iniciada por William Labov e outros pesquisadores no final da década de 1960³², e que é tomada hoje, pela literatura em geral, como o estudo linguístico por excelência da relação entre língua e sociedade, Benveniste é tido, mesmo entre

³¹ Este assunto se faz presente no segundo capítulo deste trabalho, mas também nos dedicamos a tratar dele no capítulo final.

³² Cf. WIENREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

eles, como um dos linguistas que mais se debruçou sobre o papel da língua no seio da vida social³³.

Dar visibilidade ao que foi dito acima, a saber, o quanto a relação entre língua e sociedade se faz presente na obra de Benveniste, é uma tarefa que responde ao segundo caminho apontado pela pergunta “Por que elaborar uma tese cujo tema é ‘língua e sociedade’ com base em Benveniste?”. Ora, se vimos que o linguista tem lugar no incessante debate sobre língua e sociedade, cabe-nos agora demonstrar em que medida a relação entre língua e sociedade ocupa um lugar no seu pensamento teórico. Quanto a isso, é fácil mostrar que o binômio “língua e sociedade” atravessa toda a produção linguística do autor. Mais do que isso: ele está na base de seu pensamento. Basta, para tanto, recorrer a um breve exercício de leitura.

Em um texto de 1963, intitulado *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, Benveniste se dedica realizar um breve exame sobre as transformações pelas quais passaram os estudos da linguagem e das línguas, desde sua gênese. Ao falar sobre a *função* da linguagem, na segunda parte desse artigo, Benveniste coloca a linguagem na base de nossa representação do mundo e de nós mesmos. Ela é, para o linguista, a própria condição do homem e da sociedade. Diz ele:

A “forma” do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora. [...] A partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares. De fato é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente (PLG I, p. 26-27, grifo do autor).

Pouco mais adiante, o linguista é categórico:

A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. O despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade (PLG I, p. 27).

Lemos ainda, parágrafos depois:

³³ Cabe citar ainda, a título de exemplo, o trabalho *O homem na língua: o dialeto como índice de subjetividade e identidade cultural* (LIMA; BARROS, 2017), no qual as pesquisadoras buscam articular o pensamento enunciativo de Benveniste à investigação de dialetos distintos do Recife e de Salvador, destacando o papel do dialeto “não apenas como traço linguístico de uma comunidade, mas carregado de sentido para os usuários da língua e lugar de reafirmação da identidade cultural” (LIMA; BARROS, 2017, p. 20).

Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade. Isso não é coincidência histórica, mas encadeamento necessário. De fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra (PLG I, p. 31, grifo do autor).

Acreditamos que uma das formas possíveis de se olhar para a produção linguística de Benveniste como um todo consista justamente em ver nela um grande e laborioso esforço de demonstração dessa inter-relação necessária entre linguagem/língua, homem e sociedade. Tal ponto de vista, se válido, permite justificar o alcance de suas reflexões linguísticas para além da própria linguística, o que aproximaria o seu trabalho da perspectiva elucidada por ele próprio em *Tendências recentes em linguística geral* (1954), como um desdobramento possível dos estudos linguísticos:

Entretanto, a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação. Uma outra linguística poderia estabelecer-se sobre os termos deste trinômio: língua, cultura, personalidade (PLG I, p. 17).

É inclusive curioso constatar que, neste mesmo texto de 1954, Benveniste já colocava como um interrogante da linguística a relação entre as estruturas da língua e da sociedade. Após salientar e explicar o fracasso das investigações empreendidas por seu mestre Antoine Meillet (1866-1936) e Alf Sommerfelt (1892-1965) sobre o tema, ele afirma:

Não quer isso dizer que o plano de estudos indicado por Meillet seja irrealizável. O problema consistirá antes em descobrir a base comum à língua e à sociedade, os princípios que regem essas duas estruturas, definindo-se primeiro as unidades que, numa e noutra, se prestariam à comparação, ressaltando-se-lhes a interdependência (PLG I, p. 15-16).

Este é praticamente um resumo do programa sobre o qual o linguista viria a se ocupar com interesse em 1968, através do artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*. Este último texto já deixa explícito em seu título o tema abordado por Benveniste, e, conforme veremos ao longo deste trabalho, é nele que o linguista mais desenvolve sua reflexão sobre a relação entre língua e sociedade. No entanto, como também observaremos, as reflexões ali contidas resultam, em sua grande maioria, de inúmeras pesquisas anteriores, nas quais o tema

“língua e sociedade”, embora não seja o foco principal, encontra-se necessariamente implicado³⁴.

Tomemos novamente como exemplo o texto canonicamente atribuído ao estudo da enunciação, *Da subjetividade na linguagem* (1958). Nele, Benveniste, ao propor que a subjetividade se constitui a partir de uma propriedade sediada na linguagem, a saber, a “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286), ressalta: “A instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, *igualmente fora da linguagem*, a categoria de pessoa” (PLG I, p. 290, grifos nossos). O que Benveniste quer dizer aqui com “fora da linguagem”? Certamente, este “fora” não é a expressão de uma exclusão da linguagem; se a base comum do indivíduo e da sociedade se encontra *na e pela* linguagem, é válido pensar que este “fora da linguagem” diga mais respeito a um “para além dos estudos da linguagem”. Uma vez lida sob este ponto de vista, a expressão “fora da linguagem” corresponderia a um endereçamento das implicações da instauração da subjetividade na linguagem a outros domínios, exteriores à linguística, mas para os quais a pressuposição da linguagem se tornaria necessária³⁵. Ora, o fenômeno da subjetividade, como fica evidente neste texto de 1958, é tratado por Benveniste como uma propriedade cujo fundamento está no exercício da língua. No entanto, vemos claramente que o linguista coloca tal propriedade, que é, portanto, de ordem linguística, como o fundamento da emergência de “uma unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência” (PLG I, p. 286). Esta é a definição não-linguística que o linguista dá para “subjetividade”, colocando-a também sob a forma latina “ego”, termo caro à

³⁴ Concordamos, neste ponto, com Pinault (2019), para quem “Benveniste sempre ligou a análise dos fenômenos linguísticos à sua base social, entre outras coisas, pelo que diz respeito ao emprego das palavras e às mudanças de sentido” (PINAULT, 2019, p. 65, tradução nossa). No original: “Benveniste a toujours lié l’analyse des phénomènes linguistiques à leur base sociale, entre autre pour ce qui est de l’emploi des mots et des changements de sens”.

³⁵ Em *La notion d’énonciation chez Émile Benveniste*, Ono (2007) também busca dar uma interpretação para este “fora da linguagem”, o qual, como a autora bem pontua, constitui “um tema que nosso autor não aborda” (ONO, 2007, p. 139, tradução nossa). No original: “[...] un thème que notre auteur n’aborde guère”. Para a autora, considerar a possibilidade de uma noção de subjetividade fora do exercício da linguagem exigiria um alargamento dessa noção enquanto “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286). Diz ela: “Contra essa definição que implica a existência do locutor, compreendemos a *subjetividade* mais geralmente como ‘a característica disso que pertence ao sujeito’” (ONO, 2007, p. 138, tradução nossa). No original: “Contre cette définition qui implique l’existence du locuteur, nous comprenons la subjectivité plus généralement comme « le caractère de ce qui appartient au sujet »”. Não é nosso intuito aqui tratar do estatuto dos elementos “sujeito” e “subjetividade” na teoria enunciativa de Benveniste, mas é sempre interessante notar o quanto noções como essas, tidas tão ingenuamente como unidimensionais no pensamento do linguista, mostram-se problemáticas diante de um olhar mais aproximado.

psicologia³⁶. Claramente, não estamos falando somente de língua aqui. Ou, ao menos, a reflexão que Benveniste elabora sobre a língua traz implicações que transbordam para além dela. Está certo que Benveniste se atém, no contexto da discussão, a descrever o mecanismo linguístico que permite a emergência da subjetividade (as formas pronominais características da categoria de pessoa, os indicadores da dêixis, os tempos e pessoas verbais, etc.). Porém, as ideias ali expostas evocam uma noção de subjetividade como “consciência de si” que é decorrente desse mecanismo linguístico, ou seja, que está subordinada à linguagem: “Ora, essa ‘subjetividade’, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que *diz* ‘ego’” (PLG I, p. 286, grifo do autor)³⁷. Além disso, ao afirmar que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (PLG I, p. 286), estabelecendo a polaridade “eu-tu” como condição da subjetividade, Benveniste leva a discussão a um nível ainda mais amplo, em um trecho que volto a citar:

Caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do ‘próximo’, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (PLG I, p. 287).

Vemos, assim, que a questão da subjetividade na linguagem está atrelada também a uma discussão de ordem mais ampla, a qual, através da diferenciação linguística entre o “eu” e o “tu”, coloca em jogo a diferenciação entre o indivíduo e a sociedade. Tais realidades, para Benveniste, ganham seu fundamento na forma de organização única de que dispõe a linguagem, o que leva o linguista a concluir: “Única é a condição do homem na linguagem” (PLG I, p. 287).

Nosso intuito, através dessa digressão, foi o de ilustrar o quanto a reflexão sobre língua e sociedade se encontra implicada nos trabalhos de Benveniste, mesmo naqueles que

³⁶ Vale lembrar mais uma vez que os interlocutores de Benveniste, neste texto, são psicólogos, o que não apenas justifica o uso de termos afins, mas também o alcance as ideias linguísticas ali propostas.

³⁷ A citação fonte desta nota não corresponde exatamente à versão traduzida para o português, uma vez que, nela, a expressão é “*diz ego*”, com “ego” em itálico e sem aspas. No texto original em francês, o que lemos é: “Est « ego » qui *dit* « ego »” (BENVENISTE, 1966, p. 260). Preferimos, portanto, fazer corresponder a passagem ao original.

são usualmente tidos como “textos sobre a enunciação”, e o quanto ela constitui uma perspectiva possível de estudo de seu pensamento. Apesar disso, são poucos e breves os trabalhos que se dedicaram a analisar mais detidamente a produção teórica de Benveniste sob o enfoque da relação entre língua e sociedade³⁸. Faz-se necessário, assim, um estudo que tome este como sendo seu tema central, e que permita instaurar um novo olhar sobre sua obra.

Uma vez considerado o tema do presente trabalho e estabelecidas as justificativas internas e externas à sua realização, cabe agora responder quais são, mais especificamente, os objetivos desta investigação. No que diz respeito aos objetivos gerais, estes consistem em:

1. Explicar como se dá a relação entre língua e sociedade no pensamento teórico de Émile Benveniste;
2. Descrever que espécie de análise se produz a partir dessa relação, tomando como objeto de exame os estudos de Benveniste mais voltados para a descrição de línguas;
3. Avaliar em que medida a reflexão benvenistiana sobre a relação entre língua e sociedade permite instaurar um novo olhar sobre a linguagem.

Atentemos para o fato de que tais objetivos colocam o problema da relação entre língua e sociedade no pensamento benvenistiano de pontos de vista distintos e complementares: O primeiro deles apresenta um carácter essencialmente *teórico*; o segundo olha para a mesma questão desde uma perspectiva *analítica*; o terceiro, *teórico-analítico*, articula os objetivos anteriores na proposição de um modo de se fazer linguística.

A partir desses objetivos iniciais e de ordem mais ampla, decorrem necessariamente outros, mais específicos, os quais são determinantes das etapas do estudo. Para poder falar deles, porém, é necessário que nos detenhamos um pouco mais sobre o tema do trabalho, pois sua apresentação implica desde já a introdução de algumas formulações teóricas que serão

³⁸ Trazemos, aqui, a título de ilustração, os artigos *O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem* (TEIXEIRA, 2012), *Linguagem e cultura: uma abordagem com Benveniste* (FLORES; SEVERO, 2015), *Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala* (TEIXEIRA; MESSA, 2015), *A relação entre língua/linguagem e cultura em Benveniste: uma contribuição para as ciências humanas* (NEUMANN; ROSÁRIO, 2016), *Sociedade, sociedades: epistemologia para estabelecer princípios de uma teoria social da enunciação* (SILVA; MALCORRA, 2016), *Uma leitura das relações entre língua e sociedade em Émile Benveniste a partir da noção de gesto* (SILVA, 2017), e *A língua como prática humana: desdobramentos das relações entre língua e sociedade* (KNACK, 2018). As datas de tais publicações, em ordem cronológica, dão testemunho do ineditismo deste viés no estudo da obra de Benveniste, e apenas comprovam a necessidade de lhes dar prosseguimento.

caras ao estudo. Para tanto, nenhum texto benvenistiano oferece melhor suporte do que o artigo de 1968, não por acaso, intitulado *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*.

Com efeito, embora a problemática da relação entre língua e sociedade se apresente como uma constante na formulação teórica do linguista, como constatamos, é certamente em seu texto de 1968 que vemos a questão sendo tratada de maneira mais direta. Consequentemente (e já adiantando uma premissa metodológica), é este o artigo que tomamos como o texto norteador de nosso estudo; o texto-chave, a partir do qual a investigação se inicia, e também para o qual ela retorna. Nele, Benveniste começa por um dado da evidência, de caráter essencialmente antropológico e em clara relação com a célebre passagem de *Da subjetividade na linguagem* (1958), já citada aqui³⁹. Diz ele: “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro” (PLG II, p. 93). No entanto, dessa relação de necessidade entre homem e linguagem, decorre uma constatação ainda mais ampla:

A partir desse momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir desse momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra (PLG II, p. 93)⁴⁰.

Podemos concluir, só com base na passagem acima, que essas duas entidades, “linguagem” (leia-se língua) e sociedade, encontram-se na mais íntima das relações, e que, tal como acontece na relação entre homem e linguagem, não podemos imaginar uma sem a outra. Tal conclusão poderia nos levar a crer que fosse possível estabelecer, entre a estrutura de uma e de outra, correlações unívocas e constantes. Entretanto, Benveniste demonstra, através de uma breve revisão de estudos dessa ordem, que, se por um lado, língua e sociedade são entidades que estão intimamente ligadas, por outro, não se verifica entre elas uma relação de isomorfia a nível estrutural: “não existe correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade” (PLG II,

³⁹ Lembremos: “Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (PLG I, p. 285).

⁴⁰ Benveniste faz, neste trecho, uso do termo “linguagem”. No entanto, fica evidente a relação de sinonímia que ele aqui estabelece com a noção de “língua”, como é comum em muitos de seus trabalhos. Atesta isso o fato de ele se referir à linguagem, nessa mesma passagem, através do sintagma “signos de comunicação”.

p. 95). Isso se evidencia através do fato de que línguas de estrutura muito semelhante são encontradas em sociedades muito diferentes entre si, e também pelo inverso; sociedades semelhantes fazendo uso de línguas de estruturas muito distintas. Da mesma forma, a evolução histórica parece nos distanciar de uma possível correlação estrutural, uma vez que língua e sociedade evoluem separadamente e em velocidades distintas, sendo a estrutura da língua sempre mais estável em relação às transformações da sociedade.

Essa constatação de incomensurabilidade estrutural entre língua e sociedade já é suficiente para nos fazer olhar com desconfiança para o título do artigo. Ora, não sendo a correlação entre as duas noções de ordem estrutural, por que Benveniste dá ao seu estudo o título de “*Estrutura da língua e estrutura da sociedade*”? Tal como o interpretamos, esse título parece trazer, simultaneamente, uma proposta de aproximação (entre língua e sociedade) e um gesto de desconstrução (da ideia de que essa aproximação se daria a partir de suas respectivas estruturas). Assim, para falar da relação entre língua e sociedade, Benveniste opta por partir do lugar-comum onde ela acontece nos debates linguísticos – lugar este que, como ele mesmo evidencia, é problemático, uma vez que cria pontos de vista que são incompatíveis (língua e sociedade possuem estruturas independentes, mas que são, ainda assim, reflexo uma da outra) –, apenas para deslocar o problema e repensá-lo sob outro aspecto⁴¹.

Mas como deslocá-lo? E que outro aspecto é esse? Benveniste diz que é preciso, antes de tudo, “assinalar e corrigir uma confusão que é cometida entre duas acepções do termo língua e do termo sociedade, respectivamente” (PLG II, p. 95-96). Trata-se, segundo o linguista, de separar, tanto na língua quanto na sociedade, um *nível histórico* e um *nível fundamental*. No nível histórico, estão língua e sociedade enquanto dados empíricos, particulares (língua russa, língua chinesa, língua francesa de um lado, sociedade russa, sociedade chinesa, sociedade francesa de outro). No nível fundamental, está a sociedade “como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” e a língua “como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (PLG II, p. 96). As conclusões levantadas por Edward Sapir e demais estudiosos sobre a não-correspondência de estrutura e de natureza entre língua e sociedade seriam o resultado de comparações entre língua e sociedade em nível histórico, ou mesmo na completa ignorância de tal distinção.

⁴¹ O que não quer dizer que a noção de “estrutura” não seja relevante para essa reflexão de Benveniste, conforme veremos nos dois próximos capítulos deste trabalho.

Benveniste não discorda dessas constatações, mas observa que elas constituem “um ponto de vista um pouco sumário que é preciso ultrapassar” (PLG II, p. 95). Essa ultrapassagem se dará, portanto, a nível fundamental, ponto de vista através do qual o linguista vê a possibilidade de se estabelecer homologias entre língua e sociedade: ambas são realidades inconscientes, ambas são herdadas, e o princípio de nenhuma delas pode ser mudado pela vontade dos homens (cf. PLG II, p. 96).

Tomando então língua e sociedade na sua acepção fundamental, Benveniste se pergunta: “Então como poderemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (PLG II, p. 97). Podemos ver, logo nesta interrogação, evidências de um princípio de método que merece cuidadosa atenção. No esquema proposto por Benveniste, supor a relação entre língua e sociedade implica necessariamente analisar a sociedade *através da análise da língua*. O linguista afirma no parágrafo seguinte: “Estamos considerando aqui a língua somente como *meio de análise da sociedade*” (PLG II, p. 97, grifos nossos). O que significa colocar a relação nesses termos? Pensar a sociedade através da análise da língua significa, para Benveniste, tomar “língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado” (PLG II, p. 97). A relação entre as duas entidades não se dará em termos de comparação de estruturas, como faz sugerir o título do texto; ela será de ordem *semiológica*. Trata-se, portanto, de olhar para a sociedade através do prisma da língua, o que significa, em última instância, em olhar para a sociedade *na língua*. Eis aí outra forma de pensar a presença do “homem na língua”, a qual traz, sem dúvida nenhuma, uma reflexão sobre o sujeito, mas que a redimensiona a uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, cuja base é a língua. Essa perspectiva se instaura sobre uma propriedade fundamental: a propriedade de “*interpretância*” da língua⁴². É no encaixo dessa outra maneira de conceber a presença do homem (em seus aspectos de individualidade e de coletividade) na língua que nos lançaremos neste trabalho.

⁴² Embora não apareça exatamente nesses termos, é possível ver aqui a elaboração da noção de “interpretância” da língua, o qual será o grande operador da reflexão de Benveniste em *Semiologia da língua* (1969), ainda que não se trate exatamente da “relação de interpretância” tal como a vemos neste último texto, uma vez que o que está em jogo, no texto de 1968, é olhar para o modo como a sociedade encontra seu fundamento no interior da língua, e não para a relação entre sistemas de signos, tal como Benveniste o faz no texto de 1969. Retornaremos a essa problematização no primeiro capítulo deste trabalho.

A aproximação efetuada por Benveniste entre língua e sociedade a partir de um ponto de vista semiológico, ou seja, a partir de uma relação de interpretante com interpretado, leva-o a formular duas “proposições conjuntas”. São elas, nas palavras do linguista: “Em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97). O primeiro ponto a se notar em relação a essas duas proposições é a aparente contradição que parece haver entre elas. Ora, tomar a língua enquanto “interpretante” da sociedade nos levaria a supor, em um primeiro momento, que língua e sociedade são entidades independentes uma da outra, cabendo ao elemento língua dar um sentido (interpretar) ao elemento – externo e já constituído – sociedade. Como relacionar isso com a ideia de que a língua *contém* a sociedade? Benveniste é aqui de um brilhantismo absoluto, e fica evidente, através de sua formulação à primeira vista contraditória, todo o aspecto antropológico que subjaz a sua perspectiva acerca da linguagem: ele faz da segunda proposição a própria *justificação* da primeira. A língua é o interpretante da sociedade *justamente porque* ela contém a sociedade. Ou seja, “interpretar” aqui não deve ser tomado como uma noção hermenêutica, isto é, como a atribuição de determinado sentido a algo já existente. “Interpretar”, na acepção semiológica, diz respeito a uma tarefa que é dupla e simultânea; a língua *significa* e, ao fazê-lo, ela *cria*. Assim, o papel da língua enquanto interpretante “é inicialmente e do ponto de vista puramente literal *fazer existir o interpretado e transformá-lo em noção inteligível*” (PLG II, p. 98, grifos nossos). Desde esse ponto de vista, a conclusão não poderia ser outra: “A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (PLG II, p. 98). Se a língua *contém* a sociedade, é porque é somente *na* língua e *através* da língua que a sociedade se torna possível, o que inverte a visada sociológica, na qual a língua está contida na sociedade, da qual constitui o reflexo⁴³.

⁴³ Fazemos referência, aqui, à passagem do texto *Semiologia da língua* (1969) na qual Benveniste, ao tratar brevemente da relação entre língua e sociedade, contrapõe a sua perspectiva semiológica à forma tradicional como a ela é comumente tratada na sociologia. Nas palavras do linguista: “Aqui se vê como a relação semiológica se distingue de todas as outras, notadamente da relação sociológica. Se se interroga, por exemplo, sobre a situação respectiva da língua e da sociedade – tema de muitos debates – e sobre seu modo de dependência mútua, o sociólogo, e provavelmente qualquer um que enfoca a questão em termos dimensionais, observará que a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba; decidirá então que a sociedade é o todo, e a língua, a parte. Mas a consideração semiológica inverte esta relação, porque somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Poder-se-á dizer, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade. Assim, a relação de interpretância, que é semiótica [leia-se semiológica], inverte a relação de encaixe, que é sociológica” (PLG II, p. 63). Esta diferenciação entre os pontos de vista semiológico e sociológico voltará a ser

A sumária e parcial exposição que fizemos do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) não teve, obviamente, o objetivo de dar conta da totalidade deste brilhante estudo de Benveniste. Voltaremos seguidamente a ele no decorrer deste trabalho. No entanto, ela é suficiente, por si só, para termos uma ideia da complexidade que envolve a reflexão, e, ao mesmo tempo, para nos fornecer um lugar de partida para nossa investigação. O que queremos dizer com isso é que partimos da hipótese de que a formulação *a língua contém a sociedade* – a qual tomamos como um axioma⁴⁴ específico em relação à proposição geral do pensamento benvenistiano de que *o homem está na língua* – pode ser tida como o princípio metodológico de uma linguística sediada na relação entre língua e sociedade⁴⁵.

A pergunta que imediatamente advém desta consideração é: como se operacionaliza o axioma *a língua contém a sociedade*? Em outras palavras, que operadores⁴⁶ permitem a Benveniste analisar a sociedade através da análise da língua? Ou ainda, se a análise é sempre linguística, que elementos da língua permitem mostrar que a língua contém a sociedade? São essas as questões que, consonantes com os três objetivos gerais previamente explicitamos, conduzirão a tese. Respondê-las, porém, exige-nos diluí-las em outras questões mais pontuais, as quais dividimos em quatro grupos:

- a) Como se dá a noção de *língua* no interior do axioma benvenistiano *a língua contém a sociedade*? Quais categorias da língua permitem a Benveniste tomá-la como ponto de vista acerca da sociedade?
- b) Em sentido inverso, como se apresenta a noção de *sociedade* no interior do axioma *a língua contém a sociedade*? A quais outros conceitos ela está relacionada?

discutida no primeiro capítulo deste trabalho.

⁴⁴ “Axioma” toma, aqui, o mesmo valor epistemológico que explicitamos na nota de rodapé 14.

⁴⁵ A relação entre axiomas que estabelecemos aqui toma por base o estudo de Rosário (2018), no qual encontramos um esforço por definir o lugar epistemológico da reflexão semiológica de Benveniste, a sua “semiologia da língua”, no interior de sua teoria da linguagem. Retomando Flores (2016), a autora afirma que “[...] no axioma geral da teoria da linguagem de Benveniste – *o homem na linguagem* –, está contido um axioma específico – *o homem na língua*. Pensando no *universo benvenistiano*, ao lado desse axioma específico, que corresponde à reflexão do *Benveniste teórico da enunciação*, identifico um outro axioma, também específico (também contido, portanto, no axioma geral), que corresponde à reflexão do *Benveniste semiólogo* – *a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive a si mesma*” (ROSÁRIO, 2018, p. 149, grifos da autora).

⁴⁶ Assim como fizemos com o termo “axioma”, cabe explicitar aqui o que entendemos pela noção epistemológica de “operador”. Para tanto, recorremos novamente a Flores (2017b), o qual explica: “Eu entendo o *operador* de uma teoria como o mecanismo que contém um modo de funcionamento; ele é um instrumento que exerce um modo de pensamento” (FLORES, 2017b, p. 12, grifos do autor).

- c) Como a relação entre língua e sociedade se manifesta nos trabalhos descritivos de Benveniste? Em que medida podemos observar o princípio de que *a língua contém a sociedade* operando em suas análises linguísticas?
- d) Qual é o alcance teórico-metodológico da reflexão benvenistiana acerca da relação língua-sociedade? Em que termos podemos falar de uma “linguística da língua que contém a sociedade” que se deixa formular a partir do pensamento linguístico de Benveniste? Quais são seus princípios, como ela se organiza, e como pode operar metodologicamente?

Como podemos perceber, cada um desses grupos aborda o tema geral do trabalho (a relação entre língua e sociedade no pensamento linguístico de Benveniste) a partir de um ângulo particular. Além disso, notamos que, entre os dois primeiros grupos (*a* e *b*) e os dois últimos (*c* e *d*), existe uma diferença que diz respeito ao interesse de cada conjunto de questões. Nos grupos de perguntas *a* e *b*, o que está em pauta é a investigação de como se configura a relação entre língua e sociedade na reflexão teórica de Benveniste, e que resulta na formulação do axioma *a língua contém a sociedade*. Trata-se, portanto, de uma *pesquisa de ordem teórica e nocional*. Já as perguntas pertencentes aos dois últimos grupos, *c* e *d*, parecem estar mais relacionadas com a *operacionalização dessa perspectiva na análise linguística*: no primeiro caso, retrospectivamente, através da revisão dos textos descritivos de Benveniste; no segundo caso, prospectivamente, mostrando os desdobramentos possíveis dessa perspectiva teórica em termos de análise. Trata-se, desta vez, de ver como a fórmula *a língua contém a sociedade* opera nas instâncias de análise da língua. Consequentemente, é em virtude desses grupos de perguntas e dos propósitos que cumprem que a organização dos capítulos da tese se encontra determinada. Assim sendo, a presente tese se apresenta dividida em duas grandes partes, compostas, cada uma delas, de dois capítulos.

Na primeira parte do trabalho, intitulada “Língua e sociedade: delineando uma perspectiva teórica”, o objetivo consiste em uma investigação, de caráter teórico-nocional, da relação língua-sociedade. Assim, o primeiro capítulo, “A noção de língua em sua relação com a sociedade”, tem como tarefa observar como a *língua* opera enquanto ponto de vista acerca da sociedade. Voltando-nos para os textos de *PLG I* e *PLG II* nos quais Benveniste apresenta de maneira mais direta a relação entre língua e sociedade, buscamos averiguar quais categorias linguísticas permitem ao linguista elucidar essa relação, e o que tais categorias

revelam acerca da língua enquanto sistema interpretante. Tal exercício de leitura nos permitirá definir qual a noção de *língua* que subjaz ao axioma *a língua contém a sociedade*. O segundo capítulo, “a noção de sociedade em sua relação com a língua”, é dedicado, em complementaridade com o primeiro, ao intuito de averiguar de que modo o conceito de sociedade opera no axioma *a língua contém a sociedade*. Se, como sugerimos no capítulo anterior, é possível depreender uma noção de *língua* que subjaz à relação desta com a sociedade, e, sobretudo, que torna essa relação possível, acreditamos que o mesmo pode ser dito a respeito do último elemento da fórmula. Tratamos, portanto, de descrever que noção de *sociedade* se configura na relação desta com a língua.

A segunda parte da tese, intitulada “A língua contém a sociedade: delineando possibilidades de análise”, possui caráter teórico-analítico, uma vez que o objetivo, aqui, consiste em mostrar como o princípio de que a língua contém a sociedade, abordado em pormenor nos dois capítulos anteriores, se manifesta nas descrições de língua efetuadas por Benveniste, e em que medida este princípio enseja as bases de um fazer linguístico fundado na relação entre língua e sociedade. Desse modo, no terceiro capítulo da tese, “Língua e sociedade na descrição linguística de Benveniste”, realizamos uma leitura de trabalhos mais descritivos do linguista, buscando ver em que medida eles revelariam algo da ordem de uma possível análise da sociedade através da análise da língua⁴⁷. A grande questão aqui é: podemos conceber os trabalhos de descrição linguística de Benveniste (em especial os do léxico e de reconstrução semântica) como o “laboratório” no qual se vê a possível construção de uma linguística na qual os termos língua e sociedade estão em implicação? A possibilidade aqui levantada é a de que os estudos descritivos de Benveniste constituem o lugar onde essa relação entre língua e sociedade se mostra mais evidente, e onde a reflexão apresentada em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) se elabora. Por fim, no quarto e último capítulo, “Uma linguística da língua que contém a sociedade”, o objetivo é o de sistematizar a

⁴⁷ É importante justificarmos aqui a escolha por trabalhos benvenistianos de caráter mais descritivo (especialmente em relação ao léxico) como objetos de análise do terceiro capítulo, uma vez que este trabalho se pauta sobre o postulado de que a relação entre língua e sociedade se configura como uma constante teórica no pensamento de Benveniste. Pois bem, essa constância *teórica* não necessariamente implica uma constância *analítica*. Ainda que, em todas as análises empreendidas pelo linguista, a relação semiológica que se estabelece entre língua e sociedade esteja pressuposta, não podemos afirmar que ela se manifesta da mesma forma em todas elas. Assim, encontramos na sexta parte dos *PLGs*, intitulada “Léxico e cultura”, estudos mais elucidativos dessa relação do que nos trabalhos de cunho mais teórico, como aqueles comumente vinculados à enunciação. Uma possível explicação para isso reside no fato de que, nestes, Benveniste dá primazia à *língua* enquanto objeto de teorização, enquanto, naqueles, o enfoque do linguista recai sobre a comparação entre as *línguas*.

reflexão efetuada nos três capítulos anteriores, de forma a estabelecer as bases teórico-metodológicas de uma linguística cujo objeto diz respeito à própria relação língua-sociedade. Trata-se, portanto, de nos perguntarmos como se organiza, a partir da reflexão iniciada por Benveniste, uma linguística que tome por princípio axiomático a formulação semiológica de que *a língua contém a sociedade*. Que possibilidades de análise essa perspectiva permite abrir para o estudo da língua? Para tanto, tomaremos como texto norteador o artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a partir do qual buscaremos pistas metodológicas que permitam a análise da sociedade através da análise da língua.

Eis, em suma, o esquema estrutural a partir do qual a tese está organizada:

Quadro 1 – Organização das partes do trabalho

PARTE I – Língua e sociedade: delineando uma perspectiva teórica

CAPÍTULO 1 – A noção de língua em sua relação com a sociedade

CAPÍTULO 2 – A noção de sociedade em sua relação com a língua

PARTE II – A língua contém a sociedade: delineando possibilidades de análise

CAPÍTULO 3 – Língua e sociedade na descrição linguística de Benveniste

CAPÍTULO 4 – Uma linguística da língua que contém a sociedade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fonte: Elaborado pelo autor.

PARTE I

LÍNGUA E SOCIEDADE: DELINEANDO UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

CAPÍTULO 1

A NOÇÃO DE LÍNGUA EM SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

Durante nossas páginas de introdução, apresentamos brevemente, como forma de ilustrar o tema sobre o qual discorrerá o presente trabalho, parte da reflexão que Benveniste tece acerca da relação entre língua e sociedade em seu texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Embora não seja este o único de seus textos no qual a discussão se faz presente, como já demonstramos, é nele que Benveniste se debruça com interesse direto sobre este complexo tema, motivo pelo qual o elencamos como o texto norteador de nossa pesquisa, e o ponto a partir do qual daremos início a nossa investigação. Como também pudemos ver na introdução, a grande novidade de Benveniste não está propriamente em colocar essas duas entidades – língua e sociedade – em relação⁴⁸. Ela reside no fato de que, contrariamente ao que o próprio título do artigo sugere, a relação entre língua e sociedade não pode ser colocada em termos de correlação estrutural, mas sim em termos de “interpretante” e “interpretado”. A relação é, portanto, de ordem *semiológica*. Este movimento epistemológico leva Benveniste a formular duas proposições conjuntas, as quais constituem, como defendemos aqui, os axiomas de base de uma perspectiva teórica sobre a linguagem. São elas: “Em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97).

Mas o que quer dizer isso? O que significa colocar língua e sociedade em relação de “interpretante” e “interpretado”? O que está implicado, tanto para a compreensão da língua quanto da sociedade, na formulação *a língua contém a sociedade*? Responder tais questionamentos envolve, antes de tudo, estabelecer o que se entende por “língua” e por “sociedade” no interior dessa reflexão de Benveniste. Tendo isso em mente, a questão que nos colocamos neste primeiro capítulo é a seguinte: o que podemos tomar como “língua” na dupla

⁴⁸ No texto de 1968, Benveniste cita explicitamente o nome de apenas um linguista, Edward Sapir (1884 – 1939), salientando a constatação deste acerca da não-isomorfia estrutural entre língua e sociedade. No entanto, ao referir-se à visão contrária, na qual a língua seria um reflexo da estrutura social, o linguista atribui vagamente este pensamento a “outros autores” (cf. PLG II, p. 94). Não é difícil, no entanto, ver aqui uma velada referência ao trabalho de Antoine Meillet (1866 – 1936), autor ao qual Benveniste se refere claramente, ao passar pelo mesmo tema, em *Tendências recentes em linguística geral* (1954), e de quem cita a seguinte passagem: “Cumprirá determinar a que estrutura social corresponde uma certa estrutura linguística e como, de maneira geral, as mudanças de estrutura social se traduzem por mudanças de estrutura linguística” (PLG I, p. 15).

axiomática *a língua é o interpretante da sociedade; a língua contém a sociedade?* Grosso modo, o que fazemos é repetir a pergunta feita por Benveniste no texto de 1968: “o que é que atribui à língua esta posição de interpretante?” (PLG II, p. 99). Buscamos, portanto, definir, no escopo da reflexão de Benveniste acerca da relação entre língua e sociedade, a noção de língua que subjaz a essa teorização, descrevendo quais as propriedades que asseguram à língua a sua função de interpretante, e de que maneira podemos considerar que ela “contém” a sociedade.

Para tanto, o que realizamos a seguir é uma reflexão guiada pela leitura do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), através da qual examinamos o que se define como “língua” quando o que se está em jogo é a relação desta com a sociedade. Destacamos, assim, as diferenciações nocionais que o linguista instaura nesse artigo, procurando relacioná-las com o conjunto de textos de *PLG I* e *PLG II* nos quais a problemática também se coloca. Deste conjunto, damos ênfase aos seguintes artigos: *PLG I – Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946); *Tendências recentes em linguística geral* (1954); *A natureza dos pronomes* (1956); *Da subjetividade na linguagem* (1958); *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963); *Os níveis da análise linguística* (1964). *PLG II – A forma e o sentido na linguagem* (1966); *Estruturalismo e linguística* (1968); *Esta linguagem que faz a história* (1968); *Semiologia da língua* (1969); *O aparelho formal da enunciação* (1970).

1.1. Língua: nível histórico x nível fundamental

Ao expor seu exame sobre as relações entre língua e sociedade no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, Benveniste inicia, conforme vimos brevemente em nossa introdução, falando sobre a condição de implicação mútua entre uma e outra: se, de um lado, “a linguagem exige e pressupõe o outro” (PLG II, p. 93), o que coloca desde já a sociedade como um pressuposto, de outro lado, “a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação” (PLG II, p. 93), o que, neste caso, coloca como um pressuposto a própria língua. Desta constatação, surge a hipótese da possibilidade de se estudá-las em conjunto, permitindo que se possam encontrar, entre elas, correlações precisas e constantes. No entanto, o que se segue daí é uma demonstração, por parte de Benveniste, do quanto tal empreitada

está destinada ao fracasso ao se levar em consideração o aspecto estrutural das línguas e das sociedades. Diz ele:

Ora, todos aqueles que várias vezes e ainda recentemente estudaram estas ligações foram levados por fim a concluir que na verdade não se descobre da língua para a sociedade nenhuma relação que revelaria uma analogia em sua respectiva estrutura (PLG II, p. 93).

Assim, desde um ponto de vista sincrônico, o que constatamos é que “línguas de estruturas comparáveis servem a sociedades muito diferentes entre si” (PLG II, p. 94), assim como se percebe que “línguas, ao contrário, muito afastadas por seu tipo uma da outra, vivem e se desenvolvem em sociedades que compartilham o mesmo regime social” (PLG II, p. 94). A situação de incomensurabilidade não é diferente se olhamos para a relação entre as estruturas desde um ponto de vista diacrônico: “Quando se toma a evolução histórica, vê-se também que língua e sociedade evoluem separadamente. Uma mesma língua permanece estável através das reviravoltas sociais mais profundas” (PLG II, p. 94). Tais constatações levaram parte da linguística a postular a independência entre as duas entidades: “Dever-se-ia portanto concluir que língua e sociedade não são isomórficas, que sua estrutura não coincide, que suas variações são independentes, e se limitar a constatar esta discordância” (PLG II, p. 94). Enquanto isso, outra parte insistiu em tomar a língua como um espelho da sociedade, refletindo a estrutura social em suas particularidades e também em suas mudanças. O impasse está posto, uma vez que, para Benveniste, não há conciliação possível entre tais pontos de vista, o que mostra também que “a maneira pela qual este problema foi debatido até agora não nos aproxima muito de uma solução” (PLG II, p. 95).

Dessa retomada, o importante para nós está no seguinte ponto: até aqui, a investigação sobre a relação entre língua e sociedade se dá na ausência de uma reflexão nocional mais precisa acerca das duas entidades envolvidas. O que vemos através dessa revisão de Benveniste são tentativas de aproximação entre língua e sociedade através de comparações estruturais de línguas e sociedades. As marcas de plural aqui não são fortuitas. Elas são o indício de que, no fundo, não se está a falar da mesma coisa. Os termos “língua” e “sociedade” recobrem, assim, diferentes noções, as quais, para o linguista, é de suma importância manter claramente reconhecidas quando se busca abordar esse problema. Temos, então, uma diferenciação fundamental, a qual conduzirá à perspectiva semiológica sobre a qual repousa o axioma *a língua contém a sociedade*:

Existe de uma parte a sociedade como dado empírico, histórico. Fala-se da sociedade chinesa, da sociedade francesa, da sociedade assíria; existe de outra parte a sociedade como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens. Da mesma maneira existe a língua como idioma empírico, histórico, a língua chinesa, a língua francesa, a língua assíria; e existe a língua como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação (PLG II, p. 96).

Para o linguista, há, portanto, para cada uma das entidades, dois níveis, um deles *histórico*, o outro *fundamental*. Admitida essa distinção, é possível admitir também duas respostas diferentes para a questão da relação entre língua e sociedade. A *nível histórico*, “entre uma língua histórica e uma sociedade histórica, não se pode estabelecer correlação como um signo de necessidade” (PLG II, p. 96). Estamos, aqui, do lado de Sapir⁴⁹. Já a *nível fundamental*, as homologias logo surgem, e é aqui que o estudo da relação entre língua e sociedade pode se mostrar frutífero. Assim, a noção de língua que nos interessa para o estudo da relação entre língua e sociedade em Benveniste é, inicialmente, esta:

LÍNGUA = sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação.

Destaquemos que a definição acima parece coadunar, em uma relação de complementaridade, dois elementos que são de ordens distintas: a língua enquanto *sistema de formas significantes* e a língua enquanto *condição primeira da comunicação*. Cada um desses elementos exige um exame particular. É disso que nos ocuparemos a seguir.

1.1.1. Língua: um sistema de formas significantes

Ao tomar a acepção de língua em seu “nível fundamental”, Benveniste a descreve, em primeiro lugar, como um “sistema de formas significantes”, distinguindo-a, assim, da noção de língua em “nível histórico”, relativa aos idiomas empíricos. Apesar da aparente evidência, tal definição parece trazer consigo a própria problemática a que se propõe a solucionar. Exponhamos isso na forma de uma pergunta: a divisão nocional instaurada pelo linguista para

⁴⁹ Citamos aqui a passagem na qual Benveniste remete explicitamente este ponto de vista a Sapir: “Um homem que conhecia os dois aspectos destas realidades, Sapir, afirmou que tipos de línguas simples e complexas de um número infinito de variedades podem ser constatados em qualquer nível de cultura, e que não existe daquele ponto de vista, já que se emprega a mesma língua, diferença entre Platão e um guarda de porcos macedônio” (PLG II, p. 94).

pensar a relação entre língua e sociedade, e a subsequente eleição da noção de língua em seu “nível fundamental” como objeto de análise, traz como consequência uma exclusão das línguas empíricas? Para responder a isso, precisamos entender o que Benveniste toma por “sistema de formas significantes”. Alguns textos do linguista podem nos ajudar a formular uma resposta.

Em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), Benveniste dá, para o objeto da linguística moderna, a seguinte definição:

Quando os linguistas começaram, a exemplo de Saussure, a encarar a língua em si mesma e por ela mesma, reconheceram este princípio que se tornaria o princípio fundamental da linguística moderna: a língua forma um *sistema*. [...] Da base ao topo, desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura* (PLG I, p. 22, grifos do autor).

Mais adiante, ainda no mesmo texto, Benveniste complementa:

Na realidade, as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, e umas em razão das outras. Não têm valor a não ser como elementos de uma estrutura. Logo em primeiro lugar, é o sistema que é preciso destacar e descrever. Elaborar-se assim uma teoria da língua como sistema de signos e como organização de unidades hierarquizadas (PLG I, p. 23).

Flagramos semelhante definição em *Os níveis da análise linguística* (1964). Ao colocar sob exame a noção de “nível” na análise linguística, o linguista esclarece: “O domínio no qual a estudaremos é o da língua como sistema orgânico de signos linguísticos” (PLG I, p. 127).

Notemos que alguns elementos são centrais nessas definições: “sistema” se deixa representar por “arranjo sistemático”, “organização”, “articulação” e “princípios de estrutura”; “formas significantes” entra em relação com “elementos formais”, “signos” e “unidades hierarquizadas”. O que parece estar enfatizado em tais definições de Benveniste é este caráter *sistêmico* e *estrutural* da língua. Vemos então língua enquanto sistema de signos, noção tributária do pensamento de Ferdinand de Saussure (1857–1913), mas que, como sabemos, não coincide com seu objeto de teorização⁵⁰. Ao nosso entender, é a uma visão semelhante a

⁵⁰ Não é nosso intuito aqui entrar na discussão sobre a relação epistemológica entre Saussure e Benveniste, nem definir em que medida este se estabelece como um continuador/opositor/inovador da linguística inaugurada pelo mestre genebrino. Limitamo-nos apenas a constatar que a noção de língua de Benveniste está indissociavelmente ligada a uma *leitura* do pensamento de Saussure, a qual pode até ser hoje reavaliada, tendo-se em vista o que se

essa que corresponde a noção de língua enquanto “sistema de formas significantes” no texto de 1968. A língua em “nível fundamental” constitui, portanto, um *princípio semiológico comum a todas as línguas*. Ora, ver na língua um sistema de formas significantes implica, antes de tudo, tomá-la como o conjunto de propriedades que são comuns às línguas históricas, e que colocam no centro da problemática a questão da *significação*. Todas elas constituem sistemas de elementos formais articulados que se organizam hierarquicamente segundo um código de estrutura. Trata-se, assim, de uma perspectiva que leva em conta uma universalidade⁵¹, mas cujo objeto teórico – a língua – se constrói a partir da análise e descrição das línguas particulares. Isso fica claro quando Benveniste afirma, no texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963):

A linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas. Dentro da perspectiva em que aqui nos colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem (PLG I, p. 20).

Embora Benveniste esteja a falar aqui de linguagem, enquanto faculdade e característica do homem, acreditamos que a mesma relação pode ser estabelecida entre a língua enquanto objeto teórico e as línguas enquanto realidades históricas. Língua é, nessa perspectiva, uma noção que condensa as características universais e imutáveis das línguas. Seu estudo está, portanto, condicionado a essas realidades nas quais ela se realiza⁵². Teria como ser diferente? Tomemos um rápido exemplo. Em *A natureza dos pronomes* (1956), ao abrir seu debate sobre as formas pronominais e sua função na linguagem, Benveniste afirma:

A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema

possui, na atualidade, de “*corpus* saussuriano”. Para mais sobre esse assunto, sugerimos a leitura de Normand (2009) e Flores (2013).

⁵¹ É importante, contudo, precisarmos o sentido de “universalidade” aqui empregado. O “universal” de que aqui falamos tem o valor de *generalidade*. Fala-se, portanto, do conjunto de características que são gerais a todas as línguas, sem qualquer implicação de ordem biológica. Afastamo-nos, assim, de abordagens universalistas que desconsideram as particularidades das línguas.

⁵² Parece ser essa a intuição de Knack (2018) ao ver, nas designações sempre novas que os falantes dão para as inovações e transformações do meio social, o indício de uma intersecção entre os níveis histórico e fundamental da língua. Diz a autora: “[...] a *designação* me parece um processo que *fura* a fronteira entre os níveis fundamental e histórico, já que implica ambos, encontrando sua base na língua como sistema de formas significantes entrelaçada à vida social” (KNACK, 2018, p. 397, grifos da autora).

de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui (PLG I, p. 277).

Através desse texto, podemos ver que as questões relativas à linguagem também se colocam para as línguas. E não só isso: mesmo que seja como fato de linguagem que Benveniste aborde a questão da distinção “pessoa/não pessoa”, só podemos examiná-la através de suas manifestações nas línguas reais. Ora, como fica evidente no decorrer deste estudo de 1956 (evidência que muitas vezes acaba por mascarar a si própria), investigar as relações que se estabelecem na linguagem a partir das categorias pessoais *eu-tu/ele* envolve necessariamente observá-las em suas configurações nas línguas empíricas, aqui, no caso, sob as formas pronominais do português “eu”, “tu” e “ele”.

Podemos constatar, assim, que a divisão efetuada por Benveniste entre “nível histórico” e “nível fundamental” cumpre uma função epistemológica importante: ela coloca, de um lado, *realidades empíricas* cujas configurações, sempre específicas, constituem um empecilho à comparação – tratamos, aqui, de línguas e sociedades, o que nos situa no nível das *particularidades*; e coloca, de outro lado, *objetos teóricos* cujas propriedades gerais possibilitam a comparação – tratamos, desta vez, de língua e sociedade, o que nos situa no nível das *universalidades*. A questão, portanto, não diz respeito a uma “exclusão”; ela é tão somente uma diferenciação necessária. Falar de língua enquanto “sistema de formas significantes” é dar destaque à sua natureza *semiológica*⁵³, o que necessariamente pressupõe a sua realização em línguas particulares.

Por fim, outra questão importante surge dessa definição de língua enquanto “sistema de formas significantes”, e que complementa algo brevemente problematizado em nossa introdução. Lá, adiantamos que a relação que Benveniste estabelece entre língua e sociedade não pode se dar por correlação estrutural, uma vez que, como o linguista mesmo explica, “a ideia de procurar entre estas duas entidades relações unívocas que fariam corresponder tal estrutura social a tal estrutura linguística, parece trair uma visão muito simplista das coisas” (PLG II, p. 95). Indagamo-nos, então, por que ele opta por dar ao seu estudo o título de “*Estrutura da língua e estrutura da sociedade*”. Nossa resposta, lá, foi a de que tal título, ao mesmo tempo em que propõe uma aproximação (entre língua e sociedade), realiza uma

⁵³ Adentraremos com mais profundidade na discussão sobre as propriedades de significação que caracterizam a natureza semiológica da língua em 1.5.

desconstrução (a premissa de que tal aproximação se realizará a partir de suas respectivas estruturas). No entanto, agora vemos que a noção de língua enquanto “sistema de formas significantes” pressupõe necessariamente um modo de organização regido por princípios de “estrutura”. Assim, colocar que a relação entre língua e sociedade não se pautará por uma correlação estrutural não significa que tais entidades não devam ser consideradas enquanto “estruturas”. Pelo contrário, tais entidades *devem ser tomadas como estrutura* para que a visão semiológica se instaure, uma vez que se constitui como uma relação entre *sistema* interpretante e *sistema* interpretado. Isso significa dizer que “ser estrutura” é condição fundamental para a natureza semiológica da relação entre língua e sociedade. Ou seja, se falamos de “universalidades” ao pensar língua e sociedade em nível fundamental, “ser estrutura” constitui certamente uma delas⁵⁴.

1.1.2. Língua: condição primeira da comunicação

Se Benveniste define a natureza semiológica da língua em seu “nível fundamental” ao descrevê-la como um “sistema de formas significantes”, ele também, complementarmente, estipula que este sistema é a “condição primeira da comunicação” (PLG II, p. 96). O que parece estar em destaque aqui é o fato de que ser um sistema de formas significantes é o que permite à língua assegurar a comunicação. Trata-se, portanto, da *função* que a língua exerce. Se, com a definição anterior, olhamos para a língua em si mesma, no intuito de definir o que ela é enquanto objeto teórico, agora olhamos para a língua a partir do que ela possibilita, ou seja, a partir do fenômeno do qual ela é a condição de base: a comunicação. Enfatiza-se, aqui,

⁵⁴ Como deve ter ficado evidente, valemo-nos, aqui, de uma noção de “estrutura” tal como ela se define no interior da reflexão benvenistiana, a qual, sabemos, não coincide com a noção de “estrutura”, caracteristicamente formalista, do estruturalismo no campo da linguística. Como bem aponta Silva (2015), Benveniste “se insere na discussão em torno da noção de estrutura, pois é fácil encontrar, em sua obra, momentos em que ele se vale e até discute o uso dessa noção” (SILVA, 2015, p. 59). No entanto, ainda segundo o mesmo autor, a noção de “estrutura”, em Benveniste, está muito mais próxima da noção saussuriana de “sistema” do que admite a linguística estrutural de seu tempo, de caráter estritamente formalista. Afirma o autor, em sua análise do texto benvenistiano *Tendências recentes em linguística geral* (1954): “Benveniste termina o trecho acima destacando a noção de ‘sistema’ e a ‘solidariedade restaurada entre todos os elementos de uma língua’, que podemos entender como sendo a noção de ‘estrutura’. O que significa dizer que podemos ver aproximadas novamente essas duas noções. E parece que fica evidente que Benveniste, no caso, concorda com a colocação de que a língua é ‘sistema e estrutura’” (SILVA, 2015, p. 64). Não cabe aqui entrar no mérito de discutir se Benveniste pode ou não ser considerado um estruturalista (a leitura da referência citada nesta nota é muito elucidativa quanto a este assunto). Nosso interesse consiste tão somente em mostrar a proximidade que se revela entre as noções de “estrutura” e “sistema” na teorização de Benveniste.

a língua em sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo. É interessante notar que surpreendemos essa mesma relação de implicação entre a natureza significativa da língua e sua aptidão para a comunicação em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963). Após explicar detalhadamente as propriedades que concedem à língua o seu caráter estrutural, o linguista diz:

Isso é o que faz com que a língua seja um sistema em que nada signifique em si e por vocação natural, mas em que tudo signifique em função do conjunto; a estrutura confere às partes a sua “significação” ou a sua função. Isso é também o que permite a comunicação indefinida: como a língua é organizada sistematicamente e funciona segundo as regras de um código, aquele que fala pode, a partir de um pequeníssimo número de elementos de base, constituir signos, depois grupos de signos e finalmente uma variedade indefinida de enunciados, todos identificáveis por aquele que os percebe pois o mesmo sistema está estabelecido nele (PLG I, p. 24).

A língua, esse sistema de formas significantes, é a base comum que permite a troca linguística entre os falantes. Base comum porque é partilhada e reconhecida igualmente entre os membros de uma comunidade falante. A “comunicação” pressupõe, assim, um “haver em comum”. Reconhecendo na língua esse sistema organizado de unidades de significação que é comum a um conjunto de falantes, compreende-se também a sua importância na vida do homem. Benveniste a expressa de maneira sublime em *A forma e o sentido na linguagem* (1966)⁵⁵:

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver* (PLG II, p. 222, grifo do autor).

Uma questão se impõe de imediato: podemos colocar a ocorrência de “comunicar”, da passagem acima, em uma relação de sinonímia com a de “comunicação”, tal como a entendemos no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968)? Não nos parece ser esse o caso. No trecho que acabamos de citar, “comunicar” assume um sentido restrito, que não engloba todas as “funções” elucidadas previamente pelo linguista – “[...] as atividades de

⁵⁵ Tomamos, durante as passagens citadas que se seguirão, os termos “língua” e “linguagem”, usados por Benveniste, sem o estabelecimento de uma distinção teórica, uma vez que essa característica é comum nos textos do linguista (cf. FLORES, 2013).

fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso” (PLG II, p. 222). Benveniste prefere resumi-las sob a palavra “viver”, certamente de maior alcance antropológico. No entanto, quando o linguista toma a língua como “sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (PLG II, p. 96), vemos, neste último termo, um valor antropológico maior, que parece estar mais próximo do “viver”, no texto de 1966, do que do de “comunicar”⁵⁶. Ele parece se alinhar, assim, com a ideia de que “a linguagem reproduz a realidade” (PLG I, p. 26), colocada brilhantemente no texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963):

Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva (PLG I, p. 26).

Portanto, tomar a língua enquanto condição primeira da “comunicação”, em seu sentido amplo (não como mera troca de informações, mas como a própria atividade do discurso), significa reconhecer nela um valor fundante:

A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização. Ela é *logos*, discurso e razão juntos, como o viram os gregos. E isso pelo próprio fato de ser linguagem articulada, consistindo de um arranjo orgânico de partes, de uma classificação formal dos objetos e dos processos. O conteúdo que deve ser transmitido (ou se se quiser, o “pensamento”) é decomposto, assim, segundo um esquema linguístico. A “forma” do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora. Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo (PLG I, p. 26-27).

⁵⁶ Colocamo-nos, assim, ao lado de Dessons (2006), para quem a noção de comunicação é um elemento fundamental do pensamento benvenistiano. Diz ele: “A comunicação, tal como a teoriza Benveniste, diz respeito menos às teorias da informação, para as quais comunicar significa essencialmente transmitir mensagens, e mais a uma antropologia do valor, que torna indissociáveis o ato de comunicar e a elaboração dos valores constitutivos da sociedade humana enquanto fatos de cultura” (DESSONS, 2006, p. 43, tradução nossa). No original: “*La communication, telle que la théorise Benveniste, ressortit alors moins aux théories de l’information, pour lesquelles communiquer signifie essentiellement transmettre des messages, qu’à une anthropologie de la valeur, qui rend indissociables l’acte de communiquer et l’élaboration des valeurs constitutives de la société humaine em tant que faits de culture*”.

Chegamos, assim, à conclusão de que definir a língua em seu “nível fundamental” como “sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (PLG II, p. 96) significa, ao mesmo tempo e complementarmente: a) olhar para a língua a partir de suas propriedades gerais, que são de natureza semiológica; b) tomá-las como a base explicativa da língua enquanto instrumento da comunicação (em sentido amplo), o que coloca em relevo a sua função mediadora.

1.2. A língua em nível fundamental: o que revelam suas homologias em relação à sociedade?

Uma vez admitida a distinção de duas acepções dos termos “língua” e “sociedade” – uma “histórica”, outra “fundamental” – e explicado o fato de que a não equivalência entre as duas entidades se dá em nível “histórico”, Benveniste afirma que, “num nível fundamental, podemos perceber imediatamente homologias” (PLG II, p. 96). Trata-se, portanto, de reconhecer *características comuns* à língua e à sociedade, as quais serviriam como um começo de aproximação. Quais são elas? Benveniste as elenca:

Língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisas que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Uma e outra são sempre herdadas, e não se imagina no exercício da língua e na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em uma quanto em outra. Nem uma nem a outra podem ser mudadas pela vontade dos homens. O que os homens veem mudar, o que eles podem mudar, o que eles efetivamente mudam através da história, são as instituições, às vezes a forma inteira de uma sociedade particular, mas nunca o princípio da sociedade que é o suporte e a condição da vida coletiva e individual. Da mesma forma, o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua (PLG II, p. 96).

Condensam-se, neste complexo trecho, pelo menos quatro pontos em comum entre língua e sociedade.

O primeiro deles consiste no fato de que ambos os elementos, língua e sociedade, são “realidades inconscientes”. No que diz respeito à língua, isso não quer dizer um desconhecimento. Como já vimos, nossas trocas languageiras diárias seriam impossíveis se

não tivéssemos, na base de nossa faculdade de comunicar, esse “sistema de formas significantes” chamado língua. É justamente o conhecimento deste aparato simbólico que nos permite, através da atividade linguística, reconhecer a nós mesmos como indivíduos em relação de alteridade. “Realidade inconsciente”, aqui, diz respeito, como Benveniste afirma em *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958), ao fato de que, via de regra, “excetuado o caso de estudo propriamente linguístico, não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar” (PLG I, p. 68). Falamos para atingir o outro, como diz Benveniste no início de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), seja para transmitir-lhe uma mensagem, seja para influenciá-lo de algum modo. Ao fazê-lo, não nos damos conta das complexas operações que subjazem a este ato⁵⁷, pois não são elas, via de regra, o “conteúdo” que queremos transmitir. Executá-las de maneira consciente tornaria cada ato de enunciação uma tarefa exaustiva, como bem atesta o falante de uma língua estrangeira em seu início de aprendizado. Este dado é revelador da posição privilegiada que a língua ocupa enquanto sistema simbólico: ainda que envolva a realização de operações da mais alta complexidade, falamos sem o menor esforço; dizemos o que pensamos da maneira mais natural e espontânea, a tal ponto que Benveniste diz, não sem deslumbramento, em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963):

Finalmente, a língua é o mais econômico dos simbolismos. Ao contrário de outros sistemas representativos, não exige nenhum esforço corporal, não impõe manipulação laboriosa. Imaginemos o que seria a tarefa de representar visualmente uma “criação do mundo” se fosse possível figurá-la em imagens pintadas, esculpidas ou semelhantes à custa de um trabalho insano; depois vejamos no que se torna a mesma história quando se realiza na narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse, que faz tanto com tão pouco (PLG I, p. 30-31).

A segunda característica comum diz respeito à função representacional da língua e da sociedade. Trata-se, desde o ponto de vista da língua, do seu papel essencial enquanto realização máxima da faculdade simbólica do homem. Essa reflexão é abordada por

⁵⁷ Não estamos também, com isso, negando a existência de uma atividade metalinguística inerente ao discurso. Não nos referimos aqui a uma análise propriamente “gramatical” da fala, mas sim ao ato corriqueiro do falante de comentar sobre o seu próprio dizer e o dizer do outro. Este ato, o qual pressupõe um voltar-se sobre o próprio ato enunciativo, é tão comum e está tão intimamente ligado ao exercício da língua que poderíamos até dizer que ele lhe é constitutivo.

Benveniste de maneira mais aprofundada no texto *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963). É na segunda parte deste texto, ao tratar da “função da linguagem⁵⁸” enquanto condição determinante do indivíduo e da sociedade, que o linguista se pergunta: “Qual é então a fonte desse poder misterioso que reside na língua? Por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?” (PLG I, p. 27). Ele mesmo dá a resposta: “Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*” (PLG I, p. 27, grifo do autor). Trata-se, assim, de uma propriedade antropológica fundamental:

Entendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de *representar* o real por um “signo” e de compreender o “signo” como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de “significação” entre algo e algo diferente. [...] Ora, essa capacidade representativa de essência simbólica que está na base das funções conceptuais só aparece no homem” (PLG I, p. 27-28, grifo do autor).

Um pouco mais adiante, Benveniste reitera:

Na verdade o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode ter sido favorecida pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade (PLG I, p. 29).

O linguista afasta-se, desse modo, de uma concepção biológica e naturalista de homem, estabelecendo como elemento determinante da espécie não uma propriedade orgânica (a “estrutura corporal” e a “organização nervosa” figuram, como fica evidente, apenas como fatores que podem ter favorecido sua ascensão), mas uma propriedade simbólica⁵⁹: representar o real através de “signos”. “Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano” (PLG I, p. 31). Como vimos, é na língua/linguagem que esta faculdade simbólica encontra sua realização suprema. Ela torna-se, portanto, “a expressão simbólica por excelência” (PLG I, p. 30), devido a sua natureza dupla: fato físico, de um lado (uma vez que se realiza através de um aparelho vocal/auditivo); entidade imaterial, de outro

⁵⁸ É importante ressaltar que, na maior parte das vezes, a ocorrência do termo “linguagem”, neste texto, está estreitamente aproximada da noção de “língua”. Como já salientamos, Benveniste costuma usar indistintamente estes dois termos para designar a língua enquanto sistema significante.

⁵⁹ Dessons (2016) vê, nesta conclusão de Benveniste, uma crítica das teorias evolucionistas, uma vez que, na perspectiva do linguista, “a linguagem não é, portanto, um produto *a posteriori* do estado de sociedade, mas o seu próprio princípio” (DESSONS, 2006, p. 49, tradução nossa). No original: “*le langage n'est donc pas un produit a posteriori de l'état de société, mais son principe même*”.

(dada a sua configuração em um sistema de signos). Assim posta, essa propriedade da língua de “representar a natureza” revela, nas palavras de Benveniste, “um dos dados essenciais, talvez o mais profundo, da condição humana: o de que não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem” (PLG I, p. 31). Reforça-se, assim, o papel *mediatizante* da língua: é por intermédio dela que indivíduo e sociedade se diferenciam e se constituem. A “natureza” com a qual o homem se relaciona é, portanto, uma natureza *representada* (e organizada) pela língua⁶⁰. A problemática da “representacionalidade”, resumida em uma única frase no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), coloca em discussão, como vemos, questões muito amplas, que dizem respeito à relação entre a língua e a realidade, a língua e o pensamento. Benveniste vê, no modo único de organização da língua, a própria possibilidade do pensamento, e, conseqüentemente, a base de nosso poder de ação sobre a realidade. Estamos, aí, diante de um extenso debate, que vai desde a filosofia clássica, com as categorias aristotélicas do pensamento, passando pelas considerações filosófico-linguísticas de Leibniz⁶¹ e Humboldt⁶², até a reflexão de linguistas como Sapir e Whorf, do lado dos quais Benveniste parece frequentemente se colocar⁶³. De fato, o linguista jamais desviou desse tema; pelo contrário: é justamente em torno do papel “antropológico” da linguagem que seu interesse parece sempre orbitar.

⁶⁰ Encontramos essa mesma reflexão, ainda que de maneira não tão elaborada, neste trecho do texto *Tendências recentes em linguística geral* (1954): “Finalmente, e aqui tocamos as questões cujo alcance ultrapassa a linguística, percebe-se que as ‘categorias mentais’ e as ‘leis do pensamento’ não fazem, em grande parte, senão refletir a organização e a distribuição das categorias linguísticas. Pensamos um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou. As modalidades da experiência filosófica ou espiritual estão sob a dependência inconsciente de uma classificação que a língua opera pelo simples fato de ser língua e de simbolizar” (PLG I, p. 7).

⁶¹ Para o filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), “todo raciocínio humano é levado a cabo por meio de alguns signos ou caracteres. Com efeito, não só as coisas mesmas, mas inclusive as ideias das coisas não podem nem devem ser continuamente objeto de observação distinta por parte da mente. Devido a isso, e por razões de economia, empregam-se signos em lugar de umas e de outras” (LEIBNIZ, 1982, p. 219).

⁶² Fazemos referência, aqui, ao conjunto de textos do filósofo Wilhelm von Humboldt (1767-1835) nos quais se vê desenhar o projeto de uma linguística da diversidade das línguas, o que inclui o prefácio de sua tradução da obra *Agamêmon*, de Ésquilo, a introdução de seu estudo sobre a língua *kavi*, o projeto de um estudo comparado das línguas, apresentado diante da Academia de Ciências de Berlim em 1820, entre outros. Percebemos, neste conjunto de textos, o reconhecimento da linguagem e das línguas como o melhor meio de acesso para o entendimento do homem. É a partir de Humboldt que se desenvolveu a noção de que as línguas constituem “visões de mundo”, expressão que fez com que suas ideias trilhassem por caminhos teóricos os mais diversos, e muitas vezes conflitantes.

⁶³ Não entraremos, aqui, no mérito de discutir o estatuto das ideias destes dois autores ao longo de sua recepção na história da linguística, o qual, como sabemos, é repleto de desacordos e controvérsias. Para mais a respeito disso, recomendamos a leitura de Cunha (2012), Machado (2015) e Gonçalves (2020).

A terceira homologia que observamos entre língua e sociedade em nível fundamental está relacionada ao fato de que ambas são sempre “herdadas”. Tanto para a língua quanto para a sociedade, tal fato coloca em discussão uma questão de “origem”, uma vez que “não se imagina no exercício da língua e na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em uma quanto em outra” (PLG II, p. 96). Ora, a relação de *necessidade* que se estabelece entre língua e sociedade traz como consequência, para a língua, uma conclusão inevitável: não podemos jamais imaginar o surgimento da língua fora de uma situação de coletividade humana. Como Benveniste afirma em *Da subjetividade na linguagem* (1958), “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro” (PLG I, p. 285). Assim, não é só “um homem falando que encontramos no mundo” (PLG I, p. 285); trata-se sempre de “um homem falando com outro homem” (PLG I, p. 285). Isso significa que não é possível conceber um nascimento da língua anterior à existência da sociedade. É isso que está posto logo no início do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), quando Benveniste afirma que “a linguagem é dada com a sociedade” (PLG II, p. 93)⁶⁴.

Dizer que a língua é *sempre* herdada implica reconhecer uma eterna remissão a um estado de existência anterior, o que, paradoxalmente, coloca como impossibilidade a própria ideia de um começo. A questão da aprendizagem da língua pelas crianças surge aqui como fenômeno importante para Benveniste, pois é também através dele que o linguista evidencia

⁶⁴ Somos aqui obrigados novamente a remeter o pensamento de Benveniste ao de Humboldt. É realmente fascinante ver a similitude que se estabelece entre a visão desses dois pensadores quando o que está em questão é a importância dada à língua enquanto condição do homem. Verificamos este paralelo em trechos como este, do texto humboldtiano *Sur l'étude comparée des langues dans son rapport aux différentes époques du développement du langage*, de 1820: “A língua não teria sido inventada se seu tipo não estivesse anteriormente presente no entendimento humano. Porque o homem compreende realmente uma palavra, não como um simples estímulo sensível, mas como um som articulado designando um conceito, é preciso de antemão que a língua na sua estrutura de conjunto esteja inteira nele. Não existe nada de isolado na língua, cada um de seus elementos apenas se anuncia como a parte de um todo. Por mais natural que seja a hipótese de uma formação progressiva das línguas, sua invenção só pôde ter sido produzida de um só golpe. O homem só é homem pela linguagem; mas para inventar a linguagem, ele deveria ser, desde já, homem” (HUMBOLDT, 2000, p. 83-85, tradução nossa). No original: “*La langue n'aurait pas été inventée si son type n'eût été préalablement présent dans l'entendement humain. Pour que l'homme comprenne véritablement un seul mot, non comme une simple stimulation sensible, mais comme un son articulé désignant un concept, il faut déjà que la langue dans sa structure d'ensemble soit tout entière en lui. Il n'y a rien d'isolé dans la langue, chacun de ses éléments ne s'annonce que comme la partie d'un tout. Pour naturelle que soit l'hypothèse d'une formation progressive des langues, son invention n'a pu se produire que d'un seul coup. L'homme n'est homme que par le langage; mais pour inventer le langage, il devait déjà être homme*”.

essa indissociabilidade, para o falante, entre língua e sociedade. Diz ele, na entrevista dada a Pierre Daix, intitulada *Estruturalismo e linguística* (1968):

A criança nasce em uma comunidade linguística, ela aprende sua língua, processo que parece instintivo, tão natural quanto o crescimento físico dos seres ou dos vegetais, mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o mundo do homem. A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite (PLG II, p. 20-21).

Assim, ao aprender a sua língua, a criança aprende também a sociedade, o mundo do homem, não como um acréscimo em relação à língua, como algo que se soma a ela; mas como algo indissociável dela, que está, desde sempre, já contido nela. Para o falante, elas são uma só e mesma matéria. São coisas *integradas*. Isolar a língua dos “dados que se considera que ela traduz” (PLG II, p. 21) é o que diferencia a atividade do linguista. Ao dissociar língua de sua função cultural, fazemos metalinguagem. O falante, por sua vez, toma a língua como meio de acesso ao mundo⁶⁵:

Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural. [...] A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente (PLG II, p. 23-24).

Assim, “[...] o que a criança adquire, aprendendo, como se diz, a falar, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre a qual ela aprende a agir” (PLG II, p. 24). Agir este que se dá através da própria linguagem:

Aprendendo o nome de uma coisa, ela [a criança] adquire o meio de obter esta coisa. Empregando a palavra, ela age, pois, sobre o mundo e se dá conta obscuramente muito cedo. É o poder de ação, de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária (PLG II, p. 24).

O que nos parece ser interessante aqui é a posição defendida de que língua e sociedade não constituem invenções. Não surgiram espontaneamente através de alguém que não precisou aprendê-las de outro alguém. Trata-se de uma concepção que não segue o pressuposto de uma gênese da linguagem e da cultura, de um nascimento, de uma origem

⁶⁵ Ou, como Benveniste coloca em sua conclusão de *Os níveis da análise linguística* (1964): “O locutor não pode ir mais longe; tomou consciência do signo sob a espécie da ‘palavra’” (PLG I, p. 140).

primitiva, produto da natureza. Assim, quando Benveniste afirma que “a linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas”, importa-nos aqui menos definir o sentido de “inculcar”, e mais nos darmos conta de que esse processo *sempre aconteceu*. De que toda criança sempre aprendeu sua língua através de alguém, que também a recebeu de alguém, e assim indefinidamente. O aprendizado da língua pela criança é, assim, para Benveniste, também o aprendizado do “mundo do homem”, e é através desse processo, dialógico por natureza, que ela se constitui enquanto indivíduo social⁶⁶.

Nesta mesma entrevista, Benveniste é bastante crítico das premissas que levaram ao desenvolvimento da gramática comparada no século XIX. Quando Pierre Daix questiona o linguista acerca dos empreendimentos dos primeiros linguistas em tentar encontrar os processos naturais de invenção da língua, este responde que a gramática comparada surgiu do desejo de remontar às origens do espírito humano, o qual compreenderia também o nascimento da faculdade da linguagem: “Eram postas questões de gênese absoluta. Hoje percebe-se que tal problema não tem nenhuma realidade científica” (PLG II, p. 23). Ora, mesmo nos estudos mais refinados acerca das línguas indo-europeias, o que os resultados permitem constatar, em termos de reconstrução, é a história das línguas restrita a um intervalo de apenas alguns poucos milênios. Benveniste destaca, em contraste com isso, que “os homens que, por volta do XV milênio antes de nossa era, decoravam as cavernas de Lascaux, eram pessoas que falavam” (PLG II, p. 23). A conclusão não poderia ser outra: “Não há existência comum sem língua. Consequentemente é impossível datar as origens da linguagem, não mais que as origens da sociedade” (PLG II, p. 23)⁶⁷. Vemos, assim, que assumir um ponto

⁶⁶ Também encontramos essa conclusão em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), quando Benveniste fala sobre o poder simbólico da linguagem: “O despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade” (PLG I, p. 27). Essa conclusão é desenvolvida pioneiramente por Silva (2009), autora responsável por articular o campo de estudos em Aquisição da Linguagem com a perspectiva enunciativa de Benveniste. Para ela, “[...] o *sujeito da aquisição da linguagem* é, ao mesmo tempo, *cultural*, porque imerso na cultura, da *alocução* ou *dialógico*, porque constitui e é constituído na esfera do diálogo e é *linguístico-enunciativo*, porque é um sujeito produtor de referências e de sentido *pele/no* discurso. É, nessa perspectiva, que concebemos a *subjetividade* e a *intersubjetividade* da/na *Aquisição da Linguagem*” (SILVA, 2009, p. 165, grifos da autora).

⁶⁷ Benveniste segue, assim, à risca os pressupostos que embasam a proibição formal introduzida pelos Estatutos de 1866 da Sociedade Linguística de Paris de qualquer pesquisa cujo interesse estivesse voltado para a questão da origem da linguagem. Diz o segundo artigo dos estatutos: “ART. 2. - A Sociedade não admite nenhuma comunicação concernente seja à origem da linguagem seja à criação de uma língua universal” (tradução nossa). No original: “ART. 2. - *La Société n’admet aucune communication concernant, soit l’origine du langage soit la création d’une langue universelle*” (Os Estatutos de 1866 podem ser acessados através do seguinte endereço: <http://www.slp-paris.com/spip.php?article5>). Tais pressupostos, como podemos perceber, dizem respeito justamente à falta de evidência fóssil e evolucionária da linguagem, o que faz de toda e qualquer investigação

de vista no qual língua e sociedade estão em relação de interdependência implica também assumir que, em ambos os casos, não se pode estabelecer um “início”, pois isso pressuporia uma anterioridade do homem em relação à língua e, conseqüentemente, também em relação à sociedade. Como pudemos ver, a realidade antropológica reside justamente nessa integração necessária. Ou, como afirma Dessons (2006): “Na realidade, a questão da origem da linguagem aparece como uma questão ruim, ao menos como uma questão a qual não se pode responder, na medida em que ela se confunde com aquela da origem do homem” (DESSONS, 2006, p. 85, tradução nossa)⁶⁸.

Por fim, e em decorrência do fato de consistirem realidades inconscientes, representarem a natureza e serem herdadas, língua e sociedade não estão sujeitas à mudança pela vontade dos homens. Em relação à sociedade, Benveniste diz que o poder de mudança dos homens diz respeito às “instituições, às vezes a forma inteira de uma sociedade particular, mas nunca o princípio da sociedade que é o suporte e a condição da vida coletiva e individual” (PLG II, p. 96). Quanto à língua, a mudança estaria restringida às “designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua” (PLG II, p. 96). As mudanças diriam respeito, assim, à língua e sociedade no que o linguista define como “nível histórico”. Em seu “nível fundamental”, que está relacionado à própria condição de “ser língua” e “ser sociedade”, ou seja, às propriedades gerais que asseguram a sua função antropológica, ambas entidades devem se manter estáveis.

Assim, se por um lado as línguas são passíveis de mudança, uma vez que “a diversificação constante, crescente das atividades sociais, das necessidades, das noções, exige designações sempre novas” (PLG II, p. 96-97), por outro, elas jamais perdem seu caráter sistemático e significante. Em suma, jamais deixam de ser língua⁶⁹. As multiplicações e

científica sobre o tema uma mera especulação, condenando-a irremediavelmente ao fracasso.

⁶⁸ No original: “*En réalité, la question de l’origine du langage apparaît, sinon comme une mauvaise question, du moins comme une question à laquelle on ne peut répondre, dans la mesure où elle se confond avec celle de l’origine de l’homme*” (DESSONS, 2006, p. 85).

⁶⁹ É importante fazer notar que Benveniste aborda muito sucintamente, neste texto, as mudanças pelas quais as línguas naturalmente passam, em função de suas relações internas, e isso em um momento posterior do estudo, quando fala sobre condição de conservação da língua face à sociedade. Para nós, as mudanças que se operam nas línguas em função das designações estão no escopo de uma discussão sobre a relação entre língua e sociedade, ao passo que as mudanças de cunho estrutural (fonológicas, morfológicas, sintáticas), por dependerem de fatores internos à língua, não servem aos propósitos da reflexão. Vale lembrar também que o conjunto de estudos das mudanças e variações linguísticas que levariam ao advento da chamada “Sociolinguística Variacionista” estavam, à época, ainda em seus primórdios: A conferência de William Bright, *The Dimensions of Sociolinguistics*, havia sido publicada sob o título *Sociolinguistics* em 1966, e o clássico estudo de Wenreich,

substituições que se operam sobre as “designações” nas línguas decorrem de necessidades advindas da prática social. No entanto, é necessário que a língua, tomada em seu nível fundamental, represente um fator de conservação e de identidade, sem o qual nenhuma existência comum é possível. Assim, a língua é vista pelo linguista como uma “força unificante”:

É que se a diversificação constante, crescente das atividades sociais, das necessidades, das noções, exige designações sempre novas, é preciso que em troca exista uma força unificante que faça equilíbrio. Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina um poder coesivo que faz uma comunidade de um agregado de indivíduos e que cria a própria possibilidade da produção e da subsistência coletiva. Este poder é a língua e apenas a língua. É porque a língua representa uma permanência no seio da sociedade que muda, uma constância que interliga as atividades sempre diversificadas. Ela é uma identidade em meio às diversidades individuais (PLG II, p. 96-97).

Notamos aqui uma mudança em comparação com as homologias anteriores: se antes Benveniste elencava caracteres comuns à língua e à sociedade, estabelecendo entre elas um paralelo uniforme, aqui vemos uma espécie de dissimetria entre as entidades. De fato, se ambas se caracterizam pela sua permanência em nível fundamental, o princípio da sociedade enquanto “condição da vida coletiva” (PLG II, p. 96) só é garantido porque a língua, enquanto sistema significativo, figura como essa “força unificante” e esse “poder coesivo” sem os quais a própria produção e subsistência coletiva não seriam possíveis. Vemos se desenhar aí o modo através do qual Benveniste estabelecerá a relação entre língua e sociedade. Assim, ainda que entre uma e outra possam ser encontradas certas homologias, o linguista não toma língua e sociedade como elementos de mesma grandeza. A posição que ocupam são distintas: se, em nível histórico, as mudanças da língua dizem respeito às “designações”, que se transformam e se diversificam para dar conta de “acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem” (PLG II, p. 98), em nível fundamental, a língua cumpre, em relação à sociedade, um papel essencial e exclusivo: enquanto sistema de formas significantes comum a todos os membros de uma coletividade, a língua constitui, através de sua estabilidade de significação, a força unificante que assegura a sociedade enquanto “coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” (PLG II, p. 96).

Labov e Herzog, *Empirical foundations for a theory of language change*, se dá justamente em 1968 (cf. CEZARIO; VOTRE, 2008), mesmo ano de publicação de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, de Benveniste.

Isso equivale a dizer que a sociedade em seu nível fundamental, enquanto princípio da vida coletividade e individual, ganha sua realidade na e pela língua.

Portanto, são essas homologias que se percebem entre língua e sociedade em nível fundamental que permitem a Benveniste estipular a natureza de sua relação: a de interpretante e interpretado.

1.3. Uma visada semiológica: a língua como meio de análise da sociedade

Como pudemos ver até aqui, a distinção que Benveniste opera entre língua e sociedade em dois níveis (um histórico, de caráter empírico; outro fundamental, de natureza teórica) permite a ele tecer homologias entre as duas entidades, tomadas na última dessas duas acepções. Tais homologias colocam em relevo a relação de interdependência entre língua e sociedade enquanto fundamento antropológico. E não só isso: deixam entrever uma perspectiva na qual a natureza dessa relação não sugere uma equivalência. A língua representa uma constância em função de sua natureza sistemática e significante, garantindo a comunicação, e exercendo, assim, um poder coesivo e unificante que está na base desse princípio de coletividade humana que constitui a sociedade. Somos levados então a conceber, nesse intrincado esquema, uma dissimetria entre língua e sociedade, o que não implica autonomia de nenhuma das partes: a língua prevê, desde sua própria organização, uma relação entre o “eu” e o “outro”, base do binômio individual/coletivo inerente à sociedade⁷⁰. Em que termos, então, essa dissimetria se elabora? Benveniste se faz a mesma pergunta: “Então como podemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (PLG II, p. 97). Como vislumbramos na introdução deste trabalho, a pergunta colocada por Benveniste traz, em si mesma, um princípio de método que antecipa a perspectiva a ser adotada pelo linguista⁷¹. Conforme ressalta Flores (2013), “a relação da língua com a sociedade é vista pelo prisma da *análise*” (FLORES, 2013,

⁷⁰ Como Benveniste afirma em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963): “Assim, a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da *troca* e do *diálogo*, confere ao ato de discurso uma dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio lugar da comunicação *intersubjetiva*” (PLG I, p. 26, grifos nossos).

⁷¹ Vale anunciar ao leitor que o caráter conclusivo do trecho que se segue é reflexo da ordem imposta pela leitura do texto benvenistiano de 1968. Assim, as proposições a seguir constituem antecipações convocadas pela ordem textual do estudo sob análise. Elas serão retomadas, contudo, ao final do capítulo.

p. 112, grifo nosso). Quanto a isso, Benveniste é explícito: “Estamos considerando aqui a língua somente como *meio de análise* da sociedade” (PLG II, p. 97, grifo nosso). Ora, se, de acordo com o linguista, “a língua nasce e se desenvolve no seio da sociedade”, elaborando-se pelo mesmo processo que esta, “pelo esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos” (PLG II, p. 97); se é através deste “trabalho coletivo e por este trabalho coletivo que a língua se diferencia, aumenta sua eficiência, da mesma maneira que a sociedade se diferencia em suas atividades materiais e intelectuais” (PLG II, p. 97), então o esclarecimento da sociedade deve necessariamente se dar através do esclarecimento da língua. Em outras palavras, na perspectiva benvenistiana, é só por intermédio da análise da língua que o linguista⁷² pode dizer algo a respeito da sociedade. A análise da sociedade está, assim, sob esse ponto de vista, condicionada a uma análise linguística. É o ponto de vista teórico determinando o método de análise.

Benveniste descarta, portanto, a possibilidade de relações entre língua e sociedade em termos de correlação estrutural (uma vez que seus modos de organização não são comparáveis), tipológica (já que a categorização das línguas em tipos não influi em nada sobre a natureza da sociedade), e genética (uma vez que o nascimento de uma não depende do nascimento da outra). Para ele, a única possibilidade de se conceber uma relação na qual a análise de um elemento constitua a base da análise de outro é tomando ambas as partes em *sincronia*, e entendendo que, entre elas, o critério de interação deve ser determinado através da *significação*. A interação que se estabelece é, então, a de um “interpretante” com um “interpretado”. Benveniste define essa relação como sendo de ordem “semiológica”, formulando-a através de duas proposições conjuntas: “em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97). Está posta, assim, aos olhos do linguista, a natureza da relação entre língua e sociedade.

Com a primeira das proposições, estabelecemos os componentes e suas respectivas funções: a língua, tomada enquanto sistema de formas significantes, ocupa o lugar de interpretante; a sociedade, pensada enquanto princípio de coletividade humana, assume a

⁷² Enfatizamos aqui a necessidade de se ter em mente que falamos sempre desde o ponto de vista do *linguista*. Ora, é como linguista, e a partir de uma visada semiológica (como veremos adiante), que Benveniste considera a relação entre língua e sociedade. Consequentemente, a subordinação metodológica que colocamos em relevo se dá justamente em função do ponto de vista semiológico que Benveniste instaura, e que o diferencia da perspectiva sociológica, sem que isso implique em uma desqualificação desta.

posição de interpretado. Com a segunda proposição, explicamos a razão fundamental dessa interação: a língua é o interpretante e a sociedade é o interpretado porque o modo de organização da sociedade está contido no modo de organização da língua.

Reconhecemos, desse modo, o grau de subordinação metodológica do qual falávamos anteriormente: porque “a língua contém a sociedade”, seu papel de interpretante faz dela não apenas o *operador* de uma análise da sociedade. Ele faz dela também o próprio *objeto* dessa análise. Simultaneamente instrumento e objeto, a língua enquanto interpretante da sociedade figura, assim, tal como Benveniste a considera, um “meio de análise da sociedade” (PLG II, p. 97). Esta se dá, portanto, *na e pela* língua.

Do que vimos até aqui, podemos tirar algumas conclusões em relação à noção de “língua” que buscamos circunscrever no interior do axioma *a língua contém a sociedade*. Em primeiro lugar, trata-se da língua enquanto princípio teórico fundamental: consiste em um *sistema de formas significantes*, cujas propriedades de significação estão na base de todas as línguas, assegurando a comunicação entre os homens, mas que não se confunde com a realização particular de cada uma delas. Em segundo lugar, trata-se da língua, esse sistema de formas significantes, em uma função de *interpretante*, constituindo simultaneamente o instrumento através do qual e o objeto no interior do qual a sociedade se torna analisável, uma vez que é nela e através dela que a sociedade ganha sua realidade e sua organização. Como precisa Benveniste, preencher este papel de interpretante é “inicialmente e do ponto de vista puramente literal fazer existir o interpretado e transformá-lo em noção inteligível” (PLG II, p. 98). Assim, a noção semiológica de “interpretância”, no interior da relação entre língua e sociedade, implica ao mesmo tempo um gesto de *criação* e de *compreensão*.

Perguntamo-nos, então: a quem se deve o papel da língua enquanto o interpretante da sociedade? Que condições ela precisa preencher para desempenhar essa função? Onde estão os títulos que garantem a ela ocupar essa posição? É disso que trataremos a seguir.

1.4. As condições de uma língua “interpretante”

Para estabelecer um ponto de vista semiológico a partir do qual se torne possível, para o linguista, a compreensão da relação entre língua e sociedade, Benveniste elabora duas proposições que, em seu conjunto, invertem a “relação de encaixe” sociológica. A primeira

delas – “a língua é o interpretante da sociedade” – é justificada pela segunda – “a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97).

Para dar conta de demonstrar a segunda de suas proposições conjuntas, Benveniste sugere dois modos de verificação.

O primeiro deles aponta para um dado de caráter empírico:

De início empiricamente, pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade, e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas. Neste sentido a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta (PLG II, p. 97-98).

O que este fato parece colocar em evidência é a especificidade *metalinguística* da língua. Trata-se, portanto, de um lado, da capacidade da língua de ser, ao mesmo tempo, um *objeto de análise isolável* e o próprio *instrumento* dessa análise; Não só temos a possibilidade de (na realidade, somos obrigados a) estudar a língua tomando como ferramenta conceitual a própria língua, como também podemos fazê-lo de forma isolada, dissociando-a de seu emprego e, através disso, das relações que ela estabelece com o mundo, para descrevê-la em suas propriedades intrínsecas. A sociedade, por outro lado, não dispõe de um aparelho conceitual que lhe seja próprio para descrever-se a si mesma. Cabe à língua fornecer o instrumental de análise, através de sua capacidade de expressão linguística. Como Benveniste afirma mais adiante, ainda no mesmo texto: “Há uma metalinguagem, não há metassociedade” (PLG II, p. 100). Assim, o fato de que usamos a língua para falar da sociedade e da própria língua, e de que, inversamente, não temos meios de usar a sociedade para falar da língua e da própria sociedade, não só coloca em destaque uma relação assimétrica de “includor” e “incluído”, como também, através dela, compreendemos que o papel de “interpretante” atribuído à língua implica também uma questão *operacional*, uma vez que ela se constitui “necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar” (PLG II, p. 99). Como podemos concluir, a reflexão condensada nessas passagens são fortemente antecipadoras do projeto semiológico que o linguista apresentaria no ano seguinte, através do texto *Semiologia da língua* (1969), uma vez

que atribui desde já à língua uma posição central em virtude de sua propriedade de *interpretância*⁷³.

A segunda maneira pela qual Benveniste expõe sua tese de que a língua contém a sociedade é adiantando que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (PLG II, p. 98). Se dizemos que essa explicação é “adiantada” por Benveniste, é porque ele não a demonstra imediatamente neste trecho do texto de 1968, deixando-a em suspenso e voltando a ela apenas três páginas depois. Evidentemente, a reflexão sobre o papel da língua enquanto estruturante da relação indivíduo-sociedade pressupõe, por parte do linguista, uma retomada de sua teorização das décadas de 1940 e 1950 a respeito da estrutura das relações de *pessoa*, o que exigiria uma quebra ou um enorme parêntese na exposição de sua tese semiológica. Benveniste se limita, então, a dizer que voltará mais adiante a este ponto⁷⁴, e conclui: “Consideremos portanto que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (PLG II, p. 98).

Vemos aqui, uma vez mais, que o sentido de “interpretar” está intimamente ligado à propriedade única de *significância* da língua, uma vez que diz respeito à capacidade de tornar algo significante, portador de sentido. E mais: percebemos, através da expressão dupla “na e pela”, que a sociedade não só recebe sua significação *através da língua*, como também essa significação só pode se dar *no interior da própria língua*. Em resumo, a frase “a sociedade torna-se significante na e pela língua” (PLG II, p. 98) condensa, através de seu duplo valor, as duas proposições conjuntas da relação semiológica entre língua e sociedade: a sociedade torna-se significante *pela* língua (a língua é, portanto, o *interpretante* da sociedade); a sociedade torna-se significante *na* língua (a língua, portanto, *contém* a sociedade).

Benveniste diz que, para que a língua possa preencher este papel de interpretante da sociedade, ela deve satisfazer, diante desta, duas condições. A primeira diz respeito a uma condição de “estabilidade” em relação à sociedade:

⁷³ Como Benveniste afirmará mais tarde, no estudo de 1969: “Toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos” (PLG II, p. 61). Voltaremos a esse tema mais adiante.

⁷⁴ Optamos, por uma questão de organização do trabalho, por seguir o mesmo modo de apresentação de Benveniste. Assim, voltaremos a falar sobre a língua em sua função de diferenciação entre o indivíduo e a sociedade na sétima parte deste capítulo.

Visto que esta sociedade é da natureza humana fixada em instituições e modelada pela técnica, pelas condições de produção, a sociedade está apta a se diferenciar ou a evoluir constantemente, ora lenta, ora muito rapidamente. Mas *o interpretante não deve mudar enquanto tal*, permanecendo capaz de registrar, de designar e mesmo de orientar as mudanças que sobrevêm no interpretado. Aí está uma condição de semiologia geral (PLG II, p. 98, grifos nossos).

De certa forma, Benveniste já havia colocado esta condição em evidência ao falar sobre o “poder coesivo” da língua em relação à contínua diversificação das atividades sociais. É justamente porque “a língua representa uma *permanência* no seio da sociedade que muda” (PLG II, p. 97, grifo nosso) que ela permanece capaz de registrar, designar e orientar as mudanças que se operam na sociedade. Capaz, em uma palavra, de *interpretá-la*. Para o linguista, esta é uma condição de semiologia geral, uma vez que o cerne da questão reside na compreensão do modo de interação entre “interpretante” e “interpretado”, ou seja, da natureza mesma da relação semiológica. Vemos, aqui, uma abertura para o projeto semiológico empreendido no texto *Semiologia da língua* (1969). Isso fica claro através da passagem seguinte do texto de 1968, na qual Benveniste, de maneira muito semelhante às proposições apresentadas para sua semiologia da língua, afirma:

Um princípio semiológico que eu gostaria de colocar, é que dois sistemas semióticos não podem coexistir em condição de homologia, se eles são de natureza diferente; eles não podem ser mutuamente interpretantes um do outro, nem ser convertíveis um no outro (PLG II, p. 98).

É preciso não confundir este princípio de não-homologia com a “relação de homologia” que Benveniste descreve em *Semiologia da língua* (1969). Trata-se, neste último caso, de uma “correlação entre as partes de dois sistemas semióticos” (PLG II, p. 62), “instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos” (PLG II, p. 62). O linguista aí cita, como exemplos, a correspondência entre os perfumes, as cores e os sons no poema “Correspondências”, de Baudelaire, a homologia entre a arquitetura gótica e o pensamento escolástico na visão de Panofsky, assim como a homologia entre a escrita e o gesto ritual na China. Trata-se, nesses casos, de conceber a existência de pontos de similitude entre propriedades de elementos de natureza diferente, o que permite o estabelecimento de uma ligação entre eles. No texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), podemos ver este tipo de ligação precisamente nas correlações que Benveniste estabelece entre língua e sociedade em nível fundamental (realidades

inconscientes e herdadas, representantes da natureza, e que não mudam pela vontade dos homens). No entanto, tais correlações não pressupõem que ambas as entidades devam coexistir em condição de *equivalência*, muito pelo contrário: é justamente em um sentido de “inequivalência” que Benveniste coloca seu princípio semiológico. A não-homologia diz respeito, neste caso, à inexistência de dois sistemas semiológicos que ocupem uma mesma *função de significação*, ainda que possamos estabelecer, entre eles, relações de semelhança. Por consequência, “eles não podem ser mutuamente interpretantes um do outro, nem ser convertíveis um no outro” (PLG II, p. 98). Em *Semiologia da língua* (1969), este princípio se encontra melhor elaborado sob o nome de “princípio de não-redundância entre sistemas”:

O primeiro princípio pode ser enunciado como o PRINCÍPIO DE NÃO-REDUNDÂNCIA entre sistemas. Não há “sinonímia” entre sistemas semióticos; não se pode “dizer a mesma coisa” pela fala e pela música, que são dois sistemas de base diferente. Isto equivale a dizer que dois sistemas semióticos de tipo diferente não podem ser mutuamente conversíveis. [...] Assim a não-conversibilidade entre sistemas de bases diferentes é a razão da não redundância no universo dos sistemas de signos. O homem não dispõe de vários sistemas distintos para a MESMA relação de significação (PLG II, p. 53-54).

Para Benveniste, a condição de estabilidade da língua em relação à sociedade implica uma não-conversibilidade e, conseqüentemente, em uma dissimetria. Esta inequivalência se configura, assim, como condição fundamental para o papel interpretante da língua⁷⁵. Como explica o linguista:

[...] a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, *mas nenhuma dessas mudanças reage diretamente sobre sua própria estrutura*. Com exceção das mudanças violentas, produzidas pelas guerras, pelas conquistas, o sistema da língua não muda senão muito lentamente, e sob a pressão de necessidades internas, de maneira que – aí está uma condição que é preciso sublinhar – nas condições da vida normal os homens que falam não são nunca testemunhas da mudança linguística (PLG II, p. 98-99, grifos nossos).

O fato de Benveniste sublinhar esta última constatação é de extrema importância. Parece-nos ser ela a segunda condição que a língua deve preencher para ocupar sua função de interpretância. Em decorrência de sua estabilidade de significação, a língua deve garantir, para

⁷⁵ É este o “princípio geral de hierarquia” que constitui a teorização semiológica do texto *Semiologia da língua* (1969): “Podemos inferir daí que os sub-sistemas semióticos interiores à sociedade serão logicamente os interpretados da língua, uma vez que a sociedade os contém e que a sociedade é o interpretado da língua. Pode-se perceber desde já nesta relação uma *dissimetria fundamental*” (PLG II, p. 55, grifo nosso).

o falante, a constância necessária para que ele a tome como uma realidade. A sua realidade. Assim, a língua, enquanto interpretante, deve não apenas dar conta de abarcar a sociedade em seu aparelho conceitual, e comportar todas as mudanças e inovações que se operam em seu interior, como também não deve sofrer mudanças em decorrência de seu interpretado. Ora, é justamente essa condição de “imunidade” da língua diante das transformações sociais que lhe permite abarcá-la em sua mutável integralidade. Desse modo, as mudanças às quais a língua está sujeita, ocasionadas “sob a pressão de necessidades internas” (PLG II, p. 98), dão-se sempre de forma muito lenta, de modo que, para o falante, elas não devem nunca ser “sentidas”. A língua se constitui então como a *realidade do falante*, que jamais é testemunha de sua transformação. É dessas condições, as quais, por falta de nomes melhores, designamos aqui de “permanência” e de “imunidade”, que procede a “dupla natureza profundamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade” (PLG II, p. 97).

Mas se são essas as condições que a língua deve preencher para que possa desempenhar seu papel de interpretante da sociedade, quais propriedades asseguram o seu preenchimento? Em outras palavras, o que garante à língua a sua condição de estabilidade e de abarcamento em relação à sociedade?

1.5. As propriedades semânticas da língua: a significação no âmago do problema

Se, como vimos até aqui, Benveniste concebe a interação entre língua e sociedade, em nível fundamental, como sendo de natureza semiológica, isto é, como uma relação do interpretante com o interpretado, em virtude de quais atributos a língua é considerada aí como o interpretante? O linguista responde a isso da seguinte maneira:

É que a língua é – como é sabido – o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade. Se a língua é um instrumento de comunicação ou o instrumento da comunicação, é porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura. E aqui estamos no âmago do problema (PLG II, p. 99).

É possível ver, através da passagem citada, que o papel de interpretante da língua se explica, ao menos inicialmente, pela constatação de que a língua representa o instrumento de

uso *comum* da sociedade, e de que é justamente isso que faz dela a “condição primeira da comunicação” (PLG II, p. 96). Isso explica a troca do emprego indefinido “um instrumento de comunicação” pelo definido “o instrumento da comunicação”. Com isso, Benveniste parece nos mostrar que a língua não é apenas um dentre tantos outros meios de interação entre o homem e o homem, e entre o homem e o mundo; ela é o próprio fundamento dessa interação que é constitutiva da sociedade. Assim, afirmar que a língua é o instrumento da comunicação significa dizer que a comunicação humana (e por consequência, a sociedade) necessariamente a pressupõe, independentemente da forma como ela se dê⁷⁶. Perguntamo-nos, então, por que a língua é e deve ser esse instrumento de uso comum aos membros da sociedade. E a dupla resposta de Benveniste nos conduz ao centro de toda a problemática:

a) porque a língua “está investida de propriedades semânticas” (PLG II, p. 99);

b) porque a língua “funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura” (PLG II, p. 99).

Vemos, através destas duas respostas conjuntas, que toda a investigação acerca do que faz da língua o interpretante da sociedade parece girar em torno de uma questão central: a *significação*. Ora, as “propriedades semânticas” que permitem à língua “produzir sentido” são, antes de tudo, propriedades de significação, que decorrem da natureza *sígnica* da língua e de seu modo de arranjo particular:

A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas. Esta propriedade única deve-se à estrutura da língua que é composta de signos, unidades de sentido, numerosas mas sempre em número finito, que entram em combinações regidas por um código e que permitem um número de enunciações que ultrapassa qualquer cálculo, e que o ultrapassa necessariamente cada vez mais, uma vez que o efetivo dos signos vai sempre aumentando e que as possibilidades de utilização dos signos e de combinação desses signos aumentam em consequência (PLG II, p. 99).

Deduzimos, assim, que a propriedade da língua de *significar* está na base de sua função interpretante. Ou seja, se consideramos que a língua interpreta a sociedade, esse “interpretar” diz respeito não à apreensão de um sentido preexistente, mas à própria *construção* deste sentido. Portanto, “a língua *interpreta* a sociedade” está em relação de sinonímia com “a língua *significa* a sociedade”. Mas, afinal (e com o perdão do jogo de

⁷⁶ Vale a pena ressaltarmos novamente que “comunicação” aqui deve ser entendida em um sentido amplo, não apenas como uma troca de mensagens, tal como Benveniste observa, por exemplo, no comportamento das abelhas estudadas por Karl von Frisch, o que permite a ele estendê-la aos animais em *Comunicação animal e linguagem humana* (1952), mas como atividade linguística de valor antropológico.

palavras), o que significa, para a língua, “significar”? Como a língua significa, em primeiro lugar? Responder a tais questões exige um retorno ao conjunto de textos nos quais Benveniste aborda especificamente tais questões, e no seio dos quais ele elabora a sua teorização acerca da “dupla significância” da língua, operando a célebre distinção entre “domínio semiótico” e “domínio semântico”. Falo aqui dos textos *Os níveis da análise linguística* (1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969)⁷⁷. Cabe destacar que a ideia aqui não é a de dar conta da integralidade das reflexões que se desenvolvem em cada um desses complexos trabalhos.

Ainda que a distinção “semiótico/semântico” não compareça nesses mesmos termos no texto de 1964, é nele que podemos situar o primeiro esboço, por parte de Benveniste, da reflexão linguística que o levará a considerar a língua a partir de uma dupla perspectiva pautada pela significação⁷⁸. Neste estudo, Benveniste esforça-se por colocar sob um exame rigoroso a noção de “nível” enquanto procedimento de análise linguística, jogando luz sobre sua função discriminadora da natureza articulada da língua e do caráter discreto de seus elementos constitutivos. O linguista descreve, assim, as operações e os critérios de relação entre forma e sentido que subjazem à definição dos níveis da análise linguística e que dão, aos elementos de cada nível, o seu estatuto linguístico. Para ele,

forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos *constituente* e *integrante* (PLG I, p. 135, grifos do autor).

As relações distributivas (entre elementos de mesmo nível) e integrativas (entre elementos de níveis diferentes) que Benveniste observa no interior da língua permitem a ele elaborar uma definição para a *forma* e para o *sentido* de uma unidade linguística:

⁷⁷ Como podemos constatar, o último desses textos é cronologicamente posterior ao texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). No entanto, isso não constitui para nós nenhum problema, uma vez que o que buscamos aqui é tão somente entender a propriedade de dupla significação da língua, sem qualquer pressuposição de ordem cronológica externa a este propósito. Seguimos, desse modo, o mesmo roteiro proposto por Flores (2013) para a leitura do que o autor entende como o “segundo momento” da reflexão enunciativa de Benveniste. Cabe ainda lembrar que a reflexão sobre a dupla significância da língua também se encontra presente na entrevista intitulada *Estruturalismo e linguística* (1968), cedida pelo linguista a Pierre Daix, através de duas questões a respeito da semiologia. Porém, por se tratar de um texto de temática muito ampla, e também devido à brevidade da reflexão, não o tomamos como *corpus textual* de base para essa retomada.

⁷⁸ Conforme Normand (2009), “é somente a partir de 1964 que a propriedade de significação é apresentada nos seus textos como um problema fundamental da linguística, exigindo novos conceitos e que se modifique o método de descrição” (NORMAND, 2009, p. 154).

A *forma* de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. O *sentido* de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior. Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis linguísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem (PLG I, p. 136, grifos do autor).

Porém, ao se deparar com o nível da “frase”, Benveniste se vê diante de um novo problema, uma vez que, neste nível, a noção de “sentido” ganha um outro aspecto. Diz ele: “Na língua organizada em signos, o sentido de uma unidade é o fato de que ela tem um sentido, de que é significante” (PLG I, p. 136). No entanto, “um problema totalmente diferente consistiria em perguntar: *qual* é esse sentido? Aqui ‘sentido’ se toma numa acepção completamente diferente” (PLG I, p. 136). Ao chegarmos na frase, somos levados a conceber a língua em uso, em uma relação com o mundo, e o sentido de um enunciado e de cada termo desse enunciado se encontra estreitamente referenciado à sua instância de emprego. Isso leva o linguista a constatar que “com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio” (PLG I, p. 137):

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso (PLG I, p. 139, grifos nossos).

Identificamos aqui a diferenciação entre os dois domínios que Benveniste nomeará de “semiótico” de um lado, e “semântico” de outro, no texto *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966.

Diferentemente do texto *Os níveis da análise linguística* (1964), o estudo de 1966 não tem linguistas como seu público-alvo, e sim filósofos⁷⁹. Nele, o tema de Benveniste é, como

⁷⁹ Vale lembrar que o texto *Os níveis da análise linguística* foi apresentado por Benveniste pela primeira vez em 1962, no *9th International Congress of linguists*, em Cambridge, Massachusetts, enquanto o texto *A forma e o*

seu título evidencia, a própria relação entre forma e sentido na linguagem, o que coloca a significação como problema central: “Antes de tudo a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (PLG II, p. 222). Isso o leva postular, como já citamos aqui, que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (PLG II, p. 222, grifo do autor). O próprio da linguagem é significar, o que faz dela “a atividade significante por excelência, a imagem mesma do que pode ser a significação” (PLG II, p. 223). Assim, mesmo que o interesse de Benveniste, neste texto, esteja voltado especificamente para a significação no âmbito da língua/linguagem⁸⁰, é possível desde já perceber o papel primordial que ela desempenha em relação aos outros sistemas de significação:

[...] todo e qualquer modelo significativo que possamos construir será aceito na medida em que se parecer em tal ou tal de seus aspectos àquele da linguagem. Efetivamente, desde que uma atividade é concebida como representação de alguma coisa, como “significando” qualquer coisa, é-se tentado a apelar para a linguagem” (PLG II, p. 223).

Para dar conta de abordar a significação, Benveniste parte, como primeira forma de aproximação, de uma noção de língua advinda de Saussure, tomando-a, portanto, como um sistema de signos. No entanto, o linguista ressalta a necessidade de se “ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (PLG II, p. 224), uma vez que este, na visão de Benveniste, ao introduzir a ideia de signo no interior da linguística, não teria levado em conta a possibilidade de a língua “ser outra coisa ao mesmo tempo” (PLG II, p. 224). Assim, inicialmente, o linguista se limita a examinar as noções de forma e sentido no interior da língua tomada enquanto sistema de signos (domínio semiótico), para concluir:

Enunciemos então este princípio: tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intra-linguístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa (PLG II, p. 227-228)⁸¹.

sentido na linguagem foi apresentado como conferência inaugural do XIII Congresso, ocorrido em Genebra, das *Sociétés de Philosophie de langue française*, em 1966.

⁸⁰ É importante ressaltar que os empregos do termo “linguagem”, neste texto, estão, em sua maioria, em uma relação de sentido muito próxima com a noção de “língua”.

⁸¹ Esta passagem, por si só, já nos é suficiente para reforçar o emprego da expressão “noção de língua *advinda* de Saussure”, uma vez que ela deixa claro que a concepção benvenistiana de “semiótico” não coincide exatamente com a noção de língua de Saussure. Basta-nos, para isso, constatar que Benveniste estabelece, como princípios

Desta constatação emergem três consequências. Primeiramente, a visada semiótica exclui de sua consideração qualquer relação da língua com o mundo; importa aqui apenas as relações opositivas internas ao sistema linguístico; Em segundo lugar, e em função da consideração anterior, as unidades semióticas só podem possuir valor genérico e conceptual; Por fim, as oposições que caracterizam a organização das unidades linguísticas no domínio semiótico são sempre de tipo binário, dispondo-se sempre e somente em relação de paradigma. “Mas e a frase?” (PLG II, p. 228), Benveniste então se pergunta, de forma muito similar ao texto *Os níveis da análise linguística* (1964). É justamente ao constatar a impossibilidade de se tomar a frase como uma unidade tal qual o signo em sentido saussuriano que o linguista vê a necessidade de se instaurar, em sua compreensão da significação, uma divisão fundamental.

[...] pensamos que o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas. Instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala. Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma, ainda que, eis aí um dos paradoxos da linguagem, sejam os mesmos elementos que se encontrem em uma e outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes. Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma (PLG II, p. 229).

A primeira dessas maneiras é a língua como “semiótica”, cujas relações de significação, conforme vimos, estão circunscritas ao interior do sistema linguístico. Neste caso, a língua é considerada em sua função primordial de *significar*. Para a segunda acepção, Benveniste dá o nome de língua como “semântica”. Desta vez, trata-se da língua considerada em sua função de *comunicar*. A noção semântica diz respeito, portanto, ao domínio da língua em emprego e em ação:

[...] vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o mundo, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência (PLG II, p. 229).

de discriminação das unidades de domínio semiótico, os critérios de *compreensão* e de *uso*.

A frase é então tomada como a expressão semântica por excelência. Diferentemente do signo, para o qual o significado se resume a uma capacidade de distintividade inerente ao sistema a que pertence, a frase se produz em uma instância de discurso a cada vez particular, e seu sentido implica sempre referência a essa instância e à atitude do locutor. Ademais, enquanto, no domínio semiótico, o sentido das unidades se define por uma relação paradigmática, no semântico ele se realiza através do sintagma.

Como podemos perceber, a noção de língua descrita nestes dois últimos trechos de *A forma e o sentido na linguagem* (1966) se encontra muito próxima da noção de língua que Benveniste busca relacionar com a sociedade em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), e isso se dá porque, em ambos os casos, vemos a língua sendo contemplada enquanto um princípio antropológico. Vemos, tanto nesta acepção semântica quanto em sua posição de interpretante, a língua ocupando uma função *mediadora* para o homem enquanto sujeito falante, e constituindo, a partir disso, a base sobre a qual se ergue a sociedade. Devemos, portanto, concluir que a língua em seu domínio semiótico não interessa à relação semiológica entre língua e sociedade? Muito pelo contrário; é justamente a propriedade semiótica que permite a Benveniste falar de um “nível fundamental” da língua. O domínio semiótico é justamente essa “condição primeira” da qual depende a comunicação. E se dizemos, tal como Benveniste o diz em *Os níveis da análise linguística* (1964), que o domínio da frase diz respeito à “manifestação da língua na comunicação viva” (PLG I, p. 139), é considerando que, subjacente a essa manifestação, encontra-se sempre a língua enquanto organização semiótica. Assim, a divisão que Benveniste opera entre semiótico e semântico diz respeito unicamente ao estabelecimento de um ponto de vista teórico-metodológico para o estudo da significação. No funcionamento da língua, semiótico e semântico são noções conjuntas e complementares, pois é dessa dupla propriedade que depende este funcionamento. Isso está posto ao final do texto de 1966, quando Benveniste afirma:

Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo (PLG II, p. 233-234).

Não à toa, o termo utilizado pelo linguista para designar a atividade enunciativa não é outro senão o composto “língua-discurso”, que parece integrar os dois modos de significação no funcionamento da língua.

A distinção semiótico/semântico volta a ser apresentada por Benveniste em 1969, no texto *Semiologia da língua*, cujo interesse, não mais restrito ao exame da significação no interior da língua, é alargado⁸² para se compreender a posição especial da língua no conjunto dos sistemas de signos de que o homem usufrui e no interior do qual vive, e cujo estudo programático – a “semiologia” – foi concebido por Saussure e Peirce⁸³.

Ao final da primeira parte deste trabalho, ao longo da qual Benveniste situa, de maneira muito geral, a língua em relação à “ciência dos signos” vislumbrada por Saussure na Europa e Peirce na América, o linguista conclui que a arbitrariedade radical da língua, princípio saussuriano que ligaria a linguística à semiologia, não basta, por si só, para explicar o papel central da língua dentre os demais sistemas de signos. Benveniste decide então retomar o problema da semiologia no ponto em que Saussure o deixou, insistindo sobre “a necessidade de um esforço prévio de classificação”, de modo a “promover a análise e consolidar as bases da semiologia” (PLG II, p. 50). Assim, ele entrevê que, “não menos que os sistemas de signos, as RELAÇÕES entre estes sistemas constituirão o objeto da semiologia” (PLG II, p. 51). Além disso, surpreendemos já nesta parte do texto um indício do tipo de relação que a língua mantém com os demais sistemas de signos: “Estes signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, *supõem a língua, que os produz e os interpreta*” (PLG II, p. 51, grifos nossos). Fica evidente, já desde este momento, a posição interpretante da língua.

Mas como isso se explica? Benveniste inicia sua análise através de uma definição das propriedades comuns aos sistemas de signos: “O caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é a sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS” (PLG II, p. 52). Uma vez

⁸² Conforme afirma Rosário (2018), “em ‘A forma e o sentido na linguagem’, interessa pensar linguisticamente *como a língua significa*. Em ‘Semiologia da língua’, por outro lado, interessa pensar semiologicamente *como a língua significa os outros sistemas*, o que se dá a partir do modo como ela mesma significa” (ROSÁRIO, 2008, p. 124, grifos da autora). Evidentemente, em função desta mobilização, as noções de “semiótico” e “semântico” não assumem, neste último texto, o mesmo valor que assumem no anterior.

⁸³ Como adverte Flores (2013), “estamos frente a um dos trabalhos mais complexos de Benveniste” (FLORES, 2013, p. 146), e desde já adiantamos que, assim como nos demais textos até agora convocados, nosso interesse aqui restringe-se a examinar os aspectos que fazem da língua o interpretante da sociedade. Assim, salientamos que nossa leitura é parcial e não almeja a exaustividade.

definidos pelo que os reúne, o linguista descreve os caracteres que permitem a sua distinção, estabelecendo duas propriedades relativas às condições “externas” ou empíricas de cada sistema (seu modo operatório e seu domínio de validade) e dois caracteres concernentes às suas condições “internas” ou semióticas (a natureza e número de seus signos, e seu tipo de funcionamento). Tais distinções permitem a Benveniste depreender *dois princípios semiológicos* que dizem respeito à *relação* entre os sistemas de signos.

O primeiro deles é o “princípio da não-redundância”, o qual estipula que dois sistemas não podem ocupar uma mesma função de significação, em virtude da natureza de seus signos e de seus tipos de funcionamento, sempre distintos. Não há, assim, a possibilidade de se “dizer a mesma coisa” através de dois sistemas semiológicos distintos, o que, por consequência, torna impossível a conversibilidade entre eles. O segundo princípio decorre deste primeiro, e diz respeito à “não-transsistematicidade” do signo, isto é, à impossibilidade de que dois sistemas semiológicos distintos possuam um signo em comum, uma vez que “o valor de um signo se define somente no sistema que o integra” (PLG II, p. 54), independentemente de sua identidade substancial.

À primeira vista, tais princípios de caráter distintivo levariam a crer que os sistemas de signos não estabelecem entre si nenhuma relação para além de uma mera coexistência. No entanto, Benveniste atenta para um critério fundamental da relação entre os sistemas semiológicos:

[...] trata-se de determinar se um sistema semiótico dado pode se auto-interpretar ou se ele deve receber sua interpretação de um outro sistema. A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO (PLG II, p. 54).

Vemos aqui a relação semiológica apresentada pela primeira vez em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), desta vez repensada na relação entre os sistemas de signos. Percebemos, porém, que permanece também aqui uma dissimetria fundamental entre partes, em função da não-reversibilidade entre interpretante (língua) e interpretado (demais sistemas semiológicos):

É que a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos. Se se convencionar designar por *S* o conjunto desses sistemas e por *L* a língua, a conversão se faz sempre no sentido $S \rightarrow L$, nunca o inverso. Temos aqui um princípio geral de hierarquia, apropriado para ser introduzido

na classificação dos sistemas semióticos e que servirá para construir uma teoria semiológica (PLG II, p. 55).

Benveniste estenografa com isso um processo de conversão permanente. Trata-se sempre de interpretar um sistema de signos através de um outro sistema de signos. Na fórmula “ $S \rightarrow L$ ”, S corresponde a uma unidade de valor geral, pois compreende não um sistema de signos específico, mas todo o conjunto deles, a própria língua aí inclusa. Já L corresponde a uma unidade de valor específico, pois diz respeito a um e apenas um elemento: a língua. Só ela pode ocupar essa posição hierárquica na relação entre os sistemas de signos, e é esta posição que define seu lugar de destaque no conjunto desses sistemas. No texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a fórmula “ $S \rightarrow L$ ” ganha sua explicação através da seguinte frase: “Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua” (PLG II, p. 99). Assim, a flecha indica esse poder de transmutação e redução categorial que só a língua permite operar sobre os demais sistemas semiológicos, inclusive sobre si própria. Desde este ponto de vista, a língua figura não somente como um dos objetos constituintes da teoria semiológica de Benveniste, mas também – e sobretudo – como o seu grande *operador*. O linguista explica isso no texto *Semiologia da língua* (1969) através da seguinte passagem:

Uma coisa ao menos é certa: nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens. Toda a semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; *a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos* (PLG II, p. 61, grifos nossos).

A posição de interpretante que a língua assume dentro do projeto semiológico de Benveniste se deve ao estatuto singular que caracteriza seu modo de significação. Para o linguista, “a língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento” (PLG II, p. 63), uma vez que:

1.º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de; 2.º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo; 3.º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade; 4.º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva (PLG II, p. 63).

Tais características fazem da língua a organização semiótica por excelência, recaindo sobre ela a função de conferir aos demais conjuntos a sua qualidade de sistemas significantes. Ela exerce, assim, sobre eles, um poder de “modelagem semiótica” sem o qual não podemos sequer imaginá-los. Mas a que se deve esse poder, que faz da língua a “grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação” (PLG II, p. 65)? Voltamos, aqui, ao âmago da problemática sobre a qual repousa toda a indagação sobre a propriedade interpretância da língua: a significação. Ora, se a posição da língua enquanto interpretante se deve ao seu estatuto particular de significação, que estatuto é esse? Benveniste o expõe da seguinte forma:

[...] esta situação privilegiada da língua na ordem pragmática é uma consequência, não uma causa, de sua preeminência como sistema significante, e somente um princípio semiológico pode explicar esta preeminência. Podemos descobri-lo tomando consciência do fato de que a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o pode reproduzir. Ela é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA. Trata-se propriamente de um modelo sem analogia. A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro (PLG II, p. 64).

Por “modo semiótico”, Benveniste entende “o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (PLG II, p. 64). Por “semântico”, o linguista entende “o modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO” (PLG II, p. 65). No primeiro caso, trata-se da língua enquanto base significante, material necessário da comunicação. No segundo, trata-se da própria comunicação, uma vez que “os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens” (PLG II, p. 65), o que implica uma relação com a situação de interlocução e com o conjunto de referentes que esta situação aciona. Portanto, é devido a sua propriedade única de articular a significação em duas dimensões que a língua constitui a matriz semiológica da qual dependem todos os outros sistemas de signos. Desta propriedade dupla decorre a faculdade metalinguística, a capacidade “sustentar propósitos significantes sobre a própria significância” (PLG II, p. 66). Para Benveniste, é nesta faculdade que podemos encontrar a origem da relação de interpretância, e é nela que reside a sua aptidão como instrumento de análise dos demais sistemas significantes (um “falar sobre”), inclusive de si mesma.

Retornando ao texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), podemos agora destacar as “propriedades semânticas” inerentes à língua, em seu nível mais profundo, e que permitem a ela funcionar como uma “máquina de produzir sentido” (PLG II, p. 99): “Há a propriedade que é constitutiva de sua natureza de ser formada de unidades significantes, e há a propriedade que é constitutiva de seu emprego de poder arranjar estes signos de maneira significativa” (PLG II, p. 99). A essas duas propriedades, Benveniste soma uma terceira, cuja função seria a de estabelecer o “elo” entre elas. Diz ele:

Nós dissemos que existem de um lado unidades significantes, em segundo lugar a capacidade de arranjar estes signos de maneira significativa, e em terceiro lugar, diríamos, existe a propriedade *sintagmática*, ou seja, a de combiná-los em certas regras de consecução e somente de certa maneira (PLG II, p. 99, grifo do autor).

Independentemente de como as noções de semiótico e semântico se relacionem, termo a termo, com esta breve explicação do texto de 1968, o que podemos dizer de maneira assertiva é que elas são fundamentais para compreendermos o papel de interpretante que a língua exerce em relação à sociedade⁸⁴. Este papel se deve, em resumo, à sua propriedade singular de *dupla significância*, isto é, de “comportar simultaneamente a *significância dos signos* e a *significância da enunciação*” (PLG II, p. 66, grifos nossos), para usar as palavras de Benveniste em *Semiologia da língua* (1969). Assim, a noção de língua que se depreende do

⁸⁴ Cabe tecermos, ainda que em linhas muito gerais, uma consideração sobre o problema que esta discussão encerra, e sobre a qual optamos por não nos adentrar, tendo em vista os objetivos deste trabalho. Como pudemos perceber, Benveniste apresenta, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), três propriedades semânticas em função das quais a língua assume o seu papel de interpretante da sociedade. A questão toda consiste em responder como se coaduna a relação trinitária estabelecida neste texto com a divisão binária que o linguista efetua entre semiótico e semântico nos textos *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969). Em outras palavras, o que, na breve descrição efetuada no texto de 1968, revela algo da ordem do modo semiótico, e o que está relacionado com o modo semântico? Sobre isso, acreditamos que, embora o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) se encontre cronologicamente entre os dois outros acima citados, e com eles certamente estabeleça um diálogo, não podemos simplesmente atribuir, termo a termo, os conceitos teóricos desenvolvidos em um trabalho aos conceitos desenvolvidos em outro. Ora, se notamos que, mesmo entre os textos *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969), nos quais os termos “semiótico” e “semântico” se fazem presentes, estes não revelam de conceitos que coincidam exatamente, no texto de 1968 tais conceitos não são nem mesmo elaborados formalmente. Está claro, como mostramos, que tais noções operam de fato na discussão ali empreendida, e que podemos até mesmo efetuar comparações e associações entre os textos, tal com o fizemos. No entanto, não podemos desconsiderar o fato de que Benveniste, em cada texto, propõe-se ao exame de um problema distinto (a relação entre forma e sentido, no texto de 1966; a relação entre língua e sociedade, no texto de 1968; o projeto de uma semiologia, no texto de 1969), o que nos leva a estabelecer que cada texto do linguista deve ser considerado, antes de tudo, em sua imanência e em sua coerência interna. Em suma, a tentativa de fazer valer, para cada uma das “propriedades semânticas” da língua descritas no texto de 1968, os conceitos de semiótico e semântico constitui não apenas um risco ao equívoco teórico, mas também (e sobretudo) um inevitável equívoco epistemológico.

axioma “a língua é o interpretante da sociedade” é a de uma entidade semiológica única, ou seja, de um sistema de unidades portadoras de significação, que permite a articulação dessa significação intrínseca em um segundo nível de significação, produzido na e pela enunciação, e que possibilita o dizer sobre qualquer coisa (uma máquina de fazer sentido), fazendo da língua simultaneamente o meio no qual e o instrumento através do qual a sociedade torna-se analisável.

1.5.1. A questão da “interpretância”: propriedade e relação

Uma questão importante que emerge da reflexão até aqui realizada acerca das propriedades responsáveis pela posição da língua como interpretante da sociedade diz respeito à própria noção de “interpretância”.

Comparando os textos benvenistianos convocados nesta revisão acerca da significação, podemos constatar que, desde um ponto de vista terminológico, a ocorrência textual de “interpretância” se dá, pela primeira vez, apenas no texto *Semiologia da língua* (1969), e num contexto muito específico, a saber, durante a categorização da natureza das relações entre os sistemas semiológicos. Benveniste aí descreve três relações possíveis: 1. A relação de *engendramento*, através da qual um sistema de signos recobre outro de mesma natureza, mas cuja função é mais específica, como é a situação do alfabeto Braille, criado a partir do alfabeto normal; 2. A relação de *homologia*, que consiste no estabelecimento de correlações entre elementos de dois sistemas distintos; 3. A relação de *interpretância*, que se estabelece entre um sistema interpretante e um sistema interpretado, e que,

do ponto de vista da língua, é a relação fundamental, aquela que divide os sistemas em sistemas que articulam, porque manifestam sua própria semiótica, e sistemas que são articulados e cuja semiótica não aparece senão através da matriz de um outro modo de expressão. Pode-se assim introduzir e justificar este princípio de que a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos (PLG II, p. 62).

Quatro pontos precisam ser comentados a respeito dessas relações.

Em primeiro lugar, notamos a evidente disparidade que existe entre a terceira dessas relações e as duas anteriores. Enquanto, nas primeiras, a relação se estabelece entre sistemas de signos em geral (ainda que a língua aí intervenha como mediadora, conforme veremos), na

“relação de interpretância”, a língua é sempre um dos dois sistemas de signos em relação, e ocupa necessariamente o lugar de interpretante. Trata-se da fórmula “ $S \rightarrow L$ ”, elucidada anteriormente no mesmo texto. A fundamentalidade dessa *relação* se justifica pelo fato de que ela é reveladora de uma *propriedade* fundamental da língua, da qual depende: a propriedade de interpretância. Desse modo, o termo benvenistiano “interpretância” recobre duas noções distintas, mas intimamente relacionadas. Como explica Rosário (2018):

[...] a noção de interpretância engloba, de um lado, a relação de interpretância (uma relação entre sistemas) e, de outro, a propriedade da língua de interpretar, sua interpretância. Isso não apenas porque a relação de interpretância depende dessa propriedade da língua, mas também porque a propriedade de interpretância da língua se mostra através da relação semiológica da língua, o sistema interpretante, com os sistemas interpretados (na relação de interpretância, portanto). Desse modo, essas duas ideias de interpretância – como relação e como propriedade da língua – estão absolutamente imbricadas (ROSÁRIO, 2018, p. 134).

Por consequência (e isso nos leva ao segundo ponto), podemos de igual maneira supor que a propriedade de interpretância da língua recobre também as relações semiológicas de engendramento e de homologia, uma vez que estas dependem, para que possam ser estabelecidas, da propriedade da língua de *interpretar*, oriunda de seu modo único de significância. Assim sendo, se, por um lado, a “relação de interpretância” coloca a língua como o interpretante dos demais sistemas de signos (inclusive de si mesma), por outro, em um nível mais amplo, a língua também pode ser tomada como o interpretante das próprias relações que se estabelecem entre os sistemas de signos. Neste caso, estamos falando da “propriedade de interpretância” da língua, na qual esta é tomada em sua função operatória, de análise e descrição, e sem a qual não poderíamos sequer pensar em relações tais como as de engendramento e de homologia. A propriedade interpretante da língua é, assim, *transversal* a todas as relações que se estabelecem no interior da semiologia. Ela é justamente o fundamento sobre o qual a semiologia de Benveniste se constrói, motivo pelo qual ele a denomina de “semiologia *da língua*”. Em última análise, a semiologia de Benveniste deve necessariamente acontecer na e pela língua. Essa é sua condição.

Podemos afirmar o mesmo no que concerne à relação semiológica que Benveniste estabelece entre língua e sociedade no texto de 1968? Nossa opinião é a de que sim, seguramente. Entramos aqui na terceira questão que essa discussão suscita. Conforme já vimos, não encontramos o termo “interpretância” no artigo *Estrutura da língua e estrutura da*

sociedade (1968). Isso não quer dizer, contudo, que a *propriedade de interpretância* não se faça lá presente. Ele não só está lá, como também é subjacente ao ponto de vista semiológico instaurado por Benveniste para pensar a relação entre língua e sociedade. Ora, o que permite à língua ser o interpretante da sociedade é a mesma propriedade que faz dela o sistema interpretante no universo dos sistemas de signos. Assim sendo, podemos considerar que é no texto de 1968 que vemos Benveniste elaborar pela primeira vez a sua noção de “interpretância” da língua, tomando como base a propriedade de dupla significância desta, apresentada anteriormente por ele nos textos *Os níveis da análise linguística* (1964) e *A forma e o sentido na linguagem* (1966). Desde este prisma, podemos inclusive tomar o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) como o texto que abre caminho para o projeto semiológico de Benveniste, uma vez que, nele, o linguista faz ampliar o alcance da reflexão efetuada nos textos precedentes acerca da propriedade de dupla significância da língua para além da própria língua.

No entanto (e já entrando no quarto e último ponto deste debate), ainda que possamos ver este princípio semiológico de interpretância atuando em ambos *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) e *Semiologia da língua* (1969), não podemos considerar que as investigações desenvolvidas nos dois textos digam respeito a uma só e mesma coisa. Como salientamos muito brevemente na introdução deste trabalho, o interesse de Benveniste no texto de 1968 não está voltado diretamente para a elaboração de uma “semiologia”⁸⁵, tal como acontece no texto de 1969. Assim, não cabe tomarmos a relação entre língua e sociedade examinada no primeiro destes textos da mesma maneira com que tomamos a “relação de interpretância” tal como Benveniste a descreve no segundo texto. Pensar desta forma implicaria considerar que a sociedade é apenas mais um dentre os sistemas de signos que constituem o objeto da semiologia. Onde e como situar o elemento “sociedade” no interior do universo semiológico? Podemos, antes de tudo, tomar a sociedade como um sistema de signos? Não entraremos neste assunto por ora⁸⁶. Basta-nos, por enquanto, apenas constatar a

⁸⁵ Surpreendemos apenas em um momento do texto de 1968 um direcionamento, por parte de Benveniste, das formulações ali realizadas, para o campo da semiologia. Trata-se da passagem na qual o linguista expõe a condição de estabilidade da língua em relação às mudanças do meio social para que ela possa exercer seu papel de interpretante da sociedade. Benveniste então afirma, quase que à moda de um comentário paralelo: “Aí está uma condição de semiologia geral” (PLG II, p. 98). E logo em seguida, como que em decorrência dessa constatação, apresenta o princípio semiológico de não-equivalência entre sistemas semiológicos.

⁸⁶ A noção de “sociedade” no interior da reflexão teórica desenvolvida no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) é tema de nosso segundo capítulo.

não-equivalência que existe entre os axiomas “a língua é o interpretante da sociedade” (PLG II, p. 97) e “a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos” (PLG II, p. 62). É inegável o diálogo que tais proposições mantêm entre si, uma vez que a propriedade de interpretância da língua atua em ambas. Ainda assim, trata-se de duas proposições de valores distintos, pois resultam de duas investigações de caráter também distinto. Ressaltamos, portanto, a importância de se manter clara essa distinção.

1.6. Uma língua que contém a sociedade: o semantismo social

Empreendemos, até aqui, uma leitura orientada pelo texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), na qual buscamos definir a noção de língua que subjaz à relação estabelecida por Benveniste entre língua e a sociedade. Vimos que esta relação é de caráter semiológico (do interpretante com o interpretado), e que a língua ocupa aí o lugar de interpretante da sociedade. Coube-nos então averiguar quais propriedades estão na base dessa função interpretante, o que nos direcionou às investigações do linguista acerca da significação e nos levou à característica única de dupla significância da língua (semiótico e semântico) como responsável pela propriedade fundamental de interpretância que concede à língua sua função interpretante, tanto em relação à sociedade quanto a todos os sistemas de signos no interior da semiologia.

No entanto, pouco dissemos sobre a proposição *a língua contém a sociedade* (PLG II, p. 97), a segunda das proposições conjuntas com as quais Benveniste estenografa sua reflexão. Falamos brevemente sobre ela quando descrevemos a faculdade metalinguística como uma das evidências com as quais o linguista demonstra que a língua contém a sociedade: enquanto a sociedade não pode ser estudada e descrita fora de suas expressões linguísticas (o que coloca a língua como o instrumento e o meio necessário dessa análise), a língua pode não somente ser estudada de forma isolada da sociedade, como também não necessita de outra coisa além de si própria para se autodescrever. A propriedade metalinguística, facultada pela dupla significância da língua, permite a Benveniste estabelecer uma relação de “includor” e “incluído” que coloca em evidência o fato de que, desde a perspectiva semiológica, a língua contém a sociedade.

Mas se, por um lado, a língua “engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual” (PLG II, p. 100), graças ao seu poder de redução categorial que transforma a experiência humana em signos, Benveniste diz que, por outro lado, e “em virtude de um poder distinto, ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o semantismo social” (PLG II, p. 100). O linguista salienta que esta parte da língua consiste, “principalmente mas não exclusivamente, em designações, em fatos de vocabulário” (PLG II, p. 100). Assim, para ele,

o vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessivamente ou simultaneamente empregados, etc (PLG II, p. 100).

Trata-se, portanto, de uma *faculdade semântica*, a partir da qual a língua é tomada “como conjunto e como sistema de designações” (PLG II, p. 100) que funcionam, em relação à sociedade, como um registro comprobatório de sua organização ao longo do tempo. Não à toa, Benveniste concede a este estudo do vocabulário uma grande relevância de caráter histórico, uma vez que dele se “servem historiadores da sociedade e da cultura” (PLG II, p. 100).

O que significa tomar a língua, em relação à sociedade, a partir de seu conteúdo lexical? Como este aspecto da língua se articula com o que falamos até aqui acerca da língua enquanto interpretante da sociedade? Detenhamo-nos um pouco sobre tais questões.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que Benveniste, ao falar sobre este “semantismo social” que a língua instaura, ressalta que isso se dá “em virtude de um poder distinto” (PLG II, p. 100). Que poder distinto é esse? E distinto de quê?

Observamos que, para o linguista, as propriedades semânticas que conferem à língua a sua posição de interpretante da sociedade se dão “em virtude de sua própria estrutura”. Com isso, Benveniste concebe a língua como uma entidade de natureza semiológica particular, cuja estrutura (semiótico) comporta o seu próprio emprego (semântico). A dupla significância diz respeito, assim, a uma propriedade intrínseca da língua, e é ela que possibilita à língua interpretar a sociedade, englobando-a em seu aparelho conceitual. Ao tratar da língua a partir de seu vocabulário, Benveniste parece considerá-la não mais apenas a partir de suas propriedades intrínsecas, mas a partir do *uso* que tais propriedades habilitam, e das

implicações daí resultantes, tanto para a língua quanto para a sociedade. Aqui, vemos realmente a língua sendo contemplada em seu efetivo emprego.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva de análise da relação entre língua e sociedade que, assentada sobre a propriedade semiológica de interpretância da língua, busca determinar em que medida o conjunto de designações que compõe o vocabulário de determinada língua pode ser tomado como testemunho da organização da sociedade que se serve dessa língua, e para a qual ela representa a realidade. Parece-nos, assim, que o “poder distinto” do qual Benveniste fala está relacionado à capacidade de *estabilidade* da língua em relação à sociedade, condição necessária para sua função de interpretante. Tal poder é facultado pela organização semiológica particular de que se constitui a língua, que faz com que ela seja capaz não apenas de conter a sociedade em seu aparelho conceitual, como também de “registrar, de designar e mesmo de orientar as mudanças que sobrevêm no interpretado” (PLG II, p. 98). Assim, a relação entre língua e sociedade, uma vez considerada desde este semantismo social que a língua constitui a partir de seu vocabulário, não implica uma desconsideração de sua propriedade de interpretância, muito pelo contrário. É a própria interpretância da língua, assegurada por sua dupla propriedade de significação, que está na base dessa faculdade semântica. É ela que permite à língua conservar os testemunhos sobre as formas e as fases da organização social, ao mesmo tempo em que acolhe e orienta suas transformações. Falamos, então, da língua enquanto um constante conjunto de designações, o qual, justamente por ser constante, pode ser constantemente renovado, alargado.

Para Benveniste, “os testemunhos que a língua dá deste ponto de vista só adquirem todo seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua *referência*” (PLG II, p. 100, grifo nosso). Não poderia ser diferente; se olharmos para a relação entre língua e sociedade a partir dos testemunhos que aquela permite conservar desta através de seu vocabulário, devemos necessariamente considerar este vocabulário a partir de suas condições de emprego e em referência a elas. O linguista deixava esta mesma lição em seu texto *Problemas semânticos da reconstrução*, de 1954, quando afirmava que “o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (PLG I, p. 320). A referência aos empregos de cada elemento de vocabulário é, desse modo, critério fundamental para o estudo da língua enquanto testemunho

da sociedade. Benveniste diz que “existe aí um mecanismo complexo cujos ensinamentos é preciso interpretar prudentemente” (PLG II, p. 100), uma vez que

o estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram (PLG II, p. 100).

O linguista chama aqui a atenção para o fato de que a língua, por manter-se estável diante das transformações pelas quais passa a sociedade, é capaz de conservar seus elementos de vocabulário, os quais se renovam através de novos empregos, e cuja referência é sempre somada às demais designações já admitidas, criando assim uma variação de sentido que aponta para uma coexistência, no interior da língua, de diferentes estados da organização social. Em outras palavras, como a língua não se transforma no mesmo passo que a sociedade em função de sua estabilidade de significação, ela se torna o depositário de todos os valores semânticos que vão se imprimindo em seu vocabulário ao longo de seus mais variados empregos, e que acabam por coexistir no uso corrente. A língua, desde este prisma, pode ser tomada não só como o testemunho de um estado de sociedade, mas também, e sobretudo, como o registro de sua transformação, ou ainda, conforme Benveniste afirma em *Estruturalismo e linguística* (1968), como reveladora de que “em nossa cultura atual integra-se toda a *espessura de outras culturas*” (PLG II, p. 23, grifos nossos). Daí resulta o fenômeno da “polissemia”, uma vez que os múltiplos sentidos de um elemento linguístico são o resultado “desta capacidade que a língua possui de *subsumir* em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação” (PLG II, p.100)⁸⁷.

1. 7. Uma língua que contém a sociedade: a base da diferenciação entre o individual e o coletivo

Ao expôr sua perspectiva semiológica de análise da relação entre língua e sociedade através da dupla axiomática *a língua é o interpretante da sociedade e a língua contém a sociedade*, Benveniste afirma, como forma de demonstrá-las, que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (PLG II, p. 98). É

⁸⁷ Voltaremos a este assunto no decorrer deste trabalho, em especial no Capítulo 4.

sobre esse ponto que o linguista volta a refletir após ter apresentado as propriedades de significação que fazem da língua o interpretante da sociedade, e comentado sobre o semantismo social que a língua permite instaurar a partir de seu vocabulário. Para tratar dessa questão, deixada em suspenso anteriormente, Benveniste parte de uma consideração pragmática: a situação de fala.

[...] cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanção irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva a toda a coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade (PLG II, p. 101).

O que o linguista busca demonstrar aqui é que a diferenciação entre indivíduo e sociedade, princípio básico da organização social, constrói-se a partir de uma distinção no interior da própria língua, a qual constitui simultaneamente a possibilidade mesma da atividade linguageira:

Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. A primeira, a oposição “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana. [...] A segunda oposição, a do “eu-tu”/“ele”, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua uma operação de referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua (PLG II, p. 101).

Assim, o que está na base de diferenciação entre indivíduo e sociedade é um mecanismo linguístico, responsável pela categoria linguística de *pessoa*. Aqui, vemos claramente o quanto a relação que se estabelece entre locutor e alocutário no ato de enunciação assume uma função determinante da realidade antropológica e social do homem, uma vez que é justamente em virtude do “instrumento linguístico” constitutivo deste ato que confere à língua a característica dupla e paradoxal de suprir ao mesmo tempo uma

necessidade individual e ser coextensiva a toda uma coletividade. Fica, portanto, evidente a relação que há entre este texto e os estudos de Benveniste voltados à análise da categoria de *pessoa*, datados da década de 1940 e 1950, como *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). É principalmente nesses textos que o linguista desenvolve sua reflexão sobre a distinção entre “pessoa” e “não pessoa”, estabelecendo-a como o princípio que permite e coordena a conversão da língua em discurso.

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), Benveniste parte da análise da categoria de pessoa nas formas verbais, constatando aí a sua importância enquanto noção fundamental e necessária. Dessa constatação tem início a célebre *correlação de personalidade*, a qual efetua uma oposição das posições de “eu-tu” (possuidoras da marca de pessoa e, portanto, membros da alocação) a de “ele” (enquanto ausência de pessoa e exterior à alocação), e que se desdobra, no interior do primeiro grupo, em uma *correlação de subjetividade*, a qual distingue “eu” enquanto pessoa subjetiva e “tu” enquanto pessoa não-subjetiva.

O tema da “pessoalidade” será retomado dez anos mais tarde em *A natureza dos pronomes* (1956), dessa vez voltado, como o próprio título elucida, para a análise da categoria de pessoa no âmbito dos pronomes pessoais. Mas é sobretudo em *Da subjetividade na linguagem* (1958) que a reflexão acerca da categoria de pessoa ganha maior amplitude teórica, conforme elucidamos na introdução deste trabalho. De fato, é neste estudo que Benveniste, rejeitando uma visão instrumentalista de linguagem, define-a como a própria possibilidade do homem, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (PLG I, p. 286, grifo do autor). A noção de “pessoa” constitui o próprio fundamento dessa subjetividade, uma vez que é ela a expressão maior dessa “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286).

Porém, para além da investigação linguístico-enunciativa, Benveniste adverte, ainda neste texto: “Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções” (PLG I, p. 286). Podemos considerar a perspectiva da relação entre língua e sociedade como uma dessas possíveis direções? Sim, sem a menor dúvida. É justamente essa a conclusão que se evidencia, dez anos mais tarde, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). É quase como se Benveniste tomasse de onde havia deixado a reflexão

embrionária presente no texto de 1958, redimensionando-a para um questionamento de ordem mais ampla. Tomados como “estrutura formal de base”, os índices de pessoa seriam como uma espécie de chave de acesso e de apropriação da língua⁸⁸, permitindo ao homem o exercício da fala. Ou ainda, como Benveniste afirma em *A linguagem e a experiência humana* (1965), eles consistiriam em “categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem” (PLG II, p. 68). Apropriando-se da língua através de tais índices, o homem constitui-se como sujeito na e pela sua própria enunciação, incluindo a si mesmo no seu discurso como *eu*, e se situando em relação a um *tu*; em sentido mais amplo, situando-se em relação à sociedade⁸⁹. A língua fornece, assim, em sua própria estrutura, uma *subestrutura*, um mecanismo responsável pelo “duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso” (PLG II, p. 101): de um lado, a relação interpessoal “eu-tu”, fundamento da intersubjetividade; de outro, a relação “eu-tu/ele”, fundamento da referência e possibilidade mesma de abertura do homem ao mundo. É nesses termos que está posta a condição antropológica dada pela língua. Cabe lembrar, aqui, as palavras de Ono (2007):

Benveniste supõe aqui não somente a relação dialógica na qual o ‘eu’ do locutor é ouvido por seu alocutário, mas também uma comunidade de homens que se chamam de ‘eu’ e chamam ao outro de ‘tu’. Essa abertura da enunciação à relação dialógica introduz a relação social (ONO, 2007, p. 166).

E também as de Dessons (2006): “Há assim, ligada à natureza da língua, uma condição social específica do humano: ela torna indissociáveis o devir do indivíduo e aquele da coletividade” (DESSONS, 2006, p. 50, tradução nossa)⁹⁰. Compreende-se, assim, a razão pela qual Benveniste diz, em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), que “a

⁸⁸ O filósofo Dany-Robert Dufour, em sua brilhante leitura da obra de Benveniste, define esse mecanismo linguístico de maneira semelhante: “O prisma formado pelo conjunto ‘eu’, ‘tu’, e ‘ele’ funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. Surge, assim, como uma espécie de língua prévia, uma língua de acesso à língua, *uma língua na língua*” (DUFOUR, 2000, p. 69, grifos do autor).

⁸⁹ Teixeira (2012) também partilha da ideia de que o estudo dos pronomes em Benveniste, para além da clausura da descrição linguística, constitui um dos exemplos que evidenciam o desejo de Benveniste por uma ciência geral do homem, aproximando sua reflexão a uma antropologia da linguagem. Diz a autora: “[...] mais do que uma descrição de categorias fundamentais da língua, seu estudo sobre os pronomes coloca-nos no âmago de uma problemática da interlocução, pois essas categorias são precisamente aquelas em que se amarram as relações do *eu* com aquilo que é privado da marca do *eu*. E, mais do que isso, coloca em evidência a relação radical da linguagem com o homem” (Teixeira, 2012, p. 79).

⁹⁰ No original: “*Il y a ainsi, liée à la nature de la langue, une condition sociale spécifique de l’humain : elle rend indissociables le devenir de l’individu et celui de la collectivité*” (DESSONS, 2006, p. 50).

partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares” (PLG I, p. 27, grifos do autor). Indivíduo e sociedade são termos complementares porque ambos encontram seu fundamento na língua, juntos e por igual necessidade. É nela e por intermédio dela que ambos se determinam, o que faz novamente da língua ao mesmo tempo o lugar e o instrumento de emergência desta dualidade fundante. Daí a situação paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Como pontua Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “Esta dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem” (PLG II, p. 97).

Para Benveniste, a consideração desta “estrutura formal de base”, responsável pela realização do discurso e a partir da qual indivíduo e sociedade se determinam mutuamente, faz aparecer uma *nova configuração* da língua:

É a inclusão do falante em seu discurso, a consideração que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação. Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum (PLG II, p. 101-102).

A nova configuração da qual Benveniste fala diz respeito à língua em seu aspecto social, enquanto atividade linguística no seio da sociedade, considerada, portanto, como *prática humana*. Ora, a partir do momento em que o falante, através do exercício da língua, ou seja, do ato-processo de enunciação, inclui-se em seu discurso, ele ao mesmo tempo se situa e se inclui em relação à sociedade, o que significa que ele necessariamente o fará a partir de um lugar dessa organização social, situando-se, desse modo, em uma “classe”. Vemos aqui o fenômeno da enunciação sob uma perspectiva mais ampla se comparado àquela teorizada no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970). Neste último, a enunciação, enquanto fenômeno linguístico, é contemplada em seu aspecto *individual*, sendo assim definida como “este colocar em funcionamento a língua por um *ato individual* de utilização” (PLG II, p. 82, grifo nosso). Trata-se, neste caso, de examinar a relação que se estabelece entre locutor e língua na e pela enunciação. Benveniste toma, assim, o ato de enunciação como “o fato do locutor que mobiliza a língua *por sua conta*” (PLG II, p. 82, grifos nossos). Desse modo,

“enquanto **realização individual**, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*” (PLG II, p. 84, negritos nossos, grifo do autor). Em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), Benveniste, ao considerar a língua enquanto “prática humana”, também fala de *apropriação*, mas não exatamente da mesma forma:

Eu poderia descrever este fenômeno como uma *apropriação* por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se *apropria* dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais (PLG II, p. 102, grifos nossos).

A consideração da relação entre língua e sociedade no ato-processo enunciativo – aqui entendido como “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua” (PLG II, p. 102) – permite olhar para a enunciação a partir de um outro ângulo, não apenas como ato estritamente individual de apropriação da língua por um locutor, mas também como apropriação por *coletividades humanas*, ou, melhor dizendo, como a apropriação da língua por um locutor que está inserido em uma coletividade, da qual é integrante. Conseqüentemente, a noção de “apropriação” é ressignificada, implicando não apenas a atualização da língua em discurso, como também a sua *transformação e renovação via discurso*. Olhar para a apropriação da língua no âmbito da relação entre língua e sociedade permite, portanto, entender o processo de *diferenciação lexical* que constitui os “sistemas de designação” responsáveis pelo “semantismo social”, do qual falamos no item anterior. Ou seja, a análise linguística, sob esta perspectiva, leva necessariamente em conta a enunciação e a implicação desta no estudo da língua enquanto conjunto e sistema de designações.

Em relação ao texto *O aparelho formal da enunciação* (1970) – e à moda de uma ressalva do que dissemos há pouco (de que, neste texto, a reflexão enunciativa se encontra contemplada unicamente em seu aspecto individual) –, tal reflexão parece encontrar mais abrigo em sua parte final, na qual Benveniste, ao levar a discussão da enunciação para o seu “quadro figurativo”, isto é, para “a acentuação da relação discursiva com o parceiro” (PLG II, p. 87), expõe exemplos nos quais a língua se apresenta justamente enquanto uma *prática social*, como nos casos da disputa verbal *hain-teny*, do povo Merina de Madagascar, e da *comunhão fática* descrita pelo antropólogo Bronislaw Malinowski. Da mesma forma, a

consideração da relação entre língua e sociedade a partir da apropriação do aparelho denotativo da língua através da estrutura formal “eu-tu/ele” está intimamente relacionada ao último parágrafo deste texto de 1970, em que Benveniste termina sua exposição afirmando que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (PLG II, p. 90). Diz ele, a respeito do primeiro desses desdobramentos futuros: “Ter-se-ia que considerar as *alterações lexicais que a enunciação determina*, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (PLG II, p. 90, grifos nossos). Admitida esta relação entre os dois textos, bem como o caráter social que a reflexão adquire nos parágrafos finais deste último, admite-se também que a noção de enunciação apresentada nestes “desdobramentos” futuros supõe um processo de apropriação que é ao mesmo tempo *individual* (uma vez que se trata sempre de um falante incluindo-se em seu discurso) e *coletivo* (uma vez que este falante, ao incluir-se em seu discurso, inclui-se também à sociedade, situando-se em uma classe, e revelando, através de seu uso particular, também um uso compartilhado).

1.8. Enfim, de que “língua” estamos falando?

Neste primeiro capítulo do presente trabalho, tivemos o intuito de buscar compreender a noção de “língua” que subjaz às proposições conjuntas *a língua é o interpretante da sociedade e a língua contém a sociedade*, formuladas por Benveniste como os princípios axiomáticos de seu pensamento acerca da relação entre essas duas entidades. Para tanto, realizamos uma leitura guiada pelo artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), no qual tal reflexão se desenvolve de maneira mais direta, mas em complementaridade com outros textos do linguista nos quais este tema também se encontra implicado, direta ou indiretamente. Conforme já salientamos anteriormente, a relação entre língua e sociedade é uma problemática que subjaz ao pensamento de Émile Benveniste como um todo, uma vez que está profundamente ligada ao princípio unificador de sua teorização linguística, o qual Flores (2013) define sob o axioma “*o homem está na língua*” (FLORES, 2013, p. 44, grifos do autor). No entanto, nosso recorte de leitura se restringiu especificamente ao interesse de responder o que se define por “língua” dentro da perspectiva semiológica estabelecida no

estudo de 1968, motivo que nos dispensa da tarefa de uma leitura exaustiva tanto deste quanto dos demais textos do linguista⁹¹.

Assim sendo, de que “língua” estamos falando ao tratarmos da reflexão benvenistiana acerca do tema língua e sociedade? Bem, nosso exercício de leitura nos permite dar algumas respostas:

a) Antes de tudo, dizer que a língua é o interpretante da sociedade significa reconhecer, na língua, duas características contrastantes. Em primeiro lugar, essa proposição evidencia uma definição de “língua” como objeto de *natureza semiológica*. Trata-se da língua em seu “nível fundamental”, descrita como um “sistema de formas significantes” (cf. PLG II, p. 96), noção que a coloca em proximidade com os demais sistemas de signos que, em seu conjunto, constituem a semiologia. Em segundo lugar, e em completo contraste com o ponto anterior, a mesma proposição que faz da língua um objeto semiológico, faz dela, simultaneamente, uma entidade *à parte* em meio ao universo dos sistemas de signos do qual é integrante (*res unica*, para usar os termos de Jean-Claude Milner⁹²). Assim, Benveniste, ao mesmo tempo em que concebe a possibilidade de uma semiologia, não considera a língua como sendo um objeto dentre outros no interior desse conjunto. Ela é a própria possibilidade dessa semiologia, uma vez que figura não apenas como *objeto*, mas também como o *operador* da relação semiológica (em função da particularidade de seu modo duplo de significação), da qual dependem os demais sistemas de signos, e, em última instância, a sociedade. Não estamos afirmando, com isso, que a reflexão sobre a relação entre língua e sociedade se confunde com o projeto de uma “semiologia da língua”, tal como proposta por Benveniste em seu texto de título homônimo. No entanto, seria errado supor que as duas reflexões constituem coisas independentes e sem qualquer tipo de relação uma com a outra. Ora, em ambos os casos, o que está posto é uma perspectiva semiológica que tem na língua o seu fundamento primeiro. A dupla significância que faz da língua um sistema *à parte* no interior da semiologia é de suma

⁹¹ O que não quer dizer que tais textos não retornem nos capítulos posteriores deste trabalho. Os demais aspectos de nossa investigação (conforme explicitados em nossa introdução) exigirão que nos detenhamos em pontos não explorados até aqui.

⁹² Tratamos aqui da reflexão empreendida por Milner em *Introduction à une science du langage* (MILNER, 1989), trabalho no qual o autor se interroga sobre as premissas epistemológicas que permitem à Linguística se constituir enquanto uma “ciência da linguagem”. No caso específico desta citação, *res unica* (“coisa única”, em latim) diz respeito à posição de isolamento da linguagem, enquanto objeto teórico, em relação aos objetos de todas as outras ciências, em virtude das características que a impossibilitam de ser inserida em um gênero próximo, isto é, em um conjunto de objetos cujas propriedades lhe sejam epistemologicamente aproximáveis.

importância para compreendermos a *propriedade de interpretância* que é responsável por seu papel de interpretante da sociedade. Em outras palavras, os modos de significação “semiótico” e “semântico”, que fazem da língua uma entidade única em meio aos demais sistemas semiológicos, concedem a ela uma função *operacional* na relação semiológica entre língua e sociedade, uma vez que, em virtude dessa característica, a língua constitui o próprio *instrumento* através do qual a sociedade ganha sua realidade. Como resume Benveniste: “Nada pode ser compreendido [...] que não tenha sido reduzido à língua” (PLG II, p. 99).

b) Dizer que a língua contém a sociedade traz consigo mais de uma implicação. A noção de língua enquanto contentora da sociedade está ligada diretamente à sua propriedade de significância, conforme acabamos de salientar. Trata-se, com efeito, da língua enquanto *matriz semiológica*, a “estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação” (PLG II, p. 64), para usar a definição benvenistiana de *Semiologia da língua* (1969). Ora, se vimos que a qualidade única de significação da língua é responsável por sua capacidade de interpretar os demais sistemas semiológicos, esse ato de “interpretar” deve ser tomado como uma instância *criadora*, uma vez que, nessa conversão de “*S* → *L*”, a anterioridade de “*S*” em relação a “*L*” no esquema não deve ser entendida como uma preexistência. Como afirma Benveniste:

“Ela [a língua] dá a ideia do que é uma função de signo, ela é a única a oferecer desta função a fórmula exemplar. Daí decorre que somente ela pode *conferir* – e *confere* efetivamente – a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes *informando-os* da relação de signo” (PLG II, p. 63-64, grifos nossos).

Assim, a função interpretante da língua se dá no *interior* da própria língua, e é, portanto, em seu interior que os sistemas semiológicos recebem sua “modelagem” e se constituem enquanto tal. Podemos, portanto, falar de um duplo afastamento.

De um lado, Benveniste se afasta da relação que Saussure havia proposto para a sua semiologia vindoura⁹³. A língua não mais constitui um elemento dentre outros no interior da semiologia; é a semiologia que encontra o seu lugar e seu fundamento no interior da língua. A “semiologia da língua” da qual fala Benveniste em seu texto de 1969 é uma semiologia que,

⁹³ Como sabemos, o *Curso de linguística geral* estabelece o lugar epistemológico da Linguística no interior de uma ciência geral, batizada de Semiologia, a qual, por sua vez, consistiria em uma parte da Psicologia. Assim, para o Saussure do *Curso*, caberia ao linguista “definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos” (SAUSSURE, 2006, p. 24).

como o sintagma já diz, encontra-se subordinada à língua, em virtude das propriedades únicas de significância desta. Tal constatação já é, por si só, suficiente para estabelecermos uma distinção teórica fundamental entre as noções de “semiologia” e de “língua” presentes em Saussure e em Benveniste: a “semiologia da língua” de Benveniste não é um prolongamento da “semiologia” de Saussure, do mesmo modo que a noção de “língua” de Benveniste não constitui meramente uma “boa leitura” de Saussure⁹⁴.

De outro lado, como já apontamos através do texto *Semiologia da língua* (1969), o ponto de vista semiológico instaurado por Benveniste inverte a relação de encaixe sociológica, a qual, por focar a questão em termos dimensionais, toma a sociedade como o todo, e a língua como a parte. O linguista, ao tomar a relação entre língua e sociedade através do prisma da *interpretância*, abre a possibilidade de se olhar para essa interação de outra maneira: “A língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual” (PLG II, p. 100), diz Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), e este é o motivo pelo qual é “impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas” (PLG II, p. 98). A visada semiológica estabelece o ponto de vista a partir do qual o *linguista* pode pensar a relação entre língua e sociedade, que é, obviamente, o ponto de vista da *língua*. Trata-se, portanto, de uma inversão que se dá em função de uma necessidade *metodológica*, e que acaba por estabelecer, para língua e sociedade, valores teóricos próprios. Assim, a perspectiva semiológica de Benveniste não invalida de maneira nenhuma a perspectiva sociológica, uma vez que, nos dois casos, estamos falando de objetos não coincidentes.

Em resumo, se dissemos, no ponto anterior, que a propriedade de significância faz da língua o *instrumento* através do qual a sociedade ganha sua realidade, complementamos dizendo que esta mesma propriedade faz da língua também o *lugar* no qual a sociedade ganha sua realidade. Desde este ponto de vista, a língua *contém* a sociedade.

⁹⁴ Fazemos referência aqui ao comentário de Simon Bouquet, em sua *Introdução à leitura de Saussure*. Diz ele, em nota: “[...] em razão do desconhecimento dos textos originais [...], a distinção que ele [Benveniste] propõe entre ‘semiótica’ e ‘semântica’, longe de ser um progresso em relação a Saussure, é sobretudo a expressão de sua teoria de um valor *in absentia* ligado a um valor *in praesentia*” (BOUQUET, 2000, p. 268, em nota). Ademais, é importante resguardar a diferença de estatuto entre os pensamentos de Saussure e Benveniste, uma vez que os interesses de cada linguista não coincidem exatamente: para Saussure, o que está em jogo, neste ponto de sua reflexão, é o estabelecimento do lugar da linguística em relação às ciências conexas, ou seja, a questão é a da relação entre disciplinas científicas, ao passo que, para Benveniste, trata-se de explicar o que faz da língua um objeto especial em meio aos demais sistemas de signos.

c) Ao mesmo tempo, o axioma *a língua contém a sociedade* é revelador da função pragmática responsável pela instauração da sociedade através da atividade linguageira. Desta vez, a língua contém a sociedade porque é somente nela e através dela que o falante pode, por intermédio do diálogo, situar-se como indivíduo diante de uma alteridade, garantindo a comunicação da qual depende a sociedade. A ênfase, aqui, está no *dispositivo formal* que “assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso” (PLG II, p. 101). Subjetivo, pois oferece ao locutor a possibilidade de se incluir em seu discurso, constituindo-se como sujeito em uma relação intersubjetiva (a oposição “eu-tu”); referencial, porque representa a “possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação” (PLG II, p. 101). É este mecanismo complexo, somado à capacidade interpretante da língua, que faz com que ela represente ao mesmo tempo uma realidade individual e supraindividual, imanente ao indivíduo e coextensiva à coletividade⁹⁵. Dessa coincidência paradoxal, responsável pela dualidade individual/coletivo caracterizadora da organização social, depende a sociedade.

⁹⁵ Ou, como afirma Dessons (2006): “A comunicação humana possui uma especificidade que está ligada ao exercício da linguagem como atividade intersubjetiva, tornando indissociáveis o pensamento do individual e do coletivo” (DESSONS, 2006, p. 49, tradução nossa). No original: “*La communication humaine a une spécificité liée à l'exercice du langage comme activité intersubjective rendant indissociables la pensée de l'individuel et celle du collectif*”.

CAPÍTULO 2

A NOÇÃO DE SOCIEDADE EM SUA RELAÇÃO COM A LÍNGUA

Na introdução deste trabalho, perguntamo-nos, como forma de justificar a pertinência do tema aqui proposto, se a problemática da relação entre língua e sociedade encontra lugar no pensamento teórico de Émile Benveniste. A breve digressão que lá realizamos foi suficiente para demonstrar que a questão da língua e da sociedade é transversal à teorização do linguista, e que não estaríamos incorrendo em erro ao afirmar que esta dualidade situa-se na base desta teorização. Caber-nos-ia, portanto, averiguar como essa problemática se elabora na reflexão benvenistiana, e em que medida ela configuraria uma possível forma de se fazer linguística, ou, ao menos, uma maneira de se contemplar a sociedade desde uma perspectiva linguística. No capítulo anterior, dedicamo-nos a identificar, no interior da perspectiva semiológica proposta por Benveniste no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a noção de língua que sustenta a proposição teórica *a língua contém a sociedade*. Desta vez, a tarefa consiste em investigar o que podemos entender por *sociedade* na reflexão de Benveniste.

Começemos por um dado essencial: a frequência com a qual o tema da sociedade se faz presente nos estudos do linguista. Restringindo-nos, de início, apenas à sua presença lexical, encontramos 65 ocorrências do termo “sociedade” no conjunto de artigos integrantes de *PLG I*, e esse número sobe para 115 em *PLG II*. Já nos dois tomos que constituem *O vocabulário das instituições indo-europeias*, as ocorrências chegam a 157⁹⁶. Para além do termo em si, é fácil também identificar termos relacionados, como “mundo dos homens”, “estrutura social”, “vida social”, “meio social”, “cultura”, e outros derivados. Assim, longe de constituir mera trivialidade, tais recorrências são indícios de que, atrelada à investigação linguística de Benveniste, existe um profundo interesse de se pensar sobre a sociedade.

Mas que noção de “sociedade” é essa que vemos se esboçar no pensamento teórico de Benveniste? Primeiramente, é importante notar que as ocorrências do termo “sociedade” acima citadas não se fazem corresponder a uma única noção, nem mesmo no interior de um

⁹⁶ A realização dessa contagem se deu através de um sistema de buscas simples de um leitor de arquivos digitais em formato PDF (*Foxit Reader*, da empresa *Foxit Software*). Fizemos uso de versões digitalizadas e editáveis das obras citadas.

mesmo texto. Uma breve comparação entre passagens de *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963) é o bastante para demonstrar isso:

a) “Poderá o homem pela primeira vez, ultrapassando a barreira biológica, lançar um olhar para dentro de uma sociedade animal e descobrir o princípio que a organiza?” (PLG I, p. 28);

b) “Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade” (PLG I, p. 31);

c) “De fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (PLG I, p. 31).

Nessas três passagens, os empregos de “sociedade” não coincidem entre si.

Na primeira delas, o termo “sociedade” denota uma noção muito abrangente de agrupamento de seres vivos em relação de colaboração mútua, o que permite seu uso para além da esfera humana, como demonstra o adjetivo “animal”. O que interessa aqui é o caráter de convivência colaborativa entre os membros de uma mesma espécie, e do fato de que a sobrevivência destes depende exclusivamente de tal modo de existência. Este trecho surge justamente da indagação de Benveniste acerca do estudo da comunicação das abelhas, empreendido pelo zoólogo Karl von Frisch. É levando em conta o tipo peculiar de comunicação existente entre esses insetos, indispensável ao seu modo de vida, que Benveniste se vê autorizado a falar de “sociedade animal”.

As duas noções seguintes distinguem-se radicalmente desta primeira, pois estão intrinsecamente ligadas à experiência simbólica do homem. Mas distinguem-se também entre si: na segunda passagem, temos “sociedade” enquanto conceito geral e transcendente a suas manifestações históricas, como evidencia o uso do artigo definido no singular. “A sociedade” diz respeito, portanto, ao meio humano, ao qual o indivíduo se encontra integrado, e que constitui sua própria condição enquanto indivíduo humano. Na terceira, o termo “sociedade” encontra-se empregado para definir a manifestação concreta e particular dessa condição humana, situada em um determinado espaço e tempo, como atesta seu uso em “uma sociedade”. Reconhecemos, nestes dois últimos empregos de “sociedade”, uma distinção semelhante àquela que Benveniste elabora, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), entre sociedade em “nível histórico” e em “nível fundamental”. De um

lado, sociedade em sentido ontológico; de outro, sociedade em sentido ôntico, para usar termos heideggerianos.

Os exemplos acima são, por si só, elucidativos do fato de que, assim como acontece com noções importantes da teoria enunciativa de Benveniste, também a reflexão sobre língua e sociedade envolve problemas relativos à determinação nocional, o que nos obriga, enquanto leitores de seu pensamento, a tomar advertidamente certas decisões de leitura. O que queremos dizer com isso é que ler Benveniste pressupõe sempre, em certa medida, a formulação de hipóteses de leitura. Assim, a hipótese de leitura que sustenta este capítulo é a de que a distinção efetuada por Benveniste entre sociedade em “nível histórico” e “nível fundamental”, embora apresentada formalmente pelo linguista apenas no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), encontra-se presente em seus trabalhos anteriores, e que, mesmo no interior de cada uma delas, podemos encontrar diferentes aspectos relativos à sua definição⁹⁷.

Tendo isso em vista, empreendemos, neste capítulo, uma leitura transversal da obra benvenistiana, buscando, a partir do ponto de vista semiológico instaurado pelo linguista no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), apreender as definições de “sociedade” interiores aos níveis histórico e fundamental. Pensamos ser possível, desta forma, compreender como a noção de sociedade opera dentro da relação semiológica estenografada no axioma “a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97). Desse modo, se, no capítulo anterior, o texto de 1968 serviu como o “roteiro” de nossa leitura, desta vez é a própria noção de sociedade que constitui o organizador da reflexão. Dividimos, portanto, o capítulo em três partes: na primeira, olhamos para o estatuto dado à sociedade enquanto dado empírico; na segunda, perseguiremos a noção de sociedade em sua acepção fundamental; na terceira, procuramos pensar sobre a noção de “cultura”, uma constante na reflexão de Benveniste, e fundamental para a investigação da qual nos ocupamos.

Por fim, cabe destacar que buscamos pensar sobre a noção de “sociedade” que é *interna* ao pensamento teórico de Benveniste. A ressalva é importante, na medida em que

⁹⁷ A simples título de exemplo, surpreendemos tal distinção em passagens como esta, do texto *A linguagem e a experiência humana* (1965): “Em todas as formas de cultura humana e em todas as épocas, constatamos de uma maneira ou de outra, um esforço para objetivar o tempo crônico. É esta uma condição necessária da vida *das sociedades*, e da vida dos indivíduos *em sociedade*. Este tempo socializado é o do calendário” (PLG II, p. 72, grifos nossos).

“sociedade” não constitui, de modo geral, um conceito pertencente ao campo da linguística, e sim à sociologia e demais ciências anexas⁹⁸. No entanto, Benveniste não importa nenhuma noção teórica de sociedade de tais campos do conhecimento, ainda que possamos identificar grandes influências. Ora, o que Benveniste apresenta, no conjunto de seus textos, é uma visão de sociedade que lhe é particular, uma vez que se encontra intimamente ligada ao seu lugar de linguista, e à sua visão de língua enquanto fundamento antropológico.

2.1. Sociedade em nível histórico

Observamos, através de nossa leitura do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) no capítulo anterior, que, para Benveniste, a dificuldade envolvida no estabelecimento de uma relação entre língua e sociedade é, de modo geral, resultado de uma falta de “consciência das implicações que trazem a noção de língua e a de sociedade quando se toma de empreitada compará-las” (PLG II, p. 95). Por um lado, constata-se a não correspondência, tanto de natureza quanto de estrutura, entre um elemento e outro. Por outro lado, reconhece-se a evidente relação de necessidade que se estabelece entre língua e sociedade, uma vez que a existência de uma implica a existência da outra. De acordo com o linguista, a razão pela qual este problema apresenta respostas tão conflitantes reside no fato de que, no fundo, está-se a falar, em cada caso, de uma acepção diferente dos termos “língua” e “sociedade”. Faz-se necessário, portanto, operar uma distinção no interior de cada uma das entidades envolvidas. Assim, se, para a língua, existe um “nível histórico” (que diz respeito à sua definição enquanto idioma empírico: língua chinesa, língua francesa, língua assíria) e um “nível fundamental” (relativo à sua condição intrínseca de constituir um sistema de formas significantes), o mesmo pode ser dito em relação à sociedade:

“Existe de um lado a sociedade como dado empírico, histórico. Fala-se da sociedade chinesa, da sociedade francesa, da sociedade assíria; existe de outra parte a sociedade como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” (PLG II, p. 96).

⁹⁸ Não encontramos, por exemplo, o vocábulo “sociedade” em nenhum dicionário especializado de Linguística, como o *Dictionnaire de linguistique* (DUBOIS *et al.*, 1994) e o *The concise Oxford dictionary of linguistics* (MATTHEWS, 2007). Por outro lado, uma breve consulta ao *The Blackwell dictionary of sociology* (JOHNSON, 1995) é reveladora de nada menos do que treze verbetes para “sociedade”, enquanto o *The dictionary of anthropology* (BARFIELD, 1997) dispõe de uma extensa descrição para seu verbe.

Benveniste estabelece que é em nível fundamental que podemos estabelecer as bases comuns entre a língua e a sociedade, excluindo comparações de ordens estrutural, tipológica, histórica ou genética, as quais colocariam em jogo língua e sociedade em seus níveis históricos. Não se trata nem mesmo de uma relação propriamente comparativa (o que pressupõe uma equivalência entre os elementos em comparação), mas sim de uma relação “do interpretante com o interpretado” (PLG II, p. 97). No entanto, se assim consideramos a perspectiva inaugurada por Benveniste, devemos também nos perguntar: por que a noção de sociedade em “nível histórico” se faz tão presente nos estudos do linguista?

Para elucidar melhor essa questão, tomemos, como exemplo, o primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, trabalho publicado em 1969, e, portanto, contemporâneo ao artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Nele, como esclarece Benveniste em seu prefácio, encontramos reunidos os resultados de muitas pesquisas acerca do vocabulário de línguas cujo método comparatista permitiu agrupar sob o nome de “indo-europeu”. Porém, contrariamente ao comparatismo, o qual outorgou-se a tarefa de mostrar como “as concordâncias entre os vocabulários das línguas antigas ilustravam os principais aspectos, sobretudo materiais, de uma cultura comum” (VOC I, 1995, p. 8), Benveniste volta-se para dados que não dizem respeito ao vocabulário comum:

De forma alguma tentamos refazer um inventário das realidades indo-europeias, enquanto definidas por grandes correspondências lexicais. Pelo contrário, os dados de que tratamos, em sua maioria, não pertencem ao vocabulário comum. São específicos como termos de instituições, mas em línguas particulares, e o que analisamos é sua gênese e conexão indo-europeia. Assim, propomo-nos a estudar a formação e a organização do vocabulário das instituições (VOC I, 1995, p. 9).

Por “instituição”, o linguista toma não apenas organizações sociais categóricas como o direito, o governo e a religião, “mas também aquelas, menos aparentes, que se desenham nas técnicas, nos modos de vida, nas relações sociais, nos processos de fala e de pensamento” (VOC I, 1995, p. 9). Em nosso entender, Benveniste, ao alargar indefinidamente sua ideia de “instituição” para além de estruturas sociais tradicionalmente estabelecidas – abarcando também princípios que se deixam depreender dos modos de vida, das relações sociais, e indo até os processos de fala e de pensamento –, encontra uma forma de falar da sociedade de maneira mais ampla, não restrita apenas às particularidades de agregados humanos que compartilham de uma mesma língua, em um mesmo espaço e tempo, mas aos princípios

gerais que fazem desses agregados parte de um todo, o qual se define ao longo do trabalho como “sociedade indo-europeia” ou “mundo indo-europeu”. E isso se dá através do vocabulário, produto da língua, deste “vasto tesouro das correspondências adquiridas, que se transmitem sem grandes alterações de um dicionário etimológico a outro” (VOC I, 1995, p. 10). É como se, para ele, o estudo do vocabulário das instituições indo-europeias constituísse a maneira mais privilegiada de mostrar como a língua contém a sociedade⁹⁹.

Para Benveniste, é fundamental, portanto, explicitar que sua tarefa não consiste no estabelecimento de uma representação linguística das sociedades históricas, tal como uma “arqueologia”, via vocabulário, das realidades indo-europeias, e sim em explicar, via reconstrução semântica, como os sentidos de termos pertencentes à família das línguas indo-europeias se especializaram ao longo de seus empregos. Por esse motivo, é tão fundamental a distinção traçada pelo linguista no prefácio de sua obra entre “significação” e “designação”:

Assim elucidamos a *significação*; outros se encarregarão da *designação*. Quando falamos da palavra germânica *feudnm* relacionada com os termos ligados à criação de animais, não mencionamos a feudalidade a não ser por preterição. Os historiadores e os sociólogos verão melhor o que podem aproveitar das presentes análises, nas quais não entra nenhum pressuposto extralinguístico (VOC I, 1995, p. 10, grifos do autor).

Logo adiante, Benveniste insiste: “Trata-se, por meio da comparação e de uma análise diacrônica, de fazer surgir uma significação ali onde, de início, tínhamos apenas uma designação” (VOC I, 1995, p. 11-12). Olhar para a significação significaria, portanto, olhar para as relações de sentido resultantes da evolução e da diferenciação das línguas, através de empregos cada vez mais especializados dos termos que lhes eram comuns, e não para uma mera relação designativa, isto é, entre uma unidade linguística e seu referente no mundo em um determinado recorte de espaço e tempo. De um lado, uma gênese semântica do vocabulário e o que ela permite dizer sobre o incessante trabalho de significação da língua; de outro, seu aspecto denominativo, isto é, a relação que se estabelece, a partir da significação,

⁹⁹ Parece ser essa a ideia de Flores (2019) ao afirmar que “‘instituição indo-europeia’ é uma expressão que sintetiza a ideia de que língua e sociedade estão, em seus níveis fundamentais – os mais profundos –, ligados entre si” (FLORES, 2019, p. 123). Ou seja, para o autor, “Benveniste não busca confrontar os dados linguísticos a dados arqueológicos ou históricos. Isso equivaleria a se manter nos níveis históricos das relações entre língua e sociedade e não no nível fundamental, como é sua intenção” (FLORES, 2019, p. 125). Também Barboza (2018) é partidária dessa opinião. Segundo a autora, o *Vocabulário das instituições indo-europeias* é um “trabalho que pode ser visto como revolucionário, pois, por meio dele, Benveniste demonstra, mais do que afirma, que a língua é o interpretante da sociedade” (BARBOZA, 2018, p. 32).

entre dado elemento de língua e dado elemento de realidade. O método de sua reconstrução é, portanto, assim posto:

O ponto de partida é geralmente escolhido em alguma língua indo-europeia, entre os termos dotados de um valor fecundo, e em torno desse dado, por meio do exame direto de suas particularidades de forma e de sentido, de suas ligações e oposições efetivas, e depois pela comparação entre as formas aparentadas, recompomos o contexto em que ela se especificou, muitas vezes ao preço de uma profunda transformação. Tentamos, assim, restaurar os conjuntos que a evolução submeteu a deslocamentos, trazer à luz estruturas ocultas, reconduzir a seu princípio de unidade as divergências nos empregos técnicos, e ao mesmo tempo mostrar como as línguas reorganizam seus sistemas de distinções e renovam seu aparato semântico (VOC I, 1995, p. 9).

Atentemo-nos melhor a esta elucidação metodológica, seguindo um caminho semelhante ao traçado por Flores (2019, p. 123): Benveniste parte da escolha de um termo de uma língua indo-europeia, dentre aqueles “dotados de um valor fecundo”, para então buscar explicar, mediante a recomposição de seu contexto de uso, como o sentido deste termo se especificou. Para o linguista, tal recomposição se dá através a) “do exame direto de suas particularidades de forma e sentido”; b) “de suas ligações e oposições efetivas”; c) posteriormente, “pela comparação entre as formas aparentadas”. Pois bem, Flores (2019, p. 123) observa a não-exclusividade das duas primeiras dessas etapas ao estudo comparativista, podendo também ser mobilizadas em um estudo sincrônico das relações entre língua e sociedade. Ademais, salienta um ponto que é, a nosso ver, crucial: os três procedimentos que permitem a Benveniste recompor o contexto de emprego do termo sob exame supõem uma análise de ordem *sistêmica*. Ora, o exame de uma unidade do léxico a partir de relações entre forma e sentido, de oposições e de comparações com elementos de mesma ordem não toma como elemento fundamental o “referente”. Ou seja, trata-se, de acordo com os pressupostos metodológicos elencados, de uma investigação *intralinguística*. Não à toa, o linguista coloca esse esforço sob a forma de “trazer à luz estruturas ocultas”, reunindo, sob um princípio sistemático, elementos “que a evolução submeteu a deslocamentos”. O “princípio de unidade” ao qual Benveniste procura reconduzir as divergências dos empregos técnicos dos termos sob análise não pode ser outro senão um princípio de *significação*.

Portanto, através deste esforço de reconstrução, realizado através da recomposição dos contextos de uso e das relações entre forma e sentido desde um ponto de vista comparativo e

diacrônico, Benveniste toma os dados linguísticos não como um levantamento de elementos denominativos, mas como índices que permitem pensar/explicar a língua em sua própria capacidade de significação: “A dimensão temporal se converte, assim, em dimensão explicativa” (VOC I, 1995, p. 12)¹⁰⁰.

A questão, no entanto, permanece: por que a noção de sociedade empírica é tão frequente neste trabalho? A pergunta pode parecer simples, mas ela mascara um problema epistemológico que, conforme veremos, diz respeito também à língua. Ora, das 122 ocorrências do termo “sociedade” no primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, a esmagadora maioria delas faz referência a sociedades históricas (sociedade homérica/grega, sociedade iraniana, sociedade germânica, sociedade romana, etc.), ou remete à noções particulares de sociedade, como “as sociedades indo-europeias”, “sociedade masculina”, “sociedade de criadores”, etc. Este fato não consistiria em um contrassenso, uma vez que levaria o linguista a apoiar-se, não sobre a “significação”, mas sim sobre a “designação”?

Para dar conta dessa questão, faremos uso da reflexão empreendida por Flores (2019) acerca da relação (enganadoramente evidente) entre a linguagem e as línguas¹⁰¹. A nosso ver, a dualidade que caracteriza o(s) objeto(s) da linguística também deixa sua presença na reflexão acerca da relação entre língua e sociedade, uma vez que tal reflexão é feita, conforme estabelece Benveniste, a partir do ponto de vista da língua. Flores (2019) inicia sua discussão apontando que, sob a aparente unicidade conceitual que caracteriza os usos, no interior da linguística, dos termos “linguagem” e “línguas”, residem uma série de questionamentos de ordem epistemológica que colocam em jogo tanto a própria definição de tais conceitos quanto às relações que se podem estabelecer entre eles. Assim, se, por um lado, há certa unanimidade em afirmar que a linguagem e as línguas são elementos vinculados, por outro, “a prática corrente, no campo da linguística, de relacioná-las nem sempre explicita um ponto fundamental, qual seja, o de que epistemologicamente há um trabalho de abstração posto nessa vinculação” (FLORES, 2019, p. 38). Dizer que linguagem e línguas são noções

¹⁰⁰ A questão do par “significação-designação” no pensamento teórico de Benveniste voltará a ser tratada durante o terceiro e quarto capítulos deste estudo. No entanto, adiantamos a recomendação, para um exame mais aprofundado sobre tais noções, de Barboza (2018).

¹⁰¹ Tratamos aqui justamente do primeiro capítulo da obra de Flores (2019), intitulado “A linguagem e as línguas” (cf. FLORES, 2019, p. 37).

relacionadas pressupõe, portanto, responder: a) o que é linguagem?; b) o que são as línguas? c) o que permite reuni-las sob um único termo (língua), e admitir ao mesmo tempo o seu uso no plural (línguas)? Ou seja, o que ao mesmo tempo as une e as diferencia? d) Como, tendo em mente tais questões, estabelecer a relação entre a linguagem e as línguas?

É através de Benveniste que o autor encontra um caminho explicativo para tal problema. Flores (2019) convoca o texto *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), no qual Benveniste realiza uma observação fundamental sobre o objeto da linguística. Já citamos essa mesma passagem no capítulo anterior, mas cumpre-nos retomá-la novamente aqui:

Começemos por observar que a linguística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, *nas quais se realiza*. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas (PLG I, p. 20, grifo nosso).

Diante dessa definição, a princípio contraditória, Flores (2019) se pergunta: “se a linguística tem por objeto a linguagem e as línguas – um duplo objeto, portanto –, por que caberia ao linguista, em sua opinião, se ocupar apenas das línguas?” (FLORES, 2019, p. 39). A resposta, constata o autor, está contida em um elemento da própria passagem por ele convocada e problematizada, e que optamos por deixar deliberadamente grifado: é nas línguas que a linguagem *se realiza*. Diz Flores (2019):

A suposta contradição surpreendida nesse ponto do raciocínio de Benveniste desfaz-se ao se compreender que, na sua concepção, a linguagem se realiza nas línguas [...]. Logo, as línguas contêm a linguagem. Se assim é, então, o duplo objeto se ofereceria ao linguista na análise que este faz das línguas (FLORES, 2019, p. 39).

Fica claro, assim, para o autor, o porquê de Benveniste advertir que essas duas vias por vezes se entrelaçam e se confundem: é que, necessariamente, “as línguas colocam em questão a linguagem” (FLORES, 2019, p. 40)¹⁰². A obviedade espanta quando se mostra em toda sua

¹⁰² Conforme elucidamos no capítulo anterior, essa mesma constatação pode ser surpreendida na introdução do texto *A natureza dos pronomes* (1956). Ao apresentar o tema expresso em seu título, Benveniste diz: “A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem” (PLG I, p. 277).

complexidade. O linguista só tem às línguas para se ocupar porque é só através delas que ele poderá dizer alguma coisa sobre a linguagem.

Acreditamos que o mesmo é válido a respeito da sociedade. O que tentamos demonstrar aqui, através desta breve revisão, é que, se não há contradição no pensamento de Benveniste com relação à dualidade linguagem/línguas, também não há contradição nenhuma em afirmar que o estudo empreendido em *O vocabulário das instituições indo-europeias* constitui uma reflexão sobre língua e sociedade em seu nível mais profundo, mesmo que esta se dê através da análise do vocabulário de línguas históricas, empregado por falantes de sociedades históricas para designar suas realidades históricas. Ora, se a posição do linguista é a de esclarecer, pela análise da língua, a análise da sociedade, como Benveniste deixa explícito na apresentação de sua perspectiva semiológica (cf. PLG II, p. 97), a análise da língua resultará necessariamente de uma análise das línguas históricas, realidades em estreita relação com sociedades históricas, cujos valores se encontram nelas impressos. No entanto, a “dimensão explicativa” da qual fala Benveniste no prefácio de seu estudo do vocabulário indo-europeu não se resume a uma busca por correlações referenciais entre elementos do léxico de uma língua dada e elementos de realidade de uma sociedade dada (estariamos limitados aqui a relações de “nível histórico”, e no terreno, portanto, da designação). Trata-se, na verdade, de explicar “a formação e a organização do vocabulário das instituições” (VOC I, 1995, p. 9), o que coloca como objeto, portanto, o processo de significação da língua e a relação, em seu nível mais profundo, entre língua e sociedade¹⁰³.

2.2. Sociedade em nível fundamental

A distinção efetuada por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) coloca a sociedade, em seu “nível fundamental”, como noção de base para a sociedade

¹⁰³ Assim, no que concerne especificamente às noções teóricas de “significação” e “designação”, nosso modo de compreensão se alinha plenamente com a interpretação de Barboza (2018). Basta, para demonstrar isso, apenas que se considere a seguinte passagem da autora: “A despeito do que nos faz supor com base no prefácio de VOC – onde afirma que outros estudiosos que não o linguista se encarregarão da designação –, Benveniste se vale largamente do uso do par *designação-significação* ao longo de suas análises do léxico de línguas do tronco indo-europeu. Ao colocar línguas as mais diversas, como, por exemplo, o hitita, o sogdiano, o alto iraniano etc., em comparação, seja para demonstrar que pertencem ao mesmo tronco linguístico, seja para comprovar seu argumento sobre determinada reconstrução, ou até mesmo para demonstrar a diversidade de sentidos que uma mesma forma pode adquirir em diferentes línguas, Benveniste põe, frequentemente, em questão o que designam e o que significam tais formas em determinada língua” (BARBOZA, 2018, p. 108).

em “nível histórico”, isto é, para a realização particular pela qual ela é responsável. Ora, o que ali está posto é uma ideia geral de coletividade, de existência comum, sem a qual não podemos imaginar a “existência dos homens”, e que transcende a demarcações geográficas e linguísticas, não se reduzindo, portanto, às suas manifestações empíricas. Assim sendo, podemos dizer que *a* sociedade (o emprego no singular denotando seu “nível fundamental”) é justamente a base comum e universal a todas *as* sociedades (o emprego no plural denotando seu “nível histórico”). Ainda na mesma página do texto em questão, Benveniste se refere à sociedade em nível fundamental através do sintagma “princípio da sociedade”, definindo-a como “o suporte e a condição da vida coletiva e individual”. (PLG II, p. 96). Ela é a condição da qual depende a vivência humana, e que subjaz a todo e qualquer modo de organização social, em todos os lugares e todas as épocas. É pois, o fundamento de suas manifestações empíricas, as sociedades históricas. A sociedade em nível fundamental constitui, portanto, um *princípio antropológico*.

Mas o que diferencia essa definição de uma perspectiva sociológica? É importante lembrar, antes de tudo, que Benveniste, em nenhum momento de seu trabalho, filia seu emprego de “sociedade” a uma definição teórica específica dos estudos sociais, embora possamos depreender, em certos momentos de sua reflexão, certas influências de leitura, conforme veremos mais adiante. O que podemos dizer de antemão é que o autor não parece interessado em vincular sua noção de sociedade a uma visão teórica específica do campo da sociologia, e o motivo disso é muito simples: é que *sua concepção de sociedade está indissociavelmente ligada à sua concepção de língua*. Desde seu ponto de vista, língua e sociedade são noções mutuamente dependentes, uma vez que estabelecem entre si uma relação de reciprocidade, como deixam claro as primeiras linhas do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) e diversas outras passagens de sua obra. Assim, ao mesmo tempo em que sua perspectiva se revela crítica das teorias evolucionistas, uma vez que, nela, a linguagem não constitui um produto *a posteriori* do estado da sociedade, mas o seu próprio princípio (cf. Dessons, 2006, p. 49)¹⁰⁴, ela pressupõe que esta condição da vida coletiva e individual deriva de uma configuração que é dada pela própria língua. Com isso, Benveniste se distancia de seu mestre Antoine Meillet (1866-1936), o qual se vale do conceito

¹⁰⁴ No original: “*Cette conclusion se révèle critique des théories évolutionnistes, puisque le lien entre le langage et la société « n’est pas coïncidence historique, mais enchaînement nécessaire ».* Le langage n’est donc pas un produit *a posteriori* de l’état de société, mais son principe même” (DESSONS, 2006, p. 49).

durkheimiano de “fato social”¹⁰⁵ para pensar a língua, estabelecendo-a, portanto, enquanto parte do todo que compõe a sociedade¹⁰⁶. Tomar a língua como “fato social”, como o fazem Antoine Meillet e Alf Sommerfelt, implica concebê-la na “relação de encaixe” sociológica à qual Benveniste contrapõe sua relação semiológica em *Semiologia da língua* (1969). A consequência mais imediata dessa concepção da língua enquanto “fato social” é que a natureza da relação entre língua e sociedade será sempre a de uma causalidade orientada da sociedade para a língua. Dessons (2006) chega mesmo a dizer (de maneira até um tanto jocosa) que, se considerada na perspectiva semiológica de Benveniste, a concepção de Meillet colocaria a língua não como o interpretante, mas como o interpretado da sociedade¹⁰⁷. Ademais, a concepção benvenistiana de sociedade, ao afastar-se da noção de “fato social”, afasta-se também do pressuposto positivista, inerente a essa noção, de que a sociedade, para

¹⁰⁵ Longe de tomar por pretensão apresentar o pensamento de Émile Durkheim (1858-1917) em uma simples nota de rodapé, consideramos ser importante aqui ao menos descrever, ainda que em linhas muito gerais, a noção de “fato social” estabelecida pelo sociólogo francês. Em sua obra de 1895, chamada *As regras do método sociológico*, considerada tradicionalmente como a fundadora da sociologia enquanto ciência autônoma, Durkheim define a noção de “fato social” como o objeto de estudo da sociologia. Para ele, fatos sociais “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem” (DURKHEIM, 1895/2004, p. 39). Conforme explicam Marra; Milani (2012), “os fatos sociais possuem características que são externas aos indivíduos, ou seja, existem independentemente dos usos que estes façam deles; são coercitivos no sentido de serem obrigatórios, isto é, o indivíduo não pode se opor à sua existência e às suas prescrições; são restritivos, pois sempre que um empreendimento individual ousar violentá-lo sofrerá as consequências de seu ato” (MARRA; MILANI, 2012, p. 85). Tal maneira de olhar para a sociedade é reveladora do interesse epistemológico de Durkheim em estabelecer, para a sociologia, um estatuto de cientificidade nos mesmos moldes das ciências naturais (interesse, inclusive, compartilhado por outras áreas das humanidades, na época). Para ele, a sociedade deveria constituir um objeto concreto, passível de um exame empírico. Para tanto, todo e qualquer elemento subjetivo e, portanto, relativo à atividade individual, torna-se irrelevante. O fato social é, portanto, para Durkheim, uma realidade objetiva: “Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 1895/2004, p. 47).

¹⁰⁶ Trazemos aqui uma passagem da introdução do trabalho de Meillet, intitulado *Comment les mots changent de sens* (1905-1906), na qual o linguista explicita sua consideração de língua desde uma perspectiva durkheimiana: “le langage est donc éminemment un fait social. En effet, il entre exactement dans la définition qu'a proposée Durkheim ; une langue existe indépendamment de chacun des individus qui la parlent, et, bien qu'elle n'ait aucune réalité en dehors de la somme de ces individus, elle est cependant, de par sa généralité, extérieure à chacun d'eux ; ce qui le montre, c'est qu'il ne dépend d'aucun d'entre eux de la changer et que toute déviation individuelle de l'usage provoque une réaction ; cette réaction n'a le plus souvent d'autre sanction que le ridicule auquel elle expose l'homme qui ne parle pas comme tout le monde [...]. Les caractères d'extériorité à l'individu et de coercion par lesquels Durkheim définit le fait social apparaissent donc dans le langage avec la dernière évidence” (MEILLET, 1905-1906/1921, p. 230). Vale lembrar que este texto é uma contribuição de Meillet à revista *L'année sociologique*, criada pelo próprio sociólogo Émile Durkheim em 1898.

¹⁰⁷ Diz o autor: “Pour reprendre une terminologie utilisée par Benveniste, dans le rapport sémiologique d'interprétance qui lie la langue et la société, la langue est ici l'interprété de la société”. E, por fim, completa: “Le moins que l'on puisse dire, c'est que la thèse de Meillet repose sur une conception simpliste des relations entre langue et société” (DESSONS, 2006, p. 35).

adquirir caráter objetivo, deve ser considerada enquanto fenômeno estritamente coletivo, exterior e independente de suas manifestações individuais. Ora, conforme constatamos no capítulo anterior, a relação de interpretância que Benveniste estabelece entre língua e sociedade implica necessariamente a propriedade da língua de incluir o falante em seu discurso, o que faz dela ao mesmo tempo “a emanção irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo” e “uma realidade supra-individual e coextensiva a toda coletividade” (PLG II, p. 101). Assim, ao tomar a possibilidade de enunciação (e conseqüentemente, o falante) como elemento determinante da relação semiológica entre língua e sociedade, Benveniste desfaz a oposição estabelecida pela sociologia entre o individual e o coletivo. Por fundar-se na língua, entidade de natureza ao mesmo tempo individual e coletiva, a noção benvenistiana de sociedade, tomada enquanto princípio antropológico, também se constitui como uma entidade de natureza a um só tempo individual e coletiva. Assim como a língua, e em função da própria língua, a sociedade só é individual porque é coletiva, e só é coletiva porque é individual.

Mas, além da já mencionada divisão efetuada por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), em quais outros momentos de sua obra podemos encontrar definições que complementem sua visão de sociedade em nível fundamental? O que realizamos a partir de agora é um exame dessas possíveis definições, procurando estabelecer, a partir de seu conjunto, os elementos que a noção de sociedade condensa no interior do axioma benvenistiano *a língua contém a sociedade*. Começemos pelo ponto no qual de fato nos encontramos, a saber, a discussão acerca do caráter dialético da sociedade.

2.2.1. O eu e o outro: a sociedade como realidade dialética

Como sabemos, Benveniste inicia sua reflexão no texto de 1968 acima mencionado trazendo como um pressuposto a evidente implicação entre língua e sociedade, a qual vale aqui citar novamente:

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem (PLG II, p. 93).

Atentemo-nos à complexa relação que se estabelece nesta passagem introdutória. Benveniste parte do elemento linguagem¹⁰⁸, definindo-o não a partir de suas propriedades intrínsecas, mas a partir de sua *função*. Antes mesmo de dizer o que a linguagem/língua é, ele diz o que ela é *para o homem*. Ela é o único meio que o homem tem de atingir outro homem. A função que cumpre é, portanto, a de ser o fundamento de uma *relação inter-humana*, função essa que, ao mesmo tempo, constitui a sua própria condição enquanto linguagem: para existir, ela exige e pressupõe o outro. Paradoxalmente, a linguagem dá nascimento e nasce da relação entre o indivíduo e sua alteridade. É então que Benveniste postula: “A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem” (PLG II, p. 93). O que está implicado nessa justaposição? Pois é assim que “sociedade” surge nesse contexto: justaposta ao fato de que a linguagem exige e pressupõe uma relação de alteridade. Benveniste parece deixar implícita, neste ponto, uma definição de sociedade como o elemento resultante da relação inter-humana facultada na e pela linguagem. A chave para pensarmos a sociedade, desde este ponto de vista, parece se encontrar na condição de *intersubjetividade* que caracteriza a presença do homem na língua, uma vez que é nela e através dela que individual e coletivo se diferenciam e se constituem.

Conforme já discutimos neste trabalho, é ao falar sobre a condição intersubjetiva pela qual é responsável a categoria de *pessoa linguística* que a relação entre língua e sociedade se encontra pela primeira vez posta de maneira explícita em Benveniste. Em *Da subjetividade na linguagem* (1958), ao constatar que é a condição de diálogo, isto é, de reciprocidade entre *eu* e *tu*, que permite ao homem diferenciar-se do que não é ele, o linguista afirma: “Caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade” (PLG I, p. 287). Tal como acabamos de observar, as posições linguísticas de *eu* e *tu* são, para Benveniste, as bases para se pensar a relação de alteridade que subjaz ao conceito de sociedade em sua acepção fundamental. Da dualidade “eu-tu”, o linguista passa à dualidade “eu-outro”, culminando na dualidade “indivíduo-sociedade”.

Além disso, é de fundamental importância que se atente para a noção de *reciprocidade* aqui implicada: se *eu* e *tu* se definem necessariamente um pelo outro, isso coloca também indivíduo e sociedade sob uma relação de reciprocidade. Como diz Benveniste, trata-se de uma

¹⁰⁸ Há de se ter em mente que, neste trecho de seu texto, conforme já explicitado anteriormente, os termos “língua” e “linguagem” estão sendo empregados indistintamente por Benveniste.

dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do ‘próximo’, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo (PLG I, p. 287)

A consequência mais imediata dessa reciprocidade é a de que os termos da dualidade “indivíduo-sociedade” não podem mais ser vistos em relação de contradição (ou de antinomia, como prefere chamar Benveniste), mas de *complementaridade*. É aqui que o termo adjetivo “dialética” é empregado pelo linguista para caracterizar essa relação única, assumindo um valor para o qual ainda não se deu a devida atenção. Conclui ele: “É numa realidade *dialética* que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (PLG I, p. 287, grifo nosso).

O fecundo conceito de “dialética”, cujo reconhecimento maior no âmbito da filosofia se deve ao idealismo de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e à posterior crítica materialista feita por Karl Marx, diz respeito a um modo de pensar que se estabelece a partir de relações constitutivas entre termos opostos¹⁰⁹. O *The dictionary of anthropology* define o pensamento dialético da seguinte forma:

Central para o pensamento dialético é a perspectiva da *totalidade*, geralmente confundida com simples holismo. Embora a perspectiva da totalidade seja uma visão do todo, sua ênfase é principalmente *relacional*. Ou seja, em vez de se iniciar por objetos delimitados e discretos, para então colocá-los em relações analíticas uns com os outros, começa-se pelas próprias relações e entende-se os objetos (como “objetos de relação” e não “objetos em relação”) nesses mesmos termos. Em segundo lugar, o pensamento dialético enfatiza o *processo*, e o objetivo não é produzir uma análise estática de relações e objetos congelados no tempo, mas ver as relações e os objetos em formação e apreender a direcionalidade deste processo, de forma a entender a potencialidade das relações e dos objetos. Em terceiro lugar, o pensamento dialético enfatiza a *contradição*, a qual deve ser compreendida nos termos das duas ênfases anteriores. O objetivo é identificar as relações internas à totalidade que puxam em direções opostas,

¹⁰⁹ É importante aqui fazer a ressalva de que “dialética” é um conceito antigo na filosofia, cuja origem se dá entre os gregos. Abbagnano (2007) afirma que este termo “não foi empregado, na história da filosofia, com significado unívoco, que possa ser determinado e esclarecido uma vez por todas; recebeu significados diferentes, com diversas inter-relações, não sendo redutíveis uns aos outros ou a um significado comum” (ABBAGNANO, 2007, p. 269). O autor identifica quatro significados fundamentais do termo: a) Dialética como método da divisão (visão platônica); b) dialética como lógica provável (visão aristotélica); c) dialética como lógica (visão estoica, difundida na Idade Média); d) dialética como síntese dos opostos (visão hegeliana). É neste último sentido que convocamos o conceito em nossa reflexão. Não é nosso objetivo aqui, no entanto, realizar uma exposição pormenorizada do conceito filosófico no pensamento de Hegel.

que contêm, coexistindo dentro de si, possibilidades mutuamente opostas (BARFIELD, 1997, p. 116, tradução nossa, grifos do autor)¹¹⁰.

Resguardadas as suas respectivas particularidades, é nítida a semelhança de definições: a “realidade dialética” de que fala Benveniste envolve um englobar de termos opostos (indivíduo e sociedade) que se definem unicamente a partir da sua relação mútua. As polaridades “eu-outro” e “indivíduo-sociedade” constituem, assim, desde uma perspectiva dialética, não objetos *em* relação, mas objetos *de* relação, pois não preexistem a ela; são realidades que nascem e dependem da relação que estabelecem entre si. O fundamento dessa relação, sabemos, é dado pela língua. A categoria de pessoa surge de uma relação dialética entre *eu* e *tu*. Desse modo, assim como Marx se faz valer do pensamento dialético hegeliano para pensar a organização social a partir de sua base material, isto é, desde uma perspectiva materialista que se dá a partir das relações de produção, Benveniste mobiliza o dialetismo para pensar a sociedade a partir de seu fundamento linguístico¹¹¹.

Parece residir justamente nesta visão dialética da língua a crítica feita por Benveniste à noção de arbitrariedade saussuriana em *Natureza do signo linguístico* (1939). Ao defender que “entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*” (PLG I, p. 55, grifo do autor), o linguista relega o arbitrário do signo a uma relação puramente

¹¹⁰ No original: “Central to dialectical thought is the perspective of the totality, often confused with simple holism. Although the perspective of totality is a vision of the whole, its emphasis is primarily relational. That is, rather than beginning with discrete, bounded objects and placing them in analytical relationships to each other, one begins with the relations themselves and understands objects (as ‘objects of relation’ rather than ‘objects in relation’) in terms of them. Second, dialectical thought emphasizes process, and the aim is not to produce a static analysis of relations and objects frozen in time but to see both relations and objects in formation and to grasp the directionality of that process, to understand the potentiality of relations and objects. Third, dialectical thought emphasizes contradiction, which must be understood in terms of the two previous emphases. The aim is to identify relations internal to a totality that pull in opposite directions, that contain within them coexisting mutually opposed possibilities” (BARFIELD, 1997, p. 116).

¹¹¹ Identificar uma remissão do pensamento de Benveniste à Hegel não constitui propriamente uma novidade. Jean-Claude Milner, em seu *Le périple structural* (MILNER, 2003) já dava ênfase ao fato de que Benveniste era ávido leitor do filósofo alemão: “Benveniste lo leía en el original y lo citaba en alemán, sin traducir” (MILNER, 2003, p. 93). Como bem mostra Milner, a presença de Hegel faz-se presente até mesmo textualmente, como através da citação hegeliana com a qual Benveniste termina seu prefácio de *Origines de la formation des noms em indo-européen* (1935), bem como na transparente alusão à dialética do amo e do escravo, sugerida em seu artigo *Liber et liberi* (1936). No entanto, cabe também pontuar a crítica que Dessons (2006, p. 153) tece acerca do que ele chama de o “*malentendu philosophique*” de Hegel. O autor mostra que, embora possamos identificar em Benveniste um leitor de *A fenomenologia do espírito*, provavelmente através do seu colega hegeliano Alexandre Kojève (1902-1968), o linguista “via que o problema no qual tropeça a fenomenologia é exatamente aquele da linguagem”. No original: “Que Benveniste se soit ou non inspiré directement de La Phénoménologie de l’Esprit, qu’il ait ou non lu Kojève, ce n’est pas véritablement important. Ce qui compte, c’est qu’il voie bien que le problème auquel achoppe la phénoménologie est celui du langage” (DESSONS, 2006, p. 163).

designativa: “O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (PLG I, p. 56). Benveniste expõe que a concepção de língua enquanto um sistema de valores em constante relação de oposição exclui a possibilidade de uma imotivação de suas unidades:

Quem diz sistema diz organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão *necessário* que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente. A relatividade dos valores é a melhor prova de que dependem estreitamente uns dos outros na sincronia de um sistema sempre ameaçado, sempre restaurado. Isso se deve a que todos os valores são de oposição e não se definem a não ser por sua diferença. Opostos, conservam-se em mútua relação de necessidade (PLG I, p. 59, grifo do autor).

A conclusão não poderia ser outra: “O *caráter absoluto do signo linguístico* assim entendido comanda, por sua vez, a *necessidade dialética* dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua” (PLG I, p. 59, grifos do autor, sublinhado nosso). Mais uma vez, o argumento de Benveniste é o de que os elementos constituintes da língua enquanto sistema são, na verdade, constituídos em função da própria relação da qual fazem parte. São, portanto, objetos *de* relação, e não objetos *em* relação. O comentário seguinte do linguista talvez seja ainda mais elucidativo de seu posicionamento hegeliano: “Talvez o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina consista em *engendrar a contradição que a promove*” (PLG I, p. 59, grifo meu). Milner (2003, p. 96) reconhece aí praticamente uma paráfrase da progressão de uma figura a outra de Hegel, em *A fenomenologia do espírito*, e vai ainda mais longe: vê nessa analogia um resumo da própria posição de Benveniste em relação a Saussure: “Ser ele, em relação a Saussure, o que Marx foi em relação a Hegel, aquele que contradiz e que, contradizendo, faz avançar” (MILNER, 2003, p. 96)¹¹².

A mesma condição de necessidade será colocada em evidência no texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), desta vez para afirmar que a sociedade, enquanto princípio fundamental do homem, nasce de uma relação dialética, mediada pela língua, entre o indivíduo e o que lhe é alteridade: “A partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares” (PLG I, p. 27). Esta relação se dá por intermédio da língua porque só ela,

¹¹² No original: “*Parece una paráfrasis directa de la progresión de una figura a otra en La fenomenología del espíritu. A menos que la analogía revele ser aún más ambiciosa: ser él a Saussure lo que Marx fue a Hegel, aquel que contradice y que, contradiciendo, hace avanzar*” (MILNER, 2003, p. 96).

enquanto realização por excelência da capacidade simbólica do homem, permite a instauração da experiência intersubjetiva e a possibilidade de referir ao mundo via discurso. Como Benveniste expõe em *A linguagem e a experiência humana* (1965), “desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda” (PLG II, p. 69). Novamente, o linguista conclui: “Uma *dialética* singular é a mola desta subjetividade” (PLG II, p. 69, grifo nosso). É dialética porque os termos dessa relação opositiva nascem de sua própria relação opositiva; e é singular porque não encontra paralelos¹¹³ fora da língua. É desse princípio dialético que Benveniste extrai sua noção de sociedade em nível fundamental, base comum da vida individual e coletiva¹¹⁴.

2.2.2. Um composto de natureza e experiência

O texto deste subtítulo diz respeito a uma passagem de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) na qual encontramos outra definição de Benveniste para “sociedade”. Ao falar sobre as propriedades semânticas que garantem à língua sua função de interpretante da sociedade, o linguista conclui:

¹¹³ Como diz Benveniste em *Da subjetividade na linguagem* (1958): “Procure-se paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem” (PLG I, p. 287).

¹¹⁴ É necessário, no entanto, reforçar o fato de que o pensamento benvenistiano acerca da relação “eu-tu” não pode ser equiparado de forma inequívoca ao dialetismo hegeliano. Vemos, por exemplo, que o caráter relacional e opositivo dos objetos em consideração recebe, em Benveniste, ênfase maior do que a contradição, aspecto central na dialética de Hegel. Além disso, é justamente porque falha em sua busca por uma síntese totalizante para o seu pensamento sobre a linguagem, totalidade essa que é característica do pensamento hegeliano, que Normand (1996) se permite ver em Benveniste um hegeliano felizmente infeliz. Diz ela: “[...] a empreitada teórica de Benveniste me parece como uma ‘síntese felizmente infeliz’, ou, se o oxímoro for precioso demais, uma ‘síntese falha’, de forma análoga a um ‘ato falho’, o qual sabemos que é pela falha que ele é bem-sucedido” (NORMAND, 1986, p. 193, tradução nossa). A autora conclui, mais adiante: “É a partir de comparações desse gênero [...] que me permito ver em Benveniste um hegeliano infeliz, infelicidade da qual devemos nos alegrar já que ela o impeliu a voltar sem cessar a essa língua que escapa a uma descrição integral, bem como a uma explicação funcional” (NORMAND, 1986, p. 196, tradução nossa). Queremos, com isso, salientar que nosso intuito foi tão somente o de jogar luz sobre o fato de que o pensamento benvenistiano se encontra impregnado de um hegelianismo cuja natureza exata ainda está por ser estudada. As passagens de Normand (1986), no original, são as que se seguem: “[...] *l'entreprise théorique de Benveniste m'apparaît comme une 'synthèse heureusement malheureuse', ou, si cet oxymoron semble trop précieux, une 'synthèse manquée', de façon analogue à un 'acte manqué', dont on sait que c'est par le manqué qu'il réussit*”; “*C'est à partir de comparaisons de ce genre [...] que je me permets de voir en Benveniste un hégélien malheureux, malheur dont il faut se réjouir puisqu'il l'a poussé à revenir sans cesse sur cette langue qui échappe à une description intégrale aussi bien qu'à une explication fonctionnelle*”.

Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disso – que não tenha sido reduzido à língua. Por consequência, a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto *este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade*” (PLG II, p. 99-100, grifo nosso).

Ainda que não contradiga a descrição que procuramos ressaltar anteriormente, vemos aqui uma definição de “sociedade” que parece não coincidir com aquela; trata-se que, na verdade, de uma noção que a complementa, implicando-a profundamente. Benveniste coloca aqui a sociedade como noção composta por dois elementos: natureza e experiência. Cabe determo-nos em cada um desses termos para melhor compreendê-los.

O que Benveniste toma, nesta definição, por “natureza”? Começemos por eliminação. Evidentemente, o termo aqui não possui o mesmo sentido de qualidade definidora ou essência que possui quando empregado sob a combinatória “natureza de”, tal como vemos em títulos de textos benvenistianos como *Natureza do signo linguístico* e *A natureza dos pronomes*. Esse sentido é o que se encontra mais relacionado à condição do homem como ser de linguagem, explorada em *Da subjetividade na linguagem* (1958). No entanto, é interessante de se perceber como o célebre trecho deste texto traz uma dupla definição de “natureza”: “Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a *natureza*. A picareta, a flecha, a roda não estão na *natureza*. São fabricações. A linguagem está na *natureza* do homem, que não a fabricou” (PLG I, p. 285, grifos nossos). Fica evidente, pelo movimento efetuado por Benveniste, que as duas primeiras ocorrências do termo “natureza” diferem radicalmente de sua terceira. Nas primeiras, “natureza” entra em uma oposição natural/artificial, dualidade filosófica que coloca, de um lado, a realidade que independe da intervenção humana, e, de outro, aquela que é justamente o resultado dessa ação criadora, material ou simbólica. Trata-se, com efeito, da distinção “natureza/cultura” que surge com o fim da Idade Média, a dessacralização do mundo e o advento do pensamento científico cartesiano. Presenciamos essa mesma distinção quando Benveniste, na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), afirma que “o homem não nasce na *natureza*, mas na *cultura*” (PLG II, p. 23, grifos nossos). No entanto, há aí um ponto curioso a se tratar. Essa mesma passagem, em sua integralidade, diz o seguinte:

A ideia de que o estudo linguístico revelaria a linguagem enquanto produto da natureza não pode mais ser sustentada hoje. Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em todas as épocas,

na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura (PLG II, p. 23).

Aqui, Benveniste opõe a linguagem ao mundo natural, estabelecendo-a do lado da cultura; em *Da subjetividade na linguagem* (1958), ele opõe a linguagem a tudo aquilo que se produz fora da esfera natural, como a picareta, a flecha e a roda. Como resolver esse aparente paradoxo? Onde entra a linguagem na dicotomia natureza/cultura? A resposta de Benveniste é tomar, para a linguagem, “natureza” em outro sentido. Como pontua muito bem Dessons (2006),

a linguagem não está na natureza, mas na ‘natureza do homem’. O que não é a mesma coisa. Benveniste submete a noção de *natureza* a uma mudança contextual, que implica a sua reinterpretação fora do par natureza-cultura, no sentido de uma especificidade antropológica (DESSONS, 2006, p. 99, grifo do autor, tradução nossa)¹¹⁵.

Ao falar que a linguagem está na “natureza do homem”, Benveniste concede à “natureza” um valor distinto dos dois empregos anteriores, não mais pautado sobre uma divisão natural/fabricado, no interior da qual a linguagem simplesmente não encontra lugar (não pertence ao mundo natural, nem constitui uma fabricação), mas relativo a uma condição antropológica. Assim, se a linguagem se encontra no seio da cultura, não é porque resulta de um produto dela; é justamente porque, estando na natureza do homem, constitui dela o próprio fundamento. Isso faz dela o intermédio entre o homem e o mundo, o homem e o homem.

Chegamos, assim, ao segundo termo da definição de sociedade tal como colocada por Benveniste no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): a “experiência”. De fato, essa noção constitui um elemento central para o pensamento do linguista, uma vez que põe em jogo a própria relação intersubjetiva e entre o homem e o mundo. É nessa relação, mediada pela linguagem, que se constitui a experiência humana, como demonstra Benveniste através de sua minuciosa análise das categorias da *pessoa* e do *tempo*, em seu trabalho intitulado, não por acaso, *A linguagem e a experiência humana* (1965). Para ele, tratam-se de “categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem” (PLG II,

¹¹⁵ No original: “*Le langage n’est pas dans la nature, il est « dans la nature de l’homme ». Ce qui n’est pas la même chose. Benveniste fait subir à la notion de nature un changement contextuel, qui implique sa réinterprétation en dehors du couple nature-culture, dans le sens d’une spécificité anthropologique*” (DESSONS, 2006, p. 99).

p. 68). Tais categorias são, portanto, os índices de uma experiência instaurada no próprio ato que as constitui. A estrutura de oposições *eu-tu/ele* que é inerente ao ato de discurso se configura, desse modo, como a base da experiência humana. Ela é, como diz o linguista, “a experiência central a partir da qual se determina a possibilidade mesma do discurso” (PLG II, p. 69), uma vez que funda, conforme vimos em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a condição da realidade intersubjetiva e a possibilidade do discurso sobre o que não é a alocação. A enunciação também é responsável pela experiência humana da temporalidade, que se estrutura a partir do presente inerente ao discurso: “O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso” (PLG II, p. 74). Por estar intimamente ligado ao exercício da fala, o *tempo linguístico* encontra sua forma axial e geradora no *presente*, o qual coincide sempre com a instância de discurso em que ele ocorre. Torna-se, então, o fundamento a partir do qual se dão as oposições temporais da língua e nosso reconhecimento do que lhe é anterior e posterior:

Chega-se assim a esta constatação — surpreendente à primeira vista, mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem — de que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito. Ele determina duas outras referências temporais; estas são necessariamente explicitadas em um significante e em retorno fazem aparecer o presente como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente. Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira. Ela informa os sistemas temporais concretos e notadamente a organização formal dos diferentes sistemas verbais (PLG II, p. 76).

Percebe-se, através desta breve retomada, a envergadura da consideração dada por Benveniste ao fenômeno enunciativo: mais do que um índice de subjetividade, o exercício da língua revela-se como o fundamento da experiência humana, deste situar-se em relação ao mundo e com ele interagir.

Como se caracteriza esta interação? Se a mobilização da língua pelo falante supõe a instauração de uma experiência humana, em quê ela consiste? Para responder a essa questão, devemos ler o que diz Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem* (1966):

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las?

Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver* (PLG II, p. 222, grifo do autor).

Não encontramos melhor resposta do que essa. A experiência humana inscrita língua vai de par com a propriedade da língua de *significar*. Ela subjaz à atividade humana como um todo. Assim, podemos tomar a experiência do homem como este *viver* no mundo através da capacidade significante da língua, que permite a ele reconhecer-se enquanto falante, para tudo descrever, tudo conceitualizar, tudo interpretar. Como resume Benveniste em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963): “Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade” (PLG I, p. 31).

Benveniste descreve aí um gesto teórico-metodológico interessante: partindo de uma realidade imediata (a instância de fala), através da análise de seus elementos constituintes, ele chega às categorias da língua que a determinam, e à conclusão de que, ao fazê-lo, tais categorias determinam também (e mutuamente) a própria condição intersubjetiva do homem e a condição – a um só tempo individual e coletiva – da sociedade.

Cabe ainda destacar um outro aspecto fundamental da experiência humana, e que Benveniste, muito categoricamente, coloca em uma relação indissociável com a língua: o *pensamento*. Ora, a experiência humana pressupõe o pensamento, e o pensamento pressupõe a língua. Os três termos encontram-se assim imbricados na teoria da linguagem de Benveniste, diferentemente do que pensa a tradição filosófica e o campo da psicologia¹¹⁶.

¹¹⁶ Não entraremos de maneira aprofundada na perspectiva psicológica acerca da relação entre língua e pensamento. No entanto, é importante destacar, ainda que em linhas gerais, os seus pressupostos, mesmo que sob o risco de reducionismo. De forma geral, a psicologia tende a considerar a atividade de pensamento como condição *apriorística* para o manejo da língua. Como destaca Davidoff (2001), “se você não pode pensar, não consegue dominar um idioma. O mero uso de palavras é uma conquista intelectual” (DAVIDOFF, 2001, p. 247). Existe, portanto, desde este ponto de vista, uma independência relativa do pensamento em relação à linguagem, o que permite estendê-lo inclusive para além da esfera humana: “O pensamento não requer a linguagem da forma pela qual a linguagem requer o pensamento. Investigações das capacidades de bebês humanos e animais não-humanos para a resolução de problemas vêm apoiar essa ideia. No capítulo 10, descrevemos as observações de Piaget sobre o surgimento do pensamento bem antes da linguagem” (DAVIDOFF, 2001, p. 247). Nesse mesmo texto, a relação entre linguagem e pensamento é estipulada em termos de “influência”; a língua *influencia* o pensamento, taquigrafando a experiência, especialmente no que diz respeito à relação humana com o que é abstrato, como o tempo e as ideias, ao mesmo tempo em que o *limita*, uma vez que “pessoas que falam o mesmo idioma tendem a construir os mesmos conceitos e a perceber significados semelhantes” (DAVIDOFF, 2001, p. 247). Notamos, aqui, forte influência da “hipótese da relatividade linguística”, atribuída ao linguista Benjamin Lee Whorf (1897-1941). Ademais, ainda segundo a autora, a perspectiva cognitivista tende a categorizar, como

Certamente o trabalho do linguista que coloca essa relação constitutiva entre língua e pensamento de forma mais evidente é o texto *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958), no qual ele se contrapõe à corrente filosófica aristotélica de que o pensamento seria responsável, por si só, por categorias autônomas e universais, para as quais as línguas serviriam apenas como meio de expressão, o que colocaria o pensar e o falar como atividades distintas por essência e independentes em sua função. Partindo dessa ideia de linguagem enquanto transmissão, Benveniste afirma:

Seguramente a linguagem, na medida em que é falada, emprega-se para comboiar “o que queremos dizer”. Mas isso a que chamamos “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “o nosso pensamento” (seja como for que o designemos) é um conteúdo de pensamento, bem difícil de definir em si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica, etc. *Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la* (PLG I, p. 68-69, grifos nossos).

Não poderia ser diferente: se a capacidade simbólica do homem se realiza por excelência na e pela língua, como vimos em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963); se o homem define-se a si mesmo enquanto sujeito por oposição ao seu interlocutor e ao mundo por intermédio da língua, como retomamos em *Da subjetividade na linguagem* (1958); se a língua é necessariamente esta possibilidade mesma de tudo descrever e interpretar, como estipula o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), é porque ela se configura como o “molde de toda expressão possível”. Se não passasse por ela e não tomasse-lhe os quadros, diz Benveniste, o pensamento se reduziria, “se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como ‘conteúdo’ distinto da forma que a língua lhe confere” (PLG I, p. 69). Do que o linguista conclui: “A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro *a condição de realização do pensamento*. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua” (PLG I, p. 69). Isso não implica, como bem alerta Benveniste, uma relação de “continente” e “conteúdo”, uma vez que

elementos do pensamento, a *imagem*, a *ação* e a *representação*, tomando-as como processos independentes da linguagem. A linguagem é comumente estudada, no campo da psicologia, desde a perspectiva de sua aquisição; interessa-se, principalmente, pelos processos linguístico-cognitivos envolvidos neste fenômeno, e tem-se, como expoentes teóricos, os estudos de pesquisadores como Jean Piaget (1896-1980) e Lev Vygostky (1896-1934), no campo da Psicologia do Desenvolvimento, e os de Noam Chomsky, advindos do campo da linguística gerativa (cf. SILVA, 2009).

o pensamento não é uma matéria à qual a língua emprestaria forma, pois em nenhum momento esse “continente” pode ser imaginado vazio do seu “conteúdo”, nem o “conteúdo” como independente do seu “continente” (PLG I, p. 69-70).

Não há, portanto, antecedência nem do pensamento em relação à língua, nem da língua em relação ao pensamento. Benveniste destaca essa relação de configuração mútua ao tomar como *corpus* as tradicionais dez categorias do pensamento de Aristóteles¹¹⁷, demonstrando, mediante a análise detalhada de cada uma delas, que tais “distinções são em primeiro lugar categorias de língua e que de fato Aristóteles, raciocinando de maneira absoluta, reconhece simplesmente certas categorias fundamentais da língua na qual pensa” (PLG I, p. 71). Em outras palavras, o filósofo grego, enquanto pensava definir categorias *universais* do pensamento, definia, na realidade, as categorias linguísticas *particulares* do grego. Benveniste então conclui: “É o que se pode *dizer* que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas do espírito” (PLG I, p. 76, grifo do autor). Por ser enformada de significação, a língua constitui não meramente um instrumento do pensamento, mas o próprio pensamento. Este, portanto, organizando-se *com* a língua, organiza-se também *como* a língua. Para Benveniste, pensar é dizer, e dizer é pensar¹¹⁸.

¹¹⁷ São elas, de acordo com Abbagnano (2007): “1ª Substância, p. ex.: homem ou cavalo; 2ª Quantidade, p. ex.: dois côvados; 3ª Qualidade, p. ex.: branco; 4ª Relação, p. ex.: maior; 5ª Lugar, p. ex.: no liceu; 6ª Tempo, p. ex.: ontem; 7ª Posição, p. ex.: está sentado; 8ª Ter, p. ex.: usa sapatos; 9ª Agir, p. ex.: cortar; 10ª Sofrer, p. ex.: ser cortado” (ABBAGNANO, 2007, p. 121).

¹¹⁸ Evidentemente, encontramos a manifestação deste ponto de vista também em outros textos de Benveniste. A título de exemplos, temos, em *Tendências recentes em linguística geral* (1954): “Finalmente, e aqui tocamos as questões cujo alcance ultrapassa a linguística; percebe-se que as ‘categorias mentais’ e as ‘leis do pensamento’ não fazem, em grande parte, senão refletir a organização e a distribuição das categorias linguísticas. Pensamos um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou. As modalidades da experiência filosófica ou espiritual estão sob a dependência inconsciente de uma classificação que a língua opera pelo simples fato de ser língua e de simbolizar” (PLG I, p. 7).; em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963): “O linguista por seu lado estima que não poderia existir pensamento sem linguagem e que por conseguinte o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe. A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização. Ela é *logos*, discurso e razão juntos, como o viram os gregos. E isso pelo próprio fato de ser linguagem articulada, consistindo de um arranjo orgânico de partes, de uma classificação formal dos objetos e dos processos. O conteúdo que deve ser transmitido (ou se se quiser, o ‘pensamento’) é decomposto, assim, segundo um esquema linguístico. A ‘forma’ do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora” (PLG I, p. 26-27, grifo do autor); e *A forma e o sentido na linguagem* (1966): “É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (PLG II, p. 229).

Tais propriedades, em seu conjunto, fazem da língua o próprio fundamento da experiência humana, a qual permite a ao homem pensante agir sobre a natureza. Dessa possibilidade, surge a sociedade. Temos aí a definição de sociedade como “este composto de natureza e de experiência” (PLG II, p. 99), que pressupõe uma relação do homem com o mundo, uma experiência humana tornada possível por intermédio da língua.

2.2.3. Um Benveniste leitor de Lévi-Strauss e Marx: a sociedade como estrutura

Encontramos ainda, tanto no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) quanto em outros, uma definição de sociedade que se dá a partir da propriedade presente no próprio título do artigo citado, a saber, o aspecto de sua *organização estrutural*. Benveniste reconhece uma *estrutura* inerente à sociedade, ainda que deixe claro que não será em função dela que ele estabelecerá a relação entre as duas entidades, mas sobre a qual cabe determo-nos por um instante. Retomemos o raciocínio efetuado pelo linguista no texto de 1968:

A base da estrutura linguística é composta de unidades distintivas, e estas unidades se definem por quatro caracteres: elas são unidades discretas, são em número finito, são combináveis e são hierarquizadas. *A estrutura da sociedade não pode ser reduzida a este esquema, ela é de natureza dupla. Existe de um lado um sistema relacional, que é chamado o sistema do parentesco; e de outro um sistema de relação, de divisão, é o sistema das classes sociais que é agenciado pelas funções de produção.* Ora, nem os indivíduos nem os grupos variados de indivíduos se deixam transpor em unidades ou grupos de unidades comparáveis às da língua. Fala-se frequentemente da família como da célula social. É uma metáfora que não deve mascarar a essência das coisas. A sociedade não consiste num agregado de semelhantes células, um agregado de famílias e conjuntos de famílias não têm a menor analogia com os agrupamentos das unidades significantes na língua (PLG II, p. 95, grifos nossos).

Essa passagem é normalmente evocada como reveladora de uma incompatibilidade estrutural entre língua e sociedade. No entanto, ela é também reveladora de uma visão acerca das relações que definem a estrutura da sociedade. Observemos bem: Benveniste concede a natureza da organização social como sendo de caráter duplo: de um lado, há um sistema que se constitui a partir das relações de parentesco; de outro, um sistema que se organiza em função da divisão de classes sociais.

No primeiro deles, encontramos uma visão que se liga profundamente às investigações antropológicas de Lévi-Strauss¹¹⁹, para o qual

as regras do parentesco e do casamento não se tornaram necessárias pelo estado da sociedade. São o próprio estado da sociedade, remodelando as relações biológicas e os sentimentos naturais, impondo-lhes tomar posição em estruturas que as implicam ao mesmo tempo que outras e obrigando-as a sobrepujarem seus primeiros caracteres (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 530-531).

Tais regras, tomadas por Lévi-Strauss como “estruturas elementares de parentesco”, organizam-se a partir da invariante universal que constitui a proibição do incesto. Como afirma Dosse (2007), “Lévi-Strauss realiza neste ponto um importante deslocamento, ao romper com o naturalismo que cercava a noção de proibição do incesto e ao fazer desta a pedra de toque da passagem da natureza para a cultura” (DOSSE, 2007, p. 52). Como vimos, a concepção benvenistiana de homem, por estar ligada intrinsecamente à sua natureza simbólica instaurada na e pela linguagem, passa ao largo de uma distinção *stricto sensu* entre natureza e cultura. Não é surpresa, portanto, que, ao pensar sobre a estrutura da sociedade, o linguista se coloque do lado de uma visão relacional de parentesco pautada justamente pela *sutura* dessa dualidade. Ainda nas palavras de Dosse (2007):

Por sua situação mediana e fundadora, [a proibição do incesto] não pode ser unicamente referida no nível da ordem natural, cujo caráter universal, espontâneo, ela possui, nem apenas no nível cultural caracterizado por uma norma, leis particulares, um caráter restritivo. A proibição do incesto pertence, pois, aos dois domínios simultaneamente, colocada na sutura da natureza e da cultura. Constitui a indispensável regra arbitrária estabelecida pelo homem em substituição à ordem natural. Na proibição do incesto existem, ao mesmo tempo, regras particulares, um código normativo (a cultura) e um caráter universal (a natureza) (DOSSE, 2007, p. 52).

Complementarmente a essa primeira definição, Benveniste reconhece que a estrutura da sociedade também é composta por um sistema de relações organizadas por “funções de produção”. Notamos aqui uma perspectiva que parece se alinhar muito com o pensamento produzido pelo materialismo histórico de Karl Marx¹²⁰. Ora, é justamente em oposição à

¹¹⁹ Lembremos novamente que Benveniste foi membro avaliador da tese de doutorado de Lévi-Strauss, intitulada *Les structures élémentaires de la parenté*, em 1948 (cf. DOSSE, 2007).

¹²⁰ O materialismo histórico se define, de acordo com o *Dictionary of Marxist thought* (cf. BOTTOMORE, 1991), como uma disciplina empírica, oriunda do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, que busca compreender a organização social a partir de um ponto de vista materialista da História, isto é, a partir do fundamento de suas condições materiais: “De acordo com a introdução Engels, de 1892, para *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, o materialismo histórico designa uma visão do desenrolar da história que busca

concepção de Hegel (que vê a sociedade como oriunda de uma noção idealista de Estado), que Marx concebe a sociedade como “o resultado da organização dos meios de produção e de sua distribuição entre os homens” (DUTRA, 2013). Trata-se, na perspectiva marxista, de pensar a sociedade desde uma perspectiva materialista, ou seja, a partir do princípio de que “é o modo dos homens procurarem seus meios de subsistência que determina os demais aspectos da vida social” (ENGELS *et al.*, 1945, p. 194). A sociedade, desde este ponto de vista, é tomada como o resultado da necessidade humana de transformar a natureza para produzir os meios de sua própria subsistência. O *trabalho*¹²¹ surge, então, como noção fundamental para se compreender as relações sociais, pois é justamente em função dele, na acepção materialista, que tais relações se estabelecem:

Nenhuma sociedade pode viver e desenvolver-se sem produzir as utilidades necessárias à sua existência. Ora, as utilidades necessárias à existência não são fornecidas espontaneamente pela natureza; o homem deve produzi-las com o seu trabalho. Ao fabricar os objetos de uso, o homem modifica as substâncias da natureza, transforma-as e adapta-as a fim de satisfazerem as suas necessidades. Nesse sentido, a produção é a ação do homem sobre a natureza. O homem, porém, existe e produz não como indivíduo isolado, mas como membro da sociedade. Assim, pois, o processo de produção supõe uma determinada relação não apenas entre a sociedade e a natureza mas também entre os próprios homens (ENGELS *et al.*, 1945, p. 350).

As relações que os homens estabelecem entre si em função do trabalho constituem, portanto, *relações de produção*, e são estas, por sua vez, que configuram a divisão da sociedade em classes sociais. É nítida, desse modo, a alusão que se percebe, na definição estrutural de sociedade em Benveniste, à visão marxista. Tomemos como um claro exemplo disso a seguinte passagem, pertencente à entrevista *Esta linguagem que faz a história* (1968):

A sociedade é uma estrutura: encontramos nela os elementos em um certo agenciamento; temos homens e mulheres de diferentes idades, em diferentes

a causa final e a grande força motriz de todos os eventos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas mudanças dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes” (BOTTOMORE, 1991, p. 234). No original: “*According to Engels's 1892 introduction to Socialism: Utopian and Scientific, historical materialism designates that view of the course of history which seeks the ultimate cause and the great moving power of all important historic events in the economic development of society, in the changes in the modes of production and exchange, in the consequent division of society into distinct classes, and in the struggle of these classes against one another*”.

¹²¹ Nas palavras de Andery (2012): [...] para Marx, a base da sociedade, assim como a característica fundamental do homem, está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história, o trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permitem antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade. (ANDERY, 2012, p. 399).

situações, em diferentes classes; conseqüentemente temos aí já as identidades e as diferenças que permitem constituir um jogo, e a primeira característica de um jogo é que as peças sejam um número limitado; em seguida, é necessário que cada elemento seja outra coisa que o outro: que padre seja outra coisa que trabalhador e trabalhador outra coisa que soldado e assim por diante (PLG II, p. 33).

É realmente notável que a descrição benvenistiana da sociedade como uma estrutura relacional coloque como valor distintivo de cada elemento a sua *função de produção*. De fato, é em virtude do que os grupos de indivíduos *produzem* (seja bens ou serviços) que se estabelecem as diferentes classes constitutivas da sociedade. Surpreendemos elementos desta visão de organização social também em outros momentos de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Benveniste diz, ao afirmar a impossibilidade de se estabelecer uma relação histórica ou genética entre língua e sociedade:

A língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana, ela se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, *pelo esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos*. É neste *trabalho coletivo e por este trabalho coletivo* que a língua se diferencia, aumenta sua eficiência, da mesma maneira que a sociedade se diferencia em suas atividades materiais e intelectuais (PLG II, p. 97, grifos nossos).

É interessante a correlação que Benveniste estabelece aqui entre o processo de desenvolvimento e elaboração da língua e da sociedade. Poderíamos, tal como sugere o linguista, tomar a atividade linguística a partir da noção de “trabalho coletivo”, tal como Marx o faz com a sociedade? Talvez seja nessa direção que Benveniste segue ao afirmar que, através da língua, “o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma *classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção*” (PLG II, p. 101-102, grifo nosso). Ora, conforme pontua o linguista, a língua, tomada enquanto “prática humana”, é reveladora do “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum” (PLG II, p. 102). Poderíamos, portanto, considerar a noção benvenistiana de “prática humana” como a possibilidade de se olhar para a língua enquanto um modo particular de produção¹²²?

¹²² Cabe ressaltar que “modo de produção” é uma noção fundamental para o pensamento marxista. Define-se, conforme Engels *et al.* (1945), como “os meios que possui o homem para procurar a sua própria subsistência” (ENGELS *et al.*, 1945, p. 196), e se baseia nos tipos de relações humanas que se estabelecem através do trabalho. Para Marx (1982), a história pode ser vista como uma sucessão de modos de produção material, os quais se encontram na base das transformações sociais. São exemplos desses modos de produção o primitivo, o escravista, o feudal, o capitalista, o socialista e o comunista.

Não à toa, Benveniste, ainda no mesmo texto, confere à língua a possibilidade de ser vista como um “sistema produtivo” (PLG II, p. 103, 104)¹²³.

A revolução teórica de Benveniste consiste, entre outras coisas, em colocar, na base dessas relações de produção material que caracterizam a sociedade desde a perspectiva marxista, o poder significativo e unificante da língua. Conforme afirma o linguista:

Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina um poder coesivo que faz uma comunidade de um agregado de indivíduos e que *cria a própria possibilidade da produção e da subsistência coletiva*. Este poder é a língua e apenas a língua (PLG II, p. 97, grifo nosso).

Mais uma vez, está posto, para Benveniste, o papel fundante da língua na existência e na organização do humano. A atividade produtiva do homem e as relações e divisões que daí surgem decorrem do poder significativo da língua. Assim, percebemos, em uma análise comparativa, que Benveniste, assim como Marx, pensa a sociedade a partir das relações intersubjetivas que as constituem, e não a partir de relações jurídicas, que colocam o Estado como entidade primeira, da qual dependeria a organização social (visão hegeliana). Porém, diferentemente de Marx, que vê nas relações *materiais* o princípio explicativo da sociedade, o linguista reconhece na *língua* o fundamento e a própria possibilidade de tais relações. Ou ainda, Benveniste toma a língua, enquanto *prática humana*, como a realidade material por excelência, uma vez que, como aponta Milner (2003), ele “funda o sujeito e a subjetividade sobre uma base material: a linguagem enquanto proferida” (MILNER, 2003, p. 98, tradução nossa)¹²⁴. Assim, para o autor, o destaque em itálico na passagem “É ‘ego’ que *diz* ‘ego’” (PLG I, 2005, p. 286), de *Da subjetividade na linguagem* (1958), “objetivam enfatizar que o dizer, aqui, é um dizer em ato” (MILNER, 2003, p. 98). Do que conclui:

Não somente a linguagem não é uma superestrutura [...], como também, em Benveniste, funciona como uma infraestrutura: a infraestrutura material da subjetividade. Seria um excesso reconhecer aqui [...] uma tentativa de teoria materialista dialética do sujeito? (MILNER, 2003, p. 98)¹²⁵.

¹²³ Como esta é uma questão que se coloca em termos prospectivos, deixaremos para abordá-la com mais aprofundamento no Capítulo 4 deste trabalho.

¹²⁴ No original: “[...] *funda el sujeto y la subjetividad sobre una base material: el lenguaje en tanto que se profiere*” (MILNER, 2003, p. 98).

¹²⁵ No original: “«*Es ‘ego’ el que dice ‘ego’*» las bastardillas son de Benveniste; en sentido proprio, apuntan a enfatizar que el decir, aquí, es un decir en acto. No solamente el lenguaje no es una superestructura [...], sino que, en Benveniste, funciona como una infraestructura: la infraestructura material de la subjetividad. ¿Es un exceso reconocer aquí [...] una tentativa de teoría materialista dialéctica del sujeto? (MILNER, 2003, p. 98).

Desse modo, para Benveniste, as relações de produção em função das quais a sociedade se organiza (e das quais fala Marx) só são possíveis porque o homem é, em primeiro lugar, um ser de linguagem, e que, portanto, faz dela a sua realidade material.

A verdade é que apenas começamos a vislumbrar, na esteira de Milner (2003), um Benveniste que se mostra, tal como Lévi-Strauss¹²⁶, um conhecedor da obra de Marx, e apenas começamos a nos dar conta do quanto esse conhecimento se mostra presente em sua reflexão¹²⁷. A definição que o linguista confere à sociedade enquanto estrutura nos permite surpreender uma considerável influência do pensamento de grandes estudiosos da sociedade, dos quais Lévi-Strauss e Marx constituem os expoentes. Muito ainda pode ser extraído dessas constatações. Ademais, identificamos, aqui, tal como no primeiro capítulo em relação à língua, a noção de “estrutura” enquanto elemento imprescindível para a relação semiológica instaurada entre língua e sociedade.

2.3. Um terceiro termo: a cultura

A leitura dos textos de Benveniste nos permite constatar uma relação da qual não podemos nos esquivar quando o tema sobre o qual nos debruçamos é a busca por uma definição de uma noção benvenistiana de sociedade. Essa constatação diz respeito ao fato de que, sempre que o linguista trata da função da língua no seio da vida social, a reflexão faz-se acompanhar de um termo: a “cultura”. A questão que nos colocamos aqui é, portanto, como essa noção se define no conjunto de trabalhos de Benveniste, e de que maneira podemos relacioná-la à noção de sociedade.

¹²⁶ Esta informação sobre Lévi-Strauss é dada por Dosse (2007): “Seu interesse pelo mundo da natureza soma-se, desde muito cedo, a uma abertura para o mundo social. Adquire ainda cedo um conhecimento profundo da obra de Marx graças a um jovem socialista belga, Arthur Wanters, convidado num verão para a casa de sua família e que o faz ler Marx aos 17 anos” (DOSSE, 2007, p. 39).

¹²⁷ Cabe também citar aqui o estudo de Provenzano (2014), cujo objetivo consiste em demonstrar o quanto a reflexão benvenistiana sobre a linguagem se encontra impregnada, ao menos desde o ponto de vista terminológico, de um imaginário político. Diz o autor: “Em suma, parece-nos que, ao ler Benveniste pelo viés de uma malha intertextual, não se pode negar que sua teorização da enunciação é atravessada por um imaginário político que, se não se identifica com o marxismo, pelo menos opera a partir de determinados de seus termos ou motivos, em uma série de deslocamentos e mediações que dão sua matéria, sua carne terminológica à teoria linguística” (PROVENZANO, 2014, p. 146, tradução nossa). No original: “*Bref, il nous semble qu'à lire Benveniste par le biais de ce maillage intertextuel, on ne peut nier que sa théorisation de l'énonciation est traversée par un imaginaire politique qui, s'il ne s'identifie pas avec le marxisme, n'en opère pas moins à partir de certains de ses termes ou de ses motifs, en une série de déplacements et de médiations qui donnent sa chair terminologique à la théorie linguistique*”.

Limitemo-nos, de início, ao artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), no qual encontramos seis ocorrências do termo “cultura”. São elas, na ordem em que aparecem no texto:

- “Destas observações [...] nasce este sentimento que foi frequentemente expresso, entre os linguistas e entre os antropólogos também, de que a sociedade e a *cultura inerente à sociedade* são independentes da língua” (PLG II, p. 94, grifo nosso);
- “Um homem que conhecia os dois aspectos destas realidades, Sapir, afirmou que tipos de línguas simples e complexas de um número infinito de variedades podem ser constatados em qualquer *nível de cultura*, e que não existe daquele ponto de vista, já que se emprega a mesma língua, diferença entre Platão e um guarda de porcos macedônio” (PLG II, p. 94, grifo nosso);
- “Mas outros autores afirmam [...] que a língua é [...] o espelho da sociedade, que ela reflete a estrutura social em suas particularidades e suas variações e que ela é mesmo por excelência o índice das mudanças que se operam na sociedade e *nesta expressão privilegiada da sociedade que se chama a cultura*” (PLG II, p. 94-95, grifo nosso);
- “[...] de início empiricamente, pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade, e sem se referir a suas relações com *as normas e as representações sociais que formam a cultura*” (PLG II, p. 98, grifo nosso);
- “Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a *cultura*, fora de suas expressões linguísticas” (PLG II, p. 98, grifo nosso);
- “O vocabulário fornece aqui uma matéria muito abundante, de que se servem historiadores da sociedade e da *cultura*” (PLG II, p. 100, grifo nosso).

Reconhecemos, de imediato, que a presença do conceito de “cultura” constitui um forte indicador de sua importância para a reflexão que Benveniste procura realizar acerca da relação entre língua e sociedade. Em acordo com o que afirma Flores (2019), as passagens acima demonstram que, “para o linguista, sociedade e cultura estão intimamente ligadas, e ambas estão ‘contidas’ na língua” (FLORES, 2019, p. 129). Ora, tais passagens, além de

evocarem sociedade e cultura como termos que se fazem acompanhar um do outro, colocam a cultura como um elemento “inerente” à sociedade, composto de “normas e representações sociais”, e que constitui, em relação à sociedade, a sua “expressão privilegiada”. Cultura surge aí como um conceito constitutivo da sociedade, e que, tal como ela, deixa-se expressar e descrever por intermédio da língua.

Estendendo a problemática para outros textos de Benveniste, encontramos em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), uma concepção de cultura que a insere no cerne da problemática envolvendo a função simbólica da linguagem. É nesta longa passagem que encontramos uma definição expressa de “cultura”:

À medida que se torna capaz de operações intelectuais mais complexas, [a criança] integra-se na *cultura* que a rodeia. Chamo cultura ao *meio humano*, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humana forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também de *interdições* específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve. O mundo animal não conhece proibição. Ora, esse fenómeno humano, a cultura, é um fenómeno inteiramente simbólico. A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo de sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma (PLG I, p. 31-32, grifos do autor, acréscimo nosso).

Concentra-se, nesse trecho, uma grande quantidade de informação. Flores (2019, p. 130) reconhece aí, sequencialmente, todo um conjunto de definições: a) forma, sentido e conteúdo; b) noções, prescrições, interdições; c) fenómeno simbólico; d) conjunto de representações; e) relação entre homem, língua e cultura.

Primeiramente, reconhecer na cultura o “meio humano”, como diz Benveniste, é contemplar a vida e a atividade humana para além de suas atribuições biológicas, isto é, para além dos traços e capacidades que são transmitidos biologicamente a cada novo membro de sua espécie. Não à toa, a experiência da criança na linguagem é o fenómeno evocado por Benveniste como ponto de partida sempre que ele se coloca essa questão. Ora, para o linguista, é de suma importância demonstrar que a cultura não consiste em algo que provenha da natureza, uma herança inata, mas sim que constitui algo que é da ordem do *aprendido*, e

que, portanto, exige e pressupõe o meio social, linguisticamente organizado: “A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra” (PLG I, p. 31). Isso se faz ecoar na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), quando Benveniste afirma: “[...] se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança [...] aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura” (PLG II, p. 23). E mais adiante, ainda na mesma entrevista, ele complementa:

Nenhuma língua é separável de uma *função cultural*. [...] A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como *elementos de cultura*, necessariamente (PLG II, p. 23-24, grifos nossos).

Assim, o aprendizado da cultura vai a par com o aprendizado da língua, o que envolve certamente uma transmissão, mas que não se deixa explicar através de heranças biológicas. Com o uso da palavra, a criança toma consciência e se integra ao mundo em que vive, o mundo dos homens, o qual, por ser linguisticamente constituído, apresenta “forma, sentido e conteúdo”¹²⁸. A cultura surge, assim, no seio da sociedade, como esse “fenômeno inteiramente simbólico”, modo de organização da vida e da atividade humana, o qual o homem, através da língua, assimila, perpetua e transforma.

Mas como se configura esse fenômeno simbólico a que chamamos “cultura”? Em que consiste? Benveniste o define, ainda na mesma passagem, como uma “multidão de noções e de prescrições, e também em *interdições* específicas” (PLG I, p. 32, grifo do autor). Tais noções, prescrições e interdições formam, em seu conjunto, um “complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo de sua consciência” (PLG I, p. 32). É interessante notar como essa definição, em seu caráter abrangente, parece coincidir com aquela que o linguista dá para a noção de “instituição”, no prefácio de seu *O vocabulário das instituições indo-europeias*¹²⁹. Identificamos, desta forma,

¹²⁸ A perspectiva enunciativa instaurada por Silva (2009) no campo da Aquisição de Linguagem pode ser tomada como um dos expoentes ilustrativos dessa relação integrativa que se estabelece entre homem, língua e cultura. Através da mobilização da reflexão benvenistiana para pensar o processo de aquisição da linguagem, a autora chega ao dispositivo estrutural “(eu-tu/ele)-ELE”, constitutivo tanto do ato de enunciação quanto do ato de aquisição da linguagem, uma vez que “comporta os sujeitos da enunciação (eu e tu), a língua (ele) e o sistema cultural (ELE). [...] Através dessas relações, mostramos como a criança se instancia no funcionamento referencial e intersubjetivo da linguagem” (SILVA, 2009, p. 277).

¹²⁹ Lembremos: “O termo instituição deve ser aqui entendido em acepção ampla: não apenas as instituições clássicas do direito, do governo, da religião, mas também aquelas, menos aparentes, que se desenham nas técnicas, nos modos de vida, nas relações sociais, nos processos de fala e de pensamento” (VOC I, 1995, p. 9).

uma definição de cultura que, em comparação com o campo da antropologia, situa-se muito próxima da tradicional definição geral dada pela primeira vez para o termo pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (1832-1917), em seu *Primitive Culture* (1871): “[...] o complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871/1920, p. 1, tradução nossa)¹³⁰. Benveniste, assim como Tylor e os primeiros antropólogos, não distingue, em seu conceito geral de cultura, a organização social em seus pormenores e as instituições enquanto estruturas estabelecidas por lei. No entanto, diferentemente de Tylor (e da antropologia, de modo geral), Benveniste não toma a língua como sendo apenas mais um dos aspectos “adquiridos” e aprimorados pelo homem no decorrer de seu desenvolvimento. Para ele, a língua, conforme vimos, é a própria condição da cultura, não apenas um de seus patrimônios. Temos, aqui, mais uma vez manifesta a inversão efetuada por Benveniste em sua compreensão da relação entre língua e sociedade: se a cultura é um fenômeno simbólico inerente à sociedade, e se o fundamento da sociedade está contido na língua, então é a língua que contém a cultura, e não o contrário.

Corroborando com o que dissemos acima, devemos também dar destaque a outro termo, o qual deixamos passar em branco até aqui: o *valor*. Ora, Benveniste define que este amplo conjunto de representações que compõem a cultura é organizado por “um código de *relações* e de *valores*” (PLG I, p. 32, grifos nossos). Surpreendemos essa mesma constatação na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), quando o linguista afirma que “a cultura é também um *sistema* que distingue o que tem sentido, e o que não tem” (PLG II, p. 22, grifo nosso). Para elucidar isso, Benveniste faz uso de um exemplo extralinguístico:

¹³⁰ No original: “*Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society*” (TYLOR, 1871/1920, p. 1). Cabe lembrar, ainda, que Tylor insere-se no pensamento evolucionista comum ao Século XIX, vendo nas formações sociais, ainda ligadas a questões de ordem racial, um desenvolvimento que vai de um estado “primitivo” ao estado “civilizado” propriamente dito (que tomava como modelo as sociedades europeias à época), como atesta a seguinte passagem: “*Applied in such comparison, the languages of the lower races contribute evidence of excellent quality to the problem. It will at the same time and by the same proofs appear, that savages possess in a high degree the faculty of uttering their minds directly in emotional tones and interjections, of going straight to nature to furnish themselves with imitative sounds, including reproductions of their own direct emotional utterances, as means of expression of ideas, and of introducing into their formal language words só produced*” (TYLOR, 1871/1920, p. 162-163). Assim, a cultura é vista pelo antropólogo como um processo unilinear e universal, do qual as diferentes sociedades apenas seriam o testemunho de seus estágios de desenvolvimento. É, portanto, com grandes ressalvas que colocamos os dois pensadores, Tylor e Benveniste, em paralelo.

Para nós, a cor branca é a cor da luz, da alegria, da juventude. Na China, é a cor do luto. Eis um exemplo de interpretação de sentido no seio da cultura; uma articulação entre uma certa cor e um certo comportamento e, finalmente, um valor inerente à vida social. Tudo isto se integra numa rede de diferenças: o branco, o preto não valem na cultura ocidental como na cultura do extremo oriente (PLG II, p. 22).

Portanto, a cultura, assim como a língua, constitui também uma entidade de caráter sistêmico. Trata-se de um sistema de unidades cujos valores se definem a partir de sua integração em uma rede de diferenças. Não há relação natural entre o branco e o sentimento de alegria, da mesma forma como não o há entre o branco e o pesar diante da morte. A articulação entre uma cor e um comportamento, como nos mostra Benveniste, depende das relações opositivas que se estabelecem no interior de determinado sistema cultural, o que faz com que o branco e o preto não constituam unidades de mesmo valor em diferentes culturas. Desta vez, a visada benvenistiana se coloca ao lado de antropólogos como Franz Uri Boas (1858-1942) e Edward Sapir, para os quais as diferenças culturais não poderiam ser medidas através de um suposto padrão único de desenvolvimento, e sim tomadas como sistemas complexos, independentes de qualquer motivação biológica ou geográfica, e cujos valores se definem por sua organização interna. Benveniste, um linguista para quem o pensamento sistêmico de Saussure ocupa uma posição importante em sua elaboração teórica, não poderia pensar diferentemente em relação à cultura. A diferença, como já vimos no capítulo anterior, é que o linguista estabelece, como fonte constitutiva e organizadora dessas relações sistêmicas, uma propriedade de *interpretância* que encontra seu fundamento na língua e apenas na língua, dada sua natureza única de significação. Desde este ponto de vista, os sistemas de valores que compõem a cultura (normas, interdições, representações) constituiriam a manifestação mais cabal da propriedade interpretante da língua.

Assim, a conclusão do linguista é categórica: “Tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Estes valores são os que se imprimem *na língua*” (PLG II, p. 22, grifo nosso). Flores (2019) não deixa de ver aí uma relação com a discussão realizada por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “Não posso deixar de ouvir o eco de ‘a língua contém’ em ‘se imprimem na língua’. Ou seja, a proposição *a língua contém a sociedade*, para mim, ecoa na ideia de que *os valores da cultura se imprimem na língua*”

(FLORES, 2019, p. 129, grifos do autor). Estamos de pleno acordo com o autor, uma vez que, ao nosso entender, a organização sistêmica que caracteriza o conjunto de representações simbólicas que compõem a cultura ganha os seus moldes na e através da língua. Benveniste é explícito com relação a isso ao colocar, ainda em entrevista a Pierre Daix: “a língua como *fundamento* de toda a vida de relação” (PLG II, p. 26, grifo nosso). Também é indicativo disso o fato de que Benveniste chama o exemplo que citamos da cor branca nas culturas ocidental e oriental de “um exemplo da *interpretação de sentido* no seio da cultura” (PLG II, p. 22). Ora, o que é essa “interpretação de sentido” senão a manifestação mais genuína da propriedade interpretante da língua?

Portanto, se a sociedade constitui um princípio antropológico de coletividade, a própria condição de existência dos homens, e que encontra seu fundamento na língua, a cultura surge como o próprio resultado dessa relação necessária. Não à toa, Rosário (2018) define “cultura” como a “sociedade tornando-se significante *na e pela língua*, em uma relação de interpretância” (ROSÁRIO, 2018, p. 146, grifos da autora). Assim, longe de uma figurar como uma mera depositária do “conteúdo” da cultura (o que significaria considerar língua e cultura como entidades independentes, e estabelecer esta última como algo da ordem do contedístico), a língua figura como a própria matéria formadora da cultura, a fonte de seu caráter significante e relacional, o que nos leva a tomar a cultura como a manifestação por excelência do modo como a língua interpreta e contém a sociedade¹³¹.

2.4. Enfim, de que “sociedade” estamos falando?

Procuramos, ao longo deste capítulo, estabelecer uma leitura do pensamento benvenistiano guiada pela busca de uma definição de sociedade que nos permita compreender, em complementaridade com o primeiro capítulo, a axiomática *a língua contém a sociedade*.

¹³¹ Uma definição de cultura como “manifestação” ou “expressão” da sociedade poderia nos levar a estabelecer a seguinte correlação: a cultura está para a sociedade tal como a língua está para a linguagem. No entanto, essa comparação entre língua e cultura como expressões/materializações de propriedades/condições humanas (a linguagem e a sociedade) pode nos fazer correr o risco de concebermos a relação cultura-sociedade como independente de uma realidade linguística. O que vimos até aqui é bem o oposto disso: se a cultura pode ser considerada como uma “expressão privilegiada da sociedade” (cf. PLG II, p. 94), é porque a possibilidade mesma dessa expressão é dada pela língua, e acontece no interior desta.

Assim, do que foi dito até aqui, podemos tirar, tal como no capítulo anterior (a respeito da língua), algumas considerações importantes a respeito da noção de sociedade em Benveniste.

Em primeiro lugar, a revisão efetuada neste capítulo permite colocarmos como um princípio que a noção benvenistiana de sociedade, diferentemente de uma perspectiva sociológica, não pode ser pensada fora de uma relação mutuamente constitutiva com a língua. Uma das evidências mais imediatas disso é o fato de que, em um capítulo cujo interesse foi o de falar sobre o elemento “sociedade” em Benveniste, a questão da língua tenha necessariamente se imposto a todo instante. E como poderia ser diferente? A relação semiológica estabelecida entre as duas entidades no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) nos faz ver que, se “a língua é o interpretante da sociedade” (PLG II, p. 97) e “a contém em seu aparelho conceitual” (PLG II, p. 100), é porque a sociedade só é sociedade na medida em que é linguisticamente organizada. A língua como este “fundamento de toda a vida de relação” (PLG II, p. 26), como diz Benveniste a Pierre Daix, impõe-se, assim, como o elemento definidor da noção de sociedade.

Decorre disso que a relação entre interpretante e interpretado instaurada por Benveniste permite considerar a sociedade e a cultura enquanto objetos passíveis de uma abordagem linguística, uma vez que, tomados a partir da propriedade interpretante da língua, eles passam a ser analisáveis na e através da própria língua. Portanto, a chave teórico-metodológica de uma linguística fundada na articulação entre língua e sociedade é aquela mesma dada por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “Estamos considerando aqui a língua somente como meio de análise da sociedade” (PLG II, p. 97). Ou seja, a análise da sociedade, desde o ponto de vista inaugurado por Benveniste, pressupõe a análise da língua, uma análise orientada pela propriedade de significação. Como já apontamos no capítulo anterior, essa condição faz da língua, simultaneamente, o instrumento e o objeto de análise da sociedade, uma vez que “é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas” (PLG II, p. 98). A constatação de que “não há metassociedade” (PLG II, p. 100) é a maior evidência, para Benveniste, de que é na e pela língua que o linguista pode dizer algo acerca da sociedade.

Assim configurada, a noção de sociedade surge, no interior da reflexão linguística de Benveniste, como um *princípio antropológico*, subjacente a toda e qualquer manifestação histórica da experiência humana no mundo. Ela está na base das sociedades empíricas, em

todos os lugares e em todas as épocas. É, portanto, uma condição da existência do homem, existência essa que, por supor e configurar-se nos moldes da língua, constitui uma realidade dialética, na qual individual e coletivo integram-se em uma relação constitutiva. Assim, o viver do homem pressupõe, intrinsecamente, um *conviver*. A noção benvenistiana de sociedade implica, desse modo, o caráter intersubjetivo da experiência humana que se realiza na e pela língua, no exercício do discurso. Trata-se, para usar as palavras de Roland Barthes, de uma “sociedade que fala, que é sociedade *precisamente porque fala*” (BARTHES, 1987, p. 151, grifo do autor). Eis aí, no seu sentido mais profundo, o princípio antropológico do axioma *a língua contém a sociedade*.

Também pudemos identificar traços de influências de leitura na definição benvenistiana de sociedade, que nos revelam um linguista interessado pelas ideias de pensadores da sociedade como Marx e Lévi-Strauss. Assim, ao tratar da sociedade a partir de suas particularidades estruturais, surpreendemo-nos concepções como a organização sistemática das relações de parentesco, e uma visão profundamente marcada pelo materialismo dialético. No entanto, para o linguista, tais características, definidoras da sociedade enquanto estrutura, encontram seu fundamento na propriedade significativa da língua. Presenciamos, portanto, um gesto epistemológico talvez inédito: o de colocar as estruturas relacionais sobre as quais se assentam as definições de sociedade na visada sociológica em uma relação de *necessidade* com o poder de significação da língua. Entrevemos aqui a possibilidade de um vasto campo para os estudos linguísticos.

Por fim, pudemos ver que a noção de cultura ocupa um papel fundamental na definição benvenistiana de sociedade. Ora, fica clara a relação de interdependência entre os dois conceitos, uma vez que a cultura configura-se como a manifestação por excelência da experiência humana em sociedade, uma experiência, como vimos, mediada pela língua, e que, portanto, deixa nela a sua impressão. Tomada enquanto um conjunto muito amplo de sistema de valores inerentes à sociedade, a cultura constitui um lugar privilegiado para o estudo da relação entre língua e sociedade.

PARTE II

A LÍNGUA CONTÉM A SOCIEDADE: DELINEANDO POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

CAPÍTULO 3

LÍNGUA E SOCIEDADE NA DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA DE BENVENISTE

Na primeira parte desta tese, tomamos como objetivo investigar, através da leitura do pensamento benvenistiano acerca da relação entre língua e sociedade, como tal reflexão se realiza desde um ponto de vista teórico, isto é, como o linguista estabelece esta relação e de que maneira cada uma de suas partes opera em seu interior. Constatamos que o viés semiológico instaurado por Benveniste, caracterizado por uma relação de interpretante (língua) e interpretado (sociedade), ao pautar a possibilidade de uma análise da sociedade a partir da análise da língua, faz desta última, a um só tempo, o instrumento e o objeto de uma investigação linguística que se interesse pela articulação entre língua, homem e sociedade. O pressuposto semiológico de que “a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97) pode ser tomado, assim, como o axioma sobre o qual repousa um modo particular de fazer linguística, uma linguística da língua que contém a sociedade e que, portanto, permite ao linguista, através do estudo da língua, também dela falar. Desse modo, os dois primeiros capítulos constituíram um esforço de determinação nocional, no qual procuramos identificar o que subsume a noção de língua no interior da proposição *a língua contém a sociedade* (primeiro capítulo), e, de modo análogo, o que estenografa aí a noção de sociedade (segundo capítulo).

Nesta segunda parte do trabalho, a tarefa consiste em olhar para essa mesma reflexão a partir de um ponto de vista analítico, ou seja, tratamos de averiguar como a relação língua-sociedade se manifesta nas análises linguísticas de Benveniste (tema deste capítulo, em particular), e de que modo ela nos possibilita a proposição de desdobramentos teórico-metodológicos que tomem por base essa abordagem semiológica esboçada pelo linguista (tema do capítulo final).

A suposição de leitura que nos guia na etapa que compõe este terceiro capítulo da tese é a de que a de que a reflexão presente no texto benvenistiano *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) também se faz presente em textos nos quais o interesse do linguista está voltado para a análise das línguas. E mais: a hipótese aqui levantada é a de que se pode olhar para os estudos descritivos de Benveniste como o “laboratório” onde essa reflexão teórica da relação entre língua e sociedade se desenvolve. Em outras palavras, nosso interesse aqui é o

de investigar em que medida a visada semiológica compreendida no axioma *a lingua contém a sociedade* pode ser tomada enquanto um “ponto de chegada” das descrições de língua efetuadas por Benveniste, nas quais a relação entre as duas entidades se deixa evidenciar¹³². Tal interesse é o que configura a organização do capítulo, uma vez que o que realizamos nesta parte do estudo é uma leitura dos trabalhos mais descritivos do linguista, buscando ver em que medida podemos encontrar neles algo da ordem de uma possível análise da sociedade através da análise da língua.

Assim, dividimos o capítulo em cinco grandes blocos, através dos quais olhamos para conjuntos de textos selecionados de obras específicas de Benveniste. No primeiro deles, tratamos exclusivamente da obra *Noms d’agent et noms d’action en indo-européen* (1948); no segundo e no terceiro bloco, selecionamos textos de análise presentes nos dois volumes de *Problemas de linguística geral* (1966, 1974), respectivamente; por fim, os quarto e quinto blocos tomam como *corpus* as análises lexicais presentes nos dois tomos de *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1969).

A decisão por tal recorte se deve a três critérios que nos cabe aqui elucidar: 1. Como pressupomos que a relação língua-sociedade é uma problemática que perpassa, de uma maneira ou de outra, todas as análises de Benveniste, estabelecemos um critério *cronológico* de escolha, procurando abranger desde os trabalhos mais precoces até os mais tardios do linguista; 2. Da mesma forma, acreditamos que essa problemática não se restringe unicamente a uma reflexão sobre o vocabulário (ainda que esteja mais claramente presente nos estudos lexicais), de modo que definimos também um critério *linguístico* de escolha, buscando contemplar os diferentes *níveis de análise* da língua. Procuramos, portanto, convocar estudos nos quais a relação entre língua e sociedade esteja manifesta em fatos de sintaxe, de derivação morfológica, etc; 3. Por fim, e especificamente em relação aos textos de *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1969), como os dois volumes da obra encontram-se subdivididos

¹³² Seguimos, assim, uma leitura semelhante àquela realizada por Flores (2019) acerca do estatuto, em Benveniste, da relação constitutiva entre homem e linguagem. Para o autor, tal relação “é um ponto de partida para a sua formulação teórica e um ponto de chegada das análises que faz das línguas” (FLORES, 2019, p. 56). Dada a proximidade das reflexões, vemos um movimento semelhante no que tange à relação entre língua e sociedade no pensamento benvenistiano. Entretanto, é importante ressaltar que essa hipótese não constitui uma tentativa de ver, nas análises benvenistianas, a mesma reflexão amadurecida e teoricamente mais elaborada que o linguista desenvolve no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Arriscaremos mostrar, isso sim, que a relação entre língua e sociedade comparece nas análises de Benveniste à moda de uma intuição, a qual culmina na reflexão empreendida no texto de 1968.

em três partes, que refletem as três grandes “instituições” abordadas em cada um deles (“economia”, “parentesco” e “sociedade”, no primeiro volume; “poder”, “direito” e “religião”, no segundo), tomamos como objeto de análise um texto para cada uma dessas partes, observando, assim, um critério de ordem *temática*.

3.1. Noms d’agent et noms d’action en indo-européen

A obra de Benveniste *Noms d’agent et noms d’action en indo-européen* (1948) constitui uma continuação tardia de um trabalho anterior do linguista, datado de 1935 e intitulado *Origines de la formation des noms en indo-européen*. Neste, conforme explica Zinzi (2014), o linguista esforça-se em “decifrar os dados linguísticos e tentar reconstituir o que jaz no fundo de suas marcas formais”¹³³ (ZINZI, 2014, p. 52), dando ao seu estudo do indo-europeu um caráter explicativo que o afasta da atitude de seus colegas comparatistas: não se trata simplesmente de descrever as formas dos nomes em indo-europeu, mas de explicar indutivamente a origem de sua formação. A maneira como ele toma a própria noção de “indo-europeu” é reveladora desse gesto reconstrutivo:

Na obra da qual este constitui o primeiro volume, o indo-europeu será considerado, não como um repertório de símbolos imutáveis, mas como uma língua em formação, oferecendo nas suas formas a mesma diversidade de origem e de data que uma língua histórica, e permitindo, por seu turno, embora restituída, uma análise genética (BENVENISTE, 1935/1973, p. 1-2, tradução nossa)¹³⁴.

A continuidade do segundo volume, no entanto, não é isenta de mudanças, o que se deixa evidenciar pela modificação mesma de seu título. É o próprio Benveniste quem alerta sobre isso, em seu prefácio da obra: “O título foi modificado para responder melhor ao conteúdo: não se trata mais, desta vez, de restituir as formas, mas de interpretar as funções” (BENVENISTE, 1948, p. 5, tradução nossa)¹³⁵. Assim, a tarefa consiste agora em analisar, no vasto domínio das sufixações nominais das línguas indo-europeias, aquelas responsáveis pelos

¹³³ No original: “L’effort théorique du savant est de déchiffrer les données linguistiques et d’essayer de reconstituer ce qu’il y a au fonds de leur marques formelles” (ZINZI, 2014, p. 52).

¹³⁴ No original: “Dans l’ouvrage dont voici le premier volume, l’indo-européen sera considéré, non comme un répertoire de symboles immuables, mais comme une langue en devenir, offrant dans ses formes la même diversité d’origine et de date qu’une langue historique, et permettant à son tour, quoique restituée, une analyse génétique” (BENVENISTE, 1935/1973, p. 1-2).

¹³⁵ No original: “Le titre a été modifié pour répondre mieux au contenu : il ne s’agit plus cette fois de restituer des formes, mais d’interpréter des fonctions” (BENVENISTE, 1948, p. 5).

nomes de “agente” (a oposição **-ter/*-tor*) e pelos nomes de “ação” (**-ti/*-tu*), justamente com formas “gradativas”, referentes ao comparativo e ao superlativo. Destes conjuntos, dependeriam diversas classes derivadas, de modo que

[...] o exame gradualmente expandido abarca uma porção notável da sufixação nominal. Examinando sucessivamente essas grandes categorias na sua função, tentaremos descobrir o sistema de oposições pelo qual elas valem (BENVENISTE, 1948, p. 5, tradução nossa)¹³⁶.

Assim sendo, a obra divide-se em três grandes partes, nas quais cada uma das oposições constitui o objeto de análise, e que permitem ao linguista, para além das conclusões particulares, constatar um princípio fundamental: “quando duas formações vivas funcionam em concorrência, elas não podem ter o mesmo valor; e, correlativamente: funções diferentes atribuídas a uma mesma forma devem possuir uma base comum” (BENVENISTE, 1948, p. 6, tradução nossa)¹³⁷. Percebemos, aqui, definições de Benveniste que se fazem ecoar em seu artigo *Problemas semânticos da reconstrução* (1954). O linguista olha para os objetos linguísticos em questão, procurando ver, na multiplicidade de formas e empregos das diversas línguas em que se encontram, um funcionamento sistemático em virtude de sua significação, o que justifica a importância, aqui, da noção de “valor”. Uma vez que nossa tarefa aqui consiste em demonstrar o quanto tais análises são reveladoras de um fazer linguístico no qual a relação entre língua e sociedade se encontra implicada, limitamos nossa investigação ao primeiro conjunto de sufixação nominal apresentado neste amplo estudo benvenistiano. Detemos nossa atenção, portanto, nos “nomes de agente”.

A categoria responsável pelos nomes de agente constitui, como pontua Benveniste no início de sua análise, um dos mais estabelecidos conjuntos da morfologia nominal das línguas indo-europeias, tendo sido definida de forma clara e com sentido constante. Tradicionalmente representada através do sufixo indo-europeu **-t^e/or*, essa categoria se encontra atestada nas línguas mais antigas do ramo linguístico indo-europeu, sendo largamente produtiva no curso de sua história. Apesar da aparente exaustividade do estudo desta categoria, Benveniste chama

¹³⁶ No original: “*Au total l’examen graduellement élargi embrasse une portion notable de la suffixation nominale. Examinat successivement ces grandes catégories dans leur fonction, nous essayons de déceler le système d’opposition par lequel elles valent*” (BENVENISTE, 1948, p. 5).

¹³⁷ No original: “*Au delà des conclusions particulières où nous amène chacun de ces problèmes, notre démonstration vérifiera un principe simple : quand deux formations vivantes fonctionnent en concurrence, elles ne sauraient avoir la même valeur ; et, corrélativement : des fonctions différentes dévolues à une même forme doivent avoir une base commune*” (BENVENISTE, 1948, p. 6).

a atenção para um fato interessante: em grego, os nomes de agente são representados por *dois* sufixos distintos, *-τήρ* e *-τωρ*. A razão dessa dupla forma jamais foi devidamente explicada, e, nas vezes em que a distinção é mencionada, é apenas para dizer que, entre elas, não existe diferença nenhuma. Ademais, Benveniste também destaca que a distinção se repete no védico e no avéstico, línguas da raiz indo-iraniana. É em função desta pronunciada distinção que o linguista estabelece seu objetivo:

O presente estudo tem como objetivo estabelecer que há uma diferença entre **-tor* e **-ter*. Em vista disso, a história e o valor das formas, a concepção de “agente” e a função dos sufixos devem ser submetidos a uma revisão completa, a qual constitui o objeto dos capítulos seguintes. Este exame trata sucessivamente das línguas – o védico, o avéstico e o grego – nas quais o tipo antigo é conservado, e se constrói primeiro sobre as propriedades morfológicas próprias para caracterizar as duas formações (BENVENISTE, 1948, p. 9, tradução nossa)¹³⁸.

Como podemos ver, a diferença entre as duas formas sufixais não se reduz, para Benveniste, a uma mera oposição formal. Para ele, esta definição das formas revelaria, por si só, apenas a metade da realidade morfológica em questão. Torna-se necessário, assim, atentar também para a significação: “A partir do momento em que denominamos esta categoria, atribuímos a ela um sentido e uma função, que não podem ser separados da forma. O problema começa aí. Temos que descobrir se, a esses dois tipos contrastados, responde realmente uma só significação” (BENVENISTE, 1948, p. 10, tradução nossa)¹³⁹. A coexistência, nestas línguas, de duas formas concorrentes deveria, portanto, apontar necessariamente para uma distinção também de sentido e de função, contrariamente à concepção univalente de **-t^e/o^r*, que a toma como elemento de função única (a formação de nomes de agente), e que admite uma variação formal.

Iniciando pelo védico, Benveniste constata a existência de duas categorias sufixais relativas à formação de nomes de agente, *’t_r* e *-t_r*, cuja oposição formal se dá por tonalidade e por regência sintática. A questão toda consiste em descobrir “no *sentido* dessas duas

¹³⁸ No original: “La présente étude tend à établir qu’il y a une différence entre **-tor* et **-ter*. De ce fait, l’histoire et la valeur des formes, la conception de l’« agent », la fonction des suffixes doivent être soumis à une révision complète, qui fait l’objet des chapitres suivants. Cet examen porte successivement sur les langues – le védique, l’avestique et le grec – où le type ancien est conservé, et se fonde d’abord sur les particularités morphologiques propres à caractériser les deux formations” (BENVENISTE, 1948, p. 9).

¹³⁹ No original: “Dès lors que nous dénommons cette catégorie, nous lui impliquons un sens et une fonction, qui ne peuvent être séparés de la forme. Le problème commence alors. Nous avons à chercher si à ces deux types contrastés répond réellement une seule signification” (BENVENISTE, 1948, p. 10).

formações a razão de sua diferença” (BENVENISTE, 1948, p. 11, tradução nossa, grifo nosso)¹⁴⁰. Através da apresentação de um vasto número de exemplos, o linguista descortina a seguinte oposição semântica: a) o sufixo *’tr̥* é formador de adjetivos verbais que designam *o autor de um ato*; b) o sufixo *-t̥r̥* é formador de formas nominais que designam *o agente dedicado a uma função*. Como explica Benveniste:

Pela formação em *’tr̥*, caracteriza-se aquele que realiza ou realizou um ato, quer este ato tenha ocorrido uma vez, quer tenha se repetido. Somente a noção de *autor* é destacada, e o sujeito é designado a partir dessa realização. Ao contrário, a formação em *-t̥r̥* é usada para definir aquele que não existe senão *para* uma função, que é *voltado* para uma realização, quer essa realização aconteça ou não (BENVENISTE, 1948, p. 11-12, tradução nossa, grifos do autor)¹⁴¹.

Como explica Milner (2003), no primeiro caso, o nome de agente se aplica ao “nome do *autor* ocasional de uma ação, que atua em alguma circunstância particular (única ou não, pouco importa)” (MILNER, 2003, p. 98, grifo do autor, tradução nossa). Já no segundo caso, ele está relacionado ao “nome do *agente* funcional, que tem por tarefa definitiva, profissional inclusive, o cumprir de uma determinada ação” (MILNER, 2003, p. 98, grifo do autor, tradução nossa)¹⁴².

Benveniste demonstra esta oposição de sentido através de palavras em védico cujos empregos possíveis admitem ambas as terminações, e as quais designam, para cada uma delas, realidades distintas. Assim, por exemplo:

Quadro 2 – Diferenciação formal e semântica dos nomes de agente no védico

<i>’tr̥</i> (autor de um ato)	<i>-t̥r̥</i> (agente de uma função)
<i>Nét̥r̥</i> – “aquele que conduz”. Exemplos: <i>’nét̥āra</i> ” (deuses que conduzem); <i>’tvām...</i>	<i>Net̥r̥</i> – “aquele que tem a missão de conduzir”. Exemplos: <i>’apām net̥ā</i> ”

¹⁴⁰ No original: “Il s’agit de retrouver dans le sens de ces deux formation la raison de leur différence” (BENVENISTE, 1948, p. 11).

¹⁴¹ No original: “Par la formation en *’tr̥* est caractérisé celui qui accomplit ou a accompli un acte, que cet acte ait eu lieu une fois ou qu’il soit répété. Seule la notion d’auteur est mise en valeur, et le sujet est désigné à partir de cet accomplissement. Au contraire, la formation en *-t̥r̥* sert à définir celui qui n’existe qu’en vue d’une fonction, qui est voué à un accomplissement, que cet accomplissement ait lieu ou non” (BENVENISTE, 1948, p. 11-12, grifos do autor).

¹⁴² No original: “[...] hay que separar, observa, el nombre del autor ocasional de una acción, que actúa en alguna circunstancia particular (única o no, poco importa), y el nombre del agente funcional, que tiene por tarea definitiva, profesional incluso, el cumplir una determinada acción” (MILNER, 2003, p. 98, grifos do autor).

<i>pranetā</i> ” (é você que nos conduz).	(condutor das águas); “ <i>yajñāsya netā</i> ” (condutor do sacrifício).
<i>sóṭṛ</i> – “aquele que prensa”. Exemplo: “ <i>prá sóṭā... sómane indrāya</i> ” (ele primeiro prensou o soma para Indra).	<i>sotṛ</i> – “o prensador por profissão”. Exemplo: “ <i>sotúr bāhubhyam</i> ” (pelos braços do prensador).
<i>táruṭṛ</i> – “aquele que vence”. Exemplo: “ <i>sá vājājam... astu tárutā... astu sánita</i> ” (que ele vença o torneio, que seja vitorioso).	<i>taruṭṛ</i> – “destinado a vencer”. Exemplo: “ <i>aśvaṃ tarutāram</i> ” (um cavalo vencedor, destinado a vencer).

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Benveniste (1948, p. 13-16).

Para Benveniste, a variação tonal de tais formas permite sublinhar “concepções diferentes acerca do papel de certos personagens, humanos ou divinos. A relação entre o ser e a atividade era posta de duas maneiras distintas” (BENVENISTE, 1948, p. 17, tradução nossa)¹⁴³. É interessante notar, em trechos como este, como a reflexão empreendida pelo linguista o convoca a tirar conclusões que, embora partam de fatos de língua, não se resumem a eles. Ora, Benveniste faz notar, no interior de uma variação morfológica relativa a uma categoria até então considerada única, uma oposição semântica que se faz correlacionar a uma oposição entre o “ser” e o “ser para”. O que depreendemos a partir da passagem citada acima é que tais oposições constituem, para o linguista, o indício de uma distinção que parece estar mais voltada para a compreensão do estatuto daqueles que agem. Certamente, as funções de “autor” e “agente”, distinguidas a partir da oposição sufixal responsável pela formação nominal em questão, são o que permite a Benveniste inferir sobre o “papel” de homens e deuses em uma dada cultura. Assim, ao afirmar que a relação entre “o ser e a atividade” era posta de maneiras distintas (ser autor de uma ato particular, de um lado; ser agente voltado para uma atividade, de outro), Benveniste fala não apenas de uma oposição no interior da língua védica; ele fala, ao mesmo tempo, de como uma oposição no interior da língua védica é reveladora de uma oposição no interior do modo de vida e de pensar de seus falantes. Em última instância, trata-se de mostrar o quanto a organização social está contida no modo de organização da língua.

¹⁴³ No original: “*La variation du ton permettait de souligner [...] des conceptions différentes du rôle de certains personnages, humains ou divins. Le rapport entre l'être et l'activité était posé de deux manières distinctes*” (BENVENISTE, 1948, p. 17).

Com relação à língua iraniana (avéstico), Benveniste constata a mesma configuração do védico indiano: “Entre o indiano e o iraniano, a correspondência não se dá somente no tipo geral das formações, mas também na repartição dos empregos. Tudo aquilo que constatamos em védico será verificado em avéstico” (BENVENISTE, 1948, p. 18, tradução nossa)¹⁴⁴. Assim, no que diz respeito ao sentido, “o iraniano conhece também uma distinção clara entre as duas noções de *autor* e de *agente*. Esta oposição governa todos os fatos, e se manifesta pelos empregos tão parecidos nas duas línguas arianas, que ela continua visivelmente uma categoria comum” (BENVENISTE, 1948, p. 18, tradução nossa, grifos do autor)¹⁴⁵. Ele conclui, após uma longa apresentação de exemplos:

Está, portanto, estabelecido que o estado iraniano concorda exatamente com o estado indiano. De uma parte a outra, temos a mesma distinção entre dois tipos de nomes de agente, empregados nas mesmas condições e opostos pelas mesmas particularidades semânticas. A simples confrontação dos fatos já autoriza a ligar esta dupla categoria ao indo-iraniano (BENVENISTE, 1948, p. 27, tradução nossa)¹⁴⁶.

Quanto ao grego, Benveniste observa, entre as formas sufixais *-τωρ* e *-τήρ*, a mesma oposição de sentido que se estabelece entre os védicos *’tr* e *-tṛ*, demonstrando como se diferenciam algumas formas nominais que admitem ambas as terminações:

Quadro 3 – Diferenciação formal e semântica dos nomes de agente no grego

<i>-τωρ</i> (autor de um ato)	<i>-τήρ</i> (agente de uma função)
<i>ἀλεξήτωρ</i> – qualifica Zeus, “aquele que repele (o perigo)”.	<i>ἀλεξητήρ</i> – “aquele que tem a missão de repelir (o inimigo)”, um guerreiro/soldado.
<i>ἀρμόστωρ</i> – “aquele que organiza (um negócio)”.	<i>ἀρμοστήρ</i> – “aquele que tem por função organizar” (título que responde aproximadamente a “governador de uma colônia”).

¹⁴⁴ No original: “Entre l’indien et l’iranien la correspondance n’est pas seulement dans le type général des formations, mais dans la répartition des emplois aussi bien. Tout ce que nous avons constaté en védique va se vérifier en avestique” (BENVENISTE, 1948, p. 18).

¹⁴⁵ No original: “Sous le rapport du sens, [...] l’iranien connaît aussi une distinction nette entre les deux notions d’auteur et d’agent. Cette opposition gouverne tous les faits et se manifeste par des emplois si pareils dans les deux langues aryennes qu’elle continue une catégorie commune” (BENVENISTE, 1948, p. 18, grifos do autor).

¹⁴⁶ No original: “Il est donc établi que l’état iranien concorde exactement avec l’état indien. De part et d’autre nous avons la même distinction entre deux types de noms d’agent, employés dans les mêmes conditions et opposés par les mêmes particularités sémantiques. La simple confrontation des faits autorise déjà à reporter cette double catégorie à l’indo-iranien” (BENVENISTE, 1948, p. 27).

βώτωρ – “aquele que guarda o rebanho”, mesmo que ocasionalmente e não estando por isso responsável.	βοτήρ – o vaqueiro de profissão.
---	----------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Benveniste (1948, p. 45).

Benveniste ainda analisa casos nos quais a existência de apenas uma das variantes sufixais se deixa explicar justamente por sua significação. É o caso, por exemplo, do nome *ἴστωρ*, que qualifica “aquele que sabe (por ter visto)”, de onde o seu emprego como “testemunha”, mas que não possui forma em *-τήρ*. Para o linguista, é o sentido mesmo que indica a razão de tal inexistência:

[...] a “testemunha” só sabe (*weid-) porque viu, o que está plenamente de acordo com o valor de *-τωρ*. E, de fato, expressões similares em outras línguas destacam que o “conhecimento” da testemunha é necessariamente um conhecimento “adquirido” (BENVENISTE, 1948, p. 51, tradução nossa, grifo do autor)¹⁴⁷.

Em sentido inverso, Benveniste aponta que, para o olhar intencional sobre um objeto para capturá-lo, serve-se da raiz indo-europeia *ok^w-, a qual admite, em sua realização no grego, o sufixo *-τήρ*, mas não *-τωρ*. Ele forma, portanto, o nome de agente *ὀπτήρ*, significando “aquele encarregado de observar”, o que permite o seu uso como “observador” e “espião”. Desse modo, assim como não se concebe a “testemunha” enquanto agente encarregado de uma função permanente (uma vez que exige uma ação particular, que é *ter visto*), não se concebe o “espião” como entidade que exista fora dessa função: “um *ὄπτωρ seria tão pouco concebível quanto um *ἰστήρ” (BENVENISTE, 1948, p. 52, tradução nossa)¹⁴⁸.

A distinção efetuada por Benveniste, no interior das formas responsáveis pelos nomes de agente, entre “autor de um ato” (*-tor) e “agente de uma função” (*-ter), permite ao linguista explicar algumas particularidades de sua história semântica. Assim, pelo sentido inerente ao sufixo *-tor de colocar em relevo o realizador do ato, sendo, portanto, ligado mais estreitamente à *pessoa* a que se refere, era apenas ele que oferecia a possibilidade de formar *nomes próprios*. Por outro lado, o sentido inerente ao sufixo *-ter, por absorver o agente na função para qual ele se destina, fez com que os nomes por ele formados fossem os mais

¹⁴⁷ No original: “[...] le « témoin » ne sait (*weid-) que pour avoir vu, ce qui est pleinement conforme à la valeur de *-τωρ*. Et de fait des expressions similaires en d’autres langues soulignent que la « connaissance » du témoin est nécessairement une connaissance « acquise »” (BENVENISTE, 1948, p. 51, grifo do autor).

¹⁴⁸ No original: “Un *ὄπτωρ serait aussi peu concevable qu’un *ἰστήρ” (BENVENISTE, 1948, p. 52).

produtivos para a designação de *instrumentos*. Como afirma o linguista: “É próprio das palavras em *-τήρ*, que designam o agente de uma função, especializarem-se, por uma evolução inelutável, na denominação de instrumentos, os quais só existem para a sua função” (BENVENISTE, 1948, p. 56, tradução nossa)¹⁴⁹. Em outras palavras, enquanto as formas nominais em **-tor* denominam o realizador de um ato (aquele que), as formas em **-ter* dão destaque para a função enquanto definidora do referente (aquele/aquilo que serve para). Benveniste constata ainda a divisão semântica de **-ter/*-tor* mesmo em línguas indo-europeias nas quais as duas formas se encontram condensadas em uma só, como é o caso do sufixo latino *-tor* e do francês *-teur*. Sobre esta última, ele exemplifica:

Podemos encontrar esta distinção em estado difuso no francês, onde os nomes de agente em *-(t)eur* tendem a se dividir em duas classes. Um primeiro conjunto é constituído por nomes de valor participial, acompanhados de uma determinação: o *libertador* [*libérateur*] do território, o *inventor* [*inventeur*] do fonógrafo, o *fundador* [*fondateur*] de Roma, o *vencedor* [*vainqueur*] de Troia. Estes são nomes de “autor” que hipostasiam no sujeito um ato particular e qualificam um homem a partir de uma realização. Esta classe compreende também os nomes que se relacionam a uma atividade momentânea, mas atual: um *caminhante* [*promeneur*], um *consumidor* [*consommateur*], um *espectador* [*spectateur*]. Mas ele forma também uma segunda categoria, muito abundante e que se enriquece cada vez mais, de nomes que denotam um sujeito a partir da função para a qual está destinado, mesmo que não a exerça. Um *eleitor* [*électeur*] está habilitado para eleger; ele continua sendo eleitor mesmo sem participar de nenhuma eleição; pode-se ser *inspetor* [*inspecteur*] e nada inspecionar; um *alfaiate* [*tailleur*] sem emprego continua sendo um alfaiate. Até mesmo um *aspirador* [*aspirateur*] guarda seu nome mesmo que jamais tenha sido usado. É necessário e suficiente que algo seja destinado a uma função, modelado em vista de uma função, para que o nome de agente se justifique (BENVENISTE, 1948, p. 60-61, tradução nossa, grifos do autor)¹⁵⁰.

¹⁴⁹ No original: “C’est le propre des mots en *-τήρ*, qui désignent l’agent d’une fonction, de se spécialiser, par une évolution inéluctable, dans la dénomination des instruments, qui n’existent que pour leur fonction” (BENVENISTE, 1948, p. 56).

¹⁵⁰ No original: “On peut retrouver cette distinction à l’état diffus en français où les noms d’agent en *-(t)eur* tendent à se répartir en deux classes. Un premier ensemble est constitué par des noms à valeur participiale, accompagnés d’une détermination : le libérateur du territoire, l’inventeur du phonographe, le fondateur de Rome, le vainqueur de Troie. Ce sont des noms d’« auteur » qui hypostasient dans le sujet un acte particulier et qualifient un homme d’après un accomplissement. Cette classe comprend aussi des noms qui se rapportent à une activité momentanée, mais actuelle : un promeneur, un consommateur, un spectateur. Mais il se forme aussi une seconde catégorie, très abondante et qui va s’enrichissant, de noms dénotant un sujet d’après la fonction à laquelle il est voué, même s’il ne l’exerce pas. Un électeur est habilité à élire ; il reste électeur même sans participer à aucune élection ; on peut être inspecteur et ne rien inspecter ; un tailleur sans emploi reste un tailleur. De même un aspirateur garde son nom même s’il n’a jamais été en usage. Il faut et il suffit qu’on soit destiné à une fonction, modelé en vue d’une fonction, pour que le nom d’agent se justifie” (BENVENISTE, 1948, p. 60-61, grifos do autor).

A partir deste último exemplo, o qual se distingue dos anteriores por denotar não uma pessoa, mas um *instrumento*, Benveniste tece um comentário intrigante. Para ele, a diferença entre as duas categorias (nomes de autor e nomes de agente) “se acentua à medida que as necessidades renovadas da técnica criam designações cada vez mais especializadas”, o que faz com que, no plano dos nomes de agente voltados para uma função, “pouco importa que estas palavras em *-teur* designem homens ou instrumentos” (BENVENISTE, 1948, p. 61, tradução nossa)¹⁵¹. Como o próprio linguista exemplifica, não poderíamos adivinhar, se já não soubéssemos de antemão, que *chauffeur* (foguista/fogueiro)¹⁵² se aplica a um homem e *brûleur* (acendedor/isqueiro) a um aparelho, uma vez que o que importa são as *funções* para as quais ambos estão voltados. Daí surge a conclusão: “[...] é, além disso, inevitável que, em uma civilização cada vez mais mecanizada, que as tarefas humanas se assimilem às funções de instrumentos” (BENVENISTE, 1948, p. 61, tradução nossa)¹⁵³.

Milner (2003) vê, neste breve comentário de Benveniste, uma relação muito próxima com a reflexão empreendida por Karl Marx, em *O capital*, acerca da divisão parcelar do trabalho, que faz do homem e da máquina entidades cada vez mais próximas, tendo em vista o papel instrumental que ambas assumem no processo de produção capitalista. Diz ele: “O leitor cuidadoso notará o deslocamento: o que se trata de explicar agora é bem outra coisa que a diferença entre nomes de autor e nomes de agente; é, muito mais do que isso, a não diferença entre nomes de agente e nomes de instrumento” (MILNER, 2003, p. 99, tradução nossa)¹⁵⁴. Assim, ainda segundo o autor, se a analogia morfológica entre os nomes de agente e nomes de instrumento havia sido interpretada pela maioria dos linguistas como uma simetria não orientada, quando não como um alinhamento dos segundos em relação aos primeiros, a

¹⁵¹ No original: “*Elle s’accentue même à mesure que les besoins renouvelés de la technique créent des désignations toujours plus spécialisées. Il importe peu que ces mots en -teur désignent des hommes ou des instruments*” (BENVENISTE, 1948, p. 61).

¹⁵² O termo francês *chauffeur*, embora possua hoje o seu emprego mais comumente associado ao sentido de “motorista” ou “condutor”, também designa o “foguista/fogueiro”, profissional que se ocupa de acender e manter aceso o fogo de caldeiras e fornalhas, em fábricas e veículos de transporte a vapor. Benveniste busca, aqui, dar destaque para o fato de que, em ambos os casos, trata-se de um termo cujo sentido está relacionado à atividade para a qual o agente está voltado (aquele que serve para acender o fogo, e aquilo que serve para acender o fogo, respectivamente).

¹⁵³ No original: “[...] *il est d’ailleurs inévitable, dans une civilisation de plus en plus mécanisée, que les tâches humaines s’assimilent à des fonctions d’instruments*” (BENVENISTE, 1948, p. 61).

¹⁵⁴ No original: “*El lector cuidadoso notará el desplazamiento: lo que se trata de explicar ahora es muy otra cosa que la diferencia entre nombres de autor y nombres de agente; es, mucho más que eso, la no diferencia entre nombres de agente y nombres de instrumento*” (MILNER, 2003, p. 99).

observação de Benveniste permite mostrar que “não é o instrumento que se faz agente, é o agente humano que se faz instrumento. De uma frase a outra, passou-se da manufatura à fábrica, isto é, à indústria mecânica plenamente desenvolvida tal como Marx a descreve” (MILNER, 2003, p. 100, tradução nossa)¹⁵⁵. De onde conclui: “Segundo Benveniste, leitor de Marx, no mundo capitalista, o fogueiro/foguista humano é ‘parcela de uma máquina’, está ‘modelado com vista a uma função’, nem mais nem menos que como o está o acendedor material” (MILNER, 2003, p. 100, tradução nossa)¹⁵⁶.

Estamos, aqui, muito próximos da reflexão que Benveniste realizaria, décadas mais tarde, em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Ora, o que o linguista nos mostra, em sua análise, é um fenômeno que, embora inteiramente linguístico (um caso de derivação morfológica responsável pela formação de “nomes de agente”), permite também olhar para a forma como a língua é capaz de “registrar, de designar e mesmo de orientar as mudanças que sobrevêm no interpretado” (PLG II, p. 98), isto é, na sociedade. Assim, ao destacar a acentuação da diferença entre as categorias morfológicas responsáveis pelos nomes de autor e nomes de agente à medida que as necessidades renovadas da técnica criam designações cada vez mais especializadas (nas quais o sentido de “agente voltado para uma função” tende a mesclar homem e instrumento), Benveniste exemplifica o quanto “a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem” (PLG II, p. 98). Neste caso, seguindo o raciocínio de Milner (2003), podemos tomar as condições de emprego de um mecanismo morfológico de língua como “testemunhos” de um processo de transformação social, que diz respeito à mecanização dos meios produtivos, e à instrumentalização da atividade humana. Conforme Benveniste expõe como conclusão de sua análise, enquanto a formação nominal em **-tor* “é ‘pessoal’ e ‘singular’ por definição (é um certo ato que é sublinhado como predicado possessivo de um certo sujeito), **-ter* tende a abolir a individualidade na função que a absorve e a uniformizá-la em uma classe” (BENVENISTE, 1948, p. 62, tradução nossa)¹⁵⁷. Seguindo o pressuposto

¹⁵⁵ No original: “[...] *no es el instrumento que se hace agente, es el agente humano el que se hace instrumento. De una frase a la otra, se pasó de la manufatura a la fábrica, es decir, a la industria mecánica plenamente desarrollada tal como Marx la describe*” (MILNER, 2003, p. 100).

¹⁵⁶ No original: “*Según Benveniste, lector de Marx, en el mundo capitalista el fogonero humano es ‘parcela de una máquina’, está ‘modelado con miras a una función’, ni más ni menos que como lo está el encendedor material*” (MILNER, 2003, p. 100).

¹⁵⁷ No original: “*Autant *-tor est « personnel » et « singulier » par définition (c’est un certain acte qui est souligné comme prédicat possessif d’un certain sujet), autant *-ter tend à abolir l’individualité dans la fonction*

semiológico do texto benvenistiano de 1968, podemos tomar essa análise da língua como um meio de análise da sociedade?¹⁵⁸ Se sim, compreendemos a razão linguística pela qual a formação dos nomes de classes profissionais especializadas em nada se difere, tanto do ponto de vista da forma quanto do sentido, da formação de nomes de instrumentos, uma vez que, para ambos, o “ser” coincide e se resume a uma função. Desse modo, entre um “programador” (*programmeur*) e um “computador” (*ordinateur*), a razão morfológica é a mesma: enquanto agentes voltados para uma atividade, ambos “servem para”. Mesmo que a distinção formal não tenha sido preservada nas línguas modernas, a oposição semântica permanece, colocando, de um lado, aquele que se caracteriza por seu “ser por ter” (autoria sobre o ato que o designa), e, de outro, aquele ou aquilo que só existe para a sua função, um “ser para”¹⁵⁹.

3.2. Problemas de linguística geral I

Procuramos, aqui, a exemplo do que realizamos acima, lançar um olhar sobre alguns dos estudos analíticos de Benveniste que integram o primeiro volume da obra *Problemas de linguística geral*, no intuito de ver, neles, como se manifesta a relação entre língua e sociedade. Conforme sabemos, a coletânea em questão, publicada pela primeira vez em 1966, é composta por vinte e oito artigos de temas e abordagens variados, cujas publicações originais vão desde 1939 a 1964. Tendo em vista o objetivo deste capítulo, selecionamos, dentre estes trabalhos, aqueles nos quais Benveniste se propõe mais diretamente à descrição de fatos de línguas. Assim, resumimos nosso exame aos seguintes textos: *A frase nominal* (1950), *Problemas semânticos da reconstrução* (1954), *Dom e troca no vocabulário indoeuropeu* (1951) e *A noção de “ritmo” na sua expressão linguística* (1951).

3.2.1. A frase nominal

qui l’absorbe et à l’uniformiser dans une classe” (BENVENISTE, 1948, p. 62).

¹⁵⁸ Nossa referência, aqui, está ligada à seguinte passagem do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “Então como podemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (PLG II, p. 97).

¹⁵⁹ Esta é a conclusão de Benveniste: “*Le premier se caractérise par son « avoir » ; le second par son « être-à... »*” (BENVENISTE, 1948, p. 62).

Em seu texto de 1950, intitulado *A frase nominal*, Benveniste esforça-se em descrever o fenômeno sintático que dá título ao trabalho, buscando não apenas estabelecer uma definição detalhada desta estrutura frasal peculiar, como também explicar a sua necessidade e a maneira como se distingue, com relação à função que cumpre, das frases que apresentam formas verbais. A frase nominal se define, nas palavras do linguista, como comportando “um predicado nominal, sem verbo nem cópula, e é considerada como a expressão normal do indo-europeu nos casos em que uma forma verbal eventual estaria na terceira pessoa do presente do indicativo de ‘ser’” (PLG I, p. 163). Assim, temos, por exemplo, a frase nominal latina “*omnia praeclara – rara*”, a qual, em português (cuja organização sintática não admite a estrutura da frase nominal), traduz-se como “tudo o que reluz (é) raro”¹⁶⁰. Benveniste faz notar que tal fenômeno não se limita a uma família de línguas, tendo sido constatado e descrito não apenas no indo-europeu, no semítico, no ugro-fínico e no banto, como também nas línguas mais diversas, como a sumeriana, a egípcia, a caucasiana, a altaica, a indonésia, a siberiana, a ameríndia, etc., sendo, inclusive, uma característica tão geral que seria melhor definida, estatística e geograficamente, a partir das línguas que *não* a conhecem, como é o caso das línguas indo-europeias ocidentais modernas. Assim, ainda que comporte modalidades diferentes segundo as línguas nas quais se manifesta, a frase nominal constitui um fato intrigante, o “de que as estruturas linguísticas mais variadas admitem ou exigem que, em certas condições, um predicado verbal não seja expresso ou que um predicado nominal seja suficiente” (PLG I, p. 164). Tal fato o leva a um questionamento nada banal:

A que necessidade, então, estará ligada a frase nominal para que tantas línguas diferentes a produzam paralelamente, e como é possível [...] que o verbo de existência tenha, entre todos os verbos, esse privilégio de estar presente num enunciado no qual não figura? (PLG I, p. 164).

¹⁶⁰ O exemplo é dado pelo próprio Benveniste (cf. PLG I, p. 171), embora a tradução do enunciado como “[= ‘tudo o que reluz (é) raro’]” constitua um adendo da versão em português. Ainda assim, cabe-nos explicar brevemente as diferenças implicadas na tradução para uma língua na qual o fenômeno sintático da frase nominal não se realiza. No latim, o enunciado completo “*omnia praeclara rara*” não possui nenhum verbo, e, uma vez que fosse traduzido palavra a palavra, significaria algo como “*tudo reluzente raro”. Tal construção é inadmissível em português, língua que exige necessariamente uma forma verbal como organizadora da estrutura sintática e responsável pela predicação. A tradução em português ficou, então, “tudo o que reluz (é) raro”. No entanto, é importante ressaltar que, apesar de a tradução do exemplo dar destaque à necessária presença da cópula na frase (o “é” entre parênteses), a frase em português ainda faz uso da forma verbal “reluz” como equivalente semântico para o adjetivo latino “*praeclara*” (brilhante, reluzente). Ela apresenta, portanto, dois verbos, o que a diferencia radicalmente, em sua estrutura sintática, da frase latina, a qual não apresenta nenhum.

Para responder a tais questões, Benveniste diz que, primeiramente, faz-se necessário explicar como se diferenciam o verbo e o nome, e, depois, analisar a natureza particular do verbo “ser”.

Quanto ao primeiro ponto, o linguista parte de duas definições correntes acerca da diferença entre verbos e nomes. Na primeira delas, o verbo indica um *processo*, e o nome, um *objeto*; na segunda, o verbo implica o *tempo*, enquanto o nome não o implica. Ambas as definições são, como aponta Benveniste, inaceitáveis para os linguistas, e um rápido exame é suficiente para demonstrar o porquê. A começar pela distinção “processo/objeto”, o linguista mostra que esta não pode ter, desde um ponto de vista linguístico, nem validade universal, nem critério constante, já que “noções como processo ou objeto não reproduzem os caracteres objetivos da realidade mas resultam de uma expressão já linguística da realidade, e essa expressão só pode ser particular” (PLG I, p. 164). Ele continua:

Não são propriedades intrínsecas da natureza que a linguagem registraria, são categorias formadas em certas línguas e que foram projetadas sobre a natureza. A distinção entre processo e objeto só se impõe àquele que raciocina a partir das classificações da sua língua nativa, que ele transforma em dados universais; e inclusive esse, interrogado sobre o fundamento dessa distinção, virá logo a reconhecer que, se “cavalo” é um objeto e “correr” um processo, é porque um é um nome, o outro, um verbo (PLG I, p. 164-165).

Notamos, aqui, a presença de um debate muito próximo daquele que Benveniste viria a desenvolver em 1958, com seu trabalho *Categorias de pensamento e categorias de língua*. Ora, se neste último texto, conforme examinamos no capítulo anterior, o linguista demonstra que as categorias de pensamento descritas e estipuladas como universais por Aristóteles corresponderiam tão somente às categorias linguísticas do grego, em *A frase nominal* (1950), ele não encontra dificuldades em mostrar que noções como “processo” e “objeto” não se fazem corresponder de forma invariável às mesmas “realidades” da natureza em todas as línguas, constituindo, portanto, noções particulares as quais, uma vez aplicadas a idiomas diferentes, podem se inverter e até mesmo se abolir, sem que isso resulte em uma alteração das relações gramaticais:

Em hupa (Oregon), empregam-se como nomes formas verbais ativas ou passivas na terceira pessoa: *nañya*, “ele desce”, é a palavra para “chuva”; *nilliñ*, “ele escorre”, designa o “riacho”; *naxōwilloi*^e, “está atado ao redor dele”, denomina o “cinto”, etc. Em zuñi, o nome *yātokä*, “sol”, é uma forma verbal de *yāto-*, “atravessar”. Inversamente, podem constituir-se formas verbais sobre noções que não correspondem àquilo a que chamaríamos

processos. Em siuslaw (Oregon), partículas como *wahá*, “de novo”, *yā^axa*, “muito”, conjugam-se verbalmente. [...] Como, então, identificar linguisticamente objetos e processos? (PLG I, p. 165).

Para nós, falantes de português, “chuva”, “riacho” e “cinto” figuram como “objetos”, uma vez que os expressamos através de formas nominais; Para os falantes de hupa, porém, que os expressam através de verbos, eles constituem “processos”. Para o povo Zuñi, nosso objeto “sol” expressa-se também na forma de um processo, o de “atravessar” (o céu). Além disso, os exemplos mostram que nem sempre as formas verbais são responsáveis por indicar “processo”, como é o caso das partículas *wahá* e *yā^axa*, por exemplo, as quais, apesar de não expressarem processos, conjugam-se verbalmente¹⁶¹.

Benveniste também demonstra o quanto a expressão do tempo constitui um critério falho para a diferenciação dos verbos em relação aos nomes. Para isso, serve-se da língua hopi, na qual “o verbo não implica absolutamente nenhuma modalidade temporal, mas tão-somente modos aspectuais” (PLG I, p. 165), e da língua tübatulabal, parente próxima do hopi, para a qual “a expressão mais clara do passado não pertence ao verbo mais ao nome: *hani·l*, ‘a casa’; *hani·pī·l*, ‘a casa no passado’ (= ‘o que era uma casa e não o é mais’)” (PLG I, p. 165). E nem mesmo uma análise empírica dos fatos de morfologia poderia dar uma resposta satisfatória e permanente sobre a diferença entre nomes e verbos, uma vez que

a maneira pela qual nome e verbo se distinguem num idioma (por morfemas específicos ou pelas suas latitudes combinatórias, etc.) ou o fato de que noutro não se distinguem formalmente não fornece nenhum critério sobre o que constitui a sua diferença e não permite nem mesmo dizer se existe necessariamente alguma (PLG I, p. 166).

O que tais indicações nos permitem constatar, para além do estudo da frase nominal em si, é que nossa compreensão da realidade, nosso modo de organização e classificação de tudo que é da ordem da natureza, se dá nos moldes do modo de organização e classificação de nossa língua. Um dos papéis fundamentais das línguas é, portanto, o de forjar, cada uma à sua maneira, noções que, uma vez projetadas sobre a natureza, tornam-se, para aqueles que as aprendem ainda crianças, o próprio modo de entendimento da realidade. A evidência disso é

¹⁶¹ Flores (2019) vê, neste exemplo de análise, um caminho para se problematizar a questão dos “universais”, tanto da língua quanto do pensamento. Diz ele: “[...] a diferença entre a noção de ‘processo’, ligada ao verbo, e a de ‘objeto’, ligada ao nome, não é mais do que uma expressão linguística da realidade dentro de uma dada língua; nada autoriza generalizar, ou universalizar, uma propriedade que é particular de uma língua” (FLORES, 2019, p. 158-159).

dada pela própria diversidade das línguas, em seus mais diversos modos de organização. Ora, se coubesse à língua, como diz Benveniste, apenas a função de registrar propriedades intrínsecas da natureza, entre as noções pertencentes às línguas não haveria diferença alguma, e a tradução consistiria tão somente em uma substituição de forma, uma vez que o modo de organização seria fornecido, igualmente para todas elas, pela própria natureza. O mais provável é que a língua fosse a mesma para todos os falantes do mundo, um “antes de Babel” impossível. A realidade das línguas nos mostra que estamos longe desse quadro, e é o próprio falante, em seu enunciar o mundo, que revela, ao mesmo tempo, a propriedade geral de interpretância da língua, e o modo particular como isso se realiza em cada língua.

Assim, se o linguista afirma que “uma definição que procure uma justificativa ‘natural’ para a maneira pela qual um idioma particular organiza suas noções, é condenada a girar em círculo” (PLG I, p. 165), é porque essa justificativa é necessariamente *linguística*, não natural, e está atrelada à capacidade simbólica que faz da língua o interpretante da sociedade. Para Benveniste, este é um dado essencial, o qual se manifesta a todo instante em suas reflexões, e que encontra expressão especial em textos como *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963): “A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas” (PLG I, p. 31, grifo nosso). Na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), Benveniste dá a essa função primordial o nome de “função cultural”, e conclui: “A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são *realidades definidas como elementos de cultura*, necessariamente” (PLG II, p. 24, grifo nosso).

Pois bem, se não podemos tomar como discriminantes válidos para verbos e nomes nem noções como “objeto” e “processo”, nem a categoria de tempo, nem mesmo diferenças morfológicas, haverá algum critério possível? Para Benveniste, ele existe, e é de ordem *sintática*, estando, portanto, ligado à função do verbo no enunciado. O verbo é tomado, assim, a partir de sua função, não de sua forma, definindo-se como “o elemento indispensável à construção de um enunciado assertivo finito” (PLG I, p. 166). Essa função verbal, ainda segundo o linguista, apresenta-se até certo ponto independente da forma verbal (ainda que, em grande parte das vezes, as duas coincidam), e caracteriza-se como *dupla*: “função coesiva, que

consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado; função assertiva, que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade” (PLG I, p. 166). Esta última função diz respeito à necessária referência de uma asserção finita, pelo próprio fato de ser uma asserção, a uma ordem da realidade. Diz Benveniste:

À relação gramatical que une os membros do enunciado acrescenta-se implicitamente um “isso é” que liga a organização linguística ao sistema da realidade. O conteúdo do enunciado é dado como conforme à ordem das coisas. Assim, a estrutura sintática da asserção finita permite distinguir dois planos: o plano da coesão gramatical, em que o verbo serve de elemento coerente, e o plano da asserção de realidade, em que o verbo recebe a sua função de elemento assertivo. O verbo, num enunciado assertivo finito, possui essa dupla capacidade (PLG I, p. 167, grifo do autor).

Assim definida, a função verbal não necessariamente depende de um verbo morfologicamente diferenciado para se efetuar. Segue-se daí que

a distinção morfológica do verbo e do nome é secundária com relação à distinção sintática. Na hierarquia das funções, o fato primeiro consiste em que somente certas formas são aptas para fundamentar asserções finitas. Pode acontecer, e frequentemente acontece, que essas formas sejam *além disso* caracterizadas por índices morfológicos. A distinção do verbo e do nome emerge então no plano formal e a forma verbal torna-se susceptível de uma definição estritamente morfológica. É a situação das línguas nas quais verbo e nome têm estruturas diferentes e nas quais a função verbal, tal como a entendemos, tem por suporte uma forma verbal (PLG I, p. 167, grifo do autor).

No entanto, como demonstram fenômenos como a frase nominal, a função verbal não necessariamente depende de uma forma verbal para se manifestar no enunciado. Isso permite a Benveniste descrever os dois elementos que compõem a estrutura funcional da forma verbal no enunciado assertivo: um deles, explícito e variável, constitui a forma verbal como dado material (variável em termos de expressão semântica, número e natureza das modalidades que encerra, tempo, pessoa, aspecto, etc.); o outro implícito e invariável, inerente ao enunciado assertivo: trata-se da “afirmação de conformidade entre o conjunto gramatical e o fato afirmado” (PLG I, p. 168).

O linguista demonstra essa função verbal através de dois exemplos, relativos à duas línguas distintas, nos quais os enunciados assertivos mínimos se realizam a partir de duas formas gramaticais distintas. No latim, o enunciado assertivo *dixi* [eu disse] coincide com uma forma verbal. Já no ilocano (língua das Filipinas), o adjetivo *mabisin*, se acompanhado

de um afixo pronominal, permite a construção de um enunciado assertivo, como em *mabisin-ak* [esfomeado-eu = estou esfomeado]. Acontece que, na terceira pessoa, o signo pronominal é zero, de modo que, neste caso, o enunciado “ele está esfomeado” se realiza simplesmente por *mabisin*. Aqui, o enunciado assertivo mínimo identifica-se completamente com uma forma nominal, ou, nas palavras de Benveniste: “Uma forma caracterizada como nominal morfologicamente assume uma função sintaticamente verbal” (PLG I, p. 169).

Uma vez que o exame completo da frase nominal exigiria que se determinasse, para cada língua ou família de línguas, suas numerosas variantes funcionais¹⁶², Benveniste restringe sua análise ao domínio do indo-europeu antigo, constatando que, entre a frase nominal e a frase verbal, não existe nenhum grau de maior ou menor eficiência assertiva. Assim, entre *omnia clara rara* [tudo o que reluz (é) raro] e *omnia clara pereunt* [tudo o que reluz perece], não há mais ou menos “regular”, nem mais ou menos assertivo. Cabe, no entanto, determinar de que modo se diferenciam, em sua função verbal, segundo esta se realize a partir de uma forma verbal ou nominal. Para Benveniste, a diferença entre os dois fenômenos sintáticos reside justamente nas propriedades de cada classe responsável pela dupla função verbal:

Na frase nominal, o elemento assertivo, sendo nominal, *não é* susceptível das determinações que a forma verbal tem em si: modalidades temporais, pessoais, etc. A asserção terá esse caráter próprio de ser intemporal, impessoal, não modal, em suma, de ter por objeto um termo reduzido apenas ao seu conteúdo semântico. Uma segunda consequência consiste em que essa asserção nominal também não pode participar da propriedade essencial de uma asserção verbal, que consiste em pôr o tempo do acontecimento em relação com o tempo do discurso sobre o acontecimento. A frase nominal em indo-europeu afirma uma certa “qualidade” (no sentido mais geral) como própria do enunciado, mas fora de qualquer determinação temporal, ou outra, e fora de qualquer relação com o locutor (PLG I, p. 171-172, grifo do autor).

Assim, por apresentar tais características funcionais, as frases nominais no indo-europeu não poderiam ser empregadas para afirmar da mesma forma que a frase verbal. As demonstrações mais explícitas disso vêm do grego. Para sua análise, Benveniste faz uso de dois textos, distintos em seu tom, estilo e conteúdo: as *Píticas* de Píndaro e a *História* de

¹⁶² Como, por exemplo, se a frase nominal representa uma expressão possível (nas línguas que dispõem do verbo “ser”) ou uma expressão necessária (nas línguas que não possuem o verbo “ser”), se ela se confina à terceira pessoa ou se realiza em todas as pessoas, se está ou não atrelada a uma ordem sintática fixa, etc.

Heródoto. No primeiro dos textos, de caráter poético, a simples enumeração de exemplos nos quais figurem a frase nominal é suficiente para delimitar o seu emprego:

1º liga-se sempre ao discurso direto; 2º serve sempre a asserções de caráter geral, na verdade sentenciosas. Isso significa que, por contraste, somente a frase verbal (com *ἔστι*¹⁶³) convém à narração de um fato, à descrição de uma maneira de ser ou de uma situação. A frase nominal visa a convencer enunciando uma “verdade geral”; supõe o discurso e o diálogo; não comunica um dado de fato, mas propõe uma relação intemporal e permanente que age como um argumento de autoridade (PLG I, p. 176).

No segundo, um texto de prosa narrativa, na qual acontecimentos, países e costumes são descritos por Heródoto, são frases com o verbo *ἔστι* que abundam, as quais informam sobre situações de fato. Nas poucas ocorrências de frases nominais, estas figuram todas em discursos reportados e constituem todas elas “verdades gerais”. Desse modo, “a frase nominal só aparece onde intervém o discurso direto e para enunciar uma asserção de tipo ‘proverbial’”. Quando, porém, um historiador quer dizer que ‘a Creta é uma ilha’, não escreve **ἡ Κρήτη νῆσος*; só convém *ἡ Κρήτη νῆσός ἐστι*” (PLG I, p. 177). Eis, na íntegra, a conclusão de Benveniste:

A frase nominal e a frase com *ἔστι* não afirmam de maneira igual e não pertencem ao mesmo registro. A primeira é do discurso; a segunda, da narração. Uma propõe um absoluto; a outra descreve uma situação. Esses dois traços são solidários e dependem juntos do fato de que, no enunciado, a função assertiva repousa sobre uma forma nominal ou sobre uma forma verbal. A ligação estrutural dessas condições sobressai plenamente. A frase nominal, sendo adequada para asserções absolutas, tem valor de argumento, de prova, de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. É, fora do tempo, das pessoas e da circunstância, uma verdade proferida como tal. É por isso que a frase nominal convém tão bem a essas enunciações, nas quais, aliás, tende a confinar-se – sentenças e provérbios – depois de haver conhecido maior flexibilidade (PLG I, p. 179).

Percebemos, através da descrição de Benveniste, que, para ele, a frase nominal não mantém relação nenhuma com a frase organizada em torno de uma cópula (o verbo “ser”), como normalmente se considera. Ora, como o linguista mesmo afirma, “uma interpretação estrita da frase nominal só pode começar quando nos liberamos dessa servidão e reconhecemos o verbo *esti* no indo-europeu como um verbo paralelo aos outros” (PLG I, p. 172-173). Assim tomada, em sua particularidade, a frase nominal não se configuraria como uma frase verbal de verbo deficiente (enquanto organizada por uma cópula não marcada, mas

¹⁶³ O verbo “ser”, em português.

implícita), mas como um enunciado tão completo e funcional em sua função assertiva quanto qualquer enunciado verbal, do qual, inclusive, distingue-se em seus empregos. Ou seja, uma vez colocadas em paralelo e em contraste, as frases verbais e nominais são reveladoras de dois modos de enunciação distintos, dados os seus diferentes modos de arranjo e as distintas funções que cumprem:

Uma vez que se lhe introduz uma forma verbal, a frase nominal perde o seu valor próprio, que reside na *não-variabilidade* da relação implicada entre o enunciado linguístico e a ordem das coisas. Se a frase nominal pode definir uma “verdade geral”, é porque exclui toda forma verbal que particularizaria a expressão (PLG I, p.181, grifo do autor).

Mais uma vez, como em *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958), Benveniste é crítico da ingênua atribuição de categorias relativas a algumas línguas particulares (mas inadvertidamente tomadas como universais), a todas as outras: “Uma vez livres da tirania inconsciente das nossas categorias modernas e da tentação de projetá-las nas línguas que as ignoram, não tardamos a reconhecer no indo-europeu antigo uma distinção que, por outro lado, tudo concorre para manifestar” (PLG I, p. 181).

A leitura aqui feita deste aprofundado estudo de Benveniste nos permite destacar, pelo menos, dois pontos a respeito da relação entre língua e sociedade que permeia o pensamento teórico do linguista. Primeiramente, como já dissemos, o trabalho evidencia o quanto noções para as quais somos tentados a atribuir um fundamento “natural”, e as quais dão aos homens a devida ordem do mundo, resultam, na verdade, de um trabalho de organização que se estabelece sistematicamente e de forma particular no interior de cada língua. Benveniste mostra, através da falha atribuição de noções como “processo”, “objeto” e “tempo” como critérios universais e permanentes para a diferenciação entre nomes e verbos, que cada língua as expressa à sua maneira, e que, se tais noções de fato existem, é porque são forjadas no interior das línguas, sendo válidas apenas em relação a elas, uma vez que dependem do modo de organização de seus elementos. Longe de reduzir-se a um puro relativismo, tais constatações, tornadas evidentes pela própria diversidade das línguas, são, para Benveniste, reveladoras de uma universalidade: a propriedade de interpretância da língua, que faz dela o interpretante da experiência humana e que, portanto, torna significante a sociedade.

Em segundo lugar, a análise da frase nominal, ao apontar para as funções particulares que esta assume por oposição à frase verbal no indo-europeu, atesta que o poder da língua de

configurar a sociedade, como Benveniste afirma em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), consiste não exclusivamente em “designações” ou “fatos de vocabulário” (cf. PLG II, p. 100), mas também de fatos sintáticos, o que, para além do puro exame lexical, permite estender à língua, em sua integralidade estrutural, a capacidade de instaurar o que o linguista chama de o “semantismo social”. As duas possibilidades de construção sintática revelam, em sua coexistência opositiva, tanto formal quanto semântica, duas maneiras de afirmar uma conformidade entre o conjunto gramatical e o fato afirmado, ou seja, de estabelecer uma relação de adequação entre o que é da “ordem da língua” e o que é da “ordem das coisas”. Como Benveniste conclui, ao final de seu estudo, “o emprego concorrente de dois tipos de asserção, sob diversas formas, constitui uma das soluções mais instrutivas para um problema que se apresentou em muitas línguas e, por vezes, em vários momentos de sua evolução” (PLG I, p. 182). O “problema” aqui pode ser entendido, de maneira muito geral, como a necessidade do homem de organização do pensamento e da experiência, elementos que estão na base de sua existência. Responde-se, assim, à dupla pergunta lançada pelo linguista no início de seu estudo, a qual retomamos:

A que necessidade, então, estará ligada a frase nominal para que tantas línguas diferentes a produzam paralelamente, e como é possível [...] que o verbo de existência tenha, entre todos os verbos, esse privilégio de estar presente num enunciado no qual não figura? (PLG I, p. 164).

A necessidade da frase nominal está ligada, nas línguas em que ela se apresenta, à mesma necessidade de que partilham categorias linguísticas como as de “pessoa” e de “tempo”, por exemplo. Trata-se de uma necessidade a um só tempo linguística e antropológica, pois constituem soluções oferecidas pelas línguas para mediar a relação do homem com o homem, e do homem com o mundo. Quanto ao privilégio do verbo “ser” de estar presente em um enunciado no qual não figura, vemos agora que não há aí privilégio algum, uma vez que a frase nominal cumpre seu funcionamento assertivo de forma completamente independente de um verbo “ser” implícito, ou de uma “cópula zero”. Este pensamento errôneo de atribuir um verbo “ausente” à frase nominal resulta tão somente da sobreposição inconsciente de categorias e valores da língua do analista sobre a língua analisada.

Em suma, vemos, em exemplos de análise linguística como estes do texto *A frase nominal* (1950), o quanto língua, pensamento, sociedade e cultura são termos que implicam

um ao outro, e o quanto essa relação de implicação mútua repousa sobre um fundamento linguístico.

3.2.2. *Problemas semânticos da reconstrução*

Em seu trabalho de 1954, intitulado *Problemas semânticos da reconstrução*, Benveniste parte da constatação de que o estudo das noções semânticas se apresenta, à época de sua publicação, de maneira vaga e descriteriosa, ao contrário dos estudos voltados para a reconstrução formal, fundamentados sobre critérios estritos, decorrentes de regras precisas, as quais foram sendo sucessivamente elaboradas e aprimoradas ao longo de um enorme esforço conjunto. O linguista afirma a necessidade de se criar, para os estudos de reconstrução semântica, todo um corpo de definições rigorosas, as quais “exigiriam por sua vez uma discussão que versasse sobre os próprios princípios da significação”¹⁶⁴ (PLG I, p. 319). Neste artigo, porém, Benveniste se limita a uma abordagem de caráter empírico, através da qual analisa concretamente alguns tipos de problemas com os quais o linguista geralmente se defronta em sua tarefa de reconstrução desde o ponto de vista do sentido. Para ele,

o problema consiste sempre – em todos os níveis da análise, no interior de uma mesma língua ou nas diferentes etapas de uma reconstrução comparativa – em determinar se, e como, dois morfemas formalmente idênticos ou comparáveis podem ser identificados pelo seu sentido (PLG I, p. 319-320).

Benveniste explicita, assim, logo de início, o princípio a partir do qual efetuará sua análise: “O único princípio de que nos serviremos nas considerações que se seguem, tomando-o como admitido, é que o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (PLG I, p. 320). Trata-se, portanto, de se perguntar, diante de formas idênticas providas de sentidos diferentes, se existe um emprego no qual tais sentidos se recobrem, formando, assim, uma unidade de significação. Não nos compete aqui examinar exaustivamente todas as análises empreendidas neste extenso artigo. Desse modo, dos muitos exemplos trazidos por Benveniste, elucidaremos apenas alguns.

¹⁶⁴ Pensamos encontrar essa discussão sobre os princípios da significação como tema central, principalmente, em textos benvenistianos elaborados na década seguinte, como *Os níveis da análise linguística* (1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969).

No primeiro deles, o linguista apresenta os elementos homófonos do inglês, *story* [narrativa] e *story* [pavimento, andar de um prédio], demonstrando que, entre eles, não encontramos um emprego no qual os dois sentidos se façam coincidir. A etimologia dos termos confirma o fato de que as duas formas não possuem uma mesma origem, sendo o primeiro caso advindo do francês arcaico *estoire*, e o segundo também do francês antigo, mas relativo à forma *estorée*¹⁶⁵. Benveniste adverte, no entanto, que a etimologia não é suficiente, por si só, para garantir que dois morfemas não possam vir a possuir qualquer ligação. Ora, poderia acontecer de a dupla de morfemas, em função de sua identidade formal, “associar-se de algum modo pelo sentido e criar uma nova unidade semântica” (PLG I, p. 320). Estamos a falar, aqui, do incessante trabalho do falante com a língua, uma vez que é só através do emprego desta, em uma dada situação e para uma dada finalidade, que elementos de sentidos distintos podem se fazer coincidir, dando origem a uma nova unidade semântica¹⁶⁶.

O caso inverso desse fenômeno é dado por dois verbos franceses, *voler* [voar] e *voler* [roubar]. Como explica Benveniste, tais verbos são diferentes em tudo, distinguindo-se tanto por suas relações semânticas (o primeiro pertencendo à mesma classe semântica de verbos como “andar”, “correr”, “nadar”, “rastejar”, etc.; o segundo estabelecendo sinonímia com “furtar”, “subtrair”, etc.), quanto por seu modo de predicção (“*voler*”, de “voar”, é intransitivo; “*voler*”, de “roubar”, é transitivo). Além disso, os processos derivativos dos dois diferem em muito. O primeiro verbo é bastante produtivo, acarretando como derivados *voleter* [volitar], *s’envoler* [partir voando, fugir], *survoler* [sobrevoar], *volée* [revoada], *volatile* [volátil], *volaille* [aves de galinheiro], *volière* [aviário], enquanto, do segundo verbo, deriva apenas *voleur* [ladrão]¹⁶⁷. A limitação de *voler* [roubar] torna-se inclusive um indício de que este se produziu a partir de um emprego especializado de *voler* [voar]. Para atestar isso, caberia apenas encontrar um contexto de emprego no qual o verbo *voler* [voar] assumiria uma condição de transitividade, e na qual os dois sentidos pudessem coexistir. Benveniste o encontra na língua da falcoaria:

¹⁶⁵ Em português, temos como caso semelhante, as palavras homófonas “manga” (parte da camisa) e “manga” (fruta). A origem distinta de cada termo é atestada pela etimologia: o primeiro vindo do latim *manica*; o segundo, das línguas indianas malaiala [*manga*] e tamul [*mankay*] (cf. NASCENTES, 1955).

¹⁶⁶ Usando nosso exemplo em português, nada impede (por mais insólito que pareça) que os dois elementos, “manga” (da camisa) e “manga” (fruta), venham a ser associados pela atividade do falante, fazendo coincidir em seu emprego os dois sentidos, o que poderia resultar em uma nova unidade linguística.

¹⁶⁷ Como afirma Benveniste, “a derivação comporta apenas um termo comum aos dois: *vol* [voo/roubo]” (PLG I, p. 320).

[...] é a expressão “le faucon *vole* la perdrix” (= “alcança e agarra voando”). Essa é a condição de fato, não presumível de antemão, na qual o emprego excepcionalmente transitivo cria um novo sentido de *voler*; nessa situação, o “voo” do pássaro significa ao mesmo tempo “flying” e “stealing” (PLG I, p. 321, grifos do autor).

Assim, longe de partir de uma situação improvável, na qual ambos os sentidos, “voar” e “roubar”, formariam uma unidade de significação originalmente indistinta, a coexistência das duas formas surge, na realidade, de um “emprego típico que introduziu uma cisão num campo semântico unitário para fazer dele dois domínios hoje distintos” (PLG I, p. 321). Ou seja, o verbo *voler*, com o sentido de “roubar”, surge de um emprego específico, especializado, do verbo *voler* [voar]. Trata-se de um “voar que rouba”. Aqui, vemos mais nitidamente uma diferenciação de sentido que resulta de um trabalho do falante com a língua. Estamos, inclusive, muito próximos do que Benveniste afirma, em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a respeito da língua enquanto “prática humana”: “ela [a língua] revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum” (PLG II, p. 102). Com efeito, podemos ver aqui justamente este fenômeno de apropriação da língua por grupos ou classes, tal como o linguista descreve em seu texto de 1968. O contexto de emprego específico da falcoaria dá, ao verbo “voar”, um valor especializado, o qual, uma vez carregado deste novo valor, introduz, no interior da língua, uma diferenciação lexical, dando, assim, origem a um novo verbo. Este exemplo é, portanto, bastante elucidativo do “papel da língua no interior da sociedade, uma vez que esta língua é a expressão de certos grupos profissionais especializados, para os quais seu universo é o universo por excelência” (PLG II, p. 102).

Em outro caso, Benveniste aborda a recorrente dificuldade resultante da inexatidão com que se define um ou outro sentido de elementos em comparação. O exemplo é dado através do verbo grego *tréphō* [alimentar, nutrir], geralmente declarado idêntico ao verbo *tréphō* [espessar, coagular (um líquido)]. Mas como se relacionam os dois sentidos? Benveniste demonstra, através de empregos particulares, que os dois sentidos, em grego, constituem na realidade apenas um, e que a tentativa de procurar uma conciliação entre eles constitui, no fundo, um falso problema. Toda a dificuldade decorre, segundo ele, do fato de que “a tradução de *tréphō* por ‘nutrir’, no emprego que é de fato o mais usual, não convém a todos os exemplos, e ela própria não é mais que uma aceção do sentido mais amplo e ao

mesmo tempo mais preciso” (PLG I, p. 323). Benveniste define o sentido de *tréphō* como o de “favorecer (por meio de cuidados apropriados) o desenvolvimento daquilo que é submetido ao crescimento” (PLG I, p. 323). Assim, em empregos com *paídas* [crianças] e *híppous* [cavalos], o verbo se traduz por “nutrir” e “educar”. No entanto, em empregos como *tréphein aloiphén* e *tréphein khaitēn*, temos, sucessivamente, “favorecer o crescimento da banha” e “deixar crescer os cabelos”. Segundo o linguista, é aqui que encontramos um desenvolvimento particular e “técnico”, relativo ao sentido de “coagular”. Diz ele:

A expressão grega é *tréphein gála*, que se deve agora interpretar ao pé da letra como “favorecer o crescimento natural do leite, deixá-lo atingir o estado para o qual tende”, ou, prosaicamente, “deixá-lo coalhar”. Não é nada além de uma ligação idiomática de *tréphein* no sentido de “deixar crescer, favorecer o crescimento” que sempre tem. Sob o aspecto do grego, não há diferença entre *tréphein khaitēn*, “deixar desenvolver-se a cabeleira”, e *tréphein gála*, “deixar desenvolver-se o leite”. [...] Não há, pois, mais problema de classificação dos dois sentidos de *tréphō*, uma vez que há apenas um sentido, sempre o mesmo (PLG I, p. 323-324).

Tal constatação permite a Benveniste concluir que *tréphō* [coagular] não existe enquanto um verbo em concorrência com *tréphō* [alimentar, nutrir]. O que existe é “um emprego de *tréphō gála*, que cria uma associação para nós insólita, mas explicável nos contextos gregos” (PLG I, p. 324). A confusão reside, assim, nas diferenças entre os recursos lexicais das línguas consideradas. Ora, o que os gregos expressam por meio de um só verbo, os falantes de línguas modernas, como o inglês, o francês e o português, traduzem de modo diversificado: em determinados contextos, “nutrir”; em outros, “coagular”. O problema, portanto, não se apresenta em nenhuma das línguas consideradas, uma vez que, nas línguas modernas as formas são diferentes, ao passo que, no grego, os sentidos são idênticos. Trata-se, novamente, de “uma transposição ilegítima dos valores de um sistema semântico para outro” (PLG I, p. 324). Os exemplos mostram, uma vez mais, o modo particular com que cada língua dá conta de categorizar dados da realidade, organizando o pensamento e fornecendo, ao mesmo tempo e através desta pluralidade de manifestações particulares, a evidência geral da capacidade interpretante da língua.

Benveniste demonstra esta mesma questão também através da raiz indo-europeia **dwei-* [temer], considerada materialmente idêntica ao tema do numeral **dwei-* [dois]. É justamente a distância entre os dois sentidos, em nossas línguas modernas, que leva a

descrição tradicional a estabelecer uma diferenciação entre os radicais. Benveniste, no entanto, alerta para a necessidade de jamais descartarmos de antemão, tomando apenas como base um “bom senso” do linguista, a possibilidade de uma relação de sentido, uma vez que “nada nos assegura *a priori* que ela tenha a mesma estrutura semântica em estados antigos do indo-europeu e na língua dos nossos próprios raciocínios” (PLG I, p. 325). Assim, segundo o linguista, a análise da estrutura semântica de **dwei-* tem por condição única e obrigatória o estudo de seus empregos. É novamente no grego que Benveniste encontra uma relação semântica que nos permite tomar **dwei-* como uma forma unitária:

É num texto da *Iliada*, mil vezes lido e relido, que se oferece a solução, ainda inédita. Eis o passo: *liēn méga pēma...eisoróōntes déidimen; en doiēi dē saosēmen ē apolésthai nēas* (*Il.*, IX, 229-230), literalmente: “prevendo um grande desastre, temos medo (*deidimen*); o que está em dúvida (*en doiēi*) é: salvar-nos-emos ou perderemos as naus?” O próprio texto, aproximando na mesma frase *deidimen* e *en doiēi*, esclarece [...] a sua relação. A expressão *en d(w)oyēi (esti)* significa propriamente “a coisa está em duplo, em dúvida, in dubio”, isto é, “é para temer” (PLG I, p. 325).

Liga-se, assim, a relação semântica entre **dwei-* numeral e **dwei-* verbal: como atesta o emprego de Homero, para os gregos, a noção de “temer” está intimamente relacionada com um “estar em duplo, em dúvida”, relação esta que se diferencia das que determinam os dois termos nas línguas de hoje (uma vez que constituem, para nós, noções distantes tanto na forma quanto no sentido).

Um problema muito frequente durante a comparação de termos de um grupo unitário, aproximados tanto por sua forma quanto por seu sentido, consiste em “indicar em que direção variou o sentido e qual dos sentidos comprovados deu origem ao outro” (PLG I, p. 329). Benveniste afirma que um dos critérios mais aceitos entre os comparatistas consiste no caráter “concreto” ou “abstrato” do sentido, através do qual se estipula que a evolução do sentido sempre se faz do “concreto” para o “abstrato”. O linguista passa então a demonstrar o quanto tal critério não encontra validade na reconstrução semântica, tomando como exemplo uma família etimológica já bastante estudada, a das formas germânicas em torno da noção de “fidelidade” (*trust*).

Nas línguas desta família (Benveniste traz, como exemplos, o gótico, o antigo alemão, o antigo alto-alemão, e o antigo islandês), todos os termos aparentados giram em torno de noções comuns, como “confiar/confiança”, “respeito” e “fidelidade”. Porém, fora do

germânico, termos a eles ligados encerram outro sentido, apenas parcialmente representado no germânico: eles designam a “árvore” nas línguas em geral¹⁶⁸, e “carvalho” no caso específico do grego. A pergunta é inevitável: “Como organizar essa distribuição de sentidos, ‘árvore’ de um lado, ‘fidelidade’ do outro, num conjunto de formas que afora isso estão bem ligadas?” (PLG I, p. 330). É aqui que entra a explicação tradicional, dada pelo comparatista alemão Hermann Osthoff (1847-1909), a qual, partindo do princípio de evolução semântica do “concreto” para o “abstrato”, coloca, na origem de todo o desenvolvimento morfológico e semântico, a palavra indo-europeia representada pelo grego *drūs* [carvalho], de onde decorreriam os valores morais implicados no germânico *Treue* [fidelidade] e *truste* [confiança]. Assim, como diz Benveniste:

O adjetivo gótico *triggws*, ant. alto al. *gitriuwi*, “getreu, fiel”, significaria propriamente “firme como um carvalho”. Na mentalidade germânica, o carvalho teria sido o símbolo da solidez e da confiança, e a imagem do carvalho inspiraria o conjunto das representações da “fidelidade”. [...] Acreditáramos, pois, ter aqui o tipo de uma designação concreta evoluindo em noção moral: uma instituição teria por origem um símbolo vegetal (PLG I, p. 330-331).

Benveniste aponta que a falha de tal definição consiste no fato de que, para que o nome do “carvalho” fosse admitido como o ponto de partida de toda a derivação, ele deveria constituir o sentido comum a todas as línguas indo-europeias. Não é o que acontece, porém:

É só em grego que *drū-* quer dizer “carvalho”. Em toda parte fora daí o sentido é “árvore, lenho” em geral: hit. *taru*, indo-ir. *dāru-*, *dru-*, gót. *triu*, etc., ant. esl. *drŭva* plural. No próprio grego, *dóru* aplica-se a uma árvore (*Od.*, VI, 167), ao lenho do navio (*Il.*, XV, 410), à madeira da lança e à lança. Ainda mais, o sentido de “carvalho” que o grego *drūs* tem na língua clássica é secundário e relativamente recente. [...] O termo genérico para “árvore” denominou a árvore mais importante, o “carvalho”, provavelmente sob a ação das crenças ligadas aos carvalhos proféticos de Dodona. [...] Tudo confirma, pois, que **dreu-* designava a árvore em geral, e que o sentido de “carvalho” foi adquirido somente no grego (PLG I, p. 331).

A razão para que *drū-* com o sentido de “carvalho” esteja limitado à língua grega é, no mínimo, intrigante, uma vez que se liga a uma motivação que é da ordem do mundo: “o carvalho só cresce numa parte da área indo-europeia, na região média da Europa que vai da Gália à Grécia setentrional, e não além para o leste; na verdade, não há um nome indo-irânico

¹⁶⁸ Em inglês, por exemplo, língua pertencente à família germânica, as duas unidades de sentido se encontram representadas pelas formas, hoje distintas, *trust* [confiança/confiar] e *tree* [árvore].

do ‘carvalho’” (PLG I, p. 331). Ora, sendo a espécie arbórea em questão comum em apenas uma limitada área do domínio indo-europeu, seria mesmo impossível que o termo fosse empregado especificamente para designá-la nos lugares em que ela não existe. Evidenciamos, assim, uma situação na qual um fenômeno de *designação* é o que permite estabelecer uma ordem de *significação*. Voltaremos a essa distinção logo adiante. O que nos interessa, por enquanto, é o fato de que, se não podemos tomar o sentido de “carvalho” como o ponto de partida das diferenciações que levam a “fidelidade”, nas línguas germânicas, também não podemos supor que esta origem resida no sentido de “árvore”. Para Benveniste, ambos os conjuntos “distribuem-se igualmente em cada língua e dependem uns e outros de uma mesma significação, que se deixa reconstruir com a ajuda do conjunto das formas atestadas” (PLG I, p. 331).

Assim, contrariamente à concepção de um desenvolvimento semântico orientado do “concreto” para o “abstrato”, Benveniste estabelece que o sentido original de **dreu-* é o de “estar firme, sólido, são”. Deste sentido geral e “abstrato”, derivaram diretamente os termos germânicos (como, por exemplo, o gótico *trauan*, *trausti*, etc.) responsáveis por fixar a terminologia da “confiança”, ao mesmo passo que é dessa mesma significação comum que participa a designação da “árvore”. Como resume Benveniste:

Ao inverso do raciocínio de Osthoff, consideramos que o **derwo-*, **drwo-*, **dreu-* no sentido de “árvore” é apenas um emprego particular do sentido geral de “firme, sólido”. Não é o nome “primitivo” do carvalho que criou a noção de solidez, foi ao contrário pela expressão da solidez que se designou a árvore em geral e o carvalho em particular: o gr. *drūs* (gal. *derwen*) significa literalmente “o sólido, o firme” (PLG I, p. 332).

Desse modo, não há nada de “primitivo” no sentido de “árvore”. **drū-* constitui, antes de tudo, “uma qualificação que, uma vez ligada ao seu objeto, se tornou na sua designação, e se encontrou separada de sua família semântica; daí a coexistência de dois morfemas que se tornaram distintos, como *tree* e *true* em inglês” (PLG I, p. 332). Atingimos, aqui, o cerne do problema: além de atestar o quão inválido é o critério de “concreto” e “abstrato” como norteador da reconstrução semântica, Benveniste aponta para o “quão importante é a distinção necessária entre a *significação* e a *designação*” (PLG I, p. 332, grifos nossos).

Conforme já salientamos no capítulo anterior, o par significação-designação constitui, para Benveniste, um conjunto nocional de grande importância para a compreensão da gênese

semântica do vocabulário¹⁶⁹. O que o linguista demonstra, através de sua análise em torno das formas derivadas do morfema **dreu-*, é justamente o processo elucidado por ele, anos mais tarde, no prefácio de seu primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias*: “Trata-se, por meio da comparação e de uma análise diacrônica, de fazer surgir uma significação ali onde, de início, tínhamos apenas uma designação” (BENVENISTE, 1969/1995, p. 11-12). Ora, todo o esforço de Benveniste consiste, nesta análise, em mostrar que, longe de constituir o sentido “original” de **dreu-*, o sentido de “árvore” resulta de um emprego particular (ainda mais especializado no caso dos gregos, os quais designaram, com o termo, apenas o “carvalho”), no qual o sentido qualificador de “solidez” faz, do elemento linguístico **dreu-* (considerando aqui também os seus derivados nas línguas indo-europeias), o termo eleito tanto para designar, nas línguas de sua família, o objeto “árvore”, quanto para desenvolver a noção moral de “fidelidade”. Percebemos, assim, que é através das designações (as quais supõem o emprego da língua) que Benveniste pode dizer algo acerca da significação. O par significação-designação é, assim, o principal *operador* da análise comparativa, uma vez que é só a partir dela que o linguista pode

[...] restaurar os conjuntos que a evolução submeteu a deslocamentos, trazer à luz estruturas ocultas, reconduzir a seu princípio de unidade as divergências nos empregos técnicos, e ao mesmo tempo mostrar como as línguas reorganizam seus sistemas de distinções e renovam seu aparato semântico (BENVENISTE, 1969/1995, p. 9).

Além disso, o estudo demonstra a inter-relação necessária que se estabelece entre significação e designação: os empregos de **dreu-* para designar a “árvore” produziram uma cisão, a qual acabou por afastar o morfema de seu conjunto semântico, criando, assim, uma diferenciação lexical que levou a uma nova significação. Novamente, vemos aqui uma relação muito próxima com o que Benveniste descreve em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968):

Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais (PLG II, p. 102).

¹⁶⁹ Sobre esta análise em específico, afirma Barboza (2018), em relação ao par significação-designação: “A compreensão da diferença entre um e outro é fundamental para a contra-argumentação de Benveniste sobre os critérios de ‘concreto’ e ‘abstrato’, com este sendo sempre originado por aquele, como se fosse uma espécie de ‘evolução’” (BARBOZA, 2018, p. 61).

Esta investigação coloca em jogo uma problemática ainda maior, que diz respeito à própria relação entre língua e realidade. Como bem afirma Barboza (2018), “a designação parece ser o elo que liga a palavra do aparato semântico, do qual faz parte todo o léxico de uma língua, à realidade daquele léxico” (BARBOZA, 2018, p. 68), destacando portanto a “designação” como elemento de ligação entre língua e realidade, ainda que “[...] se entenda que a designação não é a realidade, mas está em relação com ela” (BARBOZA, 2018, p. 68, grifo da autora). Como a autora constata, através de sua análise de estudos benvenistianos integrantes de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, é a significação que, uma vez aplicada a uma realidade específica, faz surgir uma designação. Esta mesma designação pode, no entanto, em função dos valores por ela constituídos, produzir uma diferenciação que, no plano da língua, dará luz a uma nova significação. A questão aqui é, portanto, como conclui Benveniste, a de descobrir “como a variante de um sentido se ‘semantiza’ por sua vez e se torna numa unidade distinta” (PLG I, p. 339). Compreende-se, desse modo, através do par significação-designação, o constante e simultâneo processo de conservação e renovação que está na base do funcionamento da língua em relação à sociedade. Retomando o que Benveniste afirma em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “[...] o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua” (PLG II, p. 96). A estabilidade de significação de que a língua é provida, em função de sua própria natureza significante, é o que permite a ela tudo designar. Está aí, inclusive, a base da autorreferencialidade que possibilita à língua a sua própria realização, e que a coloca como o fundamento da (inter)subjetividade (cf. Barboza, 2018, p. 118), e, por consequência, da sociedade¹⁷⁰.

3.2.3. Dom e troca no vocabulário indo-europeu

Neste artigo, publicado pela primeira vez em 1951 na revista francesa *L'année sociologique*, fundada por Émile Durkheim, Benveniste procura analisar as noções de “dom” e “troca” na sociedade indo-europeia através dos testemunhos que oferece o vocabulário das

¹⁷⁰ Isto constitui um dos temas a serem abordados em nosso Capítulo 4.

línguas indo-europeias. Presenciamos, desde já, que o estudo constitui um exemplo do papel da língua enquanto meio de acesso à organização social, tal como o linguista o define em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “O vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social” (PLG II, p. 100). O contexto de sua publicação é importante, uma vez que se insere na temática abordada por Benveniste, e lhe dá o ponto de partida de sua reflexão. Ora, Benveniste publica seu estudo em uma revista de sociologia, e aborda, desde um ponto de vista linguístico, um tema cujo surgimento se dá através do trabalho do sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss (1872-1950), sobrinho de Durkheim, e responsável pela elaboração das noções de “dom” e “troca” enquanto definidoras do funcionamento de todo um conjunto de fenômenos sociológicos próprios das sociedades arcaicas (religiosos, econômicos, jurídicos, festivos, etc.)¹⁷¹. É justamente a partir do estudo de Mauss que Benveniste inicia seu trabalho, reconhecendo a importância e o mérito da investigação do sociólogo francês, mas acrescentando que sua demonstração se funda sobre sociedades arcaicas, as quais lhe forneceram dados maciços e concludentes. No entanto, quando se trata de “verificar esse mecanismo nas sociedades antigas, particularmente no mundo indo-europeu, os exemplos comprovantes tornam-se muito mais raros” (PLG I, p. 348). Assim, Benveniste salienta que, mesmo tendo descrito aspectos importantes acerca de tais noções na sociedade trácia, assim como na Índia e na Germânia, Mauss considerava tais sociedades como “muito difíceis de explorar e que, no estado em que se encontram os documentos utilizáveis, não devemos contar com grande número de testemunhos precisos e seguros, se os queremos explícitos” (PLG I, p. 349).

É aqui que surge o objeto de interesse de Benveniste: aos registros etnográficos e documentos arqueológicos que servem de dados às investigações acerca da sociedade, Benveniste faz somar outro elemento. Diz ele:

Temos, entretanto, fatos menos aparentes, tanto mais precisos quanto não correm o risco de haver sido deformados por interpretações conscientes. São os apresentados pelo *vocabulário* das línguas indo-europeias. Não poderíamos utilizá-los sem uma elaboração, fundada sobre a comparação das

¹⁷¹ Outro fato digno de nota é o de que, após o falecimento de seu tio, em 1917, “Mauss assumiu diretamente a revista *L'Année Sociologique*, tomando para si, igualmente, a tarefa de resgatar e divulgar as contribuições dos autores desaparecidos na Primeira Guerra Mundial” (MARTINS, 2005, p. 47). Soma-se a isso o fato de que a edição na qual Benveniste publica é a de 1951, ano posterior à morte de Mauss. Desse modo, assim como o texto de Henry Lévy-Bruhl, publicado na mesma edição e intitulado “*In Memoriam a Marcel Mauss*”, podemos considerar a presença, ali, do estudo de Benveniste sobre as noções maussianas de “dom” e “troca”, também como uma forma de homenagem à figura do sociólogo.

formas atestadas. Desse exame, porém, resultam conclusões que suprem, em medida bastante grande, a ausência de testemunhos sobre os períodos mais antigos das nossas sociedades (PLG I, p. 349, grifo nosso).

Benveniste vê, assim, no vocabulário das línguas, uma maneira de compreender a gênese e o desenvolvimento de estruturas organizadoras da vida social, uma vez que, para ele, “a língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual” (PLG II, p. 100), configurando-a em uma espécie de “semantismo social”. Trata-se, em suma, de buscar analisar o mecanismo sociológico da dádiva e da troca, estabelecido por Mauss, desde o ponto de vista da língua.

O linguista inicia seu exame pela raiz verbal **dō-*, expressão comum à maioria das línguas indo-europeias para a noção de “dar”, salientando que a constância dessa significação só deixou de se considerar como estabelecida quando se revelou que o verbo hitita *dā-* significava não “dar”, mas “tomar”. A questão então ficou assim posta: seria “dar” o sentido original, do qual o hitita fez diferenciar “tomar”; ou, ao contrário, foi o hitita que conservou o sentido original de “tomar”, ao passo que a evolução da maioria das outras línguas o fez desviar para “dar”? No entanto, Benveniste afirma que a tentativa de tirar um sentido do outro constitui apenas uma má formulação do problema. Para ele, a raiz **dō-* “não significa propriamente nem ‘tomar’ nem ‘dar’, mas ou um ou outro segundo a construção” (PLG I, p. 349). Ou seja, em sua origem, a forma verbal **dō-* era imbuída de uma ambivalência semântica. Assim como no verbo inglês *take*, que admite empregos tanto no sentido de “tomar” (*take from*) quanto no de “entregar” (*take to*), “igualmente **dō-* indicava somente o fato de pegar; só a sintaxe do enunciado o diferenciava em ‘pegar para guardar (= tomar)’ e ‘pegar para oferecer (= dar)’” (PLG I, p. 350). O processo evolutivo das línguas fez prevalecer, para cada uma delas, apenas uma das acepções, de modo que, em nossas línguas modernas, tais sentidos se fazem expressar através de duas formas distintas e antitéticas. Conforme conclui Benveniste: “‘Tomar’ e ‘dar’ se revelam aqui, numa fase muito antiga do indo-europeu, como noções organicamente ligadas pela sua polaridade e susceptíveis de uma mesma expressão” (PLG I, p. 350). Tal conclusão vai ao encontro da formulação de Mauss, para quem os atos de dar, receber e retribuir (isto é, os atos de troca) nas sociedades arcaicas são reveladores de um sistema de organização responsável pela própria constituição e

manutenção da sociedade¹⁷². A unidade semântica formada pelas noções de “dar” e “tomar” na raiz verbal indo-europeia **dō-* seria, portanto, um testemunho linguístico da reciprocidade inerente à prática da dádiva.

Partindo para o próprio nome do “dom” nas línguas indo-europeias, as quais, em sua maioria, fazem uso de formas nominais derivadas de **dō-*, Benveniste destaca o fato de que, numa mesma língua, encontramos, simultaneamente, vários desses derivados, que se permitem diferenciar através de seus sufixos. O linguista adverte que a coexistência de tais “sinônimos” é merecedora de atenção, uma vez que “não há sinônimos e, mais particularmente, porque a simplicidade de uma noção como ‘dom’ não pareceria exigir expressões múltiplas” (PLG I, p. 351). A afirmação benvenistiana de que sinônimos não existem é característica de sua perspectiva sistêmica de língua, na qual a coexistência de elementos pressupõe necessariamente uma relação opositiva de forma e sentido. É isso o que ele demonstra através das cinco palavras em grego, as quais nossos dicionários traduzem identicamente por “dom, presente”: *δῶς, δόσις, δῶρον, δωρεά, δωτίνη*. Dentre os empregos diferenciados de cada um deles, Benveniste destaca o último, o qual representa um dom de espécie totalmente diferente dos demais:

A *δωτίνη*, em Homero, é o dom obrigatório oferecido a um chefe que se quer honrar [...] ou o dom ao qual se é obrigado para com um hóspede [...]. Os empregos da palavra em Heródoto confirmam esse sentido técnico. Um homem, desejando coagir o marido de uma mulher que ele ambiciona, oferece-lhe em *δωτίνη* tudo o que ele poderia desejar dos seus bens, mas sob condição de reciprocidade [...]. Não se poderia sublinhar mais claramente o valor funcional da *δωτίνη*, desse dom que obriga a um contra-dom. Esse é o

¹⁷² Cabe-nos esclarecer, pelo menos em linhas gerais, o pensamento maussiano acerca do “dom”. De fato, Marcel Mauss é mais conhecido, no campo da sociologia e da antropologia, pela formulação de sua Teoria da Dádiva, cuja principal referência é a obra *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, publicado em 1924. Servimo-nos, aqui, da explicação de Martins (2005): “Neste ensaio, apoiando-se nas colaborações de etnólogos e antropólogos, ele procurou demonstrar que os fenômenos do Estado e do mercado não são universais. Não há, segundo ele, evidências da presença dos mesmos nas sociedades tradicionais, mas, apenas, em sociedades mais complexas como as modernas. Porém, em todas as sociedades já existentes na história humana – independentemente de nos referirmos àquelas tradicionais ou modernas –, é possível observar, diz ele, a presença constante de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal. Este sistema, que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de doação, de recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais, é conhecido como dom ou dádiva. [...] A compreensão da dádiva como o sistema de trocas básico da vida social permite romper com o modelo dicotômico típico da modernidade, pelo qual a sociedade ou seria fruto de uma ação planificadora do Estado ou do movimento fluente do mercado” (MARTINS, 2005, p. 52-53). Assim, “diferentemente de Durkheim, que ficou prisioneiro de uma preocupação cientificista de objetivação da realidade social, Mauss compreendeu que a sociedade é primeiramente instituída por uma dimensão simbólica, e que existe uma estreita ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir em todas as sociedades, independentemente de as mesmas serem modernas ou tradicionais” (MARTINS, 2005, p. 55).

sentido constante em Heródoto; quer a *δωτίνη* seja destinada a provocar um dom em retribuição, quer sirva para compensar um dom anterior, inclui sempre a ideia de uma reciprocidade (PLG I, p. 352).

Nos empregos de *δωτίνη*, mostra-nos Benveniste, é possível encontrar o próprio mecanismo maussiano de reciprocidade que se manifesta nas práticas sociais da troca (dar, receber e retribuir). Como o próprio linguista afirma, “temos em *δωτίνη* a noção do dom em retribuição ou do dom que pede retribuição. O mecanismo da reciprocidade do dom é revelado pela própria significação” (PLG I, p. 353).

Para além das palavras cujo sentido permite identificar uma relação direta com a noção de “dom”, Benveniste explora aquelas nas quais tal relação se mostra de maneira menos aparente, como as responsáveis pela noção de “hospitalidade”. Dentre elas, está a palavra latina *hostis*, cujo sentido mais difundido é o de “estrangeiro, inimigo”. O exame de Benveniste revela que o emprego do termo com este sentido é tardio, se comparado aos empregos nos quais ela assume o sentido de “estrangeiro que se iguala ao cidadão romano”. A própria relação com o verbo *hostire*, cujo sentido próprio é o de “compensar, contrabalançar”, e com o derivado *hostia*, termo usado para designar a vítima oferecida para “compensar” a cólera dos deuses, demonstra que, antes de significar “inimigo”, *hostis* assumia ao mesmo tempo o sentido de “estrangeiro” e o de “hóspede”:

A igualdade de direitos de que goza frente ao cidadão romano está ligada à sua condição de hóspede. *Hostis* é propriamente aquele que compensa e goza de compensação, aquele que obtém em Roma a contrapartida das vantagens que tem no seu país e, por sua vez, deve o equivalente àquele a quem paga com a reciprocidade. [...] Através de *hostis* e dos termos aparentados no latim arcaico podemos captar um certo tipo de *prestação compensatória* que é o fundamento da noção de “hospitalidade” nas sociedades latina, germânica e eslava: a igualdade de condição transpõe para o direito a paridade assegurada entre as pessoas por meio de dons recíprocos” (PLG I, p. 355, grifos do autor).

Com o fortalecimento do Estado romano, o sentido de *hostis* passou a se restringir a “estrangeiro”, à medida que “o *status* do *ciuis* se definia com mais rigor e que a *ciuitas* se tornava a norma única e sempre mais estrita do pertencimento jurídico à comunidade romana” (PLG I, p. 355). Deste modo, as relações reguladas por acordos pessoais e familiares acabaram se tornando cada vez menos importantes, até serem completamente substituídas por regras e deveres impostos pelo Estado. Assim, de “estrangeiro”, *hostis* passou a significar

“inimigo público”, através de “uma mudança de sentido que está ligada à história política e jurídica do estado Romano” (PLG I, p. 355).

Benveniste também constata a importância, como testemunho linguístico das relações sociais de dom e troca, da palavra latina *munus*, salientando que, a partir dela, “poder-se-ia retrair [...] toda uma fenomenologia indo-europeia da ‘troca’, cujos fragmentos sobrevivem nas numerosas formas derivadas da raiz **mei-*” (PLG I, p. 356). O linguista explica que, no emprego dos escritores, *munus* possui sentidos tais como “função, ofício”, “obrigação”, “tarefa”, “favor”, ou ainda “representação pública, jogo de gladiadores”, todas estas acepções pertencentes ao domínio social. Para Benveniste, a significação comum a todos estes empregos encontra-se na noção de “dever retribuído”, de modo que, uma vez que um *munus* tenha sido aceito, contrai-se uma obrigação de pagá-lo, seja na forma de favores ou privilégios, ou até mesmo pelo oferecimento de jogos, apresentações, etc. Ou seja, “a palavra [*munus*] encerra o duplo valor de carga conferida como uma distinção e de doações impostas em retribuição” (PLG I, p. 356). Benveniste encontra aí o fundamento da “comunidade”, já que, literalmente, *communis* significa “que toma parte nos *munia* ou *munera*”¹⁷³. Como o linguista define: “[...] cada membro do grupo é obrigado a devolver na mesma medida em que recebe. Cargos e privilégios são as duas faces da mesma moeda, e essa alternância constitui a comunidade” (PLG I, p. 356). Portanto, Benveniste revela como o princípio de reciprocidade que é inerente à relação de receber um ofício público (*munia*) e de retribuir a dádiva com benefícios ao povo (*munera*) encontra-se na própria significação da palavra “comunidade” (*communis*). Mais uma vez, o que temos é a matéria linguística como o testemunho e como o organizador de relações que estão na base da vida social.

Benveniste ainda oferece como exemplo um tipo de doação que foi mais ou menos abolido nas sociedades históricas, mas cujo resgate se torna possível através da interpretação de significações bastante dessemelhantes de um grupo de palavras derivadas da raiz *dap-*. Tal grupo é constituído por lexemas como o latim *daps* [banquete sagrado], o antigo islandês *tafn* [animal de sacrifício], o armênio *tawn* [festa], o grego *δαπάνη* [despesa], assim como o latim *damnum* [dano]. O linguista explica que a diferença de sentido entre os termos deve-se à

¹⁷³ *Munia* se refere, no latim, aos cargos públicos, ao passo que *munera*, termo relacionado, diz respeito a presentes ou apresentações oferecidas ao público pelos que ocupavam tais cargos, assim como a prédios e construções públicas, uma vez que, aparentemente, eram erguidos, por ordem dos magistrados, como dádivas ao povo, para seu uso e benefício (cf. VALPY, 1838, p. 275).

especialização de emprego que cada um deles recebeu em sua respectiva língua. No entanto, no centro da significação está a noção de “despesa”, enquanto manifestação a um só tempo religiosa e social:

[...] despesa festiva e suntuosa, oferenda que é ampla consumação de alimento, feita para o prestígio e “em pura perda”. Essa definição parece explicar todas as acepções especiais nas quais se divide uma concepção arcaica (PLG I, p. 357).

Assim, se, para os romanos, a *daps* constitui um banquete oferecido aos deuses, e, para os gregos, *δαπάνη* retém a acepção de “despesa”, em ambos os casos o sentido é o de “uma prodigalidade fastuosa que é, ao mesmo tempo, consumação de alimento e destruição de riquezas” (PLG I, p. 358). Trata-se, em suma, de uma doação voluntária, na qual a “despesa” cumpre a função de demonstrar prestígio e, inclusive, rivalidade (o que leva Benveniste a comparar o ato com o fenômeno do *potlatch*, muito estudado por Mauss)¹⁷⁴. Reconhecemos, aqui, a relação com *damnum*, termo cuja especialização de emprego manteve apenas o sentido de “dano sofrido” (perda material, sobretudo pecuniária), afastando-o, assim, do grupo semântico que toma a “despesa” enquanto doação ou sacrifício livremente consentido.

Em seu conjunto, as análises do vocabulário empreendidas por Benveniste neste artigo atestam a possibilidade de se buscar, na propriedade de significância da língua, uma forma de olhar para fenômenos de ordem social, tal como, neste caso, a prática da dádiva descrita por Mauss, um mecanismo de reciprocidade que está na base da vida individual e coletiva, e que a língua não apenas torna manifesta, como também fundamenta.

3.2.4. A noção de “ritmo” na sua expressão linguística

Assim como no texto anterior, no qual Benveniste estabelece um diálogo com a sociologia para abordar a noção de “dom” desenvolvida por Marcel Mauss desde o estudo do

¹⁷⁴ O termo *potlatch* está relacionado a uma prática ritual de tribos ameríndias “na qual homens usam presentes como maneira de indicar seu status em relação a outros homens. É uma forma de bravata com a intenção de demonstrar como um dado homem é rico e generoso, às expensas dos que recebem os presentes. Os contemplados, por seu lado, sentem-se na obrigação de agir da mesma maneira em algum ponto do futuro, de modo a poder assumir para uma posição superior” (JOHNSON, 1995, p. 209, tradução nossa). No original: “potlatch is a ritual practice in which men use gifts as a way to indicate their status in relation to other men. It is a form of boasting intended to show how wealthy and generous a man is at the expense of those who receive the gifts. Recipients, in turn, feel compelled to act as hosts of their own at some future time so that they might gain the upper hand”.

vocabulário das línguas, neste artigo, publicado em 1951 na revista *Journal de psychologie*, o linguista trata de analisar, a partir do estudo da significação linguística, uma noção que interessa a uma ampla gama de atividades humanas. Como aponta Benveniste, tal noção

[...] serviria talvez até para caracterizar distintivamente os comportamentos humanos, individuais e coletivos, na medida em que tomamos consciência das durações e das sucessões que os regulam e também quando, além da ordem humana, projetamos um ritmo nas coisas e nos acontecimentos (PLG I, p. 361).

Trata-se, com efeito, da noção de “ritmo”, e todo o empenho do linguista consiste em demonstrar que “essa vasta unificação do homem e da natureza sob uma consideração de ‘tempo’, de intervalos e de repetições semelhantes, teve como condição o próprio emprego da palavra” (PLG I, p. 361). A proposição é audaciosa: para Benveniste, a organização que recebeu o pensamento ocidental em torno da noção de “ritmo”, isto é, nossa concepção acerca da duração, da medição do tempo em intervalos, em cadências, a qual fazemos projetar toda nossa compreensão dos acontecimentos, deriva da própria história dos empregos da palavra “ritmo”, a qual, originada no grego, chegou até nós através do latim.

A pergunta inicial de Benveniste é, portanto, a seguinte: se constatamos que, no grego, “*ῥυθμός* designa de fato o ritmo, donde deriva a noção e o que significa propriamente?” (PLG I, p. 361). Percebemos que o linguista opera nitidamente, aqui, com a distinção entre “designar” e “significar”, tal como ele adverte em textos como *Problemas semânticos da reconstrução* (1954) e o prefácio do primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1969). Assim, de um lado, Benveniste reconhece que a noção de “ritmo”, tal como a conhecemos, já era existente na sociedade grega, e que o termo grego usado para *denominá-la* era *ῥυθμός*. Por outro, o linguista pressupõe que, para além do que denomina, a palavra *ῥυθμός* possui uma *significação* própria, um sentido inerente e anterior que é condição para os empregos especializados que designaram o “ritmo”, e que acabaram por lhe fixar o sentido. O par “significação-designação” surge, aqui, portanto, segundo define Barboza (2018), como um “operador no processo de análise semântica, parte integrante de um ‘método’ de Benveniste, quando empregado em textos relativos a estudos de comparação de línguas” (BARBOZA, 2018, p. 118).

Conforme já destacamos, a pista que permite ao linguista perseguir a significação de um dado elemento linguístico é dada pela totalidade de seus empregos, ou seja, pelas

possibilidades designativas que tal significação admite. Da interpretação destes múltiplos empregos, Benveniste faz surgir a significação. Assim, tal como em outros casos nos quais o que está em jogo é o estudo comparado das línguas com o objetivo de reconstrução semântica, este contexto de uso particular permite ver que, por “designação”, Benveniste entende (cf. BARBOZA, 2018, p. 61) um valor de “nomeação”, “denominação”, enquanto, para “significação”, o linguista atribui um valor mais geral e constante de “sentido”, de “querer dizer”. No entanto, as mesmas análises colocam em relevo o fato de que significação e designação constituem noções mutuamente constitutivas, uma vez que é em função da relação entre elas (de um lado, a estabilidade de significação; de outro, empregos a cada vez particulares) que se dá o processo de transformação e renovação semântica inerente à evolução das línguas. Barboza (2018) resume isso muito bem em uma única frase: “As línguas significam porque designam e vice-versa” (BARBOZA, 2018, p. 123).

Para responder à sua pergunta inicial, Benveniste parte da definição tradicionalmente dada pelos dicionários: “*ῥυθμός* é o abstrato de *ῥεῖν*, “fluir”, tendo sido o sentido da palavra [...] tomado aos movimentos regulares das ondas” (PLG I, p. 361). Tal definição estipula a noção de ritmo como advinda de uma descoberta “natural” e imediata. Pois bem, uma explicação como essa para a origem do sentido de “ritmo” supõe, como afirma o linguista, que “o homem aprendeu com a natureza os princípios das coisas, o movimento das ondas fez nascer no seu espírito a ideia de ritmo, e essa descoberta primordial está inscrita no próprio termo” (PLG I, p. 362). Nada mais simples, e também nada mais ingênuo. Ora, Benveniste não encontra dificuldade nenhuma em desconstruir tal interpretação, uma vez que, embora *ῥυθμός* e *ῥέω* possam ser ligados morfológicamente, a ligação entre semântica entre “ritmo” e um “fluir” por meio do “movimento regular das ondas” se mostra completamente inexistente:

É suficiente observar que *ῥέω* e todos os seus derivados nominais [...] indicam exclusivamente a noção de “fluir” mas que o mar não “flui”. Jamais se diz *ῥεῖν* a respeito do mar, e aliás jamais se emprega *ῥυθμός* para o movimento das ondas. São termos totalmente outros que retratam esse movimento. [...] Inversamente, o que “flui” (*ῥεῖ*) é o rio, o riacho; ora, uma corrente d’água não tem “ritmo” (PLG I, p. 362).

A conclusão, portanto, não poderia ser outra: a origem do sentido de “ritmo” ter se estabelecido a partir da capacidade de *ῥυθμός* para descrever o movimento das ondas do mar

constitui uma pura invenção, de modo que “*ῥυθμός*, nos seus antigos empregos, não se diz da água que flui e nem mesmo significa ‘ritmo’” (PLG I, p. 362).

O exame dos empregos de *ῥυθμός* pelos filósofos jônios da alta antiguidade (Demócrito, em especial) revela que o sentido primeiro da palavra grega é, invariavelmente, o de “forma” (*σχῆμα*), “entendendo por aí a forma distintiva, o arranjo característico das partes num todo” (PLG I, p. 364)¹⁷⁵. O mesmo se sucede na prosa jônia¹⁷⁶, na poesia¹⁷⁷, entre os trágicos¹⁷⁸, estendendo-se até a prosa ática do século V¹⁷⁹. O extenso levantamento de empregos que Benveniste realiza permite a ele estabelecer as seguintes constatações:

- 1.º que *ῥυθμός* nunca significa “ritmo” desde a origem até o período ático;
- 2.º que nunca se aplica ao movimento regular das ondas; 3.º que o sentido constante é “forma distintiva, figura proporcionada, disposição”, nas mais variadas condições de emprego, aliás (PLG I, p. 366).

Diante desta definição de *ῥυθμός* como “forma, disposição”, Benveniste destaca a existência de outros termos gregos que também expressam a noção de “forma”, como *σχῆμα*, já apresentada. No entanto, tais noções não se confundem: enquanto *σχῆμα* “se define como uma ‘forma’ fixa, realizada, posta de algum modo como um objeto”, os contextos de emprego de *ῥυθμός* sugerem que a palavra se presta a designar “a forma no instante em que é assumida por aquilo que é movido, móvel, fluido, a forma daquilo que não tem consistência orgânica. [...] É a forma improvisada, momentânea, modificável” (PLG I, p. 367-368). Tal sentido explica a ligação morfológica que o termo mantém com *ῥεῖν* [fluir], uma vez que, “significando literalmente ‘maneira particular de fluir’, [*ῥυθμός*] tenha sido o termo mais próprio para [Demócrito] descrever ‘disposições’ ou ‘configurações’ sem fixidez nem

¹⁷⁵ Como exemplos, Benveniste traz empregos do filósofo Demócrito como os seguintes, nos quais o sentido de “forma” se aplica a realidades tanto materiais quanto sociais: “*Περὶ τῶν διαφερόντων ῥυθμῶν*” [sobre a variedade de *forma* (dos átomos)] (PLG I, p. 363); “*οὐδεμία μηχανὴ τῷ νῦν χαθεστῶτι ῥυθμῷ μὴ οὐκ ἀδικεῖν τοὺς ἄρχοντας*” [não há nenhum meio de impedir que, na *forma* (de constituição) agora vigente, os governantes cometam injustiça] (PLG I, p. 363-364).

¹⁷⁶ Como no exemplo, tirado de Heródoto, que fala da forma das letras do alfabeto grego, tomada inicialmente dos fenícios: “*μετὰ δὲ χρόνου προβαίνοντος ἅμα τῇ Φωνῇ μετέβαλον καὶ τὸν ῥυθμὸν τῶν γραμμάτων*” [à medida que o tempo passava, ao mesmo tempo em que mudavam de língua, os cadmeus mudaram também a *forma* (*ῥυθμός*) dos caracteres] (PLG I, p. 364).

¹⁷⁷ Como no poeta Anacreonte, para quem os *ῥυθμοί* são também as “formas” particulares do humor e do caráter: “*ἐγὼ δὲ μισέω πάντας ὅσοι σκολιοὺς ἔχουσι ῥυθμοὺς καὶ χαλεποὺς*” [detesto todos os que têm formas tortuosas e difíceis] (PLG I, p. 365).

¹⁷⁸ Como através de Ésquilo, por exemplo, que escreve “*ἐν τριγώνοις ῥυθμοῖς*” [em *forma* triangular] (PLG I, p. 365), e de Eurípedes, que emprega *ῥυθμός* para falar da “forma” distintiva de uma veste (cf. PLG I, p. 366).

¹⁷⁹ Como atesta a própria construção de Aristóteles: “*ἀρρυθμιστος*” [não reduzido a uma *forma*, não organizado] (cf. PLG I, p. 366).

necessidade natural” (PLG I, p. 368, acréscimo nosso) que caracterizam o arranjo dos átomos na produção das formas da matéria.

Respondida esta questão inicial acerca do sentido original de *ῥυθμός*, Benveniste chega ao problema central, expresso no título de seu artigo: “Como, então, nessa coerente e constante semântica da ‘forma’ se insere a noção de ‘ritmo’?” (PLG I, p. 368). O problema, segundo o linguista, consiste em “captar as condições que fizeram de *ῥυθμός* a palavra adequada para exprimir o que entendemos por ‘ritmo’” (PLG I, p. 368). Tal condição era, de certa forma, já dada pelo próprio valor de *ῥυθμός* enquanto “forma, disposição”, mas tratou-se, sobretudo, de uma especialização secundária, que deu origem ao sentido moderno de “ritmo”. Benveniste afirma que este desenvolvimento, responsável por levar o sentido de *ῥυθμός* de “forma” para “ritmo”, constitui na realidade uma criação de Platão, o qual precisou a noção de “ritmo”, delimitando numa acepção nova o valor tradicional do termo. No entanto, a palavra aparece ligada à ideia de “ritmo” como medida de tempo já em Sócrates¹⁸⁰. Platão inova, aplicando o sentido de “disposição” à “*forma do movimento* que o corpo humano executa na dança, e à disposição das figuras nas quais se resolve esse movimento” (PLG I, p. 369, grifo do autor). Temos, então, uma explicação de como o sentido se modificou:

A circunstância decisiva está, aí, na noção de um *ῥυθμός* corporal associado ao *μέτρον* [medida, métrica] e submetido à lei dos números; essa “forma” é, a partir de então, determinada por uma “medida” e sujeita a uma ordem. Eis o novo sentido de *ῥυθμός*: a “disposição” (sentido próprio da palavra) é em Platão constituída por uma sequência ordenada de movimentos lentos e rápidos, assim como a “harmonia” resulta da alternância do agudo e do grave. E é à ordem no movimento, a todo o processo do arranjo harmonioso das atitudes corporais combinado com um metro, que se chama a partir daí *ῥυθμός* (PLG I, p. 369).

É o sentido de *ῥυθμός* assim fixado que permite falar do “ritmo” de uma dança, de um canto, de um trabalho, enfim, “de tudo o que supõe uma atividade contínua decomposta pelo metro em tempos alternados” (PLG I, p. 369). Trata-se, portanto, não mais da “forma” ou “disposição” pura e simplesmente, mas da *ordem* que a governa, ordem esta que se encontra ligada a uma medição de tempo.

¹⁸⁰ Dos exemplos trazidos por Benveniste, elucidamos o seguinte: “*Ἡ γὰρ ἄρμονία συμφωνία ἐστίν, συμφωνία δὲ ὁμολογία τις... ὥσπερ γε καὶ ὁ ῥυθμὸς ἐκ τοῦ ταχέος καὶ βραδέος, ἐκ διεννηγεμένων πρότερον, ὕστερον δὲ ὁμολογησάντων, γέγονε*” [a harmonia é uma consonância, a consonância de um acorde... É de igual maneira que o *ritmo* resulta do rápido e do lento, primeiro opostos, depois concordes] (cf. PLG I, p. 369).

Como bem conclui Benveniste ao final de sua análise, a noção de “ritmo” se encontra muito distante das representações simplistas que sugerem uma etimologia superficial. Percebemos que ela é produto de “uma longa reflexão sobre a estrutura das coisas, depois de uma teoria da medida aplicada às figuras da dança e às inflexões do canto”, o que permitiu “reconhecer e denominar o princípio do movimento cadenciado” (PLG I, p. 370). Longe de constituir uma descoberta “natural” do homem, advinda da tão só contemplação do jogo das ondas no mar, a noção de “ritmo”, cuja importância no seio da sociedade abrange todas as manifestações do homem (arte, religião, trabalho, saúde, etc.), foi forjada por pensadores ao longo de uma lenta elaboração consciente. Subjacente a esta elaboração está o trabalho incessante da língua, a qual, por servir como ferramenta e material do pensamento, conserva, nos empregos cada vez mais especializados que lhe são dados, os testemunhos de seu desenvolvimento. Assim, se a noção de “ritmo” nos parece hoje “tão necessariamente inerente às formas articuladas do movimento que nos custa crer que não se tenha tomado consciência dela desde a origem” (PLG I, p. 370), é porque a língua cumpre seu papel de dar sentido e, por meio dele, de categorizar a experiência humana, tornando-a indissociável do termo que a designa.

3.3. Problemas de linguística geral II

Seguindo o mesmo modelo do que realizamos na seção anterior, nosso objetivo, aqui, consiste em visitar alguns textos integrantes do segundo volume de *Problemas de linguística geral* nos quais as descrições de língua operadas por Benveniste permitem reconhecer aspectos da relação semiológica entre língua e sociedade. Da mesma forma que seu antecessor, o segundo volume da obra, publicado em 1974, é resultado da reunião de artigos diversos do linguista, cujas publicações originais abrangem o período de 1965 a 1972. Desta vez, nosso recorte compreende a análise dos seguintes textos, todos eles integrantes da sexta parte da obra, intitulada “Léxico e cultura”: *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium* (1969), *Gênese do termo “cientifique”* (1969), *A blasfemia e a eufemia* (1969) e *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970).

3.3.1. Difusão de um termo de cultura: o latim orarium

Neste texto, publicado em 1969 no primeiro volume da coletânea italiana *Studia classica et orientalia Antonio Pagliaro oblata*, Benveniste se esforça por traçar o trajeto inteiro de um termo latino, cujos empréstimos o difundiram para fora dos domínios da língua romana, em direção ao Oriente, e o submeteram a profundas transformações de significação. O termo em questão é o latim *orarium*, e constitui, segundo Benveniste, apenas um exemplo dos muitos empréstimos que integram o vocabulário das línguas antigas e modernas, e dos quais “se faz necessário seguir toda a continuidade do processo e abarcar toda a extensão do campo linguístico para estar seguro de descrever exatamente e de compreender o fenômeno de difusão” (PLG II, p. 245). Assim, o linguista parte das condições iniciais do termo, em sua origem latina, para então atingir, em sua sequência histórica, as formas de empréstimo que o levaram de Roma até o coração da Ásia.

Benveniste inicia sua explicação através do Novo Testamento, cujo texto registra quatro ocorrências da palavra grega *σουδάριον* [toalha, lenço] cuja tradução da *Vulgata*¹⁸¹ expressa invariavelmente por *sūdārium* [lenço para enxugar o suor], uma vez que constitui o próprio empréstimo do grego *σουδάριον*. Embora o sentido de “pano, tecido” se mantenha estável ao longo destes usos, o emprego particular de *sūdārium* para designar o pano branco que cobria o rosto de Lázaro no momento de sua ressurreição (João, 11-44), bem como o que cobria o rosto de Jesus em seu sepulcro (João, 20-7), fez com que o termo tomasse, “pelo fato de ter sido mencionado nos preparativos funerários quando da Ressurreição, o sentido específico de ‘pano que envolve a cabeça dos mortos’” (PLG II, p. 246-247, grifo do autor).

O mais interessante, porém, é que o termo *sūdārium*, apesar de estreitamente ligado com seu correlato grego *σουδάριον*, não havia sido o termo escolhido para representá-lo na primeira tradução do texto bíblico para a língua de Roma, a *Vetus Latina*: “[...] muito curiosamente, a mais antiga tradução latina, a *Vetus Latina* (Itala) não trazia aqui *sudarium*, mas uma palavra diferente, *orarium*, que a *Vulgata* banuiu para substituir pelo *sudarium* do

¹⁸¹ Abreviação de *Vulgata editio* ou *Vulgata versio* [edição/versão de divulgação para o povo], *Vulgata* é como ficou conhecida a tradução da Bíblia para o latim, realizada por São Jerônimo entre os séculos IV e V, por solicitação do Papa Dâmaso I. Nela, o Novo Testamento foi traduzido do grego, língua na qual fora originalmente escrito, mas o Antigo Testamento foi traduzido, pela primeira vez, do original hebraico, em detrimento da versão posterior grega, conhecida como *Septuaginta*. Por ser mais exata e de fácil compreensão que a tradução latina predecessora (conhecida como *Vetus Latina*), a *Vulgata* tornou-se o texto bíblico oficial, só sendo substituída em 1979 por sua revisão, a *Nova Vulgata*, promulgada pelo Papa João Paulo II.

texto atual” (PLG II, p. 247). Ora, dispondo o latim de dois termos, *sudarium* e *orarium*, para designar a mesma noção de *σουδάριον*, por que optou-se inicialmente por *orarium*, sendo que a primazia era dada para *sudarium*, empréstimo direto da palavra grega? Para Benveniste, a escolha pode ter sido esta devido à situação respectiva dos dois termos no uso corrente do latim:

Entre os dois, praticamente sinônimos, a diferença é de nível estilístico. *Sudarium* pertence à boa língua clássica (Catulo, Quintiliano); *orarium* devia ser mais comum, senão vulgar. [...] Pode-se, pois, ver na escolha de *orarium* pelos primeiros tradutores dos Evangelhos para *σουδάριον* de João, 11, 44, um reflexo do uso comum, e no *sudarium* pelo qual a Vulgata o substituiu, a preocupação do bem falar (PLG II, p. 247-248).

O termo *orarium*, sendo mais recente em relação a *sudarium*, e de uso mais comum entre os romanos, foi, assim, o escolhido.

Tal escolha, diz Benveniste, é de interesse não apenas do vocabulário latino, uma vez que trouxe consequências para além do próprio latim. Assim se deu com a versão dos Evangelhos traduzida para o gótico, na qual encontramos, para a mesma passagem em que a *Vulgata* descreve o *sudarium* que cobria o rosto de Lázaro (João, 11-44), a presença do termo *aurali*, reconhecidamente tomado do latim *orarium*. Benveniste conclui, com isso, que a concordância flagrante entre a tradução gótica e a da Itala não poderia ser fruto de um mero acaso. Ora, no próprio lugar onde a *Vulgata* apresenta *sudarium* como representante do grego *σουδάριον*, o gótico traz *aurali*, o que demonstra que, além de o tradutor gótico dever “ter utilizado, ao lado do grego, um texto antigo latino tal como o Brixianus, que traz, efetivamente, *orarium*” (PLG II, p. 249), o termo *orarium* “devia ser uma palavra difundida nas províncias romanas e que os diversos povos germânicos adotaram em datas diferentes” (PLG II, p. 249), o que se percebe pelas diferentes formas com que se manifesta em outros dialetos germânicos.

Benveniste salienta que, uma vez substituído por *sudarium* na oficialização da *Vulgata*, o destino de *orarium* teria sido provavelmente o de desaparecer do latim e diluir-se nas línguas germânicas, não fosse por uma circunstância imprevista que acabou por levá-lo até a Ásia Central:

A partir do século VI, denominou-se *orarium*, na liturgia cristã, a peça de fazenda que o diácono trazia sobre o ombro esquerdo e que deveria mais tarde, por volta do século XI-XII, chamar-se *stola* “estola”. Da linguagem comum, *orarium* passou, então, para o vocabulário eclesiástico. No sentido

de “estola”, era um termo novo, e a este título foi largamente definido fora do latim, em direção ao leste da Europa, depois nas línguas do cristianismo oriental (PLG II. p. 249-250).

Assim, após ser incorporado à língua grega sob a forma *ὀράριον*, e a partir dela, a palavra *orarium* se difundiu, sendo tomada pelo eslavo antigo como *urarj*, de onde o velho russo *urari*, *orari*, e o russo moderno *orar* [faixa estreita sobre o ombro esquerdo da vestimenta do diácono] (cf. PLG II, p. 250). Da mesma forma, derivaram do grego *ὀράριον*, por exemplo, o armênio *orar*, *urar*, o georgiano *olari*, e o siríaco *’ōrārā*. Como resume Benveniste, “*orarium* ‘pano de rosto, lenço’, transformado em termo de liturgia com o sentido de ‘estola’, foi veiculado até a Ásia Central [...], enquanto desaparecia do próprio latim” (PLG II, p. 250-251). Tendo sido substituído no seu sentido próprio por *sudarium*, e mais tarde também no seu sentido litúrgico por *stola*, o testemunho da existência de *orarium* é conservado apenas pelos empréstimos estrangeiros que lhe foram feitos.

Da rica reflexão benvenistiana condensada neste curto artigo, dois pontos merecem especial destaque em nossa investigação acerca da relação entre língua e sociedade.

Primeiramente, percebemos mais uma vez os processos de transformação pelos quais passam os sentidos das unidades linguísticas em função de seus variados empregos. É o caso do termo *sudarium*, cujo sentido geral de “pano, lenço” se viu alterado pelo seu emprego em um contexto específico (a preparação mortuária). Assim, ao ser mobilizado para *designar* o tecido com o qual os rostos de Jesus e seu amigo Lázaro foram cobertos após a morte, o sentido de *sudarium* especializou-se, dando origem a uma nova significação. Testemunhamos aqui o quanto é importante a interação entre a significação e a designação no trabalho de constante renovação da língua. É no jogo entre estas duas noções, relacionadas ao próprio modo de organização da língua e ao emprego que dela faz o falante, que encontramos a resposta para a capacidade de permanência e transformação que garantem à língua interpretar as constantes mudanças produzidas pela coletividade humana, contendo e significando a sociedade em/atraves de seu aparato simbólico.

Por fim, surpreendemos nesta análise um fenômeno sobre o qual Benveniste dá especial destaque no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), ao falar sobre o papel da língua enquanto “prática humana”. Lembremos novamente: Benveniste descreve este fenômeno como sendo

uma apropriação por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse (PLG II, p. 102).

O linguista salienta que tal processo pode ser examinado especialmente em vocabulários especializados, “mas que trazem em si mesmos sua referência, e que constituem um universo particular relativamente coordenado” (PLG II, p. 102). Como um exemplo, Benveniste cita o “vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos”, no qual encontramos “os caracteres de uma apropriação da língua comum, realizada ao dotá-la de noções, de valores novos” (PLG II, p. 102). Ora, o que observamos na descrição do latim *orarium* é justamente um processo de apropriação do termo, cujo valor comum era o de “pano de rosto, lenço”, pela classe de sacerdotes cristãos. Ao incorporar a palavra ao seu vocabulário litúrgico, atribuindo-lhe uma referência específica (o tecido que jaz sobre o ombro esquerdo do diácono), a classe religiosa lhe dotou de um novo valor, o qual se fixou nas línguas que tomaram a palavra de empréstimo. Assim, um sentido que se estabeleceu a partir da apropriação de uma classe particular entrou para a língua comum daqueles a quem a tradição cristã alcançou. A análise efetuada por Benveniste neste artigo demonstra, portanto, tal como ele afirma em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), um modelo reduzido, a partir do qual se pode verificar “o papel da língua no interior da sociedade, uma vez que esta língua é a expressão de certos grupos profissionais especializados, para os quais seu universo é o universo por excelência” (PLG II, p. 102).

3.3.2. *Gênese do termo “scientificque”*

Benveniste inicia seu estudo de 1969 com uma importante reflexão acerca do papel denominador da língua enquanto a própria possibilidade do pensamento científico. Trata-se de uma passagem que merece ser apresentada na íntegra, e destrinchada em seus pormenores. Ela:

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não

tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma *ordem* de fenômenos, um *domínio* novo ou um modo novo de *relação* entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência (PLG II, p. 252, grifos do autor).

Há muito para ser dito acerca da passagem acima, uma vez que ela condensa informações que vão desde os fundamentos epistemológicos do fazer científico, até implicações que colocam em pauta a relação entre as noções de língua, pensamento e realidade. Primeiramente, cabe dar destaque ao valor conferido à língua enquanto condição da ciência. Ora, como afirma Benveniste, todo o esforço de elaboração de uma ciência supõe, como tarefa primeira e necessária, a constituição de sua terminologia própria, uma vez que é através dela que se delimitam os objetos, os conceitos, os pressupostos, as ferramentas teóricas, enfim, tudo o que lhe é constitutivo¹⁸², de tal modo que, para o linguista, a história de uma ciência se confunde com a de seus próprios conceitos. Assim, Benveniste estabelece a propriedade designativa da língua não apenas como uma rotulagem de conceitos preexistentes, mas como a própria instância de criação de tais conceitos. A especificação do objeto de uma dada ciência se dá através de sua própria denominação, o que leva o linguista a colocar “denominar” e “criar” em uma relação de sinonímia: “Denominar, *isto é*, criar um conceito, é [...]” (PLG II, p. 252, grifo nosso).

As consequências dessa constatação ultrapassam o campo da ciência, pois implicam, em uma perspectiva mais ampla, pensar o papel decisivo da língua na própria organização do

¹⁸² Tomando como referência a profunda análise epistemológica da ciência linguística efetuada por Milner (1989), na qual o autor define “ciência” como “uma configuração discursiva que tomou forma com Galileu e que não cessou de funcionar desde então” (MILNER, 1989, p. 21, tradução nossa), e entendendo “configuração discursiva” como “um conjunto de proposições cuja maior parte possível reunirá as três características de serem matematizadas, de estabelecerem uma relação com o empírico, e de serem falseáveis” (MILNER, 1989, p. 22, tradução nossa), é possível determinar a função estruturante da língua na constituição da ciência enquanto tal. Ora, a ciência, assim definida, configura-se como o produto de uma interpretação da língua de fenômenos da realidade, qualquer que seja a natureza desta realidade. Uma proposição nada mais é do que um trabalho de organização mental que se efetua segundo a lógica de funcionamento da língua, e com os elementos de que esta dispõe. É de um conjunto de proposições que se constitui a base epistemológica de uma ciência, e é deste processo de formulação na e pela língua que se elaboram e denominam os conceitos de que ela é composta. [As passagens aqui traduzidas são as seguintes, no original: “*Par science, on entendra ici une configuration discursive qui a pris forme avec Galilée et n’a pas cessé de fonctionner depuis*”; “*Par configuration discursive, nous entredrons un ensemble de propositions. Une science particulière est donc constituée de propositions dont le plus grand nombre possible réunira les trois caractéristiques d’être mathématisées, d’entretenir une relation à l’empirique et d’être falsifiables*”].

pensamento. A expressão “aparelhamento mental”, usada por Benveniste nesta mesma passagem para se referir ao que é de responsabilidade da língua, é reveladora de uma tal visão. E mais: tal aparelhamento “consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a *realidade*” (PLG II, p. 252, grifo nosso). Conceber língua e pensamento como entidades indissociáveis significa, portanto, tomar a língua como mediadora da relação entre o homem e a realidade. Encontramos aqui praticamente uma paráfrase do que o linguista afirma em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963): “[...] o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe. A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização” (PLG I, p. 26).

Esta reflexão inicial de Benveniste dá o tom da análise que se seguirá, uma vez que, reconhecida a importância do surgimento ou da transformação de termos essenciais de uma ciência enquanto integrante de sua evolução, o linguista trará como exemplo uma palavra tão usual e necessária que ninguém questiona sobre seu começo, nem imagina que ela possa ter necessitado de um. Trata-se do adjetivo “*scientifique*” [científico]. Como afirma Benveniste, o termo

parece dado com a própria noção de *ciência*, da qual, intuitivamente, dir-se-ia que é contemporâneo e imediatamente derivado. Mas a aparência nos engana, tanto quanto à relação com o termo base, como quanto ao conceito que ele introduz. Entre *science* [ciência] e *scientifique* [científico] a relação de derivação formal não é clara nem usual (PLG II, p. 253).

Tal falta de clareza se explica pelo fato de que a maioria dos adjetivos derivados de termos notáveis da ciência fazem uso, ou da terminação *-ique* [-ico] (como “esfera – esférico” e “átomo – atômico”), ou de *-al* (como “espaço – espacial” e o francês “*genre – général*”). Seriam essas as formações mais esperadas para um adjetivo derivado de *science* [ciência], o que resultaria em uma das formas, **scientique* [*ciêntico] ou **sciential* [*ciencial]. Assim, como comenta Benveniste, “à generalidade do conceito de *ciência* teria respondido um derivado de classe mais geral” (PLG II, p. 253, grifo do autor). Foi justamente este o processo que caracterizou a derivação em línguas nas quais o termo latino *scientia* não se aplica, como no caso do alemão (*Wissenschaft – Wissenschaftlich*) e do russo (*nauka – naučnyj*). Em ambos os casos, a forma sufixal usada (*-lich* e *-nyj*) foi a mais comum, a de função mais ampla e, portanto, menos específica.

“Totalmente contrária é a relação entre *scientifique* [científico] e *science* [ciência]” (PLG II, p. 253), diz Benveniste, apontando que a derivação em *-fique* [-fico] a partir de um substantivo abstrato como *science* faz do termo um representante único, mesmo que encontremos outras formações, tais como “calorífico”, “frigorífico”, “soporífico”, etc. Nestes casos, porém, a derivação não revela uma simples função de relação (no sentido de o adjetivo significar um “está relacionado a”), como é o caso do termo “científico” [relativo à ciência], mas sim uma função que o linguista define como “factitiva”: “calorífico” [que produz calor]; “frigorífico” [que produz frio]; “soporífico” [que produz sono]. Tal fato inclusive levou alguns vocabulários a definirem o termo “*scientifique*” como “que faz ciência”, o que não faz jus ao sentido claramente relacional do termo. Tal constatação leva Benveniste a se perguntar: “Donde vem, então, que a língua tenha feito essa escolha singular, abandonando a via que se oferecia de uma derivação normal [...]?” (PLG II, p. 254). Diante deste caso singular, o linguista indica a necessidade de examinar as condições de fato que produziram o adjetivo “*scientifique*”.

Pois bem, Benveniste identifica o surgimento do adjetivo *scientificus* no período tardio do latim. Mais precisamente, ele surge pela primeira vez no século VI, separado por um intervalo de sete séculos do surgimento de seu termo-base, *scientia* [ciência]. Assim, contrariamente ao que se poderia imaginar, a derivação de *scientia* em *scientificus* não se deu de maneira imediata, dada a então imprecisão da noção de “ciência”, que o linguista descreve como “movediça, representando, conforme os casos, um ‘saber’, um ‘conhecimento’, uma ‘arte’, uma ‘técnica’, até vir a atingir muito mais tarde o estado de ‘ciência’” (PLG II, p. 255, grifo do autor). De fato, segundo ele, é a própria criação de *scientificus* no século VI que parece testemunhar a tardia emergência de um conceito mais preciso de “ciência”. Conforme aponta Benveniste, é o romano Boécio o responsável pela invenção do adjetivo que se tornaria a qualificação geral de toda “ciência”. No entanto, o linguista adverte que “não se tratou apenas de um neologismo que fosse suficiente registrar, simplificando-se as coisas ao estabelecer um liame linear, do latim *scientificus* ao francês *scientifique*” (PLG II, p. 255-256), e isso por dois motivos: primeiramente, porque “*scientificus* em Boécio não significa ‘científico’ no sentido em que nós o entendemos” (PLG II, p. 256); em segundo lugar, porque *scientificus* não constitui a única derivação de *scientia* efetuada por Boécio, tendo ele também

criado o adjetivo *scientialis*. Caberia, portanto, elucidar a dupla relação que *scientificus* estabelece, de um lado com *scientia*, de outro com *scientialis*.

O contexto específico de origem dos neologismos é a tradução de Aristóteles, para a qual Boécio “precisou largamente inventar os equivalentes latinos de um vocabulário técnico que o próprio Aristóteles havia, em grande parte, inventado em grego” (PLG II, p. 256). Assim, para a passagem aristotélica

*ἀπόδειξιν δὲ λέγω συλλογισμόν ἐπιστημονικόν. ἐπιστημονικὸν δὲ λέγω... καθ' ὃν τῷ ἔχειν αὐτὸν ἐπιστάμετα' ...συλλογισμὸς μὲν γὰρ ἔσται καὶ ἄνευ τούτων, ἀπόδειξις δ' οὐκ ἔσται. οὐ γὰρ ποιήσει ἐπιστήμην*¹⁸³ (PLG II, p. 256).

Boécio traduz o seguinte:

Demonstrationem autem dico syllogismum epistemonicon id est facientem scire, sed epistemonicon dico secundum quem (in habendo ipsum) scimus... et sine his demonstratio autem non erit, no enim faciet scientiam (PLG II, p. 256-257).

A tradução de Boécio concede inicialmente a *συλλογισμόν ἐπιστημονικόν* o equivalente *syllogismum epistemonicon*, ao qual adiciona a glosa *id est facientem scire* [isto é, fazer saber], o que antecipa a definição aristotélica, que coloca a “demonstração” como o silogismo que “faz saber”, que “produz ciência”. Para Benveniste, até aí posto, nesta qualidade de “*scientiam facere*” [produzir ciência], o critério e a fórmula que fazem reconhecer uma demonstração “*scienti-fique*”. Atesta isso o fato de que, mais adiante, quando Aristóteles fala das *ἐπιστημονικαὶ ἀποδείξεις*, Boécio as traduz naturalmente por *scientificae demonstrationes*. O tradutor romano encontra, assim, no neologismo *scientificus*, uma equivalência para *epistemonicon*, fixando seu sentido de “que produz o saber”.

Paralelamente a isso, na tradução do mesmo texto de Aristóteles, Boécio opta por um termo diferente para o mesmo *ἐπιστημονικός*. Desse modo, na construção *ἐρώτημα ἐπιστημονικόν*, a tradução dada pelo romano é *interrogatio scientialis*, este último termo constituindo ainda outra criação sua. Benveniste explica essa dupla possibilidade para *ἐπιστημονικός* da seguinte forma:

Ele [Boécio] julgou introduzir aqui um derivado distinto e novo, *scientialis*; é que, realmente Aristóteles entende aqui por *ἐρώτημα ἐπιστημονικόν* uma

¹⁸³ Benveniste, fazendo-se valer da versão traduzida por J. Tricot das *Segundas Analíticas*, expõe como tradução: “Por *demonstração* entendo o silogismo científico, e chamo *científico* um silogismo cuja possessão mesma constitui ciência para nós... Um silogismo pode seguramente existir sem estas condições, mas não será uma demonstração, pois não será produtor de ciência” (PLG II, p. 256).

pergunta *que recai sobre a ciência*, como prova a sequência (*ἐρώτημα γεωμετρικόν, ἰατρικόν* “pergunta que recai sobre a geometria, sobre a medicina”) e não “*que cria a ciência*”. Boécio, portanto, distinguiu duas acepções de *ἐπιστημονικός*: 1.º “próprio à ciência”, que traduz por *scientialis*, e 2.º “que produz a ciência”, que exprime por *scientificus* (PLG II, p. 258).

Benveniste faz ver, assim, que Boécio tomou o neologismo aristotélico *ἐπιστημονικός* como possuidor de duas definições distintas, para cada uma das quais atribuiu, em sua tradução, um termo distinto e novo: *scientificus* e *scientialis*. Destes dois, apenas *scientificus* sobreviveu, absorvendo o sentido de *scientialis* e generalizando-se. Assim ele passou às línguas modernas do Ocidente, tornando-se, como diz Benveniste, “um instrumento conceitual inseparável da noção de ciência e da própria ciência” (PLG II, p. 258).

A exemplo do que Benveniste coloca no início deste seu estudo, o exame da gênese do termo *scientificus* nos permite notar o quanto o advento de noções e conceitos que constituem o fundamento de nosso modo de vida e da história de nosso pensamento está intimamente ligado ao desenvolvimento dos termos pelos quais tais noções e conceitos ganharam sua realidade. Percebemos que a noção de “científico”, um elemento de cultura tão importante para a história da sociedade moderna, e para a qual tanto contribuiu em sua transformação, origina-se de um trabalho com a língua, historicamente situado, e cujas ferramentas que lhe possibilitaram a elaboração foram fornecidas pelo próprio latim. A atividade tradutória é aqui convocada como um fenômeno revelador da capacidade das línguas de não apenas abarcar conceitos oriundos de outras línguas, mas sobretudo de reconfigurá-los, dando origem a novas noções. Assim, se Benveniste afirma que “a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos” (PLG II, p. 252), é porque é na forma destes mesmos termos que ela ganha sua existência. O linguista, opera, aqui, com um recorte de língua, com o qual está em íntima relação um recorte da sociedade. Reconhecemos aí, portanto, uma das maneiras mais imediatas de evidenciar que a sociedade está contida no aparelho conceitual da língua, uma vez que lá se configura.

3.3.3. *A blasfemia e a eufemia*

Não podemos nos deixar enganar pela brevidade do texto benvenistiano que dá título a esta seção, publicado em 1969 a partir das atas de um colóquio italiano sobre linguagem teológica¹⁸⁴, ocorrido três anos antes. Apesar de curto (na publicação de PLG II, ele conta com apenas quatro páginas), o trabalho condensa uma reflexão cuja complexidade exige um exame muito atento, e que compreende, nas palavras de Ono (2012), “várias problemáticas interessantes”, as quais “podem nos fornecer um rico material para a reflexão sobre alguns conceitos-chave da linguística benvenistiana” (ONO, 2012, p. 77, tradução nossa)¹⁸⁵. Nele, Benveniste busca analisar dois conceitos, por ele cunhados de “blasfemia” e “eufemia”, os quais, por sua ação conjunta, seriam os responsáveis pela *imprecação*. Fazemos uso, aqui, das palavras de Stumpf (2017), a qual muito bem contextualiza o estudo:

No início do texto, Benveniste explica a terminologia empregada, afirmando que os termos “blasfemia” e “eufemia” são neologismos. Tal criação ocorre por dois motivos. Em primeiro lugar, é importante não confundir “blasfemia” com “blasfêmia”. Para o autor, esta última é definida como “asserção difamante relativamente à religião ou à divindade” (BENVENISTE, 2006, p. 259). Em outras palavras, blasfêmia é uma fala considerada ultrajante que envolve o âmbito religioso. A blasfemia, por sua vez, é entendida pelo autor como “um processo de fala... [que] consiste, de uma certa maneira, em substituir o nome de Deus por sua injúria” (BENVENISTE, 2006, p. 260). Assim, a primeira função do neologismo “blasfemia” serve para distingui-lo do termo já existente “blasfêmia”. A segunda função está relacionada com o outro termo introduzido pelo autor: a eufemia. Para o linguista, essa similitude tem duas finalidades. A primeira é de associar os dois termos, que não costumam ser estudados de forma conjunta; a segunda, de propô-los como atividades simétricas (STUMPF, 2017, p. 76).

Para Benveniste, a imprecação é “a expressão blasfêmica por excelência” (PLG II, p. 259), e, sendo ela um fenômeno de linguagem, caberia ao linguista explicar tanto sua motivação profunda quanto as formas específicas pela qual se expressa. Ele explica que, nas línguas ocidentais, o léxico deste fenômeno locucional tem sua origem e encontra sua unidade em uma característica singular: “ele procede da necessidade de violar a interdição bíblica de pronunciar o nome de Deus” (PLG II, p. 259-260). Eis aí um detalhe que, para o linguista,

¹⁸⁴ Eis a informação que traz, em nota, o texto na publicação de *Problemas de linguística geral II*: “*Archivio di Filosofia* (‘L’analyse du langage théologique. Le nom de Dieu’. Atas do colóquio organizado pelo Centro Internacional de Estudos Humanistas e pelo Instituto de Estudos Filosóficos de Roma, Roma, 5-11 de Janeiro de 1966), dirigido por Enrico Castelli, Roma, 1969, 71-75” (PLG II, p. 259 [enota]).

¹⁸⁵ No original: “[...] *les idées qu’il expose se situent au croisement de plusieurs problématiques intéressantes et peuvent fournir de riches matières à notre réflexion sur certains concepts clés de la linguistique benvenistienne*” (ONO, 2012, p. 75).

merece atenção: a natureza desta interdição “recai não sobre o ‘dizer alguma coisa’, que seria uma opinião, mas sobre o ‘pronunciar um nome’, que é pura articulação vocal. É propriamente o saber linguístico: certa palavra ou nome não deve passar pela boca” (PLG II, p. 260). Não sendo empregada, a palavra ou nome seria suprimida do registro da língua, deixando de existir. Entretanto, e tal é a condição paradoxal do tabu, o nome proibido “deve ao mesmo tempo continuar a existir enquanto interdito” (PLG II, p. 260). A noção de “tabu”, tal como teorizada por Sigmund Freud (1856-1939), é, portanto, mobilizada por Benveniste para explicar o poder e a necessidade da blasfêmia. Ela consiste, na visão freudiana, de

uma proibição imposta de fora (por uma autoridade) e dirigida contra os desejos mais intensos do homem. A tendência a transgredi-la persiste em seu inconsciente, os homens que obedecem ao tabu são ambivalentes em relação ao tabu (PLG II, p. 260).

Assim, tal como o tabu, o interdito do nome de Deus seria como a repressão de um dos desejos mais intensos do homem: o ato de profanar o sagrado. Ora, a tradição religiosa, tendo retido do sagrado apenas seu aspecto bendito à exclusão do maldito, encontra na blasfêmia uma tentativa de restabelecimento desta totalidade, que se dá através da profanação do próprio nome de Deus. Como explica Benveniste, se “tudo o que se tem de Deus é o seu nome”, é “só por aí que se pode atingi-lo, para comovê-lo ou para feri-lo: pronunciando seu nome” (PLG II, p. 260).

Benveniste salienta que a única circunstância na qual a sociedade admite que o nome de Deus seja invocado, fora da esfera do culto religioso, é no juramento. Uma vez que se configura como um apelo ao Deus, enquanto testemunha suprema da verdade e a quem cumpre a função de castigar em caso de mentira ou perjúrio, o juramento exige o nome de Deus como parte figurante de sua fórmula linguística. A relação do juramento com a blasfêmia é então posta pelo linguista, uma vez que ambos os atos demandam o nome de Deus, tomando-o assim por testemunha: “A imprecação é bem um juramento, mas um juramento de ultraje. O que a caracteriza de modo particular liga-se a um certo número de condições que se devem cumprir sucessivamente” (PLG II, p. 261). A principal delas consiste, de acordo com o linguista, na própria *forma* da expressão blasfêmica, a qual, manifestando-se como *exclamação*, “tem a sintaxe das interjeições, das quais constitui a variedade mais típica” (PLG II, p. 261). Diferentemente interjeições onomatopeicas, as quais se resumem a gritos, a exclamação blasfêmica utiliza apenas formas significantes, e realiza-se em

circunstâncias particulares. É, porém, com ênfase no termo “exclamação” que se deve olhar para o fenômeno linguístico da blasfêmia. Convocamos, aqui, na íntegra, a explicação de Benveniste:

O Dictionnaire Général define a exclamação: “grito, palavras bruscas que se deixam escapar para exprimir um sentimento vivo e súbito”. A imprecisão é bem uma palavra que se “deixa escapar” sob a pressão de um sentimento brusco e violento, impaciência, furor, desventura. Mas esta palavra não é comunicativa, é somente expressiva, ainda que tenha um sentido. A fórmula pronunciada em blasfêmia não se refere a nenhuma situação objetiva em particular; a mesma imprecisão é proferida em circunstâncias totalmente diversas. Ela não exprime senão a intensidade de uma reação às circunstâncias. Ela não se refere também ao parceiro ou à terceira pessoa. Ela não transmite nenhuma mensagem, ela não abre diálogo, não suscita resposta, a presença de um interlocutor nem mesmo é necessária. Ela não descreve também aquele que a emite. Este se trai mais do que se revela. A imprecisão lhe escapa, é uma *descarga emotiva*. No entanto, esta descarga se realiza em fórmulas fixas, inteligíveis e descritíveis (PLG II, p. 26, grifo do autor).

É muito curiosa a semelhança que esta passagem descritiva possui com o comentário da parte final do texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), no qual Benveniste, após a extensa citação de B. Malinowski sobre a “comunhão fática”, afirma:

Estamos aqui no limite do ‘diálogo’. Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores (PLG II, p. 90).

Resguardadas as devidas diferenças entre os fenômenos, percebemos que ambos compartilham de características comuns, que dizem respeito, em especial, à função que cumprem. Ora, se a blasfêmia não comporta mensagem, não informa, não faz referência às pessoas do discurso, não demanda resposta nem dá origem ao diálogo, é porque sua função é tão somente a de expressar um sentimento brusco que se deixa escapar. Trata-se, da mesma forma que a “comunhão fática”, de uma enunciação que se satisfaz em sua própria realização. Nesta, temos uma situação locucional que cumpre o único propósito de estabelecer laços de união entre aqueles que trocam palavras; naquela, uma exclamação cuja produção se deve a uma descarga emotiva efetuada através da profanação do nome de Deus¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Não à toa, Stumpf (2017) aproxima o fenômeno, em conjunto com a eufemia, daqueles que Benveniste situa no “limite do diálogo”, estabelecendo aí a ponte para uma abordagem antropológica do pensamento enunciativo do linguista.

Benveniste toma, como forma de base da blasfemia, a exclamação “*nom de Dieu!*” [“nome de Deus!”], a qual constitui a expressão mesma do interdito, e a partir da qual deriva um enorme conjunto de variantes, que vão desde da adição de adjetivos que reforçam a ideia de transgressão (como “*sacré nom de Dieu!*” [“sagrado nome de Deus!”]), até a invocação de Deus pelo seu antagonista, o “anti-Deus” (como atesta a exclamação “Diabo!”). Assim, “a necessidade de transgredir o interdito, profundamente dissimulada no inconsciente, encontra saída, numa jaculação brutal, arrancada pela intensidade do sentimento, e que se realiza achincalhando o divino” (PLG II, p. 262).

É neste momento, diz o linguista, que a blasfemia se articula com a eufemia, uma vez que a exclamação blasfêmica suscita imediatamente um gesto linguístico de *censura*: “A blasfemia suscita uma eufemia. Percebe-se agora como os dois movimentos se ligam. A eufemia não refreia a blasfemia, ela a corrige na sua expressão de fala e a desarma enquanto imprecisão” (PLG II, p. 262), conservando o quadro locucional da blasfemia, ao passo que a modifica. Benveniste cita três espécies de modificações eufêmicas: a) as que substituem o nome de Deus por um nome inofensivo qualquer (por exemplo: “*nom d’une pipe!*” [“nome de um cachimbo!”]); b) as que mutilam o vocábulo *Dieu* [Deus] (p. e.: “*par Dieu! > pardi!*”); c) as que criam uma forma *non-sense* no lugar da expressão blasfêmica (p. e.: “*par le sang de Dieu!*” [“pelo sangue de Deus!”], que se transforma em “*palsambleu!*”). Assim, como o linguista conclui:

A blasfemia subsiste, pois, mas é mascarada pela eufemia que lhe subtrai a realidade fêmica, portanto sua eficácia sêmica, tornando-a literalmente destituída de sentido. Assim anulada, a blasfemia faz alusão a uma profanação de linguagem sem realizá-la e preenche sua função psíquica, mas desviando-a e disfarçando-a (PLG II, p. 262)¹⁸⁷.

Para aquém de um exame completo e da exploração pormenorizada das implicações que esta análise linguística de Benveniste traz para o estudo de sua teoria da linguagem¹⁸⁸, nosso intuito aqui se resume à consideração do quanto a descrição de tais fenômenos linguísticos é reveladora do papel social da língua, e do quanto aspectos que são da ordem da

¹⁸⁷ Citamos aqui também a paráfrase de Stumpf (2017), que complementa a explicação benvenistiana: “Através dessa atuação conjunta, a blasfemia é e não é realizada, embora continue fazendo uma alusão à profanação de linguagem. Ou seja, a palavra perde seu sentido blasfematório; contudo, o falante realiza sua intenção, que pode ser apreendida pelo ouvinte. A palavra preenche, dessa forma, a função psíquica e o desejo de transgredir o tabu, mas é disfarçada pela eufemia” (STUMPF, 2017, p. 82).

¹⁸⁸ Para quem se interessa por essa discussão em sua especificidade, nossa indicação de leitura é, certamente, o excelente trabalho de Stumpf (2017), do qual tanto nos valem aqui.

cultura, como é o caso dos interditos, encontram seu suporte na língua. Ora, se, como o linguista afirma na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), “tudo que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores”, e se “estes valores são os que se imprimem na língua” (PLG II, p. 22), o fenômeno conjunto da blasfemia e da eufemia constitui disso um exemplo notório. Trata-se, com efeito, de um elemento de cultura (que é, portanto, parte integrante das normas organizadoras da sociedade) configurado e manifestado inteiramente através de um processo de fala, no qual língua e sociedade se encontram entrelaçados.

3.3.4. *Dois modelos linguísticos da cidade*

O artigo intitulado *Dois modelos linguísticos da cidade*, publicado pela primeira vez em 1970 no livro *Échanges e communications*, em homenagem ao 60º aniversário de Claude Lévi-Strauss, e integrante da sexta parte de *Problemas de Linguística Geral II*, é contemporâneo ao texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, de 1968. A evidência disso é dada não apenas pela proximidade de datas, mas também pela proximidade de ideias. Ora, a própria introdução deste texto, no qual Benveniste investiga a gênese da noção de “*cité*” [cidade], é reveladora disso, uma vez que parte justamente de uma problematização acerca da relação entre língua e sociedade – muito nos moldes, aliás, da reflexão que se efetua no texto de 1968. Diz ele:

No debate incessante sobre a relação entre língua e sociedade limitamo-nos geralmente à visão tradicional da língua como espelho da sociedade. É preciso desconfiar muitíssimo desse gênero de imagens. Como poderia a língua ‘refletir’ a sociedade? Essas grandes abstrações e as relações, falsamente concretas, em que as colocamos juntas, produzem apenas ilusões ou confusões (PLG II, p. 278).

Ora, é fácil enxergar, aqui, semelhanças com a passagem de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), na qual Benveniste explica que, contrariamente à constatação por parte de alguns linguistas (entre eles, Edward Sapir) da não isomorfia entre as duas entidades, “outros autores afirmam [...] que a língua é – como dizem eles – o espelho da sociedade, que ela reflete a estrutura social em suas particularidades e suas variações” (PLG II, p. 94), visão à qual Benveniste, então, opõe-se com veemência. De fato, como o linguista

prossegue no artigo de 1970, “somente uma parte da língua e uma parte da sociedade que se põem assim em comparação” (PLG II, p. 278). Conforme ele mesmo explica:

Do lado da língua, é o vocabulário que detém o papel de representante, e é do vocabulário que se conclui – indevidamente, já que sem justificação prévia – para a língua inteira. Do lado da sociedade, é o fato atômico que se isola o dado social justamente enquanto objeto de denominação. Uma coisa remete à outra indefinidamente, e, neste acoplamento um a um, o termo designante e o fato não contribuem senão para uma espécie de inventário lexicológico da cultura (PLG II, p. 278).

Notemos a diferença: Benveniste estabelece aqui uma distinção entre a língua enquanto repertório lexical e língua enquanto sistema. A diferenciação é importante, na medida em que não apenas é recorrente nos textos do linguista, como também é reveladora da abordagem pela qual se torna possível a análise da sociedade através da língua. Em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), ao afirmar que “a língua engloba a sociedade de todos os lados a contém em seu aparelho conceitual”, Benveniste coloca que “ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o ‘semantismo social’” (PLG II, p. 100). O autor diz que é esta parte da língua que tem sido estudada com mais frequência, e que ela consiste “principalmente, mas não exclusivamente, em *designações*, em fatos de *vocabulário*” (PLG II, p. 100, grifos nossos). O vocabulário seria o responsável por conservar “testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc.” (PLG II, p. 100).

Pois bem, se levarmos em conta o fato de que grande parte das análises linguísticas de Benveniste tomam como objeto fatos de vocabulário, não estaremos assumindo, com isso, que as análises por ele empregadas tomam a língua como um “espelho” da sociedade? A questão toda se coloca, na verdade, no erro de se assumir, de um lado, que os elementos da língua figuram apenas como “termos designantes”, ao passo que, de outro lado, os dados sociais reduzem-se a “objetos de denominação”. Assim, o que Benveniste chama de “semantismo social”, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), e de “estudo da impressão cultural na língua” (cf. PLG I, p. 16), em *Tendências recentes em linguística geral* (1954), não pode ser tomado como uma mera representação, tal como o reflexo em um espelho, do que é da ordem do mundo pelo que é da ordem da língua. Conforme vimos em nossas análises anteriores, as descrições linguísticas de Benveniste supõem sempre, como

base das designações a cada vez novas a que um termo está sujeito, a sua *significação*, o seu valor de sentido resultante das relações que este termo estabelece no interior do sistema que o comporta, ao mesmo tempo em que a significação deste termo se constitui e se transforma à medida que novas designações que lhe são dadas. Trata-se, portanto, de uma visão na qual o papel da língua é *estruturante*, e não meramente representativo¹⁸⁹. A prova máxima disso reside no fato de que, em todas as análises benvenistianas, como pudemos ver até agora, os dados de língua trazidos não figuram apenas como termos designativos isolados, mas como elementos que surgem como resultado de *operações linguísticas*. Ora, Benveniste tratou sempre de mostrar que as noções sob análise, longe de constituírem unidades dadas como “naturais”, são criadas e organizadas pela própria atividade dos falantes, os quais, apropriando-se do aparelho significante da língua e de seu inventário lexical, dão origem a novas designações.

Pois bem, a análise que Benveniste realiza em *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970) é explicitamente sistêmica, e é o próprio linguista quem deixa isso claro:

Consideramos aqui outro tipo de comparação, a partir da língua. A análise recairá sobre um fato de *derivação*, profundamente ligado à estrutura própria da língua. A partir deste fato, uma mudança de perspectiva é introduzida na pesquisa. Não é mais uma substância, um dado lexical sobre o qual se exerce a comparação sócio-linguística, mas uma *relação* entre um termo de base e um derivado. Esta relação intralinguística atende a uma certa necessidade de configuração ao mesmo tempo formal e conceitual. Além disso, sendo intralinguística, não se considera que ela fornece uma denominação do objeto, mas que significa uma relação (a ser interpretada, conforme o caso, como subordinação ou dependência) entre duas noções formalmente ligadas (PLG II, p. 278-279, grifos do autor).

Destrinchemos bem este conjunto de afirmações. Primeiramente, Benveniste estabelece que a comparação a ser feita se dará a partir da língua. Por isto, entende que a

¹⁸⁹ Podemos inclusive tomar como evidência disso o próprio fenômeno da *polissemia*, descrito por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) como o resultado “desta capacidade que a língua possui de *subsumir* em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação” (PLG II, p. 100). Ora, a diversidade de referência de um termo resulta do fato que “o estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois *as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram*” (PLG II, p. 100, grifo nosso). A metáfora da língua enquanto espelho da sociedade supõe uma simetria completa, na qual as transformações da sociedade se fariam equivaler completamente por transformações da língua, de modo que um dado estado de língua constituísse sempre o reflexo direto de um dado estado de sociedade, e ligado referencialmente apenas a ele. O que a polissemia demonstra é bem outra situação, uma vez que, como Benveniste expõe em *Estruturalismo e linguística* (1968), “a língua carrega consigo toda uma série de dados herdados”, e “não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma”, o que “faz frequentemente o leque semântico” (PLG II, p. 22). Este assunto voltará a ser tema de nosso quarto capítulo.

análise não tomará por objeto um elemento isolado, mas uma *relação* entre elementos: a de um termo base e seu derivado. Será, portanto, *intra*linguística, e considerará a língua enquanto *sistema de relações*. Trata-se de um estudo comparado no qual a relação entre língua e sociedade é demonstrada a partir de um processo que é inteiramente linguístico: o mecanismo de *derivação*. O que surpreendemos aqui é a exposição de uma maneira muito original de se fazer linguística comparada. Podemos ver, através dela, que, ao contrário da separação que geralmente se efetua entre um Benveniste comparatista e um Benveniste dedicado à linguística geral, o linguista não dissocia sua análise do léxico de uma análise do funcionamento da própria língua, e é justamente isso que possibilita a ele colocar em questão todas as falsas evidências e evitar uma etimologia simplista, que coloca a língua como um mero reflexo da sociedade¹⁹⁰. Ademais, sobressai novamente, na passagem citada, a necessidade de distinção entre “designação” e significação”. Benveniste adianta, por meio desta exposição, que a relação de derivação a ser examinada fornece menos uma “denominação” do objeto (ou seja, uma *designação*), do que uma *significação* dessa relação entre noções formalmente ligadas. Ou seja, é análise da própria criação dessas noções que está em jogo, através do exame do mecanismo linguístico que as tornou possíveis. Por fim, e reforçando o papel estruturante da língua, Benveniste afirma que esta relação intralinguística “atende a uma certa necessidade de configuração ao mesmo tempo formal e conceitual” (PLG

¹⁹⁰ Pinault (2019) é pontual no que diz respeito a este aspecto único da linguística de Benveniste. Para o autor, a dimensão sistemática inaugurada por Ferdinand de Saussure, e a sociológica instaurada por Antoine Meillet, são definidoras do modo através do qual Benveniste, discípulo destes, constrói sua própria linguística, simultaneamente histórica e geral (cf. PINAULT, 2019, p. 64-65). Atesta isso a forma como Benveniste é por ele definido: “Benveniste é o produto, e o mais ilustre representante, da gloriosa escola da gramática comparada das línguas indo-europeias que viu a aliança da linguística histórica e do estruturalismo” (PINAULT, 2019, p. 68, tradução nossa). No original: “*Benveniste est le produit, et le plus illustre représentant, de l'école glorieuse de la grammaire comparée des langues indo-européennes qui a vu l'alliance de la linguistique historique et du structuralisme*”. Lamberterie (1997) também define este posicionamento como sendo a maior característica do conjunto de estudos que constituem *O vocabulário das instituições indo-europeias*, de 1969. O autor aponta que “tudo se passa como se a posteridade houvesse guardado a imagem de ‘dois Benvenistes’, o comparatista e o generalista, e como se a Universidade de um lado, e a Intelligentsia de outro, disputassem entre si o direito de aparecer como seus legítimos herdeiros” (LAMBERTERIE, 1997, p. 361, tradução nossa). No entanto, lembra que *O vocabulário* “é um belo exemplo do fato de que, para ele [Benveniste], as preocupações de linguística geral e os trabalhos relativos às línguas indo-europeias jamais foram duas atividades estranhas uma da outra” (LAMBERTERIE, 1997, p. 361, tradução nossa). As passagens, no original, são estas: “*Tout se passe comme si la postérité avait gardé l'image de « deux Benveniste », le comparatiste et le généraliste, et comme si l'Université d'un côté et l'Intelligentsia de l'autre se disputaient le droit d'apparaître comme ses héritiers légitimes*”. “*Dans le cas de Benveniste, le Vocabulaire est un bel exemple de ce que chez lui les préoccupations de linguistique générale et les travaux relatifs aux langues indo-européennes n'ont jamais été deux activités étrangères l'une à l'autre*”.

II, p. 279). Está aí posta a relação intrínseca entre a língua e o pensamento, e entre a língua e nossa forma de organização da sociedade.

Assim, tomando por objeto um processo de derivação linguística, Benveniste coloca que é preciso estabelecer em que direção a derivação se dá. E complementa: “Então, a maneira como se configura na língua essa relação nocional evocará no campo das realidades sociais a possibilidade [...] de uma situação paralela” (PLG II, p. 279). Não é difícil enxergar aqui uma resposta à questão metodológica colocada pelo linguista no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “[...] como podemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (PLG II, p. 97). Vemos que a convocação das “realidades sociais” não se dá de maneira independente do funcionamento da língua; pelo contrário, é justamente no interior deste mecanismo de derivação linguística que Benveniste buscará ver o fundamento destas realidades. Tal como ele explica, “se o paralelismo se verificar, terá sido iniciada uma frutuosa pesquisa, que poderá levar a descobrir novas correlações” (PLG II, p. 279).

Como já afirmamos, a noção sobre a qual Benveniste se debruça neste estudo é a de “cidade”, considerada inicialmente a partir de sua expressão latina, *civitas*. Tomada em sua estrutura formal, o linguista afirma que é uma operação simples, tanto para o falante latino quanto para o analista moderno, ligar a formação de *civitas* ao abstrato em *-tās* derivado de *civis*. No entanto, a complexidade se intensifica quando nos perguntamos sobre o significado de *civis*. Benveniste pergunta se é lícito contestar o sentido de “cidadão”, usualmente dado ao termo, respondendo que sim, uma vez que, embora seus numerosos empregos possam ser traduzidos por “cidadão”, este não consiste em seu sentido próprio e primeiro. Nas palavras dele:

A tradução de *civis* por “cidadão” é um erro de fato, um destes anacronismos conceituais que o uso fixa, dos quais se acaba por não ter consciência, e que bloqueiam a interpretação de todo um conjunto de relações (PLG II, p. 279).

Qual é a razão de deste erro? Como o linguista demonstra, a razão primeira para tal engano é de natureza lógica: “Traduzir *civis* por ‘cidadão’ [‘citoyen’] implica referência a uma ‘cidade’ [‘cité’]. Isso é colocar as coisas ao contrário, já que em latim *civis* é o termo primário e *civitas*, o derivado” (PLG II, p. 279). Em outras palavras, a simples tradução de *civis* por “cidadão” mascara as posições inversas que cada termo ocupa na relação derivacional com os

termos da “cidade” em cada língua. Enquanto, no latim, *civis* é o termo que dá origem ao termo *civitas*, no francês (e também no português), é o termo *cit * [cidade] que dá origem ao termo *citoyen* [cidadão]. *Civis*   o termo de base da deriva o; *citoyen* [cidadão] não  .

Além disso, Benveniste ressalta que uma das consequências de esta tradu o de *civis* por “cidadão” ter sido dada como uma evidência   o fato de que deixamos de nos atentar mais detidamente sobre a peculiaridade dos empregos de *civis* de se fazerem frequentemente acompanhar de um pronome possessivo (*civis meus*, *civis nostri*), o que invalida sua tradu o pelo termo *citoyen* [cidadão]; afinal, “o que poderia realmente significar ‘mon citoyen’ [‘meu cidadão’]?” (PLG II, p. 280). Na verdade, o que o linguista demonstra   uma configura o completamente diferente daquela que organiza o sentido em torno do termo “cidadão”:

A constru o com o possessivo desvela, de fato, o verdadeiro sentido de *civis*, que   um termo de valor recíproco e não uma designa o objetiva:   *civis*, para mim, aquele de quem eu sou o *civis*. Daí *civis meus* (PLG II, p. 280).

Assim, para Benveniste, o termo em francês que melhor representaria essa rela o de reciprocidade que se deixa expressar por meio de *civis* seria, não *citoyen* [cidadão], mas *concitoyen* [concidad o]. O linguista expõe sua interpreta o através de inúmeros exemplos, cuja data o antiga e a diversidade de empregos permitem atestar o caráter de reciprocidade inerente ao termo, e cuja característica comum consiste na constru o de *civis* com um pronome possessivo¹⁹¹. A conclusão  , portanto, a que segue: só existe *civis* diante de outro *civis*.   nesta dependência recíproca que reside o sentido do termo. Assim, “ -se *civis* de um outro *civis* antes de ser *civis* de uma certa cidade” (PLG II, p. 283)¹⁹². Assim posta sua

¹⁹¹ Integram os exemplos passagens como esta do filósofo Varr o: “*Non sine causa maiores nostri ex urbe in agris redigebant suos cives*” [“Não   sem razão que nossos ancestrais conduziam seus concidadãos da vila aos campos”]; e esta do dramaturgo Plauto: “*facilem hanc rem meis civibus faciam*” [“eu me arranjarei para facilitar a coisa a meus concidadãos”] (cf. PLG II, p. 281).

¹⁹² Benveniste ainda ressalta aqui a rela o paradigmática que *civis* [concidad o] estabelece com *hostis* [estrangeiro, inimigo]. Embora constituam termos polares, em ambos os casos, o sentido se estabelece em fun o de uma rela o de reciprocidade. Assim como só se   *civis* diante de outro *civis*, só se   *hostis* em face de um *hostis*.   importante também lembrar que o sentido primeiro de *hostis*, conforme Benveniste descreve em *Dom e troca no vocabulário indo-europeu* (1951),   o de “estrangeiro que   *pari iure cum populo Romano*” (PLG I, p. 355), isto  , aquele estrangeiro que goza dos mesmos direitos frente ao cidadão romano, assumindo assim tanto a ideia de “estrangeiro” quanto de “hóspede”. Como o linguista explica no mesmo texto, a velha rela o de reciprocidade que se efetuava através de acordos familiares e trocas de “dádivas” se enfraqueceu “  medida que o *status* do *ciuis* se definia com mais rigor e que a *ciuitas* se tornava a norma única [...] do pertencimento   comunidade romana” (PLG I, p. 355), o que levou *hostis* a designar, enquanto “estrangeiro”, o inimigo do Estado. No entanto, percebe-se que a rela o de reciprocidade manteve-se enquanto definidora de sua significa o.

significação, compreende-se de maneira clara a relação linguística que liga *civis* a seu derivado *civitas*: “Enquanto formação abstrata, *civitas* designará propriamente o ‘conjunto dos *cives*’” (PLG II, p. 283).

Totalmente diverso deste modelo de derivação latino é aquele que nos dá a língua grega. Nela, os termos em relação são *pólis* [cidade] e *polítes* [cidadão]. Desta vez, como explica Benveniste, “o derivado em *-ites* se determina em relação a um termo *pólis* enquanto designa ‘aquele que participa da *pólis*’, aquele que assume os deveres e os direitos de sua condição” (PLG II, p. 284). Vemos que, aqui, a relação de derivação é inversa se comparada à que ocorre no latim: desta vez, “parte-se [...] do nome da instituição ou do agrupamento para formar o do membro ou participante”, o que traz à luz “a diferença de dois modelos” (PLG II, p. 284). Examinemos cada um deles em pormenor, fazendo uso da própria análise de Benveniste. Quanto ao modelo latino, o linguista afirma:

Em latim, o termo de base é um adjetivo que diz respeito sempre a um estatuto social de natureza mútua: assim é *civis*, que não se pode definir a não ser em relação a um outro *civis*. Sobre este termo de base construiu-se um derivado abstrato, denotando ao mesmo tempo condição estatutária e a totalidade daqueles que a possuem: *civis* → *civitas* (PLG II, p. 284)¹⁹³.

Quanto ao modelo grego, a explicação é a seguinte:

[...] no modelo grego, o dado primeiro é uma entidade, a *pólis*. Esta, corpo abstrato, *Estado*, fonte e centro da autoridade, existe por si mesma. Ela não se encarna nem num edifício, nem numa instituição, nem numa assembleia. É independente dos homens, e sua única sede material é a extensão do território que a fundamenta. A partir desta noção da *pólis* determina-se o estatuto de *polítēs*: é *polítēs* aquele que é membro da *pólis*, que dela participa de direito, que recebe dela encargos e privilégios. Este estatuto de participante em uma entidade primordial é algo de específico, ao mesmo tempo referência de origem, lugar de pertença, título de nascimento, condição de estado; tudo emana dessa condição de dependência da *pólis*, necessária e suficiente para definir o *polítēs* (PLG II, p. 285).

Tendo em vista essa diferenciação fundamental, é tempo de concluir nosso exame e traçar suas implicações para o pensamento acerca da relação semiológica entre língua e sociedade. Fica claro, através da análise benvenistiana do mecanismo linguístico responsável pela noção de “*citē*” [cidade], que, se por um lado, o termo que serve de expressão da

¹⁹³ Benveniste identifica que este mesmo modelo derivacional marcado pela reciprocidade é próprio, no latim, de “um certo número de relações típicas caracterizando agrupamentos antigos de sociedade romana” (PLG II, p. 284), como é o caso de *socius* [sócio] (só se é *socius* em relação a outro *socius*), que dá origem ao coletivo dos *socii*, a *societas* [sociedade]; e também de *nobilis* [nobre], termo do qual deriva *nobilitas* [nobreza].

“cidade” nas línguas neolatinas está ligado lexicalmente ao termo latino *civitas*¹⁹⁴, por outro, o *modelo de derivação* (a relação entre um termo de base e um termo derivado) que tais línguas assumiram foi o da língua grega, sendo *cité* [cidade] o termo primeiro e *citoyen* [cidadão] o termo derivado, inversamente ao que ocorre em latim, em que *civis* [cidadão] é o termo de base para *civitas* [cidade].

Tal análise demonstra que, por trás da aparente facilidade e clareza em remeter lexicalmente “*cité*” a “*civitas*” tal como a comparação genética geralmente é feita, esconde-se na verdade um problema que, se examinado de perto, permite evidenciar dois modelos de cidade distintos, ou seja, duas formas de organização social que divergem profundamente em seus princípios, uma vez que estão relacionadas a processos inversos de derivação linguística. No modelo de derivação do latim, o termo primeiro é *civis*, cujo sentido está ligado a uma condição de reciprocidade de um homem em relação a outro homem. Dessa noção inter-humana de *civis*, deriva *civitas*, termo abstrato que designa uma coletividade: “o ‘conjunto dos *cives*’” (PLG II, p. 283). A ordem social seria aqui, assim, a de cidade enquanto produto de uma coletividade de homens em relação recíproca de “concidadania”¹⁹⁵. No modelo de derivação do grego adotado pelas línguas neolatinas, a relação é inversa, sendo a “cidade” a entidade primeira, a qual confere aos indivíduos o seu estatuto de pertencimento. Assim, da *pólis*, deriva o *polítes*, tal como, em nossas línguas românicas, da “cidade” deriva o “cidadão”.

Assim, a brilhante análise de Benveniste, conjugando magistralmente o estudo comparado e a linguística geral, permite exemplificar o caminho semiológico elucidado em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), uma vez que se trata de um estudo no qual, através da análise da língua, algo pode ser dito a respeito da sociedade. Prova disso é a constatação final de Benveniste em *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970):

Estas duas noções, *civitas* e *pólis*, tão vizinhas, semelhantes e, por assim dizer, intercambiáveis na representação que delas dá o humanismo tradicional, constroem-se na realidade ao inverso uma da outra. Esta

¹⁹⁴ Como atesta o próprio francês “*cité*”, mas também o português “cidade”, o espanhol “*ciudad*”, o italiano “*città*”, e o catalão “*ciutat*”.

¹⁹⁵ É possível ver aqui o quanto este assunto, abordado por Benveniste desde um ponto de vista estritamente linguístico, está ligado a uma discussão que também se coloca em termos sociológicos. Pensamos, inclusive, que reflexão benvenistiana desenvolvida neste texto pode ser articulada ao pensamento acerca da estrutura de reciprocidade que subjaz à coletividade humana, sobre o qual se ocuparam pensadores como Marcel Mauss, em seu *Ensaio sobre a Dádiva* (MAUSS, 2003), e Claude Lévi-Strauss, em sua *Introduction à l’œuvre de Marcel Mauss* (LÉVI-STRAUSS, 1997).

conclusão, fruto de uma análise interna, deveria ser o ponto de partida de um novo estudo comparado das próprias instituições (PLG II, p. 286).

Vemos se desenhar aí uma nova possibilidade de análise linguística, fundada nessa estreita relação entre língua e sociedade.

3.4. O vocabulário das instituições indo-europeias I

Conforme já elucidamos no capítulo anterior, a obra intitulada *O vocabulário das instituições indo-europeias*, publicada em 1969, é resultado da reunião, em dois volumes, de estudos comparativos nos quais Benveniste analisa a significação de termos importantes e fecundos da família linguística do indo-europeu, buscando traçar o seu desenvolvimento e diversificação nas diferentes línguas, e estabelecendo esta significação como o fundamento de instituições como a economia, a sociedade, a religião e o direito. Para nosso exame do primeiro volume, selecionamos uma análise para cada uma das “instituições” nele abordadas, conforme informamos na introdução deste capítulo. Assim, para a “economia”, o texto a ser examinado é *O gado e o dinheiro: pecu e pecūnia*; para o tema do “parentesco”, escolhemos *O princípio da exogamia e suas aplicações*; por fim, para a seção “Os estatutos sociais”, trazemos para nosso estudo o texto *O homem livre*.

3.4.1. O gado e o dinheiro: pecu e pecūnia

Neste texto, Benveniste examina um termo de importância fundamental para a compreensão do sistema econômico da sociedade indo-europeia, de caráter eminentemente pastoril: trata-se do vocábulo **peku*, atestado nas áreas do indo-iraniano, do itálico e do germânico. Segundo o linguista, o sentido dado pelos comparatistas é tradicionalmente o de “gado”, gerado a partir da raiz **pek-* [tosar]. Assim, na lição ensinada pela gramática comparada, “esse termo designaria propriamente o ‘ovino’ enquanto portador de um tosar, e teria se generalizado para o conjunto do ‘gado’” (VOC I, p. 45). Todo o esforço de Benveniste neste estudo consiste em demonstrar que tal concepção não se sustenta, sendo necessário, portanto, retomar a análise dos dados e propor uma nova interpretação de sua significação, o que exige um exame de suas ocorrências no indo-iraniano, no latim e no germânico.

Iniciando pelo indo-iraniano, Benveniste identifica nas formas aparentadas *paśu* (védico, da Índia) e *pasu* (avéstico, do Irã) o sentido de “gado”. No entanto, salienta dois problemas relativos a tal definição: 1) “*paśu* é um termo coletivo abrangendo todas as espécies de animais domésticos (cavalos, bois) e somente elas” (VOC I, p. 46); 2) “*paśu* engloba inclusive o homem designado como *paśu* bípede, na mesma linha do *paśu* quadrúpede” (VOC I, p. 46). Sobre este último ponto, o linguista aponta:

A inclusão do homem no *paśu* é o indicador de uma sociedade pastoril em que a riqueza móvel se compunha ao mesmo tempo de homens e de animais, e em que o termo *paśu*, significando inicialmente riqueza móvel, podia caber tanto aos “bípedes” quanto aos “quadrúpedes” (VOC I, p. 46).

A forma avéstica *pasu* confirma essa visão, incluindo também o homem, sob a forma *pasu vīra* [“gado-homens”], designado enquanto “escravo”. O que podemos identificar, desde já, é que a significação dessas formas ligadas a **peku* não está relacionada, desde sua origem, especificamente ao “gado”, mas sim a uma noção mais geral e abstrata: a de “riqueza móvel”. Desse modo, através do exame de inúmeras ocorrências, Benveniste demonstra que o sentido de *paśu* e *pasu* revela-se como sendo, antes de tudo, o de um *valor econômico*, o qual, em sociedades de economia pastoril, necessariamente se encontraria empregado para designar os animais de criação, e também o homem, naquelas em que a escravidão também cumpre uma função econômica. O linguista realiza, portanto, uma inversão da interpretação tradicionalmente dada pela gramática comparada: de uma visão na qual o sentido designativo de “gado” daria origem, por extensão semântica, à noção secundária de “riqueza em gado” (como no latim *pecūnia*, conforme veremos adiante), passamos a uma visão na qual é a própria noção de “riqueza móvel” que, especificando-se, pôde designar o “gado”, e depois (como ocorre em uma parte do iraniano) o “carneiro”. Nas palavras de Benveniste: “Parece que todos esses indícios permitem ver no sentido de ‘gado’ um estreitamento do sentido mais antigo e mais amplo de ‘riqueza móvel’, aplicado à principal forma de posse numa sociedade de criação animal” (VOC I, p. 48).

Quanto ao latim, Benveniste se atém à análise do termo *pecū* e seus derivados, *pecūnia* e *pecūlium*, salientando inicialmente a dificuldade de explicação do processo de formação destes dois últimos, únicos na língua latina, e então adentrando na discussão acerca de sua transformação semântica. Conforme afirma o linguista, os etimologistas não veem problema nenhum em atribuir a *pecū* o sentido de “gado”, a *pecūnia* o de “riqueza em gado”,

e a *pecūlium* o de “parte de gado deixada ao escravo”. No entanto, se a relação formal entre os três termos é comprovada, a questão da significação permanece em aberto, o que exige um exame dos sentidos de *pecūnia* e *pecūlium*, ambos em relação a *pecū*.

No que diz respeito a *pecūnia*, Benveniste enfatiza o fato de que, em nenhum dos seus empregos, seja entre autores da latinidade antiga e clássica, seja em definições e citações de dicionários, o sentido do termo possui uma ligação com o de *pecū* [rebanho, gado]. Conforme ele constata, “em todos os exemplos, *pecūnia* significa exclusivamente ‘fortuna, dinheiro’” (VOC I, p. 50), o que o leva à seguinte conclusão:

Se o derivado *pecūnia*, desde seus primeiros usos, tem exclusivamente o sentido de “dinheiro, fortuna, *χρήματα*”, é porque o termo de base *pecū* se remete exclusivamente a um valor econômico e significa “posse móvel”. Apenas assim se justificará o sentido constante de *pecūnia*, que, como abstrato-coletivo, generaliza o sentido próprio de *pecū* (VOC I, p. 50).

O linguista aponta que é em virtude de um processo distinto, pragmático e secundário, que **peku*, significando “posse móvel”, foi aplicado especificamente à realidade dita “gado”. Benveniste trata, aqui, de um processo de *designação*, por posição à *significação* inerente ao termo **peku*. Nas palavras dele:

Cumprir distinguir nesta análise os dois planos teóricos: o da significação e o da designação. Cumprir distinguir, por conseguinte, o sentido próprio de **peku* revelado por seus derivados antigos, e o emprego histórico da palavra para designar o “gado”. Uma vez realizada a junção semântica entre *este* termo **peku* e *esta* realidade, o gado, a designação se fixa por um certo tempo (VOC I, p. 50-51, grifos do autor).

Tais pontos são suficientes para demonstrar a inexatidão da tradução de *pecūnia* por “riqueza em gado”, e o quanto o próprio sentido de *pecū* revela muito mais de um valor econômico do que propriamente do animal “gado”. Como afirma Benveniste, “[...] a natureza real do *pecū* primitivo se esclarece a partir do sentido real do *pecūnia* histórico” (VOC I, p. 51). O linguista inclusive mostra, através de inúmeras passagens de autores latinos, que a noção de “riqueza móvel”, expressa pelo termo *pecūnia*, englobava outras espécies além do “gado”. Eis, portanto, como ele resume a questão:

[...] *pecūnia* abarca todos os usos possíveis do dinheiro como valor econômico ou signo monetário, mas, repetindo, ele nunca se refere à posse de “gado”. Isso quer dizer que, no uso latino, *pecū* e *pecūnia* tinham se tornado termos distintos, pelo fato de que *pecū*, quando se especializou na designação de “gado”, não trouxe consigo *pecūnia*, que conservou seu valor inicial de “fortuna móvel” (VOC I, p. 52).

A análise semântica do termo *pecūlium* reforça o que foi dito a propósito de *pecūnia*, estando, inclusive, ainda mais distante de *pecū* do que o termo anterior. Designando a posse concedida àqueles que legalmente não podem ter haveres, como a poupança pessoal concedida pelo senhor ao seu escravo, *pecūlium* tem por noção primeira este “haver próprio”, o qual consiste sempre em bens móveis, dinheiro ou carneiros. Assim definido seu sentido, *pecūlium* figura como uma segunda evidência de que a noção de base, *pecū*, não remetia especificamente ao gado. Segundo Benveniste, “em *pecūlium*, mais do que *pecūnia*, está sublinhada a relação de pertença pessoal, ainda que restrita a uma certa classe social. Mas trata-se sempre da posse de um bem móvel” (VOC I, p. 52-53). A sua conclusão é, portanto, a mesma em todas as partes: “*pecū* significa ‘bem móvel (pessoal)’” (VOC I, p. 53).

Por fim, Benveniste analisa a situação de **peku* em sua realização nas línguas pertencentes à família do germânico, nas quais constata que o sentido do termo varia segundo os dialetos. Para ele, tal variação é o justamente o que fornece os meios de instrução para a apreensão do valor próprio do termo.

O linguista inicia seu exame pelo testemunho do gótico *faihu*, termo ligado a **peku* e que, em todos os seus empregos, designa apenas “dinheiro”, “fortuna”, jamais mantendo uma relação com o mundo animal. Além disso, compostos como *faihufriks* [ávido de dinheiro], *faihufrikei* [cupidez, cobiça], e *faihugairns* [cúpido por dinheiro] indicam que, muito antes de designar o “gado”, o termo *faihu* expressa um valor econômico geral, sendo cercado semanticamente por termos relacionados ao dinheiro e à riqueza, como *gabei* [riqueza], *gabeigs* [rico], *gabigjan* [enriquecer], *gabignan* [enriquecer-se], *silubr* [prata, dinheiro], *skatts* [dinheiro, mina], e completamente estranho ao vocabulário pastoril.

No nórdico, é o termo *fé* que geralmente se traduz por “gado”, sendo “riqueza” um sentido secundário. Também aqui, Benveniste vê a necessidade de retificação: para ele, é o sentido de “riqueza (móvel)” que deve ocupar o primeiro plano. São três as condições que o levam a pensar assim:

1. A expressão *gangandi fé* para “gado” supõe evidentemente que *fé* por si só não significava “gado”, e sim “riqueza, fortuna”; designou-se com *gangandi fé* a “riqueza em pé”, o “gado” [...];
2. O composto *félag* “posse comum” donde *félagi* “camarada, companheiro” (que passou para o ing. ant. *feolaga*, ingl. *fellow*) também requer para *fé* o sentido de “fortuna, bem”, e não o de “rebanho”;
3. O verbo denominativo *féna* significa “se enriquecer”, portanto,

“adquirir fortuna” (*fē*); donde o derivado secundário *fénadr* “riqueza”, eventualmente designando “gado”, mas por meio de uma nova especialização (VOC I, p. 55).

Também o inglês antigo atesta esse valor geral para o termo, o qual, sob a forma *fēoh*, “se aplica em primeiro e principal lugar à riqueza em geral ou aos bens móveis, e apenas em segundo lugar e bastante raramente a essa forma de fortuna móvel constituída pelo gado” (VOC I, p. 55). Configura-se como indício disso o fato de que, no inglês antigo, “existem não mais do que três compostos com *fēoh* ‘gado’, e bem uns trinta com *fēoh* ‘dinheiro, riqueza’” (VOC I, p. 55).

A conclusão a que Benveniste chega ao final deste estudo é, portanto, a de que a concepção tradicional de **peku* merece ser inteiramente reformulada, uma vez que o termo indo-europeu significa não propriamente “gado”, mas sim “posse móvel pessoal”:

Foi somente na esteira dessa associação frequente entre o termo **peku* e a realidade material da criação animal que **peku*, ao se generalizar fora da classe dos produtores, veio a significar “gado” – primeira especialização –, depois especificamente “gado miúdo” – segunda especialização – e finalmente “ovino” – terceira e última especialização. Mas, em si mesmo, *peku* não designa nem o rebanho, nem espécie animal alguma (VOC I, p. 56).

Tal especialização, ainda segundo o linguista, embora tenha se dado cedo no domínio indo-iraniano, não se realizou em todas as línguas do indo-europeu, como atestam o sentido preservado de “posse móvel” no latim *pecūnia* e numa parcela considerável do germânico, os quais constituem dados essenciais para se compreender a direção em que se deu a evolução semântica do termo. Além disso, o caráter dessa evolução é, para Benveniste, revelador de um outro princípio, do qual já tratamos aqui ao analisarmos o texto *Problemas semânticos da reconstrução* (1954). Eis o que diz o autor:

[...] num processo lexical de tal natureza, é um termo de sentido geral que se encontra aplicado a uma realidade específica e que vem a se tornar sua designação, e não o inverso. [...] A significação geral permite, assim, designações específicas que, ao longo da história, terminam por se vincular tão estreitamente a seus objetos particulares que o sentido literal fica obliterado (VOC I, p. 57).

Vemos aí o mesmo postulado que orienta, no texto de 1954, a interpretação que refuta o critério tradicionalmente aceito de evolução semântica do “concreto” para o “abstrato”, através da análise do termo **drū-* [solidez], que deu origem, por meio de suas especializações,

tanto ao vocabulário da “fidelidade”, quanto à designação da “árvore”. No texto que agora examinamos, Benveniste opera a mesma desconstrução, demonstrando o quanto a noção “concreta” de “gado” é secundária em relação ao sentido mais abstrato de “riqueza móvel”, embora os termos em oposição desta vez sejam os de “sentido geral” e “realidade específica”. Não é difícil enxergar, aqui, a distinção entre “significação” e “designação” operando enquanto instrumental teórico. Ora, assim como no caso de **drū-*, estamos diante de um caso no qual a significação geral de um termo possibilita o seu emprego para designar uma realidade específica; uma vez que o dado termo esteja fixamente vinculado ao seu dado objeto, a designação pode produzir uma nova significação, inclusive afastando o termo designante de sua família semântica, como é o caso da forma latina *pecū* (cujo sentido especializou-se a partir da designação do “gado”) em relação ao seu derivado *pecūnia* (o qual preservou seu sentido original). Benveniste ainda salienta o caráter irreversível deste movimento: “A passagem ‘fortuna móvel > gado’ é característica. Mas, uma vez realizada, é irreversível. Assim, o ‘gado’ é muito amiúde designado pelos termos que se referem à posse em geral, ou seja, designado simplesmente como ‘posse’, mas nunca o contrário” (VOC I, p. 57). Isso permite a ele estabelecer um curioso princípio, ao qual ele dá o nome de “norma dos termos de propriedade”:

Nossa interpretação de **peku* e de sua evolução está de acordo, portanto, com aquilo que se poderia chamar de norma dos termos de propriedade: uma denominação geral ou genérica é empregada entre uma certa classe de produtores como designação do objeto ou elemento típico; nessa qualidade, ela se difunde para fora de seu meio original e então se converte na designação usual do objeto ou elemento em questão (VOC I, p. 57-58).

Ora, surpreendemos aqui praticamente uma paráfrase do que o linguista afirma acerca do fenômeno de “apropriação por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos” (PLG II, p. 102), no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968):

Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais (PLG II, p. 102).

A análise semântica de **peku* demonstra, portanto, o papel da língua, enquanto “expressão de certos grupos profissionais especializados” (PLG II, p. 102), no interior da sociedade. Ou ainda, Benveniste joga luz sobre o “mecanismo que permite à língua tornar-se

o denominador, o interpretante das funções e das estruturas sociais” (PLG II, p. 102). Temos, diante de nós, uma análise linguística que torna explícita a importância da língua enquanto interpretante de todo um sistema de produção e de relações econômicas que caracterizaram e estruturaram a antiga sociedade indo-europeia. Ainda não se deu o devido valor à potência dessa constatação.

3.4.2. O princípio da exogamia e suas aplicações

Neste texto, o interesse de Benveniste está voltado para uma curiosa questão relativa ao vocabulário do parentesco no indo-europeu. Mais especificamente, o linguista busca definir a lógica por trás da relação entre um termo comum às línguas indo-europeias, ligado ao nome do “avô”, e o fato de que, em certas línguas, o sentido deste termo oferece uma variante, designando o “tio materno”.

Benveniste inicia pela elucidação das formas derivadas do indo-europeu **awos* que designam o “avô”: o latim *auus*, o hitita *huhhaš*, o armênio *haw*. Ao lado destas, ele coloca as formas derivadas das línguas nas quais ocorre a variação semântica: do balto-eslavo, temos o eslavo antigo *ujǐ* e o prussiano antigo *awis* designando o “tio”, e o lituano *avýnas* designando especificamente o “irmão da mãe”, o “tio materno”. Também com referência ao “tio” estão as formas célticas do galês *ewythr*, do bretão *eontr* (as quais supõem um derivado **awentro-*). No germânico, o radical **awen-* encontra suas realizações no islandês *afe* [avô], no alto-alemão antigo *ōheim* [tio], no alemão *Oheim* [tio], no inglês antigo *ēam* [tio] e no frísio *ēm* [tio]¹⁹⁶.

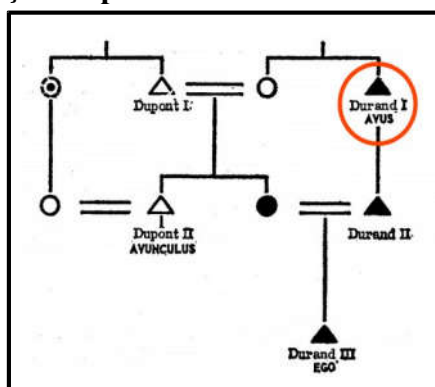
Diante desses dados, o problema semântico que se impõe é “saber como o nome do ‘avô’ passou a denominar o ‘tio materno’” (VOC I, p. 225). Conforme pontua o linguista, a questão não se coloca apenas entre grupos dialetais, mas no próprio interior de uma mesma língua, como é o caso do latim, no qual o termo *auus* [avô] se faz acompanhar de seu diminutivo *auunculus* (“pequeno *auus*”), usado para se referir ao “tio materno”. Benveniste traz, como primeira tentativa de explicação para essa derivação, a suposição, levantada por outros comparatistas, de que, se *auunculus* refere-se especificamente ao irmão da *mãe*, é

¹⁹⁶ Quanto ao grego e ao indo-iraniano, Benveniste afirma que tais grupos dialetais dispõem de termos novos para designar o avô (*páppos* no grego, *pitāmaha* no sânscrito, e *nyāka* no avéstico e pérsico antigo) os quais não estabelecem nenhuma relação formal com **awos*.

porque *auus* designaria especificamente o avô *materno*, daí a ligação entre o *auus* e seu filho, o *auunculus* (“pequeno *auus*”). No entanto, como o próprio linguista torna claro, “todas as definições dos antigos vinculam *avus* à linhagem paterna” (VOC I, p. 225-226), sendo o avô materno especificado como *auus maternus*. Além disso, em um sistema no qual o pai da mãe (avô materno) não ocupa um lugar de importância, não teria sido possível que fosse justamente dele que se originasse o nome de um personagem tão importante quanto o “tio materno”.

Para essa dificuldade que a filologia, por si só, parece não dar conta de resolver, Benveniste busca a solução na estrutura do parentesco exogâmico¹⁹⁷. Em uma longa explicação, o linguista mostra que a derivação *auus* > *auunculus* se dá em função do casamento entre primos cruzados¹⁹⁸. Em uma relação de parentesco caracterizada pela união de primos a partir de irmãos de sexo oposto, o *auus*, pai do pai de EGO (isto é, o avô paterno), é sempre, ao mesmo tempo, o irmão da mãe da mãe de EGO (isto é, o tio-avô materno), conforme ilustra o esquema abaixo:

Quadro 4 – A relação de parentesco em casamentos entre primos cruzados



Fonte: (VOC I, p. 228 [destaque circular meu])

O que se percebe, neste tipo de sistema, é que “o parentesco se estabelece entre irmão e filho de irmã, entre tio materno e sobrinho, ao passo que na filiação agnática ele se

¹⁹⁷ O parentesco exogâmico define-se como uma norma interditiva que estipula a união matrimonial de indivíduos não aparentados, ou ao menos, tal como em nosso exemplo, de parentesco considerado distante, como os primos cruzados, considerados elegíveis para o matrimônio na sociedade latina.

¹⁹⁸ Primos cruzados configuram-se como filhos ou filhas de irmãos de sexo oposto. Em outras palavras, trata-se do filho ou filha do irmão da mãe, ou do filho ou filha da irmã do pai. Nos casos em que a relação de parentesco se dá por irmão do pai ou irmã da mãe (ou seja, irmãos de mesmo sexo), a união entre os primos é considerada incestuosa.

estabelece de pai para filho” (VOC I, p. 227). Ou seja, o laço de parentesco mais importante aqui não é aquele, comum para nós, entre pai e filho, e sim aquele entre tio por parte de mãe e seu sobrinho. Ora, essa constatação leva Benveniste a concluir que

[...] se *auus* se refere mesmo ao tio-avô materno, o tio materno poderá ser chamado de “pequeno *auus*” ou *auunculus*. Essa solução é uma simples decorrência das necessidades do sistema. É-se levado a atribuir a *auus* o sentido de “tio-avô materno” antes do de “avô”: um mesmo indivíduo, o irmão da mãe da mãe, é simultaneamente pai do pai (VOC I, p. 227).

Assim, o que a tradição sempre tomou por “avô, pai do pai”, a relação derivativa *auus* > *auunculus* mostra que, muito antes de significar “avô”, *auus* identifica-se com o tio-avô materno, revelando um outro tipo de filiação, do qual a língua é o testemunho maior. É para dar conta dessa estrutura que se condicionam todos os elementos lexicais do parentesco, uma vez que ela se estabelece a partir de classes e das relações entre as classes:

Isso permite compreender a variedade dos termos e a dissimetria na designação dos tios e das tias em latim: *patruus* para o “irmão do pai”, mas *auunculus* para o “tio materno”; no feminino, *matertera*, irmã da mãe, a “quase mãe”, mas *amita* “irmã do pai”. A relação de irmandade entre seres do mesmo sexo os coloca na mesma classe. Sendo o irmão do pai ou a irmã da mãe do mesmo sexo que o indivíduo que os define, os termos que os designam serão derivados do termo primário. Mas se o irmão da mãe ou a irmã do pai for do sexo oposto, os termos serão diferentes: tem-se aí uma ilustração do princípio da exogamia (VOC I, p. 227).

Devemos dar a mais profunda importância para a citação acima: o que ela explicita é o aparelho conceitual da língua estabelecendo, a partir de derivações e distinções, as relações que configuram o princípio de parentesco exogâmico. Desde este ponto de vista, as relações de parentesco, ganhando sua organização na e pela língua, dão evidência à relação semiológica benvenistiana: a língua como sistema interpretante; a sociedade como sistema interpretado. Assim, torna-se nítido aqui o papel da língua na organização da vida social. Se, por um lado, conforme Benveniste afirma em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a estrutura da sociedade, composta em parte por este sistema de parentesco, não se deixa comparar à estrutura da língua, composta de unidades significantes de caráter distintivo, combinável e hierarquizado, por outro lado, vemos agora de que maneira tais realidades se encontram intimamente relacionadas: manifesta-se nesta análise o poder interpretante da língua, do qual depende a expressão da estrutura social, em todos os seus valores, prescritivos e interditivos.

O mesmo princípio de explicação que Benveniste dá para a relação de derivação entre *auus* e *auunculus* é válido para outros dois problemas relativos ao vocabulário do parentesco.

O primeiro deles diz respeito à desconcertante variação de sentido que se observa em **nepōt-*, termo que, conforme as línguas, representa ora o “neto”, ora o “sobrinho”, e às vezes os dois ao mesmo tempo. Nas línguas indo-iranianas, as formas ligadas a **nepōt-* assumem o sentido de “neto”, como o védico *napāt* (o qual também possui o sentido mais vago de “descendente”), o avéstico *napāt*, o pérsico antigo *napā* e o persa moderno *nave*. Já nas línguas ocidentais, à exceção do latim, o sentido é sempre o de “sobrinho” (especificamente, o “filho da irmã”), como nos correspondentes germânicos do inglês antigo *nefa* e do alto-alemão antigo *nefo*, no eslavo antigo *netijì*, e nas formas célticas do irlandês antigo *nia* e do galês *nei*. No latim, porém, o termo *nepos* parece se aplicar indistintamente ao “sobrinho” e ao “neto” (às vezes, também ao “descendente”). O que a tradição etimológica vê como uma vagueza de sentido ou falta de significação bem definida, Benveniste toma como o próprio índice linguístico do princípio de exogamia caracterizador das uniões entre primos cruzados:

Quanto à dualidade de sentido, “sobrinho” e “neto”, a explicação é dada pela relação homóloga entre o nome do “tio” e o do “avô”. Assim como *auus*, em linhagem paterna “irmão da mãe da mãe”, gera o diminutivo *auunculus* para “irmão da mãe”, da mesma maneira, e correlatamente, o nome do neto pode designar ao mesmo tempo aquele que é o sobrinho do irmão da mãe. As duas alterações são simétricas: o filho da filha da irmã recebe o mesmo nome do filho da irmã. Todavia, a tendência patrilinear cada vez mais rigorosa do parentesco indo-europeu faz frequentemente prevalecer a significação agnática: “filho do filho” (VOC I, p. 233).

Isso quer dizer que, assim como o sentido de *auus* está muito mais atrelado ao de “tio-avô materno” (irmão da mãe da mãe) do que ao de “avô paterno” (pai do pai), também *nepos* está mais relacionado ao sentido de “sobrinho-neto” (filho da filha da irmã) do que a de “neto” propriamente dito (filho do filho). Isso faz com que o termo também sirva para designar o “sobrinho” (filho da irmã). A essa interpretação, oferece suporte o termo grego aparentado *anepsiós* (de **a-nept-iyō-*), o qual designa o “primo”, mas cuja forma apresenta um importante testemunho:

[...] o sentido literal é “os que são co-sobrinhos”, o que supõe para o elemento *-nept-*, como ponto de partida, não o sentido de “neto”, e sim o de “sobrinho”. Assim se designavam reciprocamente os “sobrinhos” de irmãos e irmãs [isto é, os “primos”]: prova indireta da prioridade do sentido de “sobrinho” (VOC I, p. 233, acréscimo nosso).

O sentido primeiro de **nepōt-* é, portanto, sempre o de “sobrinho” (mesmo na relação de “sobrinho-neto” que se estabelece com o irmão da mãe da mãe, e que se traduz, erroneamente, por “neto”), uma vez que se leve em conta a importância da relação entre o indivíduo e seu tio materno neste sistema de parentesco¹⁹⁹.

O segundo problema é concernente à diversidade de denominações que se apresenta nas línguas indo-europeias para uma relação de parentesco tão imediata: a do “filho”. Benveniste diz que sua forma mais comum é **sūnu-* (possivelmente derivada de **su-*, “dar à luz”), atestada pelo sânscrito *sūnu-*, o avéstico *hunu-*, o gótico e lituano *sunus*, o eslavo *synŭ* e o grego *huiús*. No entanto, o hitita isola-se com *uwa*, assim como o lício *tideimi* [lactente], o latim *filius*, o celta *macc* e o armênio *ustr*.

Para o linguista, a resposta para esta questão reside na própria análise do termo latino:

Filius se liga, no próprio latim, a uma família etimológica representada por *felo*, *fecundus* etc., que implica a noção de “alimentar” (úmbrio *feliuf* acusativo plural, “lactentes, crianças de peito”). A significação do termo é clara; para explicar que ela tenha ingressado na nomenclatura do parentesco, consideramos *filius* como um adjetivo que adotou a função de um substantivo. Deve se tratar do mesmo fenômeno ocorrido com *consobrinus*, *patruelis*, em que o adjetivo, inicialmente ligado a um substantivo, acabou por suplantá-lo: *patruelis*, *consobrinus* representam *frater patruelis*, *frater consobrinus*. Conjeturamos que *filius* resultou de uma ligação que se colocaria hipoteticamente como **sumus filius*; o termo verdadeiro foi eliminado dessa expressão analítica, restando o termo mais expressivo (VOC I, p. 235).

Mas o que explica essa instabilidade, em tudo contrastante com a constância do nome do “sobrinho”? Benveniste esclarece que o destino de *filius* deve ser correlato ao de *nepos*: sendo o sobrinho um descendente mais importante do que o filho neste tipo de parentesco, uma vez que é sempre do tio materno para o sobrinho que se transmite a herança ou o poder, o filho é, para o seu pai, meramente sua *cria* (de onde a razão para o termo **sumus*). Além disso, a forma derivada de *pater* [pai] para o “tio paterno”, *patruus*, revela que os irmãos do pai são

¹⁹⁹ Ainda sobre o nome do “neto”, Benveniste traz o caso das línguas nas quais o termo designante significa “pequeno avô”, como é o caso do irlandês *aue* (derivado de **auos* [avô]), o alto-alemão antigo *enencheli*, diminutivo de *ano* [avô], e o francês antigo *avelet*, diminutivo de *ave* [avô]. Como explicação para este fenômeno, o linguista afirma: “Uma noção viva em muitas sociedades reza que o ser nascido é sempre um ancestral reencarnado por meio de um certo número de gerações; propriamente falando, nem existe nascimento, pois o antepassado não desapareceu, apenas sofreu um ocultamento. De modo geral, o ressurgimento ocorre do avô para o neto: quando alguém tem um filho, é o avô da criança que está ressurgindo, donde resulta que ambos tenham o mesmo nome. O menino é como a representação em miniatura do antepassado que está encarnando: é um ‘pequeno avô’ que renasce passando por sobre uma geração” (VOC I, p. 234).

também, de certa forma, considerados como “pais”. Consequentemente, os filhos de irmãos são também *irmãos* entre eles (*frater consobrinus*, por oposição ao irmão de mesmo pai, *frater germanus*²⁰⁰), e não primos. Da mesma forma, os filhos de dois irmãos são, para estes, igualmente “filhos”. Se assim é, Benveniste se pergunta: “[...] como distinguir o próprio filho e o filho do irmão?” (VOC I, p. 235). Ao que prontamente responde:

Aqui intervém o acréscimo de *filius* “lactente”. Depois, quando a relação entre tio materno e sobrinho se esvanece e a “grande família” se desfaz, passa a ser apenas *filius* a designar especificamente o descendente de EGO (VOC I, p. 235).

Ou seja, *filius* passou, de um adjetivo determinativo em **sunus filius* (“filho *lactente*”, de mesmo pai), a substantivo, assumindo, assim, a própria designação do “filho”.

Os fenômenos aqui apresentados, em seu conjunto, constituem, para Benveniste, um valioso testemunho “das dificuldades que enfrentaram as sociedades para passar de um sistema ao outro, para normatizar o sistema do parentesco agnático que se tornou constante [...], e para adaptar ou substituir termos herdados de estruturas anteriores” (VOC I, p. 236). Trata-se, mais uma vez, de uma evidência do modo pelo qual a sociedade, em suas estruturas mais fundamentais, encontra sua determinação através do aparato linguístico.

3.4.3. *O homem livre*

Este estudo trata da análise semântica de uma distinção fundamental na organização das sociedades indo-europeias. De fato, no interior de cada uma delas, reconhecemos uma diferenciação fundada na condição de liberdade ou servilidade dos homens, a qual determina a oposição entre o “homem livre” e o “escravo”. No latim, a distinção se estabelece entre *liberi* e *serui*, a qual se faz corresponder, no grego, pelos termos *eleútheros* (ἐλεύθερος) e *doúlos* (δοῦλος). Na Germânia, as distinções se fazem entre, de um lado, *nobiles* e *ingenui* (livres por “nobreza” e por “nascimento”, equivalentes ao latim *liberi*), e, de outro lado, *serui* e *liberti* (escravos e escravos libertos, ambos equivalentes ao latim *serui*). Igualmente, na Índia, estão distintos os *ārya* (designando os indo-iranianos livres) e os *dāsa* (designando os

²⁰⁰ A título de curiosidade, é justamente de *germanus*, por supressão de *frater*, que deriva os termos modernos do espanhol *hermano* e do português *irmão*.

escravos e estrangeiros). Assim, mesmo com diferenças etimológicas, mantêm-se uma mesma instituição, que regula o estatuto de liberdade e não liberdade dos homens.

Em meio às diferenças terminológicas, Benveniste identifica um termo comum a algumas línguas: trata-se da correspondência já citada entre o latim *liber* e o grego *eleútheros*, a qual reconduz à forma indo-europeia **(e)leudheros*. Tal forma também se realiza no vêneto, sob a denominação da divindade *Louzera*, cujo equivalente latino é *Libera*, par feminino de *Liber*, que se identifica com *Bacchus*. Essa variação semântica é reveladora de um complexo conjunto de relações em torno de *liber*. Como aponta o linguista, “cumpre saber, em primeiro lugar, se há um ou vários *liber*. Pois *liber* adjetivo e *Liber* nome de divindade serão a mesma palavra?” (VOC I, p. 318). Soma-se a isso o termo latino *liberi*, designando “os filhos”, e o fato de que o radical do qual derivam os termos latino e grego, **leudh-*, resulta em sentidos ainda mais diferentes em outras línguas, como os termos do antigo eslavo *ljudŭ* [povo] e *ljudiŭje* [pessoas], as transformações do germânico, que vão do alto-alemão antigo ao alemão moderno (*liut* > *leod* > *Leute* [as pessoas]), e os verbos em gótico *liudan* [crescer], em sânscrito *rudh-* e avéstico *rud-* [crescer, se desenvolver]. Diante de tal diversidade, como estabelecer uma unidade de significação? Ou, como indaga Benveniste:

Como explicar por uma raiz **leudh-* “crescer, se desenvolver” um termo coletivo “o povo, as pessoas”, depois um adjetivo “livre” e, localizadamente, em latim, um nome de divindade *Liber* e um substantivo *liberi* “filhos”? (VOC I, p. 318).

O linguista inicia sua análise pelas formas verbais, reconhecendo no gótico *liudan* o sentido de “crescer, impelir”, usado para se referir às plantas em seu crescimento. Este mesmo verbo também fornece a forma *laudi* [figura], e *-laups* no composto *jugga-laups* [de estatura jovem]. No indo-iraniano, faz-se corresponder o sânscrito *rudh-* e o avéstico *rudraod-*, ambos significando “crescer”, além do substantivo avéstico *raodah-* [crescimento, estatura, figura]. Desta constatação, Benveniste tira a seguinte conclusão:

Pode-se então conceber que a imagem do crescimento consumado, resultando na estatura e na figura humana, tenha gerado em outros lugares uma noção coletiva como a de “tronco (genealógico)”, de “grupo de crescimento”, para designar uma fração étnica, o corpo daqueles que nasceram e se desenvolveram juntos. O valor social de um substantivo como **leudho-* pôde favorecer a passagem para o sentido de “povo” (é o caso do esl. ant. *ljudiŭje* “povo” e germânico *leod* “povo”). E desse substantivo **leudho-* (ou **leudhes-*) extrai-se facilmente **(e)leudhero-* para qualificar a pertença ao tronco étnico, a condição de “homem livre” (VOC I, p. 319).

Ou seja, é a partir da noção socializada de “crescimento” (de uma categoria social, de um “tronco genealógico”, de uma comunidade), que surge a noção de “liberdade”. Assim, “todos os que saíram desse ‘tronco’, desse ‘stock’, possuem a qualidade de *(e)leudheros” (VOC I, p. 319). Tal é o elo que une as diferentes noções de *liber*: a divindade latina *Liber*, tal como a vêneta *Louzera*, está ligada ao crescimento e à vegetação, a passo que o adjetivo *liber* qualifica aqueles considerados “livres” devido à “pertença a um tronco étnico designado por uma metáfora de crescimento vegetal” (VOC I, p. 320), privilégio do qual tanto o estrangeiro quanto o escravo são privados. A mesma explicação se aplica a *liberi*, utilizado sempre no plural e sempre designando “os filhos”:

Ele se explica por uma fórmula muito antiga, que acompanhava a celebração do matrimônio e se encontra em textos jurídicos e em Plauto. Ela define a finalidade do casamento. Quem dava sua filha em casamento entregava-a ao futuro marido *liber(or)um quaesundum causa* (ou *gratia*) “para ter filhos legítimos”. Essa fórmula reaparece em grego, bem estabelecida pelas menções dos oradores áticos, por uma citação de Menandro e em diversos textos legais. O enunciado é literalmente o mesmo: *ἐπι παίδων γνησίων σπορᾶ*, “para procriar filhos *legítimos*”. Atendo-nos ao sentido próprio de *liber*, podemos traduzir literalmente a fórmula latina como “para ter (seres) *livres*”; o objetivo do casamento é justamente dar aos que nascerem a condição de homens livres, legalizando seu nascimento (VOC I, p. 320).

Desse modo, é justamente por implicação deste contexto particular, relativo ao casamento com fins à procriação de filhos legítimos, que *liberi* [livres] assume o sentido de “filhos”. O comentário de Benveniste, aqui, é carregado de importância: “A linguagem dos juristas está na origem deste desvio de sentido. Muitos são os termos legais transpostos para o vocabulário comum em latim” (VOC I, p. 320). *Liberi* constitui, portanto, apenas mais um exemplo do que o linguista descreve, em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), como o “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum” (PLG II, p. 102). Trata-se, com efeito, de uma *apropriação* do adjetivo *liber* [livre] pela classe jurídica dos falantes de latim, que resulta em sua transformação em um termo independente, o substantivo plural *liberi*, designando “os filhos”, considerados livres por serem gerados a partir do matrimônio.

Benveniste passa, então, ao exame das noções de “livre” cuja gênese difere de *(e)leudheros, como é o caso do germânico *frei* (o qual deu origem ao alemão *frei* e ao inglês *free*). Lembremos que, nas línguas germânicas, as formas derivadas de *leudh- não carregam

nenhum sentido de “livre”, e sim de “pessoas, povo”. Assim, Benveniste enxerga uma certa simetria com relação à distribuição dialetal das formas: onde a significação de “livre” é dada por *(e)*leudheros*, não há a presença de *frei*. Onde *frei* significa “livre”, as formas resultantes de **leudh-* cumprem outra função semântica. O caráter sistemático e opositivo da língua é aqui colocado em evidência.

Frei tem por origem a forma adjetiva indo-europeia **priyos*, indicando uma noção de caráter afetivo, a qual se realiza, em indo-iraniano, sob as formas do sânscrito *priya* e do avéstico *frya* [querido]. Como aponta o linguista, o valor de “querido”, qualificador daquele a quem se dedica afeto, permite destacar o sentido primordial de **priyos*:

[...] é o adjetivo de pertença pessoal, implicando uma relação não jurídica, mas afetiva, com o “si”, e sempre passível de assumir uma coloração sentimental, de modo que, dependendo do caso, pode ser traduzido ora por “(seu) próprio”, ora por “querido, amado” (VOC I, p. 321).

É em virtude deste aspecto afetivo que o termo védico *priya* é usado para designar aqueles que são mais intimamente ligados à pessoa, em especial no feminino *priyā*, o qual, tornado substantivo, passou a designar a “esposa”. E também reside nele a origem do nome de agente *prijatel* [amigo], comum às línguas eslavas, assim como do nome do “amigo” em alemão e inglês, *Freund* e *friend*, respectivamente²⁰¹. Resta apenas explicar como se deu a passagem do sentido de “pessoal, querido” ao de “livre”. Tal é a resposta de Benveniste:

A evolução do sentido [...] deve ser explicada pelo exclusivismo de uma classe social. O que era uma qualificação pessoal de ordem sentimental tornou-se uma espécie de sinal de reconhecimento mútuo entre os membros da classe dos “bem-nascidos”. É próprio das classes fechadas que desenvolvam entre seus integrantes o sentimento de uma pertença estreita ao mesmo corpo e que utilizem um vocabulário distintivo. O termo que expressava primitivamente uma relação afetiva entre pessoas, **priyos*, adquire um sentido institucional ao se tomar a designação reservada a essa relação mútua de classe, e por consequência a denominação de um estatuto social, o dos homens “livres” (VOC I, p. 322-323).

Temos, também aqui, o testemunho do poder significante da língua servindo de base para as classificações estruturantes da sociedade. Trata-se da propriedade interpretante da língua, fornecendo, através da prática linguística, as diferenciações que estabelecem a vida social. A sociedade supõe o uso incessante da língua, uma vez que é sobre a sua matriz de

²⁰¹ Com o acréscimo de que, no alemão e no inglês, **priyos* diferenciou-se através dos termos *frei* [livre] e *Freund* [amigo] (alemão), *free* [livre] e *friend* [amigo] (inglês).

significação que ela se elabora e ganha sua organização. A mesma demonstração de que a língua contém a sociedade é dada pela designação para “livre” dada pela forma do iraniano antigo *āzāta-* (persa *āzād*), a qual significa propriamente “nascido na linhagem”. Neste caso, “é sempre o nascimento na continuidade das gerações que garante a condição do homem ‘livre’” (VOC I, p. 323).

O exame destes termos, ligados ao estatuto do “homem livre” nas sociedades indo-europeias, permite a Benveniste concluir:

Por meio da história desses termos se desenha a conclusão de que muitas vezes nomes de estatutos sociais e classes se vinculam a noções individuais, como “nascimento”, ou a termos de amizade, como os que reinam entre os membros de grupos restritos. Essas designações os separam dos estrangeiros, dos escravos e, em geral, dos que não são “nascidos” (VOC I, p. 323).

Reconhecer a estreita ligação que o desenvolvimento das unidades linguísticas mantém com o desenvolvimento da organização social não implica em ver, na língua, apenas um reflexo imediato da sociedade. Trata-se justamente de ver o quanto as noções implicadas em tais transformações dependem do exercício da língua para se desenvolver e se consolidar, e o quanto a língua não só abarca, como também provê os meios dessa transformação²⁰².

3.5. O vocabulário das instituições indo-europeias II

Seguindo a mesma orientação da seção anterior, na qual tratamos de examinar algumas descrições linguísticas de Benveniste integrantes do primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, buscamos agora convocar exemplos do segundo volume da mesma obra. Assim, tal como lá, esta seção conta com a seleção de um texto para cada uma das “instituições” nele apresentadas. Para o conjunto “A realeza e seus privilégios”, trazemos o texto *Rex*; para o tema do “Direito”, selecionamos o estudo intitulado *Thémis*; por último, para a “Religião”, realizamos a leitura do texto *Religião e superstição*.

3.5.1. *Rex*

²⁰² Tendo em vista a extensão deste texto em particular de Benveniste, optamos por não trazer o restante da análise, a qual se volta para grupos de palavras cuja ligação com a noção de “livre” não se mostra de maneira tão direta. Cabe lembrar que a ideia, aqui, não é a de dar conta da totalidade dos textos convocados para a análise, e sim a de buscar ver, neles, como se opera a relação que Benveniste estabelece entre língua e sociedade.

Benveniste parte, neste texto, de uma observação interessante. Diz ele:

Existem certas noções que apenas indiretamente podemos atingir em seu estágio indo-europeu, porque, derivando das realidades sociais, elas não se manifestam por fatos de vocabulário comuns ao conjunto das línguas. Tal é o conceito de *sociedade*. No indo-europeu ocidental, ele é designado por um termo comum. Mas parece inexistir nos outros grupos. Na verdade, ele é expresso de maneira diferente. É reconhecido particularmente sob o nome de *reino*: os limites da sociedade coincidem com um certo poder, que é o poder do rei. Assim está posto o problema dos nomes do rei, problema que concerne ao estudo da sociedade e das divisões que a caracterizam, e ao mesmo tempo ao estudo das hierarquias que definem grupos no interior da sociedade (VOC II, p. 9)²⁰³.

Na inexistência de um termo comum ao conjunto de línguas indo-europeias que esteja formalmente ligado ao conceito de sociedade, o linguista busca ver, nos termos relacionados ao “rei”, a maneira pela qual tal conceito se deixa representar. Benveniste atribui essa particularidade, relativa à dificuldade de se atingir a noção de sociedade por meio de um vocabulário comum às línguas indo-europeias, ao fato de que tal noção é derivada das “realidades sociais”, o que explica sua diversidade de concepções. Isso não significa, no entanto, que a língua não esteja aí implicada. Ora, é justamente por intermédio da língua que as “realidades sociais” ganham sua significação, e, conseqüentemente, sua determinação. Elas precisam ser *expressas*, e é nessa *expressão* que elas se configuram. O exemplo dos nomes do “rei” constitui, portanto, uma reiteração do pressuposto teórico de que “a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97).

Benveniste ressalta, de início, uma situação curiosa: a expressão lexical do nome do “rei”, representada por *rex*, apresenta-se apenas nos dois extremos do mundo indo-europeu: “De um lado, temos em latim *rex*, em celta irl. *ri*, gaulês *-rix*; de outro lado, em sânscrito *rāj-*(*an*); nada entre eles, nem numa outra língua itálica, nem em germânico, em báltico, eslavo ou grego, tampouco em hitita” (VOC II, p. 10). Para ele, este fato é de extrema importância, uma

²⁰³ Benveniste faz aqui uma referência ao último texto integrante do primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, intitulado *Cidades e comunidades*, sobre o qual não discorremos neste capítulo. Resumidamente, nele, o linguista busca mostrar que, mesmo não existindo um termo que designe, de uma ponta a outra do mundo indo-europeu, a “sociedade organizada”, a noção se faz presente entre os povos indo-europeus através de uma série de termos “que abrangem toda a área de uma divisão territorial e social de dimensões variáveis” (VOC I, p. 358). De modo geral, a noção de “sociedade” se faz corresponder por termos que designam igualmente a “cidade”, isto é, “não se faz distinção entre a cidade e a sociedade: é a mesma e única noção. Os limites do hábitat do grupo constituído marcam as fronteiras da própria sociedade” (VOC I, p. 358). A proposta, desta vez, é olhar para os nomes relativos ao “rei”, como denominadores da sociedade.

vez que constitui o testemunho da sobrevivência de “termos referentes à religião e ao direito nos dois extremos da área indo-europeia, nas sociedades indo-iranianas e ítalo-célticas” (VOC II, p. 10), o que, por sua vez, está ligado à própria estrutura de tais sociedades. Conforme afirma o linguista:

Não é um simples acaso histórico que não mais se encontrem traços desse nome do “rei” nas línguas “intermediárias”. Tanto do lado indo-iraniano quanto do lado ítalo-céltico, estamos lidando com sociedades com a mesma estrutura arcaica, de tendência muito conservadora, em que persistiram por muito tempo instituições e um vocabulário abolidos em outros lugares. O fato essencial que explica as sobrevivências comuns às sociedades indo-iranianas e ítalo-célticas é a existência de poderosos colégios de sacerdotes depositários das tradições sagradas — que mantêm com um rigor formalista²⁰⁴ (VOC II, p. 10).

Assim, a sobrevivência de tais termos, ligados a noções originalmente religiosas, deveu-se à persistência de instituições religiosas em sociedades de estrutura arcaica. Mas não só isso: “As transformações introduzidas na própria estrutura das instituições fizeram com que a noção específica de *rex* fosse desconhecida entre outros povos” (VOC II, p. 10). Tal é o caso dos gregos, por exemplo, para os quais o termo *basileús*, apesar de poder ser traduzido por “rei”, não possui nada em comum com o *rex* ou o *rāj*, além de o grego possuir uma pluralidade de palavras que designam o “rei” ou o “chefe”, o que demonstra que a instituição foi renovada.

Se, por um lado, as formas aparentadas de *rex* permitem sem dificuldade a recomposição do antigo indo-europeu **rēg-*, por outro, permanece a questão de saber qual é a base semântica desse termo. Benveniste ilustra que, no latim, *rex* gerou toda uma família de palavras, que incluem o verbo derivado *rego*, *regere* [reinar, governar], o derivado neutro *regno-m*, o feminino *rēgīna*, além de possuir uma ligação morfológica com *regio* [região] e *rectus* [reto]. No entanto, caberia também definir se outras línguas indo-europeias teriam conservado, mesmo que em estado vestigial, alguma forma aparentada. O linguista, então, procura aproximar de *rex* a forma grega *orégō* (*ὀρέγω*)²⁰⁵, a qual se traduz por “estender”, mas

²⁰⁴ Benveniste cita, aqui, como exemplos, os colégios dos irmãos Arvales, entre os romanos; os *fratres Atiedii* de Iguvium, entre os úmbrios; os druídas, na sociedade celta. Do lado oriental, ele enumera corpos sacerdotais como os brâmanes e os atarvãs, na Índia; e os *āθravans* e os magos, no Irã (cf. VOC II, p. 10).

²⁰⁵ Não cabe trazer em pormenor, aqui, o exame da diferença fonológica que Benveniste observa entre *rex* (o qual se inicia por *r*), e *orégō* (portador de uma vogal inicial: *o*). Em resumo, a explicação dada pelo linguista é a de que o grego, tal como o armênio e o hitita, conservaram um estado antigo do sistema fonológico do indo-europeu, no qual formações com *r* inicial não são admitidas. Assim, o grego apresenta “préteses vocálicas”, que fazem com que, diante de *r*, as palavras iniciem por *er-*, *ar-*, *or-*. Desse modo, *orégō* atesta uma inicial antiga, a

vendo, nela, o sentido específico de “estender em linha reta”, por oposição a *petánnumi* (*πετάννυμι*), que significa “desdobrar no sentido da largura”. O linguista identifica este sentido também no latim, na forma aparentada *regio*, cujo sentido original não era o de “região”, e sim o de “ponto atingido em linha reta”, como demonstra a linguagem dos augúrios, na qual o termo indica “o ponto atingido por uma linha reta traçada na terra ou no céu”, e, posteriormente, “o espaço compreendido entre tais retas traçadas em diferentes sentidos” (cf. VOC II, p. 13). Também o adjetivo *rectus*, definido como “reto tal como esta linha que se traça”, noção que é válida tanto para o sentido material quanto, posteriormente, para o moral:

[...] a “direita” representa a norma; *regula* é o “instrumento para traçar a reta”, que fixa a *regra*. O que é *reto* se opõe na ordem moral ao que é *tortuoso, curvo*; ora, assim como *reto* equivale a *justo, honesto*, seu contrário *tortuoso, curvo* será identificado com *perfidia, mentira* etc. Essa representação é já indo-europeia. Ao lat. *rectus* corresponde o adjetivo gótico *raihts*, traduzindo o gr. *euthús* “reto”, e também o persa antigo *rāsta*, qualificando a “via”, nesta prescrição: “Não abandona a via reta.” (VOC II, p. 13-14).

Com isso, compreendemos que se deve “partir dessa noção totalmente material em sua origem, mas pronta a se desenvolver no sentido moral, para entender a formação de *rex* e do verbo *regere*” (VOC II, p. 14). Benveniste explica que esta dupla noção se encontra presente na importante expressão *regere fines*, a qual designa o ato religioso preliminar da construção, e significa literalmente “traçar as fronteiras em linhas retas”:

É a operação executada pelo grande sacerdote para a construção de um templo ou de uma cidade, e que consiste em determinar o espaço consagrado no terreno. Operação cujo caráter mágico é evidente: trata-se de delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano, o território nacional e o território estrangeiro. Esse traçado é efetuado pela figura investida dos mais altos poderes, o *rex* (VOC II, p. 14).

Aqui fica evidente o quanto *rex* revela muito mais, em sua origem, de um sentido religioso do que propriamente político, como veio se tornar a ser. Ora, como contata Benveniste, “em *rex* deve-se ver menos o soberano do que aquele que traça a linha, a via a seguir, que encarna ao mesmo tempo aquilo que é reto: a noção concreta enunciada pela raiz **reg-* é muito mais viva em *rex*, originalmente, do que pensamos” (VOC II, p. 14). Assim, a noção de realeza indo-europeia, sob a qual se desenha a expressão da sociedade em muitas

qual não foi preservada no latim.

línguas, funda-se sobre as denominações da atividade religiosa, sendo a missão do *rex* “não a de comandar, exercer um poder, e sim fixar regras, determinar o que é, em sentido próprio, ‘reto’. De forma que o *rex*, assim definido, está muito mais aparentado a um sacerdote do que a um soberano” (VOC II, p. 14-15). É esta noção de realeza (e de sociedade) que se encontra conservada entre os celtas e dos itálicos, de um lado, e dos indianos, de outro. Benveniste, então, conclui:

Essa noção estava ligada à existência dos grandes colégios de sacerdotes que tinham como função perpetuar a observância dos ritos. Foram necessárias, portanto, uma longa evolução e uma transformação radical para desembocar na realeza de tipo clássico, fundada exclusivamente sobre o poder, e para que a autoridade política aos poucos se tomasse independente do poder religioso, que ficava reservado aos sacerdotes (VOC II, p. 15).

Este estudo constitui mais um exemplo do quanto as transformações da vida social encontram abrigo no aparelho de expressão da língua, o que faz desta o testemunho de suas fases e de sua evolução. Simultaneamente, vemos o quanto é em virtude desse mesmo aparato de significância que as noções organizadoras da sociedade se formam e se permitem transformar. Tal é o poder interpretante da língua em relação à sociedade.

3.5.2. *Thémis*

Da mesma maneira que no texto anterior, relativo ao nome do “rei”, neste, encontramos uma análise do léxico que cumpre o propósito de investigar sobre uma noção fundamental da organização social indo-europeia. Assim como lá, vale citar, aqui, a forma como Benveniste abre esta reflexão, uma vez que ela apresenta de forma muito elucidativa o modo através do qual o linguista, por meio da língua, pode dizer algo acerca da sociedade. Eis a sua introdução:

A estrutura geral da sociedade, definida em suas grandes divisões por um certo número de conceitos, baseia-se num conjunto de normas que constituem um direito. Todas as sociedades, mesmo as mais primitivas, e com tanto maior razão a sociedade indo-europeia que nada tem de primitivo — pudemos ver que ela tem uma civilização material desenvolvida e uma cultura igualmente rica — são regidas por princípios de direito quanto às pessoas e aos bens. Essas regras e essas normas se imprimem no vocabulário (VOC II, p. 101).

Para além da constatação de que as regras e normas que regem a vida em sociedade deixam sua impressão no vocabulário, o que nos aproxima bastante do que Benveniste denomina, em *Tendências recentes em linguística geral* (1954), de “estudo da impressão cultural na língua” (PLG I, p. 16), somos levados a pensar que as divisões que caracterizam a estrutura social, bem como o conjunto de normas que as rege, por se deixarem definir através de conceitos fundamentais forjados pela atividade linguística, encontram sua própria determinação no poder significante da língua. É isso que se faz entender a partir do que Benveniste afirma em seguida:

Como conhecemos a organização jurídica da sociedade indo-europeia? Existe um termo que designa o direito desde a época comum? A uma pergunta assim formulada, implicando ao mesmo tempo a generalidade da noção e a totalidade das línguas, aparentemente deve-se responder pela negativa. Existem muitos termos para o “direito”, mas são próprios de cada língua. Entretanto, os principais se vinculam a elementos do vocabulário comum e podem atestar já uma especificação jurídica que remonta à época indo-europeia. Teremos de estudar tanto a origem dos termos atestados historicamente quanto a evolução que, partindo de formas comuns, particularizou-lhes o sentido, para chegar a nomes de instituições (VOC II, p. 101-102).

Está em jogo, aqui, portanto, o exame das condições de significação e de emprego que fizeram com que elementos linguísticos de origem comum pudessem assumir a função conceptual de denominar instituições basilares da sociedade, tais como as que constituem o direito. Ganhando seu valor a partir de tais elementos, as noções jurídicas encontrariam seu fundamento através da própria significação da língua e de seu manejo pelo conjunto de falantes.

A análise de Benveniste se pauta, inicialmente, pelo exame dos termos responsáveis pela noção de “ordem” no estado indo-europeu. Representado no védico pelo termo *ṛta*, no iraniano por *arta* e no avéstico por *aša*, o conceito de “ordem” constitui, segundo Benveniste, “uma das noções cardeais do universo jurídico, e também religioso e moral, dos indo-europeus” (VOC II, p. 102). E complementa:

[...] é a “Ordem” que governa tanto a disposição do universo, o movimento dos astros, a periodicidade das estações e dos anos, quanto as relações dos homens e dos deuses, e dos homens entre eles. Nada do que se refere ao homem, ao mundo, escapa ao império da “Ordem”. É, portanto, o fundamento religioso e moral de toda sociedade; sem esse princípio, tudo retornaria ao caos (VOC II, p. 102).

O número considerável de formas lexicais derivadas dessa noção dá o testemunho de sua importância no seio da sociedade indo-europeia, além de sua presença, no *Avesta*²⁰⁶, sob a forma personificada da divindade *Arta*. Ademais, o processo de sufixação de abstrato em *-tu-* constituiu, no indo-iraniano, o védico *ṛtu* e o avéstico *ratu-*, os quais designam “especialmente a ordem nas estações, o período de tempo – e também a regra, a norma, de uma maneira geral” (VOC II, p. 102). Todas essas realizações estão ligadas à raiz *ar-*, da qual dependem várias categorias formais, mesmo fora do indo-iraniano, como atesta Benveniste:

A raiz é a do gr. *ararískō* “ajustar, adaptar, harmonizar” (arm. *arnel* “fazer”), à qual se ligam vários derivados nominais: com *-ti-*, lat. *ars*, *artis* “disposição natural, qualificação, talento”; com *-tu-*, lat. *artus* “articulação”, e também com uma outra forma do radical, lat. *ritus* “ordenamento, rito”; gr. *artús* (arm. *ard*, genitivo *ardu* “ordenamento”), bem como o presente *artúnō* “arranjar, equipar”; com **-dhmo-* gr. *arthmós* “elo, junção”; com **-dhro-*, gr. *áarthron* “articulação, membro” etc (VOC II, p. 102-103).

Em toda parte, Benveniste observa a mesma noção: “o ordenamento, a ordem, a adaptação estreita entre as partes de um conjunto, mesmo que os derivados tenham se especializado de diferentes maneiras, segundo as línguas” (VOC II, p. 103). O linguista conclui, portanto, que se está diante de um conceito geral, o qual, sob a numerosa variedade lexical, abrange os aspectos religiosos, jurídicos e técnicos da “ordem” no mundo indo-europeu. Ainda assim, cada domínio exigiu termos mais especializados e distintivos, o que resultou em expressões mais precisas para o “direito”. Benveniste explica que, no sânscrito védico, o primeiro termo dessa ordem é *dharma-*, neutro *dharman*, equivalente à “lei”, mas cujo sentido próprio é o de “manutenção, estatuto” (derivado de *dhar-* [ter, manter]), e, conforme os casos, também o de “costume, regra, uso”. A esta forma provavelmente corresponde o latim *firmus*, cujo sentido aproxima a “lei” do “que se mantém firmemente, o que está estabelecido solidamente” (cf. VOC II, p. 103). Da mesma maneira, encontra-se relacionada ao vocabulário do “direito” a expressão do sânscrito *dhāman*, que também se traduz por “lei”, assim como por “sede”, “local”. Apesar da simetria com *dharman* em seu processo de derivação, o termo *dhāman* deriva não de *dhar-* [ter, manter], mas de *dhā-* [pôr] (que remonta ao indo-europeu **dhē* [pôr, colocar, estabelecer]). Benveniste salienta que o sentido de **dhē* não se reduz ao mero pôr ou colocar de um objeto no chão, e sim que está

²⁰⁶ Coleção de textos sagrados que compõem, em seu conjunto, a base da religião zoroástrica, fundada na antiga Pérsia e comum aos antigos povos iranianos.

relacionado a um “pôr de maneira criativa, estabelecer na existência” (VOC II, p. 103). Isso garante, ao derivado védico *dhāman*, a possibilidade de designar

[...] o “estabelecimento”, ao mesmo tempo o que é posto, criado, e o lugar onde se põe, onde se estabelece; ao mesmo tempo o domínio, o local e a coisa posta, criada no mundo. A partir disso, vemos como se define também o sentido de “lei” para *dhāman*, sendo a “lei” em primeiro lugar um “estabelecimento”, uma instituição fundada e que assim toma existência (VOC II, p. 103).

Encontramos também essa concepção fora do domínio indo-iraniano, inclusive em termo derivados da mesma raiz que forma *dhāman*. É o caso, no grego, de *thesmós*, que significa “disposição legal, regra, norma”, mas principalmente do termo *thémis*, que está relacionado ao direito familiar, e que se opõe a *dikē*, ligado ao direito entre as famílias da tribo. Além disso, a “lei” designada por *thémis* é de ordem divina²⁰⁷, e diz respeito à “prescrição que fixa os direitos e deveres de cada um sob a autoridade do chefe do *génos*, quer seja na vida cotidiana dentro de casa ou em circunstâncias excepcionais: aliança, casamento, combate” (VOC II, p. 104). Em seu emprego no plural, *thémistes*

[...] indica o conjunto dessas prescrições, código inspirado pelos deuses, leis não-escritas, compilação de ditos, de decretos pronunciados pelos oráculos, que fixam na consciência do juiz (no caso, o chefe da família) a conduta a seguir sempre que estiver em jogo a ordem do *génos* (VOC II, p. 104-105).

Benveniste encontra as características específicas dessa noção em seus empregos mais consagrados. Tal é o exemplo da expressão *hè thémis estín*, geralmente traduzida por “como convém”, tal como diz Agamenon, na *Ilíada* de Homero: “Vou tentar (os filhos dos aqueus) primeiro com palavras, *hè thémis estín*” (VOC II, p. 105). Como explica o linguista, “Agamenon aqui está falando como *basileús* responsável por seu exército, ele é seu chefe, ele exerce a *thémis*, que lhe prescreve a conduta a seguir, os costumes a observar. Essa *thémis* se enuncia por meio de *thémistes*, que são decretos” (VOC II, p. 105). Da mesma maneira, Homero fala sobre “a cólera de Zeus contra os homens que, por violência, decidem na assembleia *thémistes* defeituosas, tortuosas” (cf. VOC II, p. 105). Vê-se, aqui, que as *thémistes* verdadeiras, os decretos que correspondem à *thémis*, são aqueles que representam a vontade dos deuses. Os que se estabelecem fora dessa origem divina são considerados

²⁰⁷ Reforça este sentido o fato de que o termo também designa a divindade grega *Thémis*, personificação da “ordem” e da “justiça”, tal como acontece com *Arda*, no avéstico.

“*thémistes* defeituosas, tortuosas”, ou seja, decretos injustos. A forma mais explícita disso é dada pelo quadro inverso, através da rápida descrição de Homero, em sua Odisseia, da terra dos Ciclopes. Diz Benveniste:

Estes [...] são *athémistes*; não possuem assembleias deliberativas nem *thémistes*, cada qual dita sua lei (*thémisteúei*) à sua mulher e filhos, e ninguém se preocupa com os outros (Od. 9, 106-115). Aí está ilustrada de maneira luminosa a definição da *thémis*. Onde não existe *génos* nem rei, não existe *thémis* nem assembleia; cada família vive sob sua própria lei. Os Ciclopes são decididamente selvagens (VOC II, p. 105).

Assim, o que está sempre posto em jogo, no estabelecimento da *thémis* [lei] na sociedade grega, é “essa relação entre a ordem do *génos* e as sentenças divinas” (VOC II, p. 106). A esta noção grega se faz corresponder o indiano *dhāman*: “é a ordem da casa e da família, estabelecida por uma vontade divina, a de Mitra e de Varuna” (VOC II, p. 106). Constatamos, portanto, o fundamento linguístico do qual dependeu a definição de noções cardeais responsáveis pelo estabelecimento da lei e da ordem no mundo indo-europeu. Longe de figurarem como invenções realizadas de maneira imediata e arbitrária, os conceitos que constituem a base do direito decorrem de um incessante trabalho com a língua. A especialização do sentido, que se deixa observar nos empregos dos termos sob análise, bem como os processos de derivação resultantes dessa atividade, são as evidências mais concretas da posição de interpretante da língua em relação à sociedade.

3.5.3. *Religião e superstição*

Neste texto, Benveniste esclarece, de início, que os termos indo-europeus agrupados sob a parte “A religião” da obra *O vocabulário das instituições indo-europeias* supõem e derivam de uma noção geral de “religião”. No entanto, a constatação mais imediata é a de que não existe um termo comum às línguas indo-europeias que signifique o que chamamos de “religião”. Diversas dessas línguas são, inclusive, completamente desprovidas desse termo. Para o linguista, o motivo disso reside na própria natureza da noção, a qual não se presta a uma denominação única e constante. Explica ele:

Se é verdade que a religião é uma instituição, essa instituição, no entanto, não está nitidamente separada das outras, nem fora delas. Somente é possível conceber claramente, ou seja, denominar a religião, a partir do momento em que é delimitada, ou quando ela tem um domínio distinto, quando se sabe o

que lhe pertence e o que lhe é estranho. Ora, nas civilizações que estamos estudando, tudo está imbuído de religião, tudo indica um signo, um jogo ou um reflexo das forças divinas. Fora das congregações especializadas, não se tem necessidade de um termo específico aplicado ao conjunto de cultos e crenças, e é por isso que, para denominar “religião”, encontramos apenas termos que resultam de uma criação independente (VOC II, p. 268).

Tal constatação leva Benveniste inclusive a se perguntar sobre a validade da tradução por “religião” normalmente dada a termos como, por exemplo, o sânscrito *dharma* [regra] e o antigo eslavo *věra* [crença]. Notamos, além disso, na passagem citada acima, uma relação estabelecida entre o “conceber claramente” e o “denominar”. Entrevemos, aqui, o quanto o poder conceptualizante da língua, em sua capacidade de “denominar”, está, para Benveniste, intimamente ligado à concepção do objeto e a delimitação do que é da ordem do mundo, o que necessariamente implica a problemática da relação entre língua, pensamento e realidade. Assim, se a noção de “religião” não encontra, nas línguas indo-europeias, um termo que lhes seja comum, é porque ela não era concebida como uma entidade independente, isolável das demais realidades sociais, pelo contrário: ela era constitutiva de todos os aspectos da organização da sociedade. Portanto, não poderia ser concebida como um conceito isolado. Assim sendo, dos termos a ela relacionados, o linguista sustenta que apenas dois podem se passar por equivalentes: a palavra grega *thrēskeia*, e a palavra latina *religio*.

Com relação ao primeiro caso, o grego *thrēskeia* identifica-se semanticamente, a um só tempo ao culto e à piedade. No entanto, Benveniste observa que os primeiros usos do termo, presentes em Heródoto, referem-se ao cumprimento das regras que constituem os cultos. Assim, ao tratar das práticas religiosas egípcias, o grego afirma: “Os egípcios, vizinhos da Líbia, não aceitavam a *regulamentação* do sacrifício e em particular a proibição da carne de vaca” (cf. VOC II, p. 268-269, grifo do autor). Da mesma forma, Heródoto, ao descrever as regras de pureza física submetidas aos sacerdotes egípcios, conclui: “eles observam mil outras *thrēskeias*” (cf. VOC II, p. 269). Como aponta Benveniste, o termo aqui está ligado às práticas impostas aos sacerdotes, e não à religião em si. Como o linguista conclui, “a idéia é, pois, a de “observância”, noção de prática e não de crença” (VOC II, p. 269). Ligada morfológicamente às formas *-skō* [fazer lembrar] e **thrēō* [vigiar, observar], *thrēskeia* significa especificamente a “regra de prática religiosa”. Desse modo, não é à

“religião” em seu todo que o termo está relacionado, e sim à “religião restrita às obrigações do culto” (VOC II, p. 269).

O segundo e mais importante termo, o latino *religio*, permanece enquanto elemento comum às línguas ocidentais, mas encontra dificuldades de longa data quanto à sua definição semântica. Benveniste descreve que a tradição tem hesitado entre duas ligações de sentido para o termo. Uma delas, representada por Cícero, liga *religio* a *legere* [colher, congregar], enquanto a outra, defendida por Lactâncio e Tertuliano, busca explicar *religio* por *ligare* [ligar]. Para Benveniste, a decisão de qual explicação se mostra verdadeira depende, primeiramente, do exame particular de *religio*: “Inicialmente é necessário nos perguntarmos o que *religio* designa realmente, quais seus empregos próprios e constantes” (VOC II, p. 270)²⁰⁸. Nas descrições que se seguem, o linguista constata que *religio* não designa a “religião” em seu todo, e sim um estado de “hesitação que detém, um escrúpulo que impede” (VOC II, p. 272). Dentre os exemplos de emprego dados, cabe citar os versos trágicos de L. Áccios:

Nunc, Calcas, finem religionum fac: desiste exercitum morari meque ab domuitione, tuo obsceno omine (Non. 357,6 = *Astyanax* fr. V. Ribbeck) “Ponha um fim, Calcas, às tuas *religiões*: deixe de retardar o exército e de me impedir de voltar à minha casa, por teu sinistro presságio.” As *religiões* do adivinho Calcas, nascidas de um presságio sinistro, forçam o exército a permanecer no lugar e impedem o herói de regressar à sua casa. Vemos que *religio*, termo da linguagem dos augúrios, designa um “escrúpulo relativo aos *omina*”, assim, pois, uma disposição subjetiva (VOC II, p. 271).

De igual maneira, o sentido de “escrúpulo” é elucidado em uma passagem de *Andrienne*, comédia do dramaturgo latino Terêncio:

Cremes é colocado na presença de uma jovem, sua própria filha que tinha como perdida; ele hesita em reconhecê-la: *At mihi unus scrupulus restat, qui me male habet* “Resta-me um escrúpulo que me atormenta”, diz ele; e o outro responde: *dignus es cum tua religione, odio: nodum in scirpo quaeris* “tu merecerias, com tua *religio* ser odiado: procuras dificuldades onde não existem” (literalmente: “tu buscas um nó num junco”). *Religio* retoma *scrupulus* (VOC II, p. 271).

Diante de empregos como estes, Benveniste conclui que há apenas uma interpretação para a ligação semântica de *religio*: trata-se da relação que Cícero estabelece entre *religio* e

²⁰⁸ Surpreendemos aqui um princípio de método que se mostra de forma mais elaborada em *Problemas semânticos da reconstrução* (1954): “O único princípio de que nos serviremos nas considerações que se seguem, tomando-o como admitido, é que o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (PLG I, p. 320). Vamos, aí, o quanto a “designação” cumpre um papel metodológico fundamental para o estudo da “significação”, uma vez que é só através dela que o linguista pode inferir sobre o sentido dos elementos da língua.

legere. De fato, conforme o linguista atesta, o verbo *legere* [recolher, reconduzir a si, reconhecer] é passível de um grande número de aplicações concretas, da mesma forma que, com o uso de prefixos, designa os procedimentos da inteligência, as atitudes de sentimento. Assim, enuncia-se o contrário de *lego* por *negligo* [não se preocupar com] (de onde o termo português “negligência”); *diligo* significa “recolher isolando, com preferência, estimar, amar”; *intelligo* possui o sentido de “recolher escolhendo, reter pela reflexão, compreender” (de onde o termo “inteligência”, definido enquanto a capacidade de escolha e de síntese). Ora, sob a forma aprefixada com *re-*, que resulta em *religere*, Benveniste infere o sentido de “recoletar”. Como o próprio linguista explica:

[...] “retomar para uma nova escolha, retornar a uma conduta anterior”; é uma boa definição do “escrúpulo” religioso. Tanto é conveniente ser *religens*, dizia Nigídio Fígulo, “preocupar-se” com assuntos religiosos, quanto é negativo ser *religiosus*, ser sempre levado ao escrúpulo. Recomendar uma escolha já feita (*retractare*, declara Cícero), revisar a decisão que daí resulta, tal é o sentido próprio de *religio*. Indica uma disposição interior e não uma propriedade objetiva de determinadas coisas ou um conjunto de crenças e práticas. A *religio* romana, em sua origem, é essencialmente subjetiva (VOC II, p. 273).

A interpretação que liga o termo *religio* a *religare* [religar], vendo nele o sentido de “vínculo” ou de “religação” com Deus por meio da piedade, mostra-nos Benveniste, só é dada após a transição da religião romana para o cristianismo, por autores cristãos. O linguista chega a citar especificamente a passagem na qual Lactâncio define o sentido da palavra: “*nomen religionis a uinculo pietatis esse deductum, quod hominem sibi Deus religauerit et pietate constrinxerit* ‘o termo *religio* foi tirado da ligação da piedade, porque Deus se *liga* ao homem e o prende pela piedade” (VOC II, p. 274). Benveniste vê nessa mudança de conteúdo semântico o reflexo de uma mudança da relação que se imaginava entre o homem e Deus. Na acepção cristã, “o que caracteriza a nova fé, em relação aos cultos pagãos, é a ligação da piedade, essa dependência do fiel diante de Deus, essa *obligation* no sentido próprio da palavra” (VOC II, p. 274). Assim, a noção de *religio*, de uma disposição subjetiva de “escrúpulo religioso”, passa a ser tomada enquanto “obrigação”, relativa à união objetiva entre o fiel e seu Deus.

Tendo chegado a esta conclusão, Benveniste afirma que a análise efetuada do significado de *religio* é esclarecedora também de um outro termo, o qual, para os romanos, constituía o seu contrário: a palavra *superstitio*. Nas palavras do linguista: “a noção de

‘religião’ pede, por assim dizer em contraste, a noção de ‘superstição’” (VOC II, p. 274). Para ele, trata-se de “uma noção que só pôde surgir em uma civilização e em uma época em que o espírito podia se distanciar bastante dos assuntos da religião para apreciar as formas normais e as formas exageradas da crença ou do culto” (VOC II, p. 274). Tal atitude só se mostra de maneira clara em duas sociedades, as quais, de maneira independente, criaram os termos para expressá-las: os gregos e os romanos.

No que diz respeito ao grego, a noção encontra expressão através do composto *deisidaimonía*, derivado abstrato de *deisidaímōn*, cujo significado é o de “quem teme os *daímones*”. Benveniste expõe que, no curso da história, tal composto esteve ligado a dois sentidos diferentes, em função da mudança de sentido que se observa em *daímones*:

[...] inicialmente, “quem teme os deuses (*daímones*)”, como se deve temê-los, quem respeita a religião e é devoto de suas práticas; depois, sob o efeito de um duplo processo semântico, “supersticioso”. De um lado, *daímon* tomou o significado de “demônio”; além disso, a prática religiosa se complica com observâncias cada vez mais minuciosas em que intervêm a magia bem como influências estrangeiras (VOC II, p. 274).

Assim, no grego, a noção de “superstição” decorre da mudança do sentido de *daímon*, de “deus” para “demônio”. Ou seja, o sentido primeiro de *deisidaimonía*, que é o de “devoção daqueles que temem os deuses”, se vê alterado, posteriormente, para a noção pejorativa que define “aqueles que temem os demônios”, isto é, os “supersticiosos”, devido à complexificação das práticas religiosas, que permitiu uma definição mais precisa do que é próprio à religião (deuses) e do que lhe é externo (demônios fantasiosos).

No latim, o problema se apresenta sob a forma da palavra *superstitio* e dos termos a ela relacionados. Benveniste diz que, se a situação do termo é clara desde o ponto de vista de sua estrutura formal, o mesmo não pode ser dito a respeito de sua significação, uma vez que, mesmo em latim, a palavra composta possuiu diversas acepções, das quais nenhuma concorda com o significado dos elementos que a compõem, *super* [acima de; além de] e *stare* [manter-se; perdurar]. O linguista assim expõe a complexidade do problema:

A partir de sua forma, *superstitio* deveria ser o abstrato correspondente a *superstes* “sobrevivente”. Mas como relacioná-los? Pois *superstes* não significa somente “sobrevivente”, mas em certos usos bem confirmados, “testemunha”. A mesma dificuldade se dá com *superstitio* em sua relação com *superstitiosus*. Admitindo-se que *superstitio* tenha sido, de algum modo, levado a significar “superstição”, como conceber que *superstitiosus*

tenha o significado não de “supersticioso” mas de “adivinho”, “profético”? (VOC II, p. 275).

Como modo de examinar a problemática, Benveniste volta os olhos para os termos *superstes* e *superstitiosus*, uma vez que “o intermediário *superstitio* nos fornece apenas um substantivo já fixado no sentido que se trata de esclarecer” (VOC II, p. 277). Assim sendo, a primeira questão que o linguista se coloca é: “como *superstes*, forma adjetiva de *superstare*, pode significar ‘sobrevivente’?” (VOC II, p. 277). A resposta de Benveniste baseia-se no fato de que o sentido de *super* não se resume apenas a um “acima de”, mas também corresponde a um “além de”, de modo a abranger ou a fazer um avanço. Por consequência, o sentido de *superstare* se define, em relação a um acontecimento, como um “manter-se muito mais longe do que, subsistir além de”:

A morte ocorreu em uma família; os *superstites* subsistiram além do fato; aquele que passou por um perigo, uma prova, um período difícil, que sobreviveu, é *superstes*. “Pergunto-me, diz um personagem de Plauto a uma mulher, por que tu ainda *sobrevives* a teu marido” *ut uiro tuo semper sis superstes* (VOC II, p. 277, grifo do autor).

A ideia de passar por um acontecimento e subsistir além dele é o que confere a *superstes* não apenas o sentido de “sobrevivente”, mas também o de “testemunha”. Como explica Benveniste, *superstes*, assim compreendido, designa aquele “que se mantém (*stat*) sobre (*super*) a mesma coisa, que assiste ao fato; que está presente’. Tal será, com relação ao acontecimento, a situação da *testemunha*” (VOC II, p. 278, grifo do autor). Assim, inúmeros autores latinos confirmam que “*superstes* descreve a ‘testemunha’, seja como aquele que ‘subsiste além de’, testemunha ao mesmo tempo *sobrevivente*, seja como ‘aquele que se mantém no fato’, que está aí presente” (VOC II, p. 278, grifo do autor)²⁰⁹. Para Benveniste, é através desta última acepção do termo que se torna possível inferir sobre o significado de *superstitio*, tomado enquanto a qualidade de *superstes*: *superstitio* diz respeito à “propriedade estar presente” como “testemunha”. Encontramos aí a ligação semântica que une *superstitio* à sua forma adjetiva *superstitiosus*. Como o linguista observa, os dois termos encontram-se

²⁰⁹ Conforme sabemos, Benveniste não economiza exemplos para demonstrar suas interpretações. Eis, aqui, à guisa de ilustração, apenas um destes exemplos, que o linguista tira do fragmento de uma peça perdida de Plauto: “*Nunc mihi licet quiduis loqui: nemo hic adest superstes* (Plauto in *Artemone apud Festo*, 394, 37): ‘Agora, diz o personagem, tenho o direito de dizer tudo o que quero; não há nenhuma *testemunha*, estou livre para falar.’” (VOC II, p. 278, grifo do autor).

frequentemente associados às formas *hariolatio* [predição, profecia] e *hariolus* [adivinho]²¹⁰.

A solução dada para esta particularidade de emprego é a seguinte:

[...] *superstitiosus* é aquele “dotado da virtude de *superstitio*”, isto é, “*qui uera praedicat*” [“que adivinha a verdade”], o adivinho, aquele que fala de um fato passado *como se ele tivesse estado realmente presente*: a “adivinhação” nesses exemplos não se aplica ao futuro, mas ao passado. *Superstitio* é o dom de uma segunda visão que possibilita conhecer o passado como se se tivesse estado presente no acontecimento, *superstes*. Eis por que *superstitiosus* enuncia a propriedade de “dupla visão” que é atribuída aos “videntes”, aquela de ser “testemunha” de acontecimentos aos quais não assistiu (VOC II, p. 279).

Temos, portanto, a seguinte fórmula, seguindo a ordem de derivação: *superstes* [“testemunha”, por ter assistido e subsistido a um fato realizado] > *superstitio* [“dom de presença”, faculdade de testemunhar como se estivesse estado presente] > *superstitiosus* [aquele dotado de um “dom de presença”, que lhe permite ter estado no passado, o “adivinho”].

Mas o que explica o sentido moderno pelo qual conhecemos *superstitio* e *superstitiosus* (respectivamente, “superstição” e “supersticioso”)? Com base em sua análise reconstrutiva, Benveniste conclui que tais sentidos surgem por último na história semântica dos termos sob exame. Da linguagem dos adivinhos ao uso comum e fixado do termo, a evolução de sentido se dá pela seguinte razão:

Os romanos tinham horror às práticas divinatórias; consideravam-nas charlatanismo; os feiticeiros, os adivinhos eram desprezados, e além disso, na maioria, vinham de países estrangeiros. *Superstitio*, associado ao fato de práticas reprovadas, tomou uma nuance desfavorável. Apontou, em boa hora, as práticas de uma falsa religião consideradas vãs e baixas, indignas de uma mente equilibrada. Os romanos, fiéis aos augúrios oficiais, sempre condenaram o recurso à magia, à adivinhação, às práticas consideradas pueris. Então, com base nesse sentido de “crenças religiosas desprezíveis”, formou-se um novo adjetivo com uma nova derivação a partir da palavra de base: *superstitiosus*, “que se entrega à *superstitio*” ou se deixa influenciar por ela (VOC II, p. 280).

É aqui que o sentido de *superstitio*, completamente diferente de sua acepção original, contrapõe-se ao sentido de *religio*, tornando-se, assim, a sua antítese.

²¹⁰ Trazemos, como um dos exemplos dados por Benveniste, uma passagem de Plauto, na qual um parasita cego explica a sua doença a outro sujeito: “Perdi meu olho numa luta”; o outro responde: ‘Pouco me importa se tivestes o olho vazado numa luta ou por um pote atirado em teu rosto — Como!, exclama o parasita, este homem é um adivinho, ele adivinhou certo!’: *superstitiosus hic quidem est; uera praedicat*” (VOC II, p. 279).

Benveniste nos faz perceber, assim, por meio de um atento exame do vocabulário religioso das línguas indo-europeias, a maneira pela qual noções centrais à organização da vida social se elaboram e ganham a sua determinação. Trata-se sempre de um processo, de uma realização contínua e prolongada, cujo fundamento reside na integração entre a propriedade significativa da língua e a atividade do falante.

3.6. O que tais análises permitem concluir?

Conforme estabelecemos na introdução de nosso trabalho, este terceiro capítulo teve como objetivo apresentar estudos de Benveniste nos quais o interesse do linguista se encontra mais voltado para a descrição de línguas, de modo a verificar em que medida tais estudos permitem evidenciar um fazer linguístico que toma como pressuposto uma relação indissociável entre língua e sociedade. Procuramos trazer textos que cobrissem diferentes épocas da produção intelectual do autor, uma vez que seguimos a hipótese de que, embora a teorização acerca da relação entre língua e sociedade se dê efetivamente no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a escolha de Benveniste pelo estudo da língua desde o ponto de vista da significação faz com que a relação entre as duas entidades esteja posta, sempre e necessariamente, em todas as suas análises. Mas, como indaga o título desta breve conclusão de capítulo, o que tais estudos descritivos nos permitem tirar como conclusão? Observamos, pelos menos, cinco grandes constatações.

3.6.1. As descrições linguísticas de Benveniste supõem a sistematicidade da língua

Primeiramente, o que as análises benvenistianas evidenciam é o fato de que, mesmo nos casos em que o exame incide especificamente sobre o léxico, como é o caso, principalmente, dos trabalhos integrantes da parte “Léxico e cultura”, dos *Problemas de linguística geral*, e daqueles que compõem os dois volumes de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, a abordagem do linguista parte sempre de uma concepção *sistêmica* de língua, através da qual ele pode explicar os processos de formação e de transformação dos elementos linguísticos em foco. Tal é o caso, por exemplo, da formação dos elementos que expressam a noção de “cidade” e de “cidadão” nas línguas latina e grega, tema do texto *Dois modelos*

linguísticos da cidade (1970). Como em muitos outros casos, o princípio de derivação semântica ali apresentado se faz acompanhar de um processo de derivação morfológica. Na realidade, tal formação só foi possível em virtude dessa capacidade de derivação formal constitutiva da estrutura da língua. Foi somente através dessa possibilidade de arranjo formal que a noção de “cidade” pôde se configurar enquanto tal, de forma distinta segundo cada língua considerada, uma vez que tomou os moldes que cada língua lhe ofereceu. O mesmo caráter sistêmico da língua se observa na formação dos “nomes de agente” nas línguas indo-iranianas e no grego, tal como Benveniste os apresenta em *Noms d’agent et noms d’action em indo-européen* (1948). Através deste trabalho, o linguista nos mostra que as diferenciações morfológicas que observamos na formação dos “nomes de agente” nas línguas arcaicas não podem ser levianamente consideradas como variações formais sem implicações de sentido, tomando como critério único as configurações semânticas estabelecidas pelas línguas modernas. Ora, se, nestas, não há distinção nenhuma entre os nomes indicando o “autor de um ato” e aqueles referidos ao “agente de uma função”, a clara diferenciação entre dois morfemas nas línguas indo-europeias consideradas constitui um testemunho de que, para seus falantes, a distinção de sentido não só existia, como se fazia estritamente necessária.

Este primeiro ponto, relativo ao caráter sistêmico e estrutural da língua, vai ao encontro da explicação que Benveniste dá para a posição da língua enquanto interpretante da sociedade no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Vale a pena retomar aqui na íntegra a passagem em questão:

Agora, o que é que atribui à língua esta posição de interpretante? É que a língua é — como é sabido — o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade. Se a língua é um instrumento de comunicação ou o instrumento da comunicação, é porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, *em virtude de sua própria estrutura*. E aqui estamos no âmago do problema. A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas. *Esta propriedade única deve-se à estrutura da língua* que é composta de signos, de unidades de sentido, numerosas mas sempre em número finito, que entram em combinações regidas por um código e que permitem um número de enunciações que ultrapassa qualquer cálculo, e que o ultrapassa necessariamente cada vez mais, uma vez que o efetivo dos signos vai sempre aumentando e que as possibilidades de utilização dos signos e de combinação destes signos aumentam em consequência (PLG II, p. 99, grifos nossos).

Ou seja, a formação e renovação do vocabulário supõe a capacidade da língua de produzir mensagens ilimitadas, capacidade esta tornada possível por suas características estruturais. Estamos, aqui, de acordo com D’Ottavi (2014), quando o autor afirma que

[...] o que faz do *Vocabulário* o lugar de síntese da obra de Benveniste é notadamente a aplicação, à natureza histórica e sociológica, de um método guiado por um princípio *morfológico* construído sobre a ligação necessária entre marca formal e função, entre *forma* e *sentido* (D’OTTAVI, 2014, p. 34, grifos do autor, tradução nossa)²¹¹.

Um princípio morfológico de fato marca as análises benvenistianas do vocabulário das línguas indo-europeias, tomado por ele como a possibilidade das diferenciações que levaram ao estabelecimento moderno de noções importantes do mundo indo-europeu, da mesma forma que um fato sintático marca duas maneiras de estabelecer a relação entre o que é da “ordem da língua” e o que é da “ordem das coisas” (ou seja, a função predicativa) no trabalho *A frase nominal* (1950).

Esta constatação reforça a afirmação de Pinault (2019), apresentada na introdução deste trabalho, de que as análises comparativas de Benveniste são reveladoras de uma aliança entre a linguística histórica e o estruturalismo (cf. PINAULT, 2019, p. 68). Assim, suas descrições de língua jamais deixam de ter também valor para a linguística geral.

3.6.2. A análise da língua enseja uma análise da sociedade

Em complementaridade com este primeiro ponto, concluímos que os estudos descritivos de Benveniste constituem exemplos muito ilustrativos do que o linguista define, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), como a consideração da “língua [...] como meio de análise da sociedade” (PLG II, p. 97). Ainda que não seja propriamente das “realidades” (materiais, sociais, nocionais, etc.) que Benveniste trate em suas descrições e comparações linguísticas, está sempre em questão a maneira através da qual tais realidades ganham sua expressão (e, conseqüentemente, sua representação simbólica, sua organização conceptual) na e pela língua. Porque a sociedade se configura na língua e se deixa imprimir no

²¹¹ No original: “Ce qui fait du Vocabulaire le lieu de synthèse de l’œuvre de Benveniste, c’est notamment l’application à la nature historique et sociologique d’une méthode pilotée par un principe morphologique construit sur le lien nécessaire entre marque formelle et fonction, entre forme et sens” (D’OTTAVI, 2014, p. 34, grifos do autor).

seu vocabulário, a análise da língua encerra, portanto, também uma possibilidade de análise da sociedade. Novamente aqui, corroboramos a visão de Pinault (2019), para quem a linguística de Benveniste possui caráter social, uma vez que liga a análise dos fenômenos linguísticos à sua base social, através da consideração ao emprego das palavras e às mudanças de sentido (cf. PINAULT, 2019, p. 65), e também Flores (2019), o qual afirma que “é pela análise da língua que Benveniste propõe que o linguista inclua a sociedade em suas preocupações teórico-metodológicas” (FLORES, 2019, p. 119). É justamente isso que ilustram as análises que trouxemos para nossa leitura ao longo deste capítulo. Assim, a premissa benvenistiana de que “a língua contém a sociedade” (PLG II, p. 97), à qual atribuímos, em nosso estudo, o valor de princípio teórico, pode ser vista como um “ponto de chegada” deste esforço descritivo, através do qual se formula a visada semiológica a ser introduzida, pela primeira vez, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Ainda que não propriamente formulado, é esse princípio que encontramos na base das análises linguísticas de Benveniste, uma vez que tais análises pressupõem, nas palavras de Flores (2019), que “um conjunto de informações sobre um modo de ser e de estar no mundo [...] está impregnado na língua” (FLORES, 2019, p. 207).

3.6.3. O par *significação-designação* faz articular os níveis fundamental e histórico da língua em um estudo de caráter semântico

O que faz operar a proposição *a língua contém a sociedade* nas análises benvenistianas visitadas no decorrer deste capítulo? De fato, o que nossa leitura permite destacar é que as descrições de Benveniste, nas quais está em jogo o exame da formação, transformação e diversificação de dados linguísticos, efetuam-se por meio da mobilização de algumas noções e princípios fundamentais. De início, é preciso destacar o importante papel operatório que cumpre, transversalmente, o par *significação-designação* nos estudos descritivos de Benveniste, fazendo, portanto, eco aos apontamentos de Barboza (2018) e Hoff (2018). Os textos benvenistianos convocados para este capítulo permitem mostrar o quão imprescindível é, para o estudo da significação, a consideração da totalidade dos empregos das formas linguísticas sob análise, sendo justamente a função designativa o que possibilita ao linguista inferir sobre o sentido (e também sobre a renovação do sentido) das entidades

linguísticas. É a partir da discriminação dos empregos de uma determinada forma, nos quais estão implicados a referência ao mundo e a atitude do falante, que Benveniste busca explicar o valor sistêmico das unidades linguísticas. Vale citar, aqui, a interessante constatação de Hoff (2018):

“[...] é necessário considerar que a designação é evocada toda vez que se trata da relação língua-objeto / língua-realidade / língua-mundo, enquanto a significação concerne às relações que ocorrem dentro do sistema de signos” (HOFF, 2018, p. 137).

Não é difícil ver, aqui, uma perspectiva que se aproxima do pensamento linguístico de Wilhelm von Humboldt, para quem a *Weltansicht*, ou “visão de mundo”, reúne, nas palavras de Flores (2019), “em um só estudo estrutura (no sentido de *organismo*, organização) e *caractere* (‘o uso vivo do discurso’)” (FLORES, 2019, p. 205). Assim, por mais que determinadas passagens da obra benvenistiana possam dar a entender que a “designação” não é do interesse do linguista, seus estudos descritivos demonstram precisamente o contrário: a “designação” faz parte do “método” de Benveniste. Como afirma Barboza (2018):

[...] apesar de o autor afirmar, no *Prefácio* de VOC, que não abordaria a designação por considerá-la assunto de sociólogos e antropólogos, essa noção comparece *fortemente* e de *diferentes maneiras* em toda a reflexão de Benveniste sobre a língua. [...] Ora, é evidente que há relação entre a designação e o mundo, assim como também o há entre a língua, o mundo e os homens [...]. Entretanto, Benveniste articula tal relação de modo a colocar o ato/processo de designar como uma propriedade inerente à língua, a todas as línguas. [...] Ao observar as análises de línguas de Benveniste [...], é possível perceber que, de fato, a designação e a significação funcionam conjuntamente e que, de nenhuma maneira, a designação é excluída dos processos linguísticos (BARBOZA, 2018, p. 123-124, grifos da autora)²¹².

Além disso, é justamente a partir do fenômeno de “designação” que Knack (2018) vê a possibilidade de intersecção entre os níveis fundamentais e históricos da língua. Ora, o que está em jogo é, aí, a própria atividade linguística enquanto força renovadora do aparato semântico da língua. O poder significativo da língua permite ao falante designar; designando, o

²¹² Esta mesma constatação aparece no trabalho de Hoff (2018). Como constata a autora: “podemos perceber que, embora o seu objetivo final seja sempre descobrir a significação e ainda que ele declare, no *Vocabulário*, que a designação deve ser objeto de consideração de outros que não os linguistas, em nenhum outro momento ele parece eliminar a designação completamente de seu horizonte. [...] A designação, então, não deve ficar completamente ausente do processo de análise linguística porque é a partir dela que é possível chegar à significação, o que corresponde a uma das preocupações da Linguística [...]. A designação é o dado primeiro, primordial, o elemento de base; sendo, assim, indispensável para o processo de descoberta do sentido” (HOFF, 2018, p. 122-123).

falante confere aos elementos da língua valores novos, os quais, uma vez fixados, passam a integrar sua significação. O par *significação-designação* constitui, portanto, o principal princípio explicativo de Benveniste, em suas descrições de língua, para a relação semiológica entre língua e sociedade. É através deste jogo entre as funções de significar e designar que o linguista explica, em suas descrições, o poder de permanência da língua em relação à sociedade que muda. Como ele mesmo diz a Guy Damur, na entrevista *Esta linguagem que faz a história* (1968), “[...] não é a história que dá vida à linguagem, mas sobretudo o inverso. É a linguagem que, por sua necessidade, sua permanência, constitui a história” (PLG II, p. 32).

Do que foi dito até aqui, podemos entrever que, paralelamente à comparação e reconstituição das *formas* linguísticas, Benveniste faz corresponder a comparação e reconstituição do *sentido* de tais entidades. Inclusive, a leitura dos trabalhos descritivos do linguista permite notar que os problemas de seu real interesse são mesmo aqueles concernentes ao *sentido*. Trata-se, portanto, de uma investigação cuja a prioridade é de ordem *semântica*, e não formal. Basta notar que o que está em jogo no par *significação-designação* é uma problemática relativa sobretudo ao sentido. Isso não quer dizer que não haja interdependência entre as metades forma e sentido; pelo contrário: é justamente em função de uma correlação necessária entre “forma” e “sentido/função” que Benveniste estabelece sua descrição e a base de sua explicação para os fenômenos derivacionais por ele elucidados. Assim, podemos concluir que a relação de interpretante com interpretado, caracterizadora da ligação entre língua e sociedade, apresenta-se, essencialmente, como um estudo sobre a *significação*, através do qual o linguista pode incorporar a sociedade enquanto objeto de seu interesse, uma vez que o sentido faz ligar a língua ao mundo do homem.

3.6.4. O falante ocupa um lugar fundamental nas análises benvenistianas

Acreditamos, ainda, que é possível depreender, das análises benvenistianas, uma visão de língua que se liga indissociavelmente à atividade do falante. Ora, o que os estudos convocados para este capítulo evidenciam é que a própria condição de permanência da língua e de seu poder significante está na dependência dessa constante renovação que se opera por meio da atividade linguística, pelo incessante trabalho com a língua para dar conta de

significar as atividades humanas que configuram e transformam a sociedade, e para as quais a língua constitui o denominador comum. É evidente que, por se tratar, em sua grande maioria, de estudos de línguas arcaicas, não mais faladas, o recurso aos empregos geralmente se apresenta, em Benveniste, por meio de textos antigos, literários e religiosos. No entanto, isso não faz deles dados menos empíricos e elucidativos da atividade do falante. Os exemplos que constituem o *corpus* de análise benvenistiano constituem usos de língua preservados pela história, e é justamente essa historicidade que lhes é constitutiva que permite ao linguista traçar as evoluções semânticas e, por meio delas, jogar luz sobre os aspectos linguísticos das transformações sociais. Estamos diante, portanto, do que Benveniste chama, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) da língua considerada enquanto “prática humana” (cf. PLG II, p. 102). As diferenciações e especializações que o linguista surpreende no processo de transformação das línguas estão constantemente atreladas ao uso especializado de determinadas “classes” de falantes, como elucidada, por exemplo, o termo francês *voler*, o qual, no uso especializado da falcoaria, assume o duplo sentido de “voar” e “roubar”, dando origem a uma diferenciação que conduzirá, com o tempo, ao estabelecimento de dois verbos distintos na língua comum²¹³. Um processo semelhante caracteriza a história do termo *sudarium*, o qual, do sentido geral de “pano, lenço”, passou a designar especificamente “o tecido utilizado na preparação mortuária”, devido ao uso específico de falantes pertencentes à classe religiosa, assim como o termo relacionado *orarium*, que, de “pano”, passou, na linguagem da liturgia, a ser usado de modo especializado, referindo-se à “estola”, parte da indumentária do diácono²¹⁴. Não podemos ir muito além disso em nossas constatações acerca deste intrigante tema (o qual merece, sem dúvida, um estudo inteiramente a ele dedicado), mas de uma coisa estamos certos: muito ainda está por ser dito sobre o que as análises benvenistianas permitem mostrar a respeito da relação que se estabelece, no e pelo discurso, entre o falante e sua língua.

3.6.5. A tradução constitui, a um só tempo, uma ferramenta analítica e um fenômeno implicado nas diferenciações semânticas

²¹³ Como sabemos, este exemplo é trazido por Benveniste em seu texto *Problemas semânticos da reconstrução* (1954).

²¹⁴ Desta vez, estamos tratando do texto *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium* (1969).

Devemos, por fim, dar o devido destaque para a importância da *tradução* nas análises de Benveniste. De fato, o fenômeno tradutório parece comparecer, nelas, de duas formas distintas, sobre as quais cabe discorrer em específico.

De um lado, a tradução constitui talvez a principal ferramenta do linguista para colocar elementos de diferentes línguas em comparação. Ora, se, conforme acabamos de salientar, os estudos benvenistianos do léxico têm por objetivo principal a reconstrução da *significação*, o critério de ligação entre elementos depende não apenas de um aparentamento entre *formas* atestadas, como também de uma aproximação pelo viés do *sentido*. É aqui que a tradução surge como um aparato analítico fundamental para Benveniste. Como evidencia Hoff (2018), “[a tradução] parece atuar como um operador nas análises de língua de Benveniste, permitindo dar a ver um outro operador da teoria, a significância” (HOFF, 2018, p. 144-145, acréscimo nosso). Ainda citando a autora:

[...] ao evidenciar a presença notável da tradução na reflexão benvenistiana [...], é possível perceber a função que a prática tradutória exerce na teorização que Benveniste propõe como um todo e entender que, ao contrário do que se pensava, a tradução configura um instrumento potente, que permite que Benveniste evidencie a significância, que constitui uma propriedade fundamental da língua e da linguagem. Desse modo, a tradução, que antes era considerada apenas como um objeto de reflexão isolada e ocasional, adquire um *status* diferenciado, operando nos diversos tipos de reflexão propostos por Benveniste e desempenhando um papel fundamental dentro da teoria. Trata-se, portanto, de um fenômeno de amplo alcance dentro da teoria benvenistiana (HOFF, 2018, p. 146).

Trata-se, portanto, de conceber a tradução como parte elementar do aporte *metodológico* de Benveniste, mesmo que, muitas vezes, ela se dê de maneira implícita. É a prática tradutória, por exemplo, que permite ao linguista articular os pares “*cité/citoyen*”, “*civitas/civis*” e “*pólis/polítēs*” em sua análise da noção lexical de “cidade” em *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970)²¹⁵, e o mesmo é válido para todas as investigações acerca do valor semântico de noções comuns às línguas indo-europeias. Ora, a própria concepção da existência de “noções comuns” em línguas distintas supõe uma operação de tradução.

De outro lado, constatamos também que a tradução figura, enquanto prática linguística, como um importante fator de transformação semântica. Distingamos bem: até aqui, falamos da tradução como recurso metodológico das análises de Benveniste. Desta vez,

²¹⁵ Conforme vimos em 3.3.4.

porém, trata-se da tradução enquanto elemento histórico implicado nos próprios processos de diferenciação lexical. A atividade tradutória, aqui, ocupa um lugar importante no processo de evolução das línguas e na decorrente formação/transformação das realidades sociais. O que percebemos é que Benveniste também vê, na história das traduções, índices que permitem explicar determinadas transformações semânticas. É ilustrativo disso o estudo *Gênese do termo “scientifique”* (1969)²¹⁶, no qual Benveniste identifica a gênese do termo “científico” com a *tradução* de Boécio do neologismo aristotélico *ἐπιστημονικός*, termo possuidor, na visão do tradutor, de um duplo valor, o qual foi transposto para o latim sob as formas distintas *scientificus* e *scientialis*. A tradução enquanto índice de transformações semânticas também é evidenciada em *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium* (1969)²¹⁷, texto em que Benveniste nos mostra o quanto “o vocabulário das línguas antigas e modernas está repleto de empréstimos que se cruzam em todos os sentidos” (PLG II, p. 245), empréstimos estes que, como evidencia o artigo, estão intimamente ligados à tradução de textos clássicos. A prática tradutória, aqui, coincide com a atividade do falante, nos termos mesmos em que Flores (2019) chama de “tradução como experiência de metalinguagem” (cf. FLORES, 2019, p. 236). Ora, como Benveniste bem descreve no texto *Gênese do termo “scientifique”* (1969), a tradução boeciana de *ἐπιστημονικός* por dois termos distintos, *scientificus* e *scientialis*, é não só reveladora de um gesto de leitura por parte do tradutor, como também de uma nova condição de emprego. É a tradução como instância de renovação semântica.

Diante de tais conclusões, fica evidente o fato de que estamos diante de um modo muito original de conceber a relação entre a língua, as línguas, a atividade do falante, e a sociedade. Reside aí uma das grandezas do pensamento de Benveniste, já apontada por muitos de seus comentadores: a capacidade de ver o geral no particular, e o particular no geral. É neste jogo entre o que revela da especificidade da língua e o que revela de sua abertura ao mundo (com a função primeira de *significá-lo*) que encontramos a razão do axioma *a língua contém a sociedade*.

²¹⁶ Conforme vimos em 3.3.2.

²¹⁷ Conforme 3.3.1.

CAPÍTULO 4

UMA LINGUÍSTICA DA LÍNGUA QUE CONTÉM A SOCIEDADE

Nos três capítulos anteriores, buscamos entender como o linguista Émile Benveniste estabelece, ao longo de sua reflexão, a relação entre língua e sociedade, determinando o estatuto epistemológico de tais objetos e da relação que os une no interior de sua teorização (capítulos 1 e 2), para, então, averiguar o modo como o interrogante se apresenta em suas análises linguísticas (capítulo 3). Tratou-se, pois, de uma tentativa de avaliar, no interior do próprio pensamento benvenistiano, o quanto sua linguística se alicerça sobre a premissa fundamental de que língua e sociedade constituem-se reciprocamente, em uma relação de interpretante e interpretado. Se, até aqui, nosso esforço foi voltado para a reunião de elementos presentes no pensamento linguístico de Benveniste, de modo a mostrar que eles, no seu conjunto, constituem uma potente reflexão teórica sobre a relação entre língua e sociedade, nosso intuito agora é o de sistematizar tais elementos, buscando esboçar, ainda que de modo bastante geral, os princípios teórico-metodológicos da reflexão benvenistiana acerca relação língua-sociedade. A hipótese de leitura que sustenta esse capítulo final é, portanto, a que se antecipa em seu título mesmo: *a de que há, em Benveniste, princípios gerais de uma linguística da língua que contém a sociedade*.

Percebe-se, de imediato, que, embora estabeleça uma relação complementar com os três primeiros capítulos desta tese, este quarto capítulo aborda a questão da relação entre língua e sociedade desde um outro aspecto. No primeiro capítulo, o interesse está voltado para a noção teórica de “língua” em sua relação com a sociedade; no segundo, nossos olhos voltam-se para a noção teórica de “sociedade” em sua relação com a língua. Trata-se, assim, de dois capítulos que buscam definir os *objetos teóricos* constituintes da relação semiológica. No terceiro capítulo, tentamos mostrar o quanto essa relação é constitutiva das descrições linguísticas de Benveniste, e o interesse é o de ver como as formulações do linguista acerca da relação língua-sociedade operam desde o ponto de vista de suas *análises*. A partir da discussão efetuada nesses três capítulos anteriores, o que procuramos agora é abordar a problemática tomando como interrogante maior a *linguística*. Desse modo, a questão principal desta parte

final do trabalho consiste em tentar responder que linguística é essa que se esboça no estudo da relação semiológica entre língua e sociedade. Em quais momentos da reflexão benvenistiana podemos encontrar encaminhamentos teórico-metodológicos para a linguística? Como Benveniste sugere que se opere com essa linguística?

Tais questões exigem que retornemos ao texto de partida de nossa reflexão, a saber, o artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), uma vez que, conforme já salientamos, é nele que a problemática em torno da relação língua-sociedade se coloca de maneira mais elaborada e sistemática. Buscamos ver, através desse texto-síntese de Benveniste, e em colaboração com os demais, de que forma os elementos reunidos até aqui podem figurar como ferramentas e métodos de uma linguística que ele, se não a propôs diretamente, pelo menos lhe esboçou alguns fundamentos e traçou alguns caminhos.

4.1. A propriedade de interpretância da língua como fundamento de uma linguística da língua que contém a sociedade

Ainda na introdução desta tese, expusemos nossa hipótese de que o artigo benvenistiano de 1968, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, apresenta, ainda que em linhas gerais, um modo original de se conceber a relação língua-sociedade, que conduz a uma maneira também original de se fazer linguística. A passagem de Benveniste que melhor ilustra essa ideia é aquela que apresenta o seu viés semiológico. Tendo operado a distinção, tanto para a língua quanto para a sociedade, entre um “nível histórico” e um “nível fundamental”, e estipulado que é nesse segundo nível que a relação entre língua e sociedade pode ser evidenciada, Benveniste lança uma questão que, se observada com atenção, revela um princípio metodológico: “Então como poderemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (PLG II, p. 97).

Se, no primeiro capítulo de nosso trabalho, afirmamos que tal passagem condensa uma noção de “língua” que, no interior da perspectiva semiológica, define-a simultaneamente como *objeto* e *instrumento* de análise, entendemos agora que o pensamento benvenistiano acerca da relação entre língua e sociedade produz não uma sociologia, e nem mesmo uma semiologia nos moldes do que o linguista esboça na conclusão de seu artigo *Semiologia da*

língua (1969)²¹⁸, mas propriamente uma linguística de caráter semiológico, isto é, *uma linguística que se ocupe da língua enquanto interpretante da sociedade*. Ora, se a análise da sociedade, na visada esboçada por Benveniste, está condicionada à análise da língua, uma vez que a língua lhe é interpretante e a contém em seu aparelho conceitual, então o projeto epistemológico que aí se desenha é o de *uma análise da sociedade na e pela língua*. Trata-se, para usar a frase axiomática que nos guiou até aqui, de uma *linguística da língua que contém a sociedade*.

Estamos, neste ponto, de pleno acordo com Rosário (2018), a qual, em seu vigoroso estudo sobre o projeto semiológico de Benveniste, reconhece que a “semiologia da língua” por ele proposta não se reduz exclusivamente à “metassemântica”, abrangendo

um amplo campo de estudos aberto pelo linguista, que se fundamenta na propriedade de interpretância da língua (sua propriedade de interpretar) e que envolve a relação de interpretância por ele proposta. Ou seja, a relação da língua, como sistema interpretante, com um sistema interpretado, o que compreende diferentes questões (ROSÁRIO, 2018, p. 149-150).

A questão da relação entre língua e sociedade constitui uma das problemáticas para as quais a perspectiva semiológica de Benveniste permite dar uma resposta, e neste caso em específico, a resposta define-se por meio da *análise intralinguística*, uma vez que a língua “constitui o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (PLG II, p. 63). O que queremos dizer com isso é que a reflexão de Benveniste, sintetizada principalmente no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), estabelece as bases de um fazer *linguístico* fundado na relação semiológica entre língua e sociedade²¹⁹.

Que bases são essas? Começemos pelo princípio teórico que sustenta esse fazer linguístico: *a propriedade de interpretância da língua*. A possibilidade e a condição mesma de uma linguística da língua que contém a sociedade é dada pelo caráter interpretante da língua, oriundo de seu duplo modo de significação. É porque constitui um sistema de signos articulados (modo semiótico) passíveis de atualização em discurso para tudo expressar e

²¹⁸ Tratamos aqui dos encaminhamentos dados por Benveniste para a sua semiologia “de segunda geração” ao final do artigo *Semiologia da língua* (1969), que colocam, no centro do projeto semiológico, a “metassemântica” como a “análise translinguística dos textos, das obras”, e que “se constituirá sobre a semântica da enunciação” (cf. PLG II, p. 67).

²¹⁹ Estamos novamente de acordo com Rosário (2018), a qual, após abordar a questão da escrita e da relação entre língua e sociedade na teorização semiológica de Benveniste, conclui que “esses trabalhos não apontam prospectivamente para uma semiologia propriamente dita, mas para um tipo de linguística” (ROSÁRIO, 2018, p. 154).

descrever (modo semântico) que a língua figura como o interpretante da sociedade, o que lhe dá forma e sentido, e o que permite dela falar. Desde essa perspectiva, não se trata mais de ver como a língua “reflete” ou “espelha” a sociedade, mas de como ela a *configura*, ou seja, trata-se de analisar como a sociedade, através da língua, ganha a sua organização – uma organização que pressupõe a sua *significação*²²⁰. Nas palavras de Benveniste: “A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (PLG II, p. 98).

Assim, se partimos, na introdução deste trabalho, da hipótese de que a formulação *a língua contém a sociedade* pode ser considerada como um axioma específico em relação à proposição geral do pensamento benvenistiano de que *o homem está na linguagem*²²¹, o estudo realizado até aqui nos permite tomá-la não mais como uma hipótese, mas como um postulado. Trata-se de um axioma que corresponde a uma reflexão específica de Benveniste, e que possibilita estabelecer o seu lugar epistemológico no interior da teorização benvenistiana sobre a linguagem. O dispositivo teórico-analítico que faz operar esse axioma, como pudemos ver, é dado pela propriedade de interpretância da língua, que se encontra ligada à investigação sobre a significação linguística. Somos, então, novamente levados às características que fazem da língua um sistema significante à parte (ou ainda, o sistema significante por excelência), as quais Benveniste sistematiza através do esquema de dupla significância da língua (modo semiótico e modo semântico). É somente levando em conta as propriedades por trás da capacidade de interpretância da língua que podemos inferir sobre a maneira como “a língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual” (PLG II, p. 100).

4.2. Os aspectos metodológicos de uma linguística da língua que contém a sociedade

²²⁰ Tais palavras fazem eco à afirmação de Stumpf (2017) acerca da abertura teórica deixada por Benveniste em seu texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Diz a autora: “Abre-se, assim, uma via de como estudar a relação língua e sociedade/cultura que não as coloque em uma relação de causa e efeito, mas tome a língua como aquilo que enforma e configura a sociedade, na medida em que funciona como seu sistema interpretante e permite que se possa falar de qualquer sistema” (STUMPF 2017, p. 56).

²²¹ Lembrando novamente que tomamos como referência para tal proposição o estudo de Flores (2017b), no qual o autor reconhece, no pensamento linguístico de Benveniste, um axioma geral – *o homem está na linguagem* –, que se realiza a partir de um axioma específico – *o homem está na língua*. Também Rosário (2018), ao investigar o projeto semiológico de Benveniste, identifica, ao lado desse axioma específico, um outro axioma específico, relativo à sua teoria semiológica: *a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive a si mesma* (cf. ROSÁRIO, 2018, p. 149).

A consideração da propriedade interpretante da língua como princípio norteador de uma linguística benvenistiana sediada na relação língua-sociedade nos permite destacar um pressuposto metodológico geral, de caráter semiológico, expresso no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) através da seguinte afirmação: “Estamos considerando aqui a língua somente como meio de análise da sociedade” (PLG II, p. 97). Condensam-se, nesta curta frase, elementos metodológicos fundamentais que, embora já elucidados, cabe-nos ainda dar a devida sistematização:

a) Para o linguista, a sociedade não é um objeto diretamente analisável. Para analisá-la, faz-se necessário um “meio de análise”;

b) Esse “meio de análise” de que dispõe o linguista é a *língua*, uma vez considerada a partir do ponto de vista semiológico, isto é, assumindo-se como princípio a sua propriedade de interpretância em relação à sociedade;

c) Ou seja, a análise da sociedade realiza-se, para o linguista, através da análise da língua, o que faz da língua o *objeto de análise*.

A configuração metodológica aí implícita é, portanto, a que se segue: uma linguística da língua que contém a sociedade tem por *objeto teórico* a relação entre língua e sociedade, tomando por *objeto analítico* a língua. É nessa aparente contradição de método que encontramos a natureza da relação semiológica proposta por Benveniste: não apenas língua e sociedade são entidades teóricas mutuamente ligadas por uma relação de necessidade, como também *coincidem* enquanto objeto analítico, uma vez que o está no centro da análise é essa própria relação constitutiva. Estabelece-se, assim, o valor preciso do axioma *a língua contém a sociedade*. Se a sociedade está contida na língua, cabe ao linguista, para analisar a sociedade, analisar a língua. O que se abre, com isso, é a possibilidade de conceber a relação semiológica entre língua e sociedade como objeto de conhecimento da linguística, fazendo com que a descrição de um implique a descrição do outro.

Então, se “a língua engloba a sociedade de todos os lados” (cf. PLG II, p. 100), como acabamos de ver, cabe-nos definir que *lados* são esses. É interessante notar que essa breve passagem benvenistiana também fornece uma importante pista metodológica: ao falar de “lados”, temos a possibilidade de pensar que a linguística esboçada por Benveniste no texto de 1968 permite uma análise da sociedade através da análise da língua a partir de diferentes

aspectos, e encontramos um rastro disso nas próprias palavras do linguista. Ao tratar do “semantismo social” instaurado pela língua a partir de seu vocabulário, Benveniste comenta que “é esta *parte* da língua que tem sido mais frequentemente estudada” (PLG II, p. 100, grifo nosso), o que lhe autoriza a ser breve: “Como é este o *aspecto* que é melhor explorado da relação da língua com a sociedade [...], não insistiremos de maneira detalhada nisto” (PLG II, p. 100, grifo nosso). Tais passagens nos permitem inferir que há diferentes aspectos a partir dos quais se é possível estudar o papel semiológico da língua em relação à sociedade.

Encontramos semelhante disposição metodológica naquele que é considerado o texto de síntese e de sistematização do pensamento de Benveniste a respeito da enunciação, a saber, o artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970). Nele, o linguista, após definir a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, afirma que “este grande processo pode ser estudado sob diversos *aspectos*” (PLG II, p. 82, grifo nosso), dos quais elucida três: o da realização vocal da língua, o da conversão individual da língua em discurso, e o do quadro formal de realização da língua, sendo este último o objeto principal de sua reflexão. Embora de forma não tão marcada quanto no texto de 1970, reconhecemos um gesto metodológico semelhante no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Cabe-nos, portanto, identificar tais aspectos operatórios, os quais constituem diferentes modos de se abordar a relação entre língua e sociedade, mas que se unificam nos princípios gerais que os fundamentam.

É a isso que passaremos a nos dedicar a partir de agora.

4.2.1. O aspecto do semantismo social: a língua como testemunho da sociedade

Durante nossa discussão, no primeiro capítulo desta tese, acerca da noção de “língua” no interior da relação semiológica estabelecida por Benveniste entre língua e sociedade²²², destacamos que, ao falar sobre o “semantismo social”, o linguista passa a abordar a língua não mais apenas para explicar as propriedades que garantem a ela a função de interpretante da sociedade, mas também (e sobretudo) para mostrar *como* isso de fato ocorre, revelando, por consequência, como a língua contém a sociedade. Assim, o primeiro aspecto que Benveniste

²²² Trata-se, para sermos mais específicos, da seção 1.6, intitulada “Uma língua que contém a sociedade: o semantismo social” (p. 85).

apresenta como possível eixo de investigação da relação entre língua e sociedade é aquele definido por Benveniste como o “semantismo social”: “ela [a língua] configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o *semantismo social*” (PLG II, p. 100, acréscimo nosso, grifo nosso). É importante ressaltar que o linguista descreve essa interação como um processo de “configuração”, ou seja, como o ato ou o efeito de “configurar”, cujo sentido primeiro é o de “dar forma ou figura a”²²³. A relação entre língua e sociedade supõe, portanto, que a língua atribui forma à sociedade, forma essa que não pode ser outra que não a da própria língua. Entendemos, então, o fundamento semiológico que explica o fato empírico de que, se por um lado, pode-se “isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma [...] sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura” (PLG II, p. 98), por outro lado, “é impossível descrever a sociedade [...] fora de suas *expressões linguísticas*” (PLG II, p. 98, grifo nosso). Ora, o que explica isso é o fato de que as normas e as representações sociais que formam a cultura ganham a sua configuração, isto é, recebem a sua forma, na e pela língua.

Benveniste ressalta que esta parte da língua (segundo ele, a mais frequentemente estudada) “consiste na verdade, principalmente mas não exclusivamente, em designações, em fatos de vocabulário” (PLG II, p. 100). De fato, se realizarmos um exame das análises benvenistianas nas quais a relação entre língua e sociedade se coloca de forma mais perceptível, notaremos que elas tomam como objeto sobretudo elementos linguísticos de nível lexical. Como a leitura de nosso terceiro capítulo parece demonstrar, é o *léxico* que está no centro dessa linguística benvenistiana da língua que contém a sociedade, ainda que não de maneira exclusiva:

O vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc. (PLG II, p. 100).

O interesse aqui está em tomar o vocabulário como um “testemunho”, isto é, como elemento de atestação, de demonstração da sociedade em seus mais diferenciados aspectos: formas e fases de organização, regimes políticos, modos de produção, etc. Trata-se justamente do que encontramos nos dois volumes de *O vocabulário das instituições indo-europeias*

²²³ Conforme definição de CONFIGURAR. In: DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Priberam Informática, 2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/configurar>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

(1969). Através do estudo sobre a formação e organização do vocabulário de instituições como a religião, o parentesco, a economia e o direito no mundo indo-europeu, Benveniste acaba por descrevê-las em seu fundamento semântico:

Esforçamo-nos em mostrar como vocábulos a princípio pouco diferenciados assumiram progressivamente valores especializados, assim vindo a constituir conjuntos *que traduzem uma evolução profunda das instituições, o surgimento de novas atividades ou concepções* (VOC I, p. 11, grifo nosso).

Nesse aspecto da relação entre língua e sociedade, a língua é definida por Benveniste “como conjunto e como sistema de designações” (PLG II, p. 100), e é importante que ressaltemos esse duplo valor: trata-se de um conjunto lexical em função designativa, mas que pressupõe um sistema. É essa dupla característica que faz da língua uma permanência em transformação. Tal situação paradoxal é descrita pelo linguista através da inusitada relação conclusiva, “constante, portanto, constantemente renovada, alargada” (PLG II, p. 100), e que se deixa ver em outro momento do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968):

[...] o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua. É que se a diversificação constante, crescente das atividades sociais, das necessidades, das noções, exige designações sempre novas, é preciso que em troca exista uma força unificante que faça equilíbrio (PLG II, p. 96-97).

Sob a perspectiva do semantismo social, a unidade de análise diz respeito, portanto, de modo geral, à língua em seu nível lexical. Trata-se de mostrar como a língua configura a sociedade através de um trabalho de reconstrução semântica de seu conjunto de designações²²⁴. O material de que dispõe o linguista é o vocabulário das línguas históricas, e o

²²⁴ É necessário que realizemos, aqui, um parêntese, tomando como base a seguinte observação de Flores (2019): “Para mim, evidentemente, há a incontestável centralidade do léxico no raciocínio de Benveniste porque, a partir dele, é possível ver, na significação das palavras, especificada no uso que os falantes fazem delas, a ‘impressão’ da sociedade e da cultura na língua. No entanto, isso não implica uma teoria lexical *stricto sensu*” (FLORES, 2019, p. 133). A explicação disso reside, para o autor, no fato de que, ao tomar o elemento lexical como “palavra” (ou seja, em seu modo “semântico” de significação) e não como “signo” (isto é, em seu modo “semiótico” de significação), Benveniste estabelece a noção de “emprego” como critério de definição do sentido. Ou seja, trata-se de olhar sempre para os *empregos possíveis* de um elemento do léxico na cadeia da *frase*, ou, como Benveniste afirma em *A forma e o sentido na linguagem* (1966): “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” (PLG II, p. 232). Assim, se é na acepção semântica que este aspecto do semantismo social se revela, faz-se necessário admitir, com Flores (2019), “a centralidade do léxico na linguística da língua-sociedade-cultura oriunda de Benveniste, sem, no entanto, tomar essa perspectiva no sentido estrito de uma teoria lexical” (FLORES, 2019, p. 134).

princípio de análise que o orienta pode ser associado àquele que Benveniste sintetiza em uma linha em seu texto *Problemas semânticos da reconstrução* (1954):

O único princípio de que nos serviremos nas considerações que se seguem, tomando-o como admitido, é que o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes (PLG I, p. 320).

Note-se que o princípio citado faz articular dois aspectos distintos no que Benveniste entende por “sentido”: a realidade semântica de um termo é composta por seus empregos (aspecto designativo), e pelo modo como se distribui e se liga a outros (aspecto sistêmico). Constatamos essa mesma particularidade na descrição de método esboçada nas linhas prefaciais do primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1969), e esquematizada por Flores (2019) da seguinte forma:

- a) Escolhe-se um termo – já que se trata de um estudo do léxico – “dotado de um valor fecundo”.
- b) Recompõe-se o contexto de uso, de especificação, desse “termo”, através:
 - b.1) do exame das particularidades de forma e sentido;
 - b.2) das ligações e oposições que o termo mantém;
 - b.3) da comparação com as formas aparentadas (FLORES, 2019, p. 123).

Mesmo aqui, vemos coincidir, em uma mesma metodologia, aspectos que são da ordem da designação e da ordem da significação: para se recuperar o contexto de uso de determinado termo, olha-se tanto para suas ocorrências quanto para as relações que ele estabelece dentro do sistema linguístico. É isso que Benveniste deixa entrever em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “Os testemunhos que a língua dá deste ponto de vista só adquirem todo seu valor se *eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência*” (PLG II, p. 100, grifos nossos). Acreditamos, portanto, que é o par *significação-designação* que faz operar a análise neste aspecto da relação entre língua e sociedade, possibilitando a realização de um estudo ao mesmo tempo *sincrônico* e *diacrônico*: sincrônico porque exige que os elementos em análise sejam contemplados nas relações que estabelecem entre si no interior do sistema ao qual pertencem em um dado estado; diacrônico porque a configuração desse estado de língua depende da compreensão das transformações pelas quais passaram os elementos analisados, o que envolve a comparação entre os empregos das formas aparentadas, em diferentes momentos de sua evolução. Parece também ser essa a conclusão de Barboza (2018):

Ao observar a dupla *designação-significação* em funcionamento, acompanhamos o desenvolvimento e a fixação de sentido de termos ao longo da história. Com o funcionamento do par *designação-significação*, vemos as palavras em sua sincronia e em sua diacronia ao mesmo tempo, pois reconstruímos as designações ao longo da história que tornaram possível a estabilização da significação de determinado termo. Testemunhamos, ao ler o que designam e o que significam os termos, o acontecimento da análise de Benveniste (BARBOZA, 2018, p. 110).

Em última análise, é essa possibilidade de estudo a um só tempo sincrônico e diacrônico possibilitado pela dupla *significação-designação* que permite a Benveniste “mostrar como as línguas reorganizam seus sistemas de distinções e renovam seu aparato semântico” (VOC I, p. 9), e, de um só golpe, demonstrar o papel da língua enquanto configuradora da sociedade.

Foi a este aspecto que Benveniste mais se dedicou em suas análises linguísticas (como podemos ver no capítulo anterior), e podemos dizer que foi sobretudo a partir dele que partiram as grandes questões que o linguista desenvolveria de forma mais elaborada no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Tomamos, portanto, os estudos descritivos de Benveniste acerca do léxico como os grandes modelos metodológicos desse eixo de investigação.

4.2.2. A variação da referência na estabilidade da significação: a polissemia como aspecto analítico da relação língua-sociedade

Ainda ao discorrer sobre a relação língua-sociedade a partir deste aspecto do “semantismo social” da língua, Benveniste alerta que “existe aí um mecanismo complexo cujos ensinamentos é preciso interpretar prudentemente” (PLG II, p. 100). Podemos dizer que é justamente sobre tais “ensinamentos” que trata o texto benvenistiano *Problemas semânticos da reconstrução* (1954), no qual o linguista denuncia erros comuns no processo de reconstrução do sentido e destaca a importância de mantermos “significação” e “designação” como noções distintas²²⁵.

²²⁵ Para fins de recapitulação, citamos aqui duas passagens do texto *Problemas semânticos da reconstrução* (1954) que elucidam muito bem esse propósito: “Vê-se aqui o quanto é falacioso o critério do ‘concreto’ e do ‘abstrato’ aplicado a uma reconstrução, e quão importante é a distinção necessária entre a significação e a designação” (PLG I, p. 332); “[...] as noções semânticas, muito mais complexas, mais difíceis de objetivar e sobretudo de formalizar, por estarem implicadas na ‘substância’ extralinguística, chamam em primeiro lugar uma

Para Benveniste, a dificuldade em se estudar o vocabulário enquanto testemunho da relação entre língua e sociedade se dá pelo fato de que

[...] o estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas, já mudaram (PLG II, p. 100).

Como já dissemos no Capítulo 2, a situação de estabilidade da língua perante a sociedade faz com que ela constitua um depositário dos sentidos que se imprimem no vocabulário no decorrer de seus sucessivos empregos e que, muitas vezes, acabam por coexistir no uso linguístico corrente. Surge, então, a *polissemia* como fenômeno resultante de uma capacidade através da qual podemos tomar a língua como registro de suas próprias transformações, e, ao mesmo tempo, das transformações da organização social: trata-se da capacidade que a língua possui de comportar, em seus termos constantes, uma “variação referencial”.

Com efeito, o caráter polissêmico da língua é apresentado como um exemplo do quão complexo é o estudo da relação entre língua e sociedade a partir do aspecto semântico do vocabulário, ao mesmo tempo em que constitui mais uma evidência contrária à ideia de que a língua atua como mero “reflexo” da sociedade. Ora, se assim fosse, o estado da sociedade em uma dada época se veria perfeitamente refletido no sistema de designações de que ela faz uso, o que, como nos mostra Benveniste, não é o caso. Não há, portanto, uma ligação natural e direta entre as “designações” e as “realidades designadas”. As designações subsistem porque sua existência está atrelada não aos seus referentes no mundo, mas às relações de forma e sentido que seus elementos estabelecem uns com os outros no interior da língua, e que estão sempre aptas a mudar em função de seus empregos, acolhendo, assim, as mudanças que sobrevêm à sociedade. Se as designações da língua perduram à revelia das realidades que designam, é porque designam já outra coisa. O que está em jogo aqui, portanto, é menos a busca de uma correlação entre um dado termo e uma dada realidade, e mais a compreensão do mecanismo de *referência* que possibilita que um dado termo possa comportar uma variedade de empregos. Como explica Benveniste:

descrição dos empregos, únicos que permitem definir um sentido. Essa descrição exige ela própria que nos libertemos das falsas evidências, das referências às categorias semânticas ‘universais’, das confusões entre os dados que devem ser estudados e os da língua do descritor” (PLG II, p. 339).

O que se chama polissemia resulta desta capacidade que a língua possui de *subsumir* em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação (PLG II, p. 100, grifo do autor).

Encontramos essa mesma discussão em outros textos de Benveniste. No artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1966), ao expor que o sentido de uma “palavra”, tomada enquanto unidade do universo semântico da língua, se define por seu emprego, o linguista conclui:

[...] as palavras que estão dispostas na cadeia [da frase] e cujo sentido resulta precisamente da maneira em que são combinadas não têm senão empregos. O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sistema particular e de preencher uma função proposicional. *O que se chama de polissemia não é senão a soma institucionalizada, se pudermos falar assim, destes valores contextuais, sempre instantâneos, aptos a se enriquecer e a desaparecer* (PLG II, p. 231-232, grifos nossos).

Mas a que se deve essa capacidade cumulativa de empregos que se pode dar a uma só elemento da língua? O fundamento da propriedade polissêmica reside justamente nas condições que fazem da língua um sistema interpretante: as suas condições de permanência e de estabilidade em relação às transformações da sociedade. Conforme pontua Benveniste no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “[...] o interpretante não deve mudar enquanto tal, permanecendo capaz de registrar, de designar e mesmo de orientar as mudanças que sobrevêm no interpretado” (PLG II, p. 98).

É na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), concedida por Benveniste a Pierre Daix, que surpreendemos a reflexão mais elucidativa da polissemia como possível objeto de interesse de uma investigação acerca da relação entre língua e sociedade. Ao discorrer, em linhas muito gerais, sobre a distinção entre “semiótico” e “semântico” em sua reflexão sobre a significação linguística, o linguista antecipa o que viria a ser o seu projeto semiológico: “Temos que elaborar pouco a pouco todo um corpo de definições neste imenso domínio, que não compreende somente a língua. E isto me leva à cultura” (PLG II, p. 22). Utilizando a cor branca como exemplo de signo no interior de diferentes sistemas culturais, Benveniste conclui: “Tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Estes valores são os que se imprimem na língua” (PLG II, p. 22). No entanto, como o linguista mesmo ressalta, trazer tais valores à luz

é um trabalho difícil, uma vez que “a língua carrega consigo toda uma série de dados herdados” (PLG II, p. 22). É aqui que o fenômeno da polissemia é descrito de uma maneira que nos torna possível tomá-lo como uma categoria linguística de análise da sociedade. Vale citarmos a passagem na íntegra:

[...] a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma. E é justamente isto que faz frequentemente o leque semântico. Considere a palavra *homem* (tomo o primeiro exemplo que me vem à cabeça). Você terá de um lado o emprego do termo como designação; de outro lado as ligações de que esta palavra *homem* é suscetível, que são muito numerosas. Por exemplo, “o homem honesto”, concepção que data, que remonta a uma certa fase do vocabulário, a um aspecto da cultura francesa clássica. Ao mesmo tempo, uma locução como “eu sou seu homem” refere-se à época feudal. Você vê aí uma estratificação da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis. Estes estão todos compreendidos hoje na definição da palavra, porque são ainda suscetíveis de serem empregados no seu verdadeiro sentido na mesma época. Vemos aqui a contrapartida de uma definição cumulativa das culturas. Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. É nisto que a língua pode ser reveladora da cultura (PLG II, p. 22-23, grifos no original).

A explicação de Benveniste nos enche de perplexidade: condensa-se nela, mesmo que de forma sumária, todo um modo de compreender o papel da língua enquanto possibilidade de expressão e de configuração da cultura. Pelo fato de as transformações linguísticas se darem em um ritmo muito mais lento em comparação com as transformações sociais, os elementos da língua acabam por acumular ou subsumir os valores de seus mais variados empregos em diferentes “momentos” da cultura. Dito de outro modo, o “leque semântico” de um determinado termo, sua polissemia, é resultado de uma relação assimétrica de mudança no tempo entre a realidade linguística e a realidade social. Trata-se do mesmo princípio explicativo de “permanência” da língua dado por Benveniste no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), conforme acabamos de ver.

A polissemia, desde esse ponto de vista, permitiria ao linguista ver, nos diferentes empregos possíveis de um termo constante, o indício de uma estratificação da cultura, de suas diferentes “etapas”, tal como o geólogo consegue, através do exame de rochas sedimentares, reconhecer camadas sobrepostas e estabelecer, a partir delas, uma reconstrução de sua formação no tempo e no espaço. Em contrapartida, essa estratificação não significa propriamente uma *sucessão* temporal, mas uma *integração*: “Em nossa cultura atual *integra-*

se toda a espessura de outras culturas” (PLG II, p. 23, grifo nosso). A polissemia permite mostrar que há, na sincronia da língua, um aspecto diacrônico que lhe é constitutivo.

Se a sincronia de uma língua é impregnada de diacronia, a condição da cultura, enquanto conjunto de valores sociais forjados na e pela língua, não poderia ser diferente. É isso que leva Benveniste a concluir que “a língua pode ser reveladora da cultura” (PLG II, p. 23), na medida em que é nela e através dela que podemos enxergar a maneira através da qual uma cultura dada integra toda a espessura de outras culturas que a antecedem e a constituem. Ou seja, nesta história que a língua conta através de seus elementos constantes, está contida também a história da sociedade.

Podemos, dessa forma, assumir que o estudo da polissemia constitui um método de análise complementar àquele normalmente empreendido por Benveniste, no qual o interesse é a reconstrução da base semântica comum de formas aparentadas cujos empregos sucessivos submeteram às diferenciações lexicais. Desta vez, buscar-se-ia mostrar o modo através do qual um único termo integra, numa base constante de significação, valores diferenciados, resultantes de seus sucessivos empregos ao longo do tempo. A noção de “referência” cumpre aqui um papel fundamental, uma vez que subjaz à própria ideia de “emprego” da língua, e implica um estudo que coloca no centro da discussão a relação entre língua e realidade²²⁶.

Os exemplos dados por Benveniste ao falar da polissemia são escassos. Na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), conforme vimos, o exemplo dado é o do termo “homem”, enquanto que, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), os termos ilustrativos são justamente os de “língua” e “sociedade”, ainda que estes não sejam propriamente analisados enquanto índices de polissemia. De nossa parte, o intuito aqui é mais o de sistematizar os diferentes aspectos metodológicos de uma linguística da língua que contém a sociedade do que o de propriamente empreender uma análise de dados linguísticos. No entanto, apenas à guisa de exemplo, poderíamos sugerir, como elemento de interesse para o estudo da polissemia enquanto fenômeno revelador de uma dimensão diacrônica no interior de um estado sincrônico da cultura, as noções que se integram no interior do termo “cidadão”, do qual o próprio Benveniste se ocupa em seu estudo acerca da relação derivacional deste com os termos da “cidade” em *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970). Se, neste artigo, o

²²⁶ Sobre este ponto, não há como não lembrar da célebre passagem de *O aparelho formal da enunciação* (1970), na qual Benveniste afirma: “[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. [...] A referência é parte integrante da enunciação” (PLG II, p. 84).

linguista nos mostra que o termo latino *civis*, antes de constituir uma designação objetiva de “cidadão”, enquanto indivíduo atuante nos direitos e deveres advindos de seu pertencimento a uma cidade ou estado, tira seu valor de uma relação recíproca de “concidadania” (condição de ser *civis* de outro *civis*), caberia também examinar os empregos do termo evoluído para o português. No português do Brasil, por exemplo, dentre os empregos que lhe são admissíveis, temos o de sua posição integrante no sintagma “cidadão de bem”. É inegável que “cidadão”, neste contexto de uso, carrega ainda consigo os valores que fazem dele um termo definidor de uma condição de pertencimento ao corpo social, mas não podemos deixar de notar que, quando complementado por “de bem”, o seu valor de emprego se especifica. “Cidadão” é aí empregado para designar um tipo específico de indivíduo atuante: trata-se daquele que, por seus valores éticos, opõe-se ao criminoso, ao corrupto, ao desonesto. Ou seja, o valor referencial que “cidadão” assume no sintagma “cidadão de bem” é aquele que o liga à pessoa íntegra, de boa índole, de bom caráter, e que se define, no contexto brasileiro, por valores éticos conservadores, tais como a glorificação do trabalho, a instituição familiar tradicional, a religião cristã, o não envolvimento com atividades ilegais, etc. Ao mesmo tempo, temos encontrado cada vez mais a expressão “cidadão de bem” sendo empregada, em sentido pejorativo, para designar o indivíduo que, sob o pretexto dos valores éticos acima citados, acaba por agir de maneira preconceituosa e excludente. É aí que encontramos o valor de “cidadão de bem” ligado à intolerância, aos discursos de ódio, e, contraditoriamente, à desonestidade (uma vez que, mesmo sob o pretexto de honestidade, o “cidadão de bem” age de forma desonesta)²²⁷. Tais valores encontram-se todos, tal aponta diz Benveniste acerca do termo “homem”, compreendidos na definição atual da palavra “cidadão”, uma vez que “são ainda suscetíveis de serem empregados no seu verdadeiro sentido na mesma época” (PLG II, p. 22-23), ao mesmo tempo em que revelam diferentes “momentos” da cultura.

Embora sumário e superficial, acreditamos que o exemplo aqui trazido serve para ilustrar o quanto o estudo da polissemia, enquanto fenômeno linguístico, pode ser proveitoso para o entendimento do modo como a língua contém e configura a sociedade²²⁸.

²²⁷ Sobre este tema de análise em particular, sugerimos a leitura de Paschoal (2020).

²²⁸ Embora não tenhamos nos detido sobre este assunto, acreditamos que seria também de grande interesse pensar o fenômeno da polissemia na aquisição da linguagem, tomando o processo de aprendizado de uma língua como também um processo de transmissão da cultura. Se um dado estado de língua íntegra, nos seus elementos constitutivos, valores que são oriundos de seus empregos em diferentes estados da cultura, é essa “espessura” diacrônica, tomando como empréstimo a expressão de Benveniste, que a criança tomará como a sua sincronia.

4.2.3. O aspecto da língua enquanto prática humana: a enunciação como possibilidade de estudo da relação língua-sociedade.

Buscamos mostrar, em nosso primeiro capítulo, que, para Benveniste, a diferenciação entre indivíduo e sociedade, princípio básico da organização social, repousa sobre um fundamento linguístico, que se faz operar através de um sistema de oposições responsável pela possibilidade mesma da atividade languageira. Trata-se dos elementos formais que constituem a categoria linguística da *pessoa*. Retomemos a descrição de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968):

[...] a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. A primeira, a oposição “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana. [...] A segunda oposição, a do “eu-tu”/“ele”, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua uma operação de referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação (PLG II, p. 101).

A originalidade deste pensamento, conforme já vimos, está em atribuir à atividade linguística uma função que vai além da mera transmissão de mensagens: falando a partir de si, isto é, determinando-se como sujeito em oposição ao outro ou aos outros no ato de enunciação, o falante instaura a realidade social, organizada em virtude dessa distinção entre o eu e o não-eu. Eis aí um princípio linguístico-antropológico revolucionário: a realidade intersubjetiva que se estabelece sob formas específicas na e pela enunciação é matriz determinante da realidade social. A sociedade, enquanto coletividade de indivíduos, configura-se aos moldes da alocação, a partir desta estrutura formal de base “eu-tu/ele”, um mecanismo linguístico de acesso à própria língua que é de caráter a um só tempo particular, pois está ligado à “emanação irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo” (PLG II, p. 101), e geral, uma vez que constitui uma realidade objetivável de uso comum. É isso que

Talvez esteja aí o maior fator de permanência e renovação da língua.

concede à língua a característica dupla e paradoxal de suprir ao mesmo tempo uma necessidade individual e ser coextensiva a toda uma coletividade²²⁹.

O estudo da relação semiológica entre língua e sociedade a partir deste aspecto da alocação consiste em reconhecer a língua enquanto *prática humana*: “Aqui aparece uma nova configuração da língua [...]: é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante” (PLG II, p. 101). A análise linguística, sob esta perspectiva, encontra seu objeto na língua enquanto realização, atividade, prática. É a “consideração pragmática” da qual fala Benveniste, e que coloca no centro da reflexão “a inclusão do falante em seu discurso”. Assim, se, no estudo restrito ao semantismo social que a língua instaura a partir de seu vocabulário, o falante e a atividade enunciativa são elementos *pressupostos* através da noção operatória de “emprego”, aqui, eles ocupam um papel central, uma vez que é justamente dessa mobilização da língua que se está a tratar. Em outras palavras, o semantismo social *supõe* a atividade do falante, uma vez que toma a totalidade dos empregos como princípio definidor do sentido dos elementos que compõem o vocabulário de uma dada sociedade. Aqui, no entanto, é a própria atividade do falante que constitui o fenômeno cuja consideração permite tomar a análise da língua como meio de análise da sociedade.

Percebemos, desse modo, que este viés de estudo de uma linguística da língua que contém a sociedade nos aproxima da investigação benvenistiana acerca da enunciação. Não apenas temos como categoria constitutiva e articuladora das realidades linguística e social o “duplo sistema relacional da língua” (PLG II, p. 101) “eu-tu/ele”, central na reflexão enunciativa, como também devemos considerar que esse sistema “desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (PLG II, p. 101). Não é difícil relacionar esta descrição sumária com aquela que Benveniste sistematiza em seu texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), uma vez que, em ambas, o que está em destaque é a relação do falante com a língua, que se deixa analisar através de caracteres formais que marcam essa relação.

²²⁹ Conforme as palavras de Flores (2019): “[...] a língua como sistema de formas significantes comporta as relações sociais de uma dada coletividade” (FLORES, 2019, p. 121). Cabe ainda lembrar, com Knack (2018), que “[...] as bases da teorização enunciativa são aqui retomadas, mas para serem, em seguida, redimensionadas explicitamente em sua relação com a sociedade, com o campo do social” (KNACK, 2018, p. 399).

No entanto, conforme já mostramos no primeiro capítulo, a “consideração pragmática” que Benveniste apresenta em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1970) não se resume apenas a uma condição (constitutiva do ato enunciativo) de inclusão do falante em seu discurso. Para o linguista, é justamente esta possibilidade, dada pela língua, de o falante incluir-se em sua fala²³⁰ que “coloca a pessoa na sociedade enquanto participante” (PLG II, p. 101). Vemos aí o ato de apropriação da língua pelo falante sob uma perspectiva mais ampla, desta vez considerado como o próprio modo de inserção do indivíduo na sociedade. Aqui, a enunciação é imbuída de um valor teórico que recobre os aspectos envolvidos na instância individual de utilização da língua, sem se deixar resumir a eles. Através do ato enunciativo, “o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe” (PLG II, p. 101). Ao ser considerada desde esse ponto de vista, a língua enquanto “prática humana” tomaria a enunciação como o ato individual através do qual o sujeito se insere em uma coletividade, organizada em grupos e classes, e que permite a ele se situar em relação a essa coletividade. Assim, a enunciação, uma vez considerada a partir de seu aspecto social, pode ser reveladora de uma apropriação da língua de ordem mais ampla, de caráter coletivo.

De fato, a noção de “apropriação”, muito presente no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970) para se referir ao ato-processo enunciativo, também é mobilizada por Benveniste no estudo acerca da relação entre língua e sociedade. Para ele, a consideração da língua enquanto “prática humana” permite revelar “o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum” (PLG II, p. 102), e complementa:

Eu poderia descrever este fenômeno como uma *apropriação* por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se *apropria* dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais (PLG II, p. 102, grifos nossos).

Benveniste fala, aqui, de uma apropriação por grupos ou classes, o que supõe, é claro, atos individuais de emprego da língua, mas que se encontram situados – pelo seu próprio

²³⁰ Lembremos da seguinte passagem de *O aparelho formal da enunciação* (1970): “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação” (PLG II, p. 84).

modo de emprego – no interior de uma coletividade organizada. O estudo da língua desde seu aspecto enunciativo permitiria, assim, não apenas compreender o modo de interação do falante com a língua, como também identificar o modo como o falante se insere e se posiciona na sociedade a partir dessa interação com a língua. Ou seja, o modo de entrada do falante em seu dizer também é responsável pelo modo de entrada do indivíduo na sociedade. Em contrapartida, o fenômeno de apropriação da língua por grupos e classes aparece como um índice de renovação de seu aparato semântico, uma vez que a mobilização dos termos gerais da língua por grupos sociais específicos faz com que tais termos se preencham de valores novos, ligados às suas referências específicas, e que, ao retornarem ao uso comum, produzem diferenciações. Conforme já salientamos, a noção de “apropriação” da língua aí presente nos aproxima do viés mais abrangente que se entrevê nas linhas finais de *O aparelho formal da enunciação* (1970), em especial no seu último parágrafo, de caráter prospectivo: “Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (PLG II, p. 90).

Percebemos que, também neste ponto, a ênfase de Benveniste recai sobre o nível lexical da língua. Desta vez, porém, trata-se menos de tomar o conjunto dos termos do vocabulário como testemunhos das formas e fases da organização social, mas de procurar compreender o próprio modo de funcionamento da língua enquanto estruturante da sociedade organizada em grupos e classes. O exemplo que Benveniste traz neste ponto de sua reflexão, em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), é o do vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos. Nele, o linguista salienta que

[...] se poderia encontrar ao mesmo tempo todo um repertório de termos específicos e também maneiras específicas de arrumá-lo, um estilo particular, em suma os caracteres de uma apropriação da língua comum, realizada ao dotá-la de noções, de valores novos (PLG II, p. 102).

Percebemos de imediato que a investigação aí sugerida vai além de uma mera análise do vocabulário. Condensa-se, nesta curta passagem, uma proposta de investigação linguística que se faz operar muito aos moldes da análise enunciativa, uma vez que convoca para a descrição, além de termos específicos dos vocabulários especializados, elementos que são da ordem da própria organização da frase, como maneiras específicas de arranjo, a apreensão de um “estilo” particular, os caracteres de uma apropriação da língua. Em especial, destaca-se o fato de que esta apropriação da língua comum e atribuição de valores novos por classes

especializadas dependem, antes de tudo, da possibilidade mesma do falar, da capacidade do falante colocar-se em seu discurso e enunciar-se como *eu* em oposição a *tu*, para referir no e pelo discurso (*ele*). Assim, se o vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos pode ser revelador de uma apropriação da língua por classes especializadas, é porque seus falantes constituem-se como falantes desde o lugar de pontífices. Para falar a língua dos pontífices, o falante precisa *ocupar* essa posição enunciativa de pontífice. Através da estrutura formal de base “eu-tu/ele”, o falante inclui-se em seu discurso, ao mesmo tempo em que se constitui como sujeito pertencente a um grupo social. Ou seja, ocupar um lugar social é intrínseco ao ato de ocupar um lugar de falante. Estamos diante de um só e mesmo processo. É como pontífice que ele confere novos valores ao aparelho de denotação que é comum a todos. O mesmo vale para qualquer outro grupo especializado da sociedade (metalúrgicos, médicos, policiais, advogados, educadores, capitalistas, etc.). Vista desde este ponto de vista, a língua figura simultaneamente como bem comum de uma coletividade e como expressão de grupos especializados. Eis, novamente aí, a dualidade particular/geral que caracteriza a posição paradoxal da língua em relação à sociedade. Na base dessa dualidade, está o duplo sistema relacional da língua, “eu-tu/ele”, a um só tempo individual e supra-individual.

Em seu conjunto, tais dados serviriam, ao linguista, como um “modelo reduzido”, a partir do qual se poderia verificar “o papel da língua no interior da sociedade, uma vez que esta língua é a expressão de certos grupos profissionais especializados, para os quais seu universo é o universo por excelência” (PLG II, p. 102). Interessa ao linguista, desde esta perspectiva, menos o valor “testemunhal” dos termos sob análise para pensar a relação entre língua e sociedade, e mais o fato de que, através do modo específico de apropriação da língua por grupos ou classes, também é possível mostrar que o falante ocupa uma posição na sociedade ao ocupar sua posição na língua. Pensamos que as noções implicadas no estudo da enunciação são, aqui, redimensionadas, uma vez que, como afirma Knack (2018), a língua como “prática humana” está ligada “ao aspecto social que decorre da relação constitutiva do falante com o seu discurso” (KNACK, 2018, p. 395). Assim, a abordagem do aspecto social da realização da língua parece se configurar, para a linguística que aí se apresenta, como a possibilidade de um redimensionamento da teorização enunciativa de Benveniste.

Novamente, só podemos dar um pequeno exemplo do que expomos até aqui em termos de análise linguística, tomando como elucidativo um termo de uso comum na língua

latina, o qual, através do uso particular de um grupo especializado, se viu imbuído de um valor denotativo que acabou por lhe renovar a significação no uso cotidiano. Em um vídeo disponível na plataforma virtual *Youtube*²³¹, um estúdio americano da língua latina propõe um jogo a três falantes de línguas neolatinas (um brasileiro, falante de português; uma italiana, falante de italiano; e um mexicano, falante de espanhol): eles devem adivinhar a palavra (mesmo que em suas próprias línguas) correspondente à noção que lhes é descrita através apenas do latim, num esforço de compreensão de termos aproximados (considerando que as três línguas modernas são oriundas do latim). Pois bem, uma das noções descritas pelo organizador da atividade é a de “bolo” (identificada em italiano pelo termo *torta*, e em espanhol mexicano pelo termo *pastel*). Qual não foi a surpresa dos participantes ao descobrirem que a palavra correspondente no latim para essa noção é *placenta*, termo que, nas línguas de hoje, identifica-se com o órgão materno-fetal presente durante o período de gestação.

Como relacionar noções tão distintas a um mesmo elemento formal? É aqui que presenciemos os efeitos dos usos particulares da língua no seio de uma sociedade organizada em classes especializadas. Originalmente, o termo latino “*placenta*”, oriundo do grego *plakuos*, era empregado para designar um tipo de “bolo achatado”. Foi só no século XVI, com o estudo do anatomista italiano Matteo Realdo Colombo (1516 – 1559), que o termo foi utilizado, em sua obra *De Re Anatomica – Libri XV* (1559), para descrever a membrana materno-fetal. Em uma correção ao estudo anatômico efetuado por seu mestre Andreas Vesalius (1514 – 1564) em *De Humani Corporis Fabrica* (1555), no qual este descreve a placenta humana como idêntica à canina, Realdo Colombo assim define o órgão humano:

*Genita allantoide, venis arterisque per umbilicum tendentibus quaesuo in exortu plurimae sunt, ut fulcirentur, natura affusionem quandam genuit quae orbicularis fit placentae in modum.*²³²

Primeiro, a Natureza cria o alantoide e as múltiplas veias e artérias que provêm do umbigo. Então, ela faz esses vasos fundirem-se uns aos outros, para reforçá-los. Finalmente, tais vasos dividem-se no final do seu curso para formar uma espécie de *bolo achatado circular*.²³³

²³¹ Trata-se de um vídeo intitulado *Latin language spoken – can Spanish, Portuguese and Italian speakers understand it?*, pertencente ao canal *Ecolinguist*, e disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=C77anb2DJGk>>.

²³² In: Realdi Columbi Cremonensis. *De Re Anatomica Libri XV*. Veneza: ex typographia N. Beuilacuae, 1559 (p. 247-248).

Surpreendemos, nesta passagem, o termo “*placenta*” sendo empregado pela primeira vez para referir-se ao órgão gestativo humano, em um gesto de comparação entre os formatos deste e do alimento que lhe servia de referência no uso comum da língua. Após este uso comparativo, a palavra passa a ser usada por Realdo Colombo de forma frequente, tornando-se, assim, um termo técnico integrante da nomenclatura médica. É interessante ver como essa instância de emprego, instaurada por um locutor que, ao se apropriar da língua, situa-se em uma classe especializada da sociedade, resultou na atribuição de um valor referencial que acabou por entrar na língua comum, diferenciando-se lexicalmente da antiga designação de alimento nas línguas que mantiveram o uso do termo “*placenta*”²³⁴. Não é difícil ver aqui o próprio processo descrito por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), que supõe a passagem da língua ao discurso enquanto uma prática que implica o social:

Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse [...]. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos entram na língua comum, na qual introduzem as diferenciações lexicais (PLG II, p. 102).

Assim, é certo que a teorização enunciativa de Benveniste, organizada em torno das noções implicadas no ato de apropriação da língua (em especial, os estudos sobre as categorias linguísticas responsáveis pela *pessoa*) pode se configurar como um modo de abordagem da relação língua-sociedade que coloca a atividade do falante como objeto central. Olhar para a maneira através da qual a atividade linguageira revela o papel interpretante da língua no interior da sociedade constitui, certamente, um modo original de se fazer linguística.

4.3. Analogias menos visíveis, comparações sumárias, homologias amplas

²³³ A tradução que realizamos toma como fonte o trecho traduzido para o inglês por Pizzi et al. (2012): “*At first, Nature spawns the allantois and those multiple veins and arteries that leave through the navel. Then, it makes those vessels fuse to each other, to be sustained. Finally, these vessels divide at the end of their course and form a sort of flat circular cake (that is placenta)*” (PIZZI et al., 2012, 655, grifo no original).

²³⁴ O sentido original atribuído ao termo “*placenta*” sobrevive em muitas línguas greco-latinas, através de formas que se diferenciaram de “*placenta*” (mas cuja proximidade formal ainda se reconhece), designando tipos específicos de sobremesas feitas à moda do prato original greco-romano. Constituem exemplos os termos *πλατσέντα*, na ilha grega de Lesbos, a forma italiana *palacinta*, o romeno *plăcintă*, o albânio *palaçinka*, o húngaro *palacsinta*, o alemão austríaco *palatschinke*, até variantes eslavas, como o eslováquio *palacinka* e o tcheco *palačinka*.

A reflexão que se seguirá a partir daqui tem como base a parte final do artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), na qual Benveniste, de forma prospectiva e bastante ensaística, propõe outras maneiras de se considerar a relação entre língua e sociedade. É necessário dar destaque à transição que se efetua neste ponto do seu trabalho:

Ao distinguir, como nós tentamos fazê-lo, os diferentes tipos de relações que unem a língua à sociedade, que são próprios a esclarecê-las uma através da outra, recorreremos sobretudo ao mecanismo que permite à língua tornar-se o denominador, o interpretante das funções e das estruturas sociais. Mas além disto entreveem-se certas analogias menos visíveis entre as estruturas profundas, o próprio funcionamento da língua e os princípios fundamentais da atividade social. Estão aí comparações ainda sumárias, homologias amplas, e seria preciso levar muito mais longe a teoria para torná-las frutuosas; apesar disso eu as acredito necessárias e fundamentadas. Só posso dar aqui uma primeira aproximação designando três noções essenciais (PLG II, p. 102-103).

Até aqui, Benveniste toma como interesse descrever a relação entre língua e sociedade a partir do “mecanismo” responsável pela condição de interpretância da língua, elemento fundamental do ponto de vista semiológico por ele instaurado em seu estudo. Como podemos perceber, os “diferentes tipos de relações” dos quais fala o linguista no início dessa passagem dizem respeito àqueles que são “próprios para esclarecê-las uma [a sociedade] através da outra [a língua]”²³⁵ (PLG II, p. 102, acrescimos nossos). Condensam-se, aí, a investigação acerca das condições que a língua deve preencher, enquanto sistema de formas significantes, para figurar como interpretante da sociedade, as propriedades que lhe são intrínsecas e que lhe garantem essa posição de interpretante, bem como os aspectos da língua através dos quais o linguista pode analisar essa relação língua-sociedade. Nossa conclusão é a de que o mecanismo responsável pelo funcionamento da língua age ao mesmo tempo como um “mecanismo de interpretância” da sociedade, uma vez que “permite à língua tornar-se o denominador, o interpretante das funções e das estruturas sociais” (PLG II, p. 102).

É então que Benveniste parece estabelecer uma transição: além deste “mecanismo” que permite ao linguista analisar a sociedade através da análise da língua, ele afirma que é possível entrever “analogias menos visíveis”, “comparações ainda sumárias”, “homologias

²³⁵ Surpreendemos, aqui, uma retomada do princípio metodológico apresentado sob a forma de uma pergunta no início da investigação de Benveniste: “Então como podemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (PLG II, p. 97).

amplas”, que se estabeleceriam entre as “estruturas profundas, o próprio funcionamento da língua e os princípios fundamentais da atividade social” (PLG II, p. 102). Diante dessa afirmação, uma pergunta imediatamente se impõe: estamos, aqui, ainda perante um viés *semiológico*?

Começemos nossa resposta pela constatação da mudança que se estabelece desde o ponto de vista metodológico: se antes o esforço era o de mostrar como a língua contém a sociedade, estabelecendo, assim, modos de análise da sociedade através da análise da língua, parece-nos, desta vez, que o interesse está em olhar para língua e sociedade a partir de relações analógicas, comparativas, buscando, portanto, estabelecer *correlações* entre o funcionamento da língua e aos princípios fundamentais da organização social. Em outras palavras, o que se vislumbra, aqui, é uma perspectiva metodológica voltada para a análise comparativa de noções que operem tanto na língua enquanto sistema de formas significantes quanto na sociedade como coletividade humana. Destaquemos, pois, este ponto: metodologicamente, o que Benveniste ensaia a partir deste momento do seu estudo parece ser uma abordagem distinta da relação língua-sociedade, não mais orientada por um princípio de *abarcamento* (a sociedade *na* língua), mas por um princípio de *aproximação* a partir de noções essenciais, que possibilitem analogias entre as estruturas e os funcionamentos de um e de outro, cada qual segundo sua natureza.

No entanto, essa relação comparativa, analógica, apresenta-se como possível apenas se tomarmos língua e sociedade a partir de suas “estruturas profundas”, considerando-as, portanto, em seus níveis fundamentais, os quais se encontram, como procuramos mostrar ao longo deste trabalho, em uma indissociável relação de interpretante com interpretado. Assim, a busca por elementos homólogos no funcionamento da língua e da sociedade supõe a relação semiológica que lhes é constitutiva. Com isso, concluímos que Benveniste concebe, nesta parte final de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), a possibilidade de se pensar a interação entre língua e sociedade a partir de *relações analógicas que tomam por base o princípio de interpretância da língua*. Trata-se, portanto, ainda de um viés semiológico, mas que se apresenta metodologicamente como uma segunda via de estudo, que se elaboraria sobre a linguística da língua que contém a sociedade.

É explícito o caráter prospectivo dessa proposta de estudo: Benveniste diz que se tratam de “comparações ainda sumárias”, e que “seria preciso levar muito mais longe a teoria

para torná-las frutuosas” (PLG II, p. 102). No entanto, não hesita em afirmar a sua necessidade e o seu fundamento, apresentando três “noções essenciais”, através das quais, segundo ele, torna-se possível estabelecer uma primeira aproximação. Examinemos cada uma delas em detalhe.

A primeira das noções que Benveniste toma como fundamentais para aproximar língua e sociedade a partir de suas estruturas e seu funcionamento é a de “sistema produtivo”:

A língua pode ser encarada no interior da sociedade como um sistema produtivo: ela produz sentido, graças à sua composição que é inteiramente uma composição de significação e graças ao código que condiciona este arranjo. Ela produz também indefinidamente enunciações graças a certas regras de transformação e de expansão formais; ela cria, portanto, formas, esquemas de formação; ela cria objetos linguísticos que são introduzidos no circuito da comunicação. A “comunicação” deveria ser entendida na expressão literal de colocação em comum e de trajeto circulatório (PLG II, p. 103).

O que está claramente em jogo, aqui, é a ideia de *produção*. A língua, tal como a sociedade, produz. E não só: a língua é aí encarada como uma das formas de produção que estão na base do funcionamento da sociedade. Conforme vimos no segundo capítulo deste trabalho, não é a primeira vez que a consideração da língua e da sociedade a partir de sua natureza produtiva é apresentada no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). É quando rejeita a possibilidade de uma abordagem genética da relação entre as duas entidades que Benveniste afirma:

A língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana, ela se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, pelo esforço de *produzir* os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos (PLG II, p. 97, grifo nosso).

Se a sociedade, na definição dada por Benveniste, estrutura-se a partir de relações de divisão em classes sociais orientadas pelas funções de produção²³⁶ (dos meios de subsistência através da transformação da natureza), e se elabora por esse esforço de produção, tal esforço é necessariamente acompanhado – e mesmo orientado – por um constante trabalho de significação e ressignificação no campo da língua, o qual pressupõe a sua capacidade geradora, de produção e transformação de elementos linguísticos que dão sentido e

²³⁶ Conforme apontamos, no Capítulo 2, através da seguinte passagem: “Existe de um lado um sistema relacional, que é chamado o sistema do parentesco; e de outro um sistema de relação, de divisão, é o sistema das classes sociais que é agenciado pelas funções de produção” (PLG II, p. 95).

interpretam a atividade produtiva humana. Fica evidente que a tentativa, aqui, é a de aproximar língua e sociedade desde uma perspectiva que pode ser associada a uma visão *materialista* da sociedade (da qual, conforme já vimos, Benveniste era um exímio conhecedor), considerando a língua no interior da sociedade como um sistema particular de produção²³⁷. A produção de sentido efetuada pela língua constitui a possibilidade mesma da produção das condições materiais que subjazem à organização social, uma vez que esta seja considerada desde um ponto de vista econômico, como parece ser o caso para Benveniste: “Estamos aí no domínio da *economia*” (PLG II, p. 103, grifo nosso). Portanto, pensar o funcionamento da língua e o funcionamento da sociedade a partir da ideia de “sistema produtivo” implica considerar a língua como uma realidade material, como *infraestrutura*, para usar termos marxistas²³⁸.

Assim, se olhar para a sociedade desde o ponto de vista da noção marxista de “produção” implica estudar o fundamento das relações que configuram as divisões do trabalho e os modos de produção, e das quais resultam os regimes de Estado e a consciência social, olhar para a língua a partir desta mesma noção pressupõe estudar o fundamento que permite a ela *produzir* sentido. Benveniste coloca que esta capacidade se dá graças à sua “composição de significação” e ao “código que condiciona este arranjo”, assim como à “certas regras de transformação e de expansão formais” (cf. PLG II, p. 103), as quais permitiriam a produção indefinida de enunciações. É exagero ver operando aqui as noções linguísticas de “semiótico” e “semântico” enquanto base da produtividade linguística? Além disso, é acentuado o “tom” materialista que Benveniste assume quando afirma que o resultado

²³⁷ Vale destacar o papel fundamental que a noção de “produção” exerce no pensamento materialista de Karl Marx. Em seu *A dictionary of Marxist thought*, Bottomore (1991) assim define o termo: “Se, no mundo da política, o marxismo está associado à luta pelo comunismo, em sua teoria, ele se identifica pelo papel determinante e fundamental desempenhado pela *produção*. Cada sociedade é caracterizada por uma configuração definida de forças e relações de produção constituídas social e historicamente, que formam a base sobre a qual repousam outras relações econômicas e sociais” (BOTTOMORE, 1991, p. 447, grifo nosso, tradução nossa). No original: “*If in the world of politics Marxism is associated with the struggle for communism, in its theory it is identified with the fundamentally determining role played by production. Each society is characterized by a definite configuration of socially and historically constituted forces and relations of production which constitute the basis upon which other economic and social relations rest*”.

²³⁸ Novamente, fazemo-nos valer, aqui, da definição dada por Bottomore (1991): “A metáfora do edifício – base (infraestrutura) e superestrutura – é usada por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infraestrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (a superestrutura)” (BOTTOMORE, 1991, p. 45, tradução nossa). No original: “*The building-like metaphor of base and superstructure is used by Marx and Engels to propound the idea that the economic structure of society (the base) conditions the existence and forms of the state and social consciousness (the superstructure)*”.

dessa produção é o de “*objetos* linguísticos que são introduzidos no circuito da comunicação” (PLG II, p. 103, grifo nosso). A própria noção de comunicação é considerada, aqui, em sua literalidade, como “colocação em comum” e “trajeto circulatório”. É quase como se pudéssemos enxergar, na produção da língua, uma produção de “mercadorias”²³⁹ a serem postas em circulação²⁴⁰ para o uso comum.

De fato, pensar a relação língua-sociedade a partir da ideia de “produção” nos leva a questionar não apenas como língua e sociedade produzem, mas também como se estabelece o *valor* daquilo que produzem. Encontramos aí a segunda noção que Benveniste coloca no centro dessa aproximação:

Saussure já tinha revelado uma analogia entre certas noções próprias da economia e aquelas que ele criava, que ele enunciava, que ele organizava pela primeira vez no processo da comunicação linguística. Ele assinalou que a economia é como a língua um sistema de *valores*: eis um outro termo que é um termo fundamental (PLG II, p. 103, grifo do autor).

Sabemos bem o quão importante é para a linguística a noção de “valor”, erigida por Ferdinand de Saussure para teorizar sobre seu objeto de interesse. Como bem aponta Benveniste, é da economia que este termo é convocado pelo linguista genebrino, à moda de uma “analogia”, para tratar da natureza e do funcionamento das entidades linguísticas que ele procurava descrever. De fato, o “valor” é, para o estudo das relações econômicas, uma noção

²³⁹ É importante lembrar que “mercadoria” é outro termo essencial do materialismo histórico. Bottomore (1991) assim o define: “Todas as sociedades humanas têm de produzir suas próprias condições materiais de existência. A mercadoria é a forma que os produtos tomam quando essa produção é organizada por meio da troca. Nesse sistema, uma vez criados, os produtos são propriedade de agentes particulares que têm o poder de dispor deles transferindo-os a outros agentes. Os agentes que são donos de produtos diferentes confrontam-se num processo de barganha através do qual trocam seus produtos. Nesse processo, uma quantidade definida de um produto troca de lugar com uma quantidade definida de outro” (BOTTOMORE, 1991, p. 100-101, tradução nossa). No original: “*All human societies must produce their own material conditions of existence. The commodity is the form products take when this production is organized through exchange. In such a system products once produced are the property of particular agents who have the power to dispose of them to other agents. Agents who own different products confront each other in a process of bargaining through which they exchange the products. In exchange a definite quantity of one product changes places with a definite quantity of another*”.

²⁴⁰ Surpreende o quanto as noções aqui mobilizadas para pensar o caráter produtivo da língua são noções também comuns ao pensamento econômico. A própria ideia de “trajeto circulatório” parece evocar a noção de “circulação do capital”, tão importante para a descrição do funcionamento das relações que caracterizam o modo de produção capitalista: “Na teoria marxista, há uma nítida distinção entre a esfera da produção, da qual se origina a mais-valia, e a esfera da troca, em que as mercadorias são compradas e vendidas e as finanças são organizadas. Durante a acumulação de capital, registra-se um movimento permanente entre essas duas esferas de atividade, que constitui a circulação de capital” (BOTTOMORE, 1991, p. 81, tradução nossa). No original: “*In Marxist theory a clear distinction is drawn between the sphere of production, from which surplus value originates, and the sphere of exchange in which commodities are bought and sold and finance is organized. During the accumulation of capital, there is a constant movement between these two spheres of activity and this constitutes the circulation of capital*”.

central, da qual só podemos dar aqui um pequeno vislumbre, talvez redutor. Para tanto, convém-nos ainda tomar como unidade de análise, no campo da economia, a “mercadoria”.

Diz Bottomore (1991):

A mercadoria tem [...] dois poderes: primeiro, ela pode satisfazer a alguma necessidade humana, isto é, tem aquilo que Adam Smith chama de *valor de uso*; segundo, ela tem o poder de obter outras mercadorias em troca, poder de permutabilidade que Marx chama de *valor*. Como as mercadorias são trocadas umas pelas outras em proporções quantitativas definidas, pode-se considerar que cada mercadoria tem um certo valor. Toda a massa de mercadorias produzida num período pode ser vista como uma massa homogênea de valor, embora, vista de outro ângulo, seja uma coleção heterogênea de valores de uso diferentes e incomparáveis. Como *valores*, as mercadorias são qualitativamente iguais e só diferem quantitativamente no montante de valor que encerram. Como *valores de uso*, as mercadorias são qualitativamente diferentes, uma vez que cada produto é específico e não pode ser comparado a outro (BOTTOMORE, 1991, p. 101, tradução nossa, grifos nossos)²⁴¹.

Identificamos aí diferentes acepções do termo “valor”. Em uma delas, o valor de um produto da atividade humana está ligado à sua *utilidade*, à sua capacidade de suprir uma determinada necessidade. Assim, o “valor de uso” de um pão é o de saciar a fome, enquanto que o “valor de uso” de uma cadeira é o de prover um lugar confortável para se sentar, o de uma caixa é o de armazenamento, e assim por diante. Como se pode notar, este tipo de valor é qualitativo e intrínseco à mercadoria, pois está contido na sua própria materialidade, não sendo, por isso, passível de comparação em termos quantitativos, dada a sua especificidade. Além disso, enquanto potencialidade utilitária, o “valor de uso” de uma mercadoria se realiza efetivamente através do seu consumo (comer o pão, sentar-se na cadeira, armazenar algo na caixa, etc.). Porém, como pontua Antunes (2012),

[...] para que uma mercadoria qualquer ultrapasse o reino da imensa coleção de mercadorias e atinja o reino do consumo e da satisfação humana é necessário antes que ela seja possuída por quem a deseje ou necessite (ANTUNES, 2012, p. 185-186).

²⁴¹ No original: “*The commodity [...] has two powers: first, it can satisfy some human want, that is, it has what Adam Smith calls use value; second, it has the power to command other commodities in exchange, a power of exchangeability that Marx calls value. Because commodities exchange with each other in definite quantitative proportions each commodity can be thought of as containing a certain amount of value. The whole mass of commodities produced in a period can be seen as a homogeneous mass of value, though looked at in another way it is a heterogeneous collection of different and incomparable use values. As values commodities are qualitatively equal and differ only quantitatively in the amount of value they contain. As use values commodities are qualitatively different, since each product is specific and cannot be compared with another*” (BOTTOMORE, 1991, p. 101).

É aqui que, numa sociedade baseada na troca de bens e serviços, entra em jogo o “valor de troca” das mercadorias. Ainda segundo Antunes (2012):

Nas formas de produção fundadas na autossuficiência, a riqueza está posta à disposição dos membros da comunidade como coisa que pertence desde o princípio ao indivíduo apenas pelo fato de ele ser membro dessa comunidade. Numa sociedade produtora de mercadorias, contudo, o valor-de-uso só se torna efetivamente útil ao agente consumidor após passar pelo processo mediador da circulação que realiza o valor-de-troca da mercadoria (ANTUNES, 2012, p. 186).

O “valor de troca” de uma mercadoria diz respeito, portanto, ao seu poder de permutabilidade, o que implica, nas palavras de Marx (1988), uma “relação quantitativa, a proporção na qual valores-de-uso de uma espécie se trocam contra valores-de-uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1988, p. 46). Ao contrário do “valor de uso”, que é intrínseco à mercadoria, o “valor de troca” é instável, uma vez que depende de variáveis sociais e políticas, como demanda, quantidade da mercadoria disponível, etc. Portanto, a mercadoria faz coexistir dois aspectos de valor distintos, e essa dupla propriedade valorativa cria uma situação contraditória:

A contradição entre valor-de-uso e valor-de-troca aparece inicialmente como uma contradição entre termos bem determinados: de um lado está a utilidade natural da mercadoria – o valor-de-uso – e de outro seu oposto direto, o valor-de-troca – separado e isolado do primeiro. Esta oposição começa agora a adquirir uma feição bastante misteriosa: como pode um valor-de-uso qualquer – com suas propriedades naturais específicas – ser equiparado com as propriedades naturais e específicas de outros produtos? Como podem as propriedades úteis de um produto como o trigo serem equiparadas com as propriedades úteis de produtos tão diferentes, como as propriedades da graxa de sapato, da seda e do ouro? (ANTUNES, 2012, p. 188).

É aqui que surge um terceiro termo, o “valor”, que sintetiza a realidade dialética do “valor de uso” e do “valor de troca”. Para Marx, a possibilidade de um valor universal e estável, que possa unificar os aspectos qualitativo e quantitativo da mercadoria, passa por um trabalho de abstração: abstraindo-se das mercadorias todas as suas qualidades naturais, sensíveis e imediatas, bem como as variáveis sociais envolvidas nas relações de troca, só o que resta como propriedade comum a todas as mercadorias é o fato de que todas elas são resultantes do *trabalho humano*²⁴². Trata-se, portanto, de tomar o “valor” da mercadoria como

²⁴² É importante aqui salientar que o debate sobre a noção de “valor” se realiza, na história da economia, através de diferentes pensadores, e que a breve revisão que aqui fazemos é orientada tão somente pela elucidação das acepções que lhe foram dadas. Ainda assim, cabe destacar que “valor de uso” e “valor de troca” são conceitos

a quantidade de trabalho humano (mensurável em tempo) necessário para a sua produção, e que lhe confere o seu poder de troca. Assim sendo, o “valor de troca” revela-se como apenas uma manifestação do “valor”: “O valor torna-se visível como valor de troca quando as mercadorias se confrontam na troca, e o valor de troca passa a ter uma existência independente de qualquer mercadoria específica como dinheiro” (BOTTOMORE, 1991, p. 101, tradução nossa)²⁴³.

É interessante ver como muitas dessas noções comparecem na aproximação efetuada por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Ao dizer que Saussure introduz, na linguística, a ideia da língua como um “sistema de valores”, ele assim desenvolve seu raciocínio:

É uma analogia que despertaria longas reflexões, mas nós podemos prolongá-la numa terceira noção que está ligada ao valor: é a noção de *troca*, que poderia ser assimilada à troca paradigmática. Sabe-se que o eixo paradigmático da língua é aquele que é justamente caracterizado, em relação ao eixo sintagmático, pela possibilidade de substituir um termo por um outro, uma função por outra na medida em que justamente ela tem um valor de utilização sintagmática. E estamos aí bem perto dos caracteres do valor em economia (PLG II, p. 103, grifo do autor).

Temos aí a terceira noção essencial, a de “troca”, a qual, como pudemos ver, também na economia se encontra diretamente ligada à noção de “valor”. Benveniste parece assimilar a troca, enquanto realidade econômica (isto é, enquanto poder de permutabilidade inerente às mercadorias), ao valor de troca que se estabelece no eixo paradigmático da língua. A diferença é a de que este “valor de troca”, que governa as substituições de uma unidade ou de uma função linguística por outra, está na dependência do “valor de utilização” de tais elementos no interior do sintagma. É a interação entre os valores que se estabelecem *in praesentia* e *in absentia* que constitui o “valor” de uma unidade linguística. Mesmo assim, percebemos ainda aqui o caráter dialético do valor. É notável, portanto, o modo como Benveniste busca articular o funcionamento da língua ao funcionamento da sociedade por intermédio de noções e relações que são de ordem econômica.

que preexistem à teorização de Marx. Eles foram elaborados pelo filósofo e economista escocês Adam Smith (1723 – 1790), em seu tratado *A riqueza das nações* (1776), e é justamente como uma crítica à validade de tais conceitos em sua contradição que Marx elabora a noção de “valor” como “força de trabalho”.

²⁴³ No original: “*Value becomes visible as exchange value when commodities confront each other in exchange, and exchange value comes to have an existence independent of any particular commodity as money*” (BOTTOMORE, 1991, p. 101).

Como se é de esperar, tal aproximação implica uma série de questões fundamentais: Em que medida podemos estabelecer uma analogia entre o “valor de uso” da mercadoria (sua capacidade de satisfazer uma necessidade humana) e o “valor de utilização sintagmática” de uma unidade linguística, isto é, a sua “capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” (cf. PLG II, p. 232)? Até que ponto se é possível tecer uma homologia entre o “valor de troca” da mercadoria, que, na teoria marxista, determina-se pelo valor resultante do trabalho humano investido na sua produção, e o “valor de troca paradigmática” de um elemento no interior da língua? De que maneira podemos tomar língua e sociedade como entidades análogas a partir de noções como “produção” e “trabalho coletivo”?

Como podemos ver, este tipo de equiparação exige um exame cuidadoso das entidades envolvidas, considerando cada qual segundo sua própria natureza. Benveniste deixa isso claro quando elicit a comparação feita por Saussure entre a relação econômica “salário-trabalho” e a relação linguística “significante-significado” para explicar a arbitrariedade do signo linguístico: “Eu não estou absolutamente certo de que este seja o melhor exemplo ou que a relação salário-preço, salário-trabalho seja rigorosamente homóloga à do significante-significado” (PLG II, p. 103). A ressalva se explica porque as noções de “salário-trabalho” e “salário-preço” colocam em jogo aspectos da produção capitalista que dizem respeito à sua própria finalidade enquanto atividade econômica, como o lucro, a expansão e acúmulo de riqueza através da “mais-valia”, entre outros. Haveria lugar teórico para uma articulação do princípio marxista da “mais-valia” ao funcionamento da língua? É uma pergunta que, por enquanto, só podemos lançar às cegas.

No entanto, como bem destaca Benveniste a respeito das comparações saussurianas, “trata-se aqui menos deste exemplo particular do que do princípio da aproximação e da visão que daí resulta sobre a maneira de aplicar certos critérios, certas noções comuns à língua e à sociedade” (PLG II, p. 103). Vemos, desse modo, que o que importa aí é o estabelecimento de uma maneira de olhar para a relação língua-sociedade orientada por um *princípio de aproximação*, que se efetua através da aplicação de critérios e noções comuns a ambas as realidades. Nesta sucinta apresentação, apenas esboçada por Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), condensa-se todo um possível viés de investigação linguística, cujas pistas o linguista enuncia na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968),

contemporânea ao artigo: “Penso que certos conceitos marxistas poderiam por sua vez entrar pouco a pouco, uma vez devidamente elaborados, neste círculo de noções articuladas pelas mesmas relações de base das quais a língua oferece a imagem mais facilmente analisável” (PLG II, p. 24-25).

4.4. Enfim, de que “linguística” estamos falando?

Partimos, no início deste capítulo, de uma hipótese de leitura, ancorada na reflexão efetuada durante os três capítulos anteriores: a de que o pensamento linguístico de Benveniste encerra princípios gerais de uma linguística da língua que contém a sociedade. Nosso esforço, ao longo deste capítulo, foi o de dar sustentação a essa hipótese através de uma sistematização teórico-metodológica que tornasse visíveis os princípios organizadores e os modos através dos quais se é possível assumir, com base em Benveniste, a relação língua-sociedade como objeto de conhecimento da linguística. Cabe-nos, agora, apenas sintetizar esquematicamente nossas observações, de maneira que possamos responder objetivamente à questão que dá título a este final de capítulo.

Para tanto, faz-se necessário lembrar que iniciamos o presente estudo tomando como ponto de partida a constatação acerca da amplitude teórica do pensamento de Émile Benveniste. Vimos, ainda na introdução deste trabalho, que, para o linguista, a grande problemática da linguagem se formula a partir de uma multiplicidade de problemas, os quais englobam diferentes temáticas e pressupõem a abordagem da linguagem sob diferentes aspectos. No interior desse vasto campo de estudos, cuja unidade teórica se deixa inferir a partir de um axioma geral, ligado à sua natureza antropológica – “o homem está na linguagem” (cf. FLORES, 2017b, p. 12) –, constatamos que os diferentes meios de investigação benvenistiana constituem, cada um a seu modo, uma forma de demonstrar essa presença fundante do homem na linguagem.

Assim, ao lado de grandes temas como a teorização sobre a enunciação e a semiologia da língua, identificamos o projeto de uma linguística que toma por objeto teórico a relação entre língua e sociedade. Tal linguística se faz operar a partir de um princípio semiológico – a *interpretância da língua* –, que está na base do axioma particular que lhe é definidor: *a língua contém a sociedade*. Atentemos para o fato de que o interesse desta linguística diz respeito a

uma *relação constitutiva*, o que faz com que língua e sociedade coincidam enquanto objeto analítico. Conforme já explicamos, a análise da sociedade através da análise da língua depende de uma configuração epistemológica que permita considerar como *objetivo* de estudo a análise *x*, tomando, por *objeto* de análise, *y*. É na propriedade de interpretância da língua que encontramos o fundamento desta relação.

A linguística da língua que contém a sociedade se desenha metodologicamente através da análise de diferentes *aspectos* da língua. A leitura do artigo benvenistiano *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) nos permite identificar pelo menos três: 1. O aspecto do *semantismo social*, no qual a língua é considerada enquanto conjunto e sistema de designações, funcionando como configuradora e enquanto o testemunho da organização social; 2. O aspecto da *variação da referência* (polissemia) enquanto índice de uma realidade cumulativa de culturas na sincronia da língua; 3. O aspecto da língua enquanto *prática humana*, que coloca as relações formais implicadas na alocação (o duplo sistema relacional da língua “eu-tu/ele”) como a base da diferenciação entre o indivíduo e o coletivo, e o modo de inserção do falante na sociedade. Cada um destes três aspectos representa um modo de mostrar como a língua contém a sociedade.

Além disso, Benveniste propõe, de maneira mais prospectiva, que se olhe para língua e sociedade a partir do estabelecimento de *correlações funcionais*, isto é, através de um *princípio de aproximação analógica* que tome, por base, noções que sejam comuns ao funcionamento de uma e de outra. Em nosso entendimento, tal proposta se configura como metodologicamente distinta daquela que procura ver o modo pelo qual a língua contém a sociedade, ainda que dependa do viés semiológico instaurado por esta. Aqui, a proposição é a de que a relação língua-sociedade também pode ser descrita a partir de *noções de base que sejam reveladoras de características funcionais homólogas às entidades*, e das quais Benveniste antecipa três: “sistema produtivo”, “valor” e “troca”.

É interessante ver como esta dupla disposição teórico-metodológica comparece ao final do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968):

Eu tentei bem sumariamente fazer aparecer a necessidade e a possibilidade de introduzir na discussão deste vasto assunto distinções essenciais e também estabelecer entre a língua e a sociedade relações que são ao mesmo tempo *lógicas e funcionais*: lógicas sob uma consideração de suas faculdades e de sua relação significantes, funcionais porque uma e outra podem ser

consideradas como sistemas produtivos cada qual segundo sua natureza (PLG II, p. 104, grifo nosso).

Os modos pelos quais a língua contém a sociedade constituem, em nossa visão, as suas relações *lógicas*: estão em jogo suas faculdades de significância e o tipo de relação que as une (a relação semiológica de interpretância). Por outro lado, as homologias que se podem estabelecer entre uma entidade e outra a partir de noções que lhes sejam aproximativas são reveladoras de suas relações *funcionais*: importa, aqui, encontrar as bases comuns de funcionamento da língua e da sociedade, cada qual tomada como um sistema produtivo.

Não é difícil identificar, aqui, uma conclusão de raciocínio similar àquela efetuada por Benveniste ao final de seu artigo *Semiologia da língua* (1969). Em ambos os casos, o que se propõe é uma “ultrapassagem” de noções e quadros teóricos tradicionais: Neste último artigo, a solução para o problema da semiologia consistiria em “ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua” (PLG II, p. 67). No texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), as três noções que Benveniste apresenta ao final de seu estudo fornecem, segundo ele, para elaborações futuras, “o meio de ultrapassar o quadro tradicional que coloca língua e sociedade uma ao lado da outra” (PLG II, p. 103-104). No artigo de 1969, o linguista conclui que a ultrapassagem da noção saussuriana de signo como princípio único se daria por duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;
- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação (PLG II, p. 67).

A nossa conclusão é a de que Benveniste realiza um gesto epistemológico semelhante ao final de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Da forma como vemos, a ultrapassagem proposta por ele da consideração tradicional da relação língua-sociedade se dá também por duas vias. Uma delas, *intralinguística*, orienta-se pelo princípio semiológico de interpretância que torna possível ao linguista analisar a sociedade através da análise da língua: é a linguística da língua que contém a sociedade. Sobre a base dessa relação semiológica, Benveniste propõe a elaboração de uma via de estudo que considere língua e sociedade a partir de suas relações funcionais, tomando cada qual segundo sua natureza, através de um

princípio de aproximação a partir de critérios e noções comuns a ambas. Estaria aqui a possibilidade de uma análise *translinguística* da relação língua-sociedade? Uma semiologia da língua que contém a sociedade? Essas são questões que antecipam fortemente a discussão, e cujas respostas dependerão ainda de outros estudos.

Podemos, no entanto, dar agora uma resposta satisfatória à questão que serve de título a este final de capítulo. Enfim, de que “linguística” estamos falando? Em termos esquemáticos, é assim que ela se define²⁴⁴:

Quadro 5 – A linguística da língua que contém a sociedade

<p>O HOMEM ESTÁ NA LINGUAGEM (axioma geral da teoria da linguagem de Benveniste)</p>
<p>A LÍNGUA É O INTERPRETANTE DA SOCIEDADE (princípio <i>semiológico</i> ligado à propriedade de <i>interpretância da língua</i>)</p> <p>A LÍNGUA CONTÉM A SOCIEDADE (axioma específico da <i>linguística da língua que contém a sociedade</i>)</p> <p>Dá-se com base em <i>relações de interpretância</i>, as quais se verificam através de <i>aspectos</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SEMANTISMO SOCIAL → par <i>significação-designação</i>; • VARIAÇÃO DA REFERÊNCIA → par <i>significação-designação, polissemia</i>; • PRÁTICA HUMANA → sistema <i>eu-tu/ele, enunciação</i>; • ESTUDO DE SEGUNDA GERAÇÃO → A relação língua-sociedade considerada desde o ponto de vista de suas qualidades <i>funcionais</i>, através de relações <i>analógicas</i> entre noções comuns: <i>sistema produtivo, valor, troca</i>.

Fonte: elaborado pelo autor.

²⁴⁴ Tomo, como referência para a construção deste esquema, o quadro elaborado por Rosário (2018, p. 150) para situar epistemologicamente o lugar da “semiologia da língua” no interior da teorização benvenistiana sobre a linguagem. Vale também salientar que este quadro constitui apenas uma forma didática e resumitiva de ilustrar a reflexão até aqui empreendida e que lhe é subjacente, não podendo, portanto, ser desvinculado desta de forma independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo deste trabalho, traçar um caminho de leitura do pensamento de Émile Benveniste que tomasse por objeto um tema muito latente em seus textos, mas que só se torna teoricamente manifesto no artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), no zênite de sua produção intelectual, que se vê abruptamente interrompida pelo acidente vascular de 1969. Com efeito, a relação entre língua e sociedade é uma presença que se intui em diferentes estudos do linguista, em diferentes momentos de sua reflexão, e que se relaciona, de uma forma ou de outra, com todas as demais problemáticas que orbitam em torno da linguagem. Nosso esforço, aqui, foi o de demonstrar que ela não somente constitui um problema sobre o qual o linguista se debruça, como também permite instaurar um novo olhar sobre o objeto da linguística.

Tomando como bússola teórica de nossa investigação o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), o qual representa, a um só tempo, o ponto de chegada de uma reflexão que se elabora pouco a pouco, através de incontáveis análises e descrições de línguas, e o ponto de partida para a perspectiva semiológica que Benveniste consolida em *Semiologia da língua* (1969), dedicamo-nos a descrever os princípios e os meios através dos quais esse pensamento possibilita uma “linguística da língua que contém a sociedade”.

Para tanto, buscamos, na primeira parte deste estudo, determinar o valor teórico do axioma *a língua contém a sociedade*, através do exame de seus elementos constituintes. Assim, no primeiro capítulo, detivemo-nos sobre a noção de “língua” que subjaz à relação semiológica estabelecida pelo linguista entre língua e sociedade, ao passo que, no capítulo seguinte, voltamos nossa atenção para a noção de “sociedade” que se depreende dessa relação. Vemos, na língua, o próprio fundamento da realidade semiológica, posto que ela constitui, graças às suas propriedades únicas de significação, simultaneamente o *objeto* e o *operador* da relação semiológica. A noção de “sociedade”, por sua vez, configura-se como um *princípio antropológico* subjacente à realidade humana em seu nível mais fundamental; uma condição de existência dialética, cuja organização supõe e se dá nos moldes da língua, atrelada à própria atividade dos falantes.

Na segunda parte da tese, coube-nos abordar a relação língua-sociedade desde o ponto de vista da análise linguística. Assim, no terceiro capítulo, realizamos um mergulho nos trabalhos descritivos de Benveniste de diferentes épocas, com o intuito de identificar as maneiras através das quais tal relação se torna manifesta nas análises do linguista, para então, no quarto capítulo, sistematizarmos a reflexão apresentando os princípios e as configurações metodológicas de uma linguística da língua que contém a sociedade, sediada no pensamento de Benveniste.

Chegamos, assim, ao final desta tese, com a sólida convicção de que a obra benvenistiana enseja um fazer linguístico de grande originalidade, que faz da língua a sede de um pensamento que integra uma profunda reflexão sobre o humano e a sociedade, e cujo potencial apenas começamos a desvelar. É importante salientar que a reflexão aqui efetuada é fruto de um gesto de leitura de conjunto da obra de Benveniste, e que de nenhuma maneira se propõe a encerrar a reflexão acerca de sua teoria da linguagem. Pelo contrário, nossa constatação última é a de que apenas abrimos mais uma possibilidade de estudo do rico pensamento deste linguista, o qual, de forma ousada, pôs-se a deitar o olhar, através das lentes da língua, sobre objetos para os quais a linguística de seu tempo se encontrava epistemologicamente fechada. Isso faz realmente dele um linguista à parte, como afirma Dessons (2006). Sua visão de linguagem, ligada em sua mais profunda essência à experiência humana, é a base sobre a qual repousa sua noção de sociedade, uma visão original pelas relações fundantes que pressupõe, e a partir da qual muito ainda está por ser descoberto. Esperamos que este trabalho sirva como contribuição de base para elaborações futuras, que ofereçam soluções para os problemas aqui apenas destacados e formulados.

É com as palavras do próprio mestre, que encerram sua exposição em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), que decidimos também encerrar este trabalho:

É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento [da língua e da sociedade] deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele (PLG II, p. 104, acréscimo nosso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDERY, M. A. P. A. et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ANTUNES, J. A dialética do valor em *O capital* de Karl Marx. In: *Intuitio* (PPGF/PUCRS), v.5, n.2: p. 184-198, 2012.
- BARBOZA, G. *Entre designar e significar, o que há? Em busca de uma semântica em Benveniste*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- BARFIELD, T. *The dictionary of anthropology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- BARTHES, R. Por que gosto de Benveniste. In: _____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Edição estabelecida por Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio.
- _____. *Baudelaire (Présentation et transcription de Chloé Laplantine)*. Limoges: Lambert-Lucas, 2011.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *O vocabulário das instituições indo-europeias*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- _____. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.
- _____. *Origines de la formation des noms en indo-européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1973.
- _____. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*. Paris: Maisonneuve, 1948.
- BOTTOMORE, T. *A dictionary of Marxist thought*. Second edition. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.
- CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. et alii, *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA, A. P. *A emergência da hipótese do relativismo linguístico em Edward Sapir (1884-1939)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2012.

- D'OTTAVI, G. Designer et signifier le “savoir”: pour une nouvelle entrée du vocabulaire des institutions indo-européennes de d'Émile Benveniste. In: *Fragmentum* (PPGL/UFSM), n. 41, 2014.
- DAVIDOFF, L. L. *Introdução à psicologia*. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.
- DESSONS, G. *Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Ed. Press, 2006.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo – Volume I: o campo do signo*. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. *História do estruturalismo – Volume II: O canto do cisne*. Campinas: Unicamp, 1994.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARSELLESI, J-B.; MÉVEL, J-P. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1994.
- DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.
- DUTRA, E. O. Crítica de Marx à teoria hegeliana do estado: uma leitura da obra crítica à filosofia do direito de Hegel. In: *Filogênese* (Unesp), v. 6, n. 2, 2013.
- ENGELS, F.; TALHEIMER, A.; HARARI, J.; SEGAL, L. *Introdução ao estudo do marxismo*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945.
- FARIAS, B. S. Tecendo um percurso para análise da enunciação em língua adicional e seus aspectos considerando a dimensão antropológica da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: *Domínios de linguagem*, v.8: p. 381-398, 2014.
- FLORES, V. N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- _____. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola, 2017a.
- _____. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 13, n.1: p. 9-18, 2017b.
- _____. L'actualité de Benveniste au Brésil: les aspects anthropologiques d'une théorie de l'énonciation. In: *COLLOQUE ÉMILE BENVENISTE 2016 – 50 ans après les “Problèmes de linguistique générale”*, Paris, 2016.
- _____. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, V. N.; SEVERO, R. T. Linguagem e cultura: uma abordagem com Benveniste. In: *Veredas* (PPGL/UFJF), v. 19, n. 2: p. 310-330, 2015.

- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades de Émile Benveniste. In: *ReVEL*, edição especial, n. 7: p. 1-14, 2013.
- GONÇALVES, R. T. *Relativismo linguístico ou como a língua influencia o pensamento*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- HOFF, S. L. *A nota “la traduction, la langue et l’intelligence”: o fenômeno tradutório na e a partir da reflexão sobre a linguagem de Benveniste*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- JOHNSON, A. G.; *The Blackwell dictionary of sociology (a user’s guide to sociological language)*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.
- KNACK, C. A língua como prática humana: desdobramentos das relações entre língua e sociedade. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v.14, n.3: p. 394-403, 2018.
- LAMBERTERIE, C. de. À propos du vocabulaire des institutions indo-européennes. In: *Linx*, 9: p. 355-363, 1997. URL: <http://linx.revues.org/1083>.
- LEIBNIZ, G. W. *Escritos filosóficos*. (OLASO, E. ed.). Buenos Aires: Charcas, 1982.
- LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, C. Introduction à l’œuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1997.
- _____. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LIMA, D. S.; BARROS, I. R. O homem na língua: o dialeto como índice de subjetividade e identidade cultural. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v.13, n.1: p. 19-37, 2017.
- MACHADO, I. A reinvenção da “Hipótese Sapir-Whorf”. In: *Línguas e instrumentos linguísticos* (Ed. RG), n. 35: p. 29-52, 2015.
- MALAMOUD, C. L’anthropologie d’Émile Benveniste. Remarques d’un indianiste. In: FENOGLIO, I. et alii. *Autour d’Émile Benveniste*. Paris: Seuil, 2016.
- MARRA, D.; MILANI, S. E. Uma teoria social da lingua(gem) anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet. In: *Linha d’água* (PPGFLP/USP), n. 25 (2): p. 67-90, 2012.
- MARTELOTTA, M. E. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, M. E. et alii, *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. In: *Revista crítica de ciências sociais* (CES/Universidade de Coimbra), n. 73: p. 45-66, 2005.

- MARX, K. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTHEWS, P. H. *The concise Oxford dictionary of linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MEILLET, A. Comment les mots changent de sens. In: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1921.
- MESCHONNIC, H. *Critique du Rythme. Anthropologie historique du langage*. Paris: Verdier, 1982.
- MILNER, J-C. *El periplo estructural. Figuras y paradigma*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- _____. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- MOÏNFAR, M. D. Bibliographie des travaux d'Émile Benveniste. In: *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Louvain: Peeters (Collection Linguistique publiée par la Société de Linguistique de Paris LXX), 1975.
- NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.
- NEUMANN, D.; ROSÁRIO, H. M. A relação entre língua/linguagem e cultura em Benveniste: uma contribuição para as ciências humanas. In: *Letrônica* (PPGL/PUCRS), v. 9, n. esp. (supl.), p. 47-57, 2016.
- NORMAND, C. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. Les termes de l'énonciation de Benveniste. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 8, fascicule 2, p. 191-206, 1986.
- ONO, A. « Le nom c'est l'être »: les notes préparatoires d'Émile Benveniste à l'article « La blasphémie et l'euphémie ». In: *Genesis*, n. 53, p.77-86, 2012.
- _____. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.
- PASCHOAL, C. S. *O novo tom axiológico da expressão "cidadão de bem": refrações semânticas e indícios de estratificação da sociedade brasileira*. In: *Memento* (UninCor) v. 11, n. 1, 2020.

- PINAULT, G-J. Benveniste et les études indo-européennes. In: D’OTTAVI, G.; FENOGLIO, I. (org.). *Émile Benveniste, 50 ans après les Problèmes de linguistique générale*. Paris: Ed. Rue d’Ulm, 2019.
- PIZZI, M.; FASSAN, M.; CIMINO, M.; ZANARDO, V.; CHIARELLI, S. Realdo Colombo’s *De Re Anatomica*: The renaissance origin of the term “placenta” and its historical background. In: *Placenta* (IFPA – International Federation of Placenta Associations), v. 33: p. 655-657, 2012.
- PROVENZANO, F. L’imaginaire politique de la théorie de l’énonciation. In: *Langage et société*, n. 147, p. 133-150, 2014. URL: <https://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2014-1-page-133.htm#pa54>
- REALDI COLUMBI CREMONENSIS. *De Re Anatomica Libri XV*. Veneza: ex typographia N. Beuilacquæ, 1559.
- ROSÁRIO, H. M. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- SAUSSURE, F. de. *Escritos de linguística geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SILVA, C. L. C. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.
- SILVA, D. C. *Implicações do pensamento benvenistiano para a escrita da história*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- SILVA, S. Uma leitura das relações entre língua e sociedade em Émile Benveniste a partir da noção de gesto. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v.13, n.1: p. 88-99, 2017.
- SILVA, S.; MALCORRA, B. Sociedade, sociedades: epistemologia para estabelecer princípios de uma teoria social da enunciação. In: *(Con)textos linguísticos* (PPGEL/UFES), v. 10, n. 17, p. 236-253, 2016.
- STUMPF, E. M. *No limite do diálogo: eufemismo e enunciação em Émile Benveniste*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- TEIXEIRA, M. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v.8: 71-83, 2012.
- TEIXEIRA, M.; MESSA, R. M. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. In: *Estudos da língua(gem)* (PPGLin/Uesb), v. 13, n. 1, p. 97-116, 2015.

TYLOR, E. B. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom*. Londres: John Murray, 1920.

VALPY, F. E. J. *An etymological dictionary of the latin language*. Londres: A. J. Valpy, 1838.

ZINZI, M. La methodologie d'analyse d'Émile Benveniste. Exemple d'un cours sur la catégorie du nombre. In: *Fragmentum* (PPGL/UFSM), n.41: p. 51-66, 2014.